

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Douglas Pereira Rodrigues

**EM BUSCA DE UM BRASIL MODERNO: O ENSAÍSMO HISTÓRICO DE
AZEVEDO AMARAL (1906-1941)**

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Douglas Pereira Rodrigues

3. Título do trabalho

**EM BUSCA DE UM BRASIL MODERNO: O ENSAÍSMO HISTÓRICO DE AZEVEDO
AMARAL (1906-1941)**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 03/02/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Pereira Rodrigues, Usuário Externo**, em 11/02/2025, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5138985** e o código CRC **74B882D7**.

Douglas Pereira Rodrigues

**EM BUSCA DE UM BRASIL MODERNO: O ENSAÍSMO HISTÓRICO DE
AZEVEDO AMARAL (1906-1941)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, da faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, pela Comissão Julgadora da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades
Orientador: Dr. Jiani Fernando Langaro.

Goiânia
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues , Douglas Pereira

Em busca de um Brasil moderno: O ensaísmo histórico de Azevedo Amaral (1906 - 1941) [manuscrito] / Douglas Pereira Rodrigues . - 2024.

200 f.: il.

Orientador: Prof. Jiani Fernando Langaro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras.

1. Modernização. 2. Tempo. 3. Imprensa. 4. Nacionalismo. 5. Autoritarismo. I. Langaro, Jiani Fernando, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **006/2025** da sessão de Defesa de Tese de **DOUGLAS PEREIRA RODRIGUES**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada “**EM BUSCA DE UM BRASIL MODERNO: O ENSAÍSMO HISTÓRICO DE AZEVEDO AMARAL (1906-1941)**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Élio Cantalício Serpa (UFSC)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **George Leonardo Seabra Coelho (UFT-Porto Nacional)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Carlos Oiti Berbert Júnior (FH-UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 03/02/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 03/02/2025, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Oiti Berbert Junior, Professor do Magistério Superior**, em 06/02/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5138980** e o código CRC **98E026A7**.

Referência: Processo nº 23070.047992/2024-96

SEI nº 5138980

AGRADECIMENTOS

Decorridos mais de 4 anos de nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da UFG – PPGH-UFG, estamos no momento de defesa de nossa tese e de agradecer a todos e a todas que conviveram comigo nesse tempo de descobertas e conhecimento.

Assim agradecemos...

Ao PPGH-UFG pela acolhida no doutorado em 2019, propiciando-nos contatos diversos com os professores e professoras do departamento e de outras instituições do país e no exterior.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo meses de financiamento da pesquisa via bolsa de estudos.

Ao meu orientador, Jiani Fernando Langaro, pela confiança, paciência e profissionalismo.

A todos meus amigos e familiares pelo apoio nos momentos difíceis e principalmente pelos momentos de descontração e lazer.

A todos e todas, muito obrigado!!

Dedico esse trabalho as mulheres da minha vida, minha mãe, Sônia Maria Rodrigues da Silva, e minha companheira, Emanuelle Bianca Dallara, que estão comigo em todos os momentos da minha trajetória.

Acho que só devemos ler a espécie de livros que nos ferem e trespassam. Se o livro que estamos lendo não nos acorda com uma pancada na cabeça, por que o estamos lendo? (...) nós precisamos de livros que nos afetam como um desastre. Um livro tem que ser como um machado para quebrar o mar de gelo que há dentro de nós.

Franz Kafka Carta a Oscar Pollak, 1904

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar uma leitura da vida e obra do jornalista e intelectual Azevedo Amaral. Colocado na "penumbra da história" devido às suas visões autoritárias, sua obra foi caindo no esquecimento. No entanto, a partir dos anos 1980, ela foi recuperada pela historiografia interessada em estudar a natureza dos regimes autoritários dos anos 1930, colocando-o como um dos principais ideólogos daquele período. Com uma trajetória de sucesso na imprensa carioca no início do século XX, tornou-se um dos jornalistas mais conhecidos da época, sendo convidado a fazer parte do grupo de intelectuais que publicavam na **Cultura Política**, a revista oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Este trabalho, por sua vez, busca problematizar a obra de Azevedo Amaral e apresentar uma interpretação que procura ir além desse "cânone autoritário" estabelecido pela historiografia. Azevedo Amaral é considerado aqui um ensaísta que pensou um Brasil moderno através do estudo do passado e das raízes coloniais. É a partir dessa perspectiva que se constrói toda sua visão conservadora e autoritária. Trata-se, portanto, de uma interpretação dos fundamentos do seu pensamento político.

Palavras-Chave: Modernização, Tempo, Imprensa, Nacionalismo, Autoritarismo.

ABSTRACT

The aim of this study is to present an interpretation of the life and work of the journalist and intellectual Azevedo Amaral. Placed in the "shadow of history" due to his authoritarian worldview, his work fell into obscurity. However, from the 1980s onward, it has been recovered by historiography interested in studying the nature of authoritarian regimes of the 1930s, positioning him as one of the main authoritarian ideologues of that period. With a successful career in the Rio de Janeiro press in the early 20th century, he became one of the most well-known journalists of the time, being invited to join the group of intellectuals who published in **Cultura Política**, the official magazine of the Department of Press and Propaganda of the Estado Novo. This work, in turn, seeks to provide a new interpretation of his work, presenting an approach that goes beyond the "authoritarian canon" established by historiography. Azevedo Amaral is considered here an essayist who conceived an idea of modern Brazil through the study of the past and colonial roots. It is from this perspective that his entire conservative and authoritarian worldview is constructed. Therefore, it is an interpretation of the foundations of his political thought.

Keywords: Modernization, Time, Press, Nationalism, Authoritarianism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia do jornalista Antônio José de Azevedo Amaral, em 1913.	12
Figura 2 – Jornal Gazeta de Notícias, em 1875.	42
Figura 3 – Jornal Gazeta de Notícias, em 1900.	43
Figura 4 – Jornal Gazeta de Notícias, em 1905.	44
Figura 5 – Noticiário do ataque ao navio Paraná no Correio da Manhã, em 1917	63
Figura 6 – Noticiário do rompimento de relações do Brasil com a Alemanha no Correio da Manhã, em 1917.	64
Figura 7 – Matéria de estreia de Azevedo Amaral n' O Jornal, em 1924 .	68
Figura 8 – Panfleto da Aliança Liberal n' O Jornal, em 1929.	73
Figura 9 – Capa do Jornal Diário da Noite, em 1930.	79
Figura 10 – Capa da primeira edição do jornal A Nação, em 1933.	150
Figura 11 – Matéria sobre o inquérito acerca da nova constituição no jornal A Nação, em 1933.	156
Figura 12 – Capa da revista Diretrizes, em 1938.	161
Figura 13 – Índice da revista Diretrizes, em 1938.	162
Figura 14 – Capa da revista Novas Diretrizes, em 1938.	163
Figura 15 – Índice da revista Novas Diretrizes, em 1938.	164
Figura 16 – Capa da primeira edição da revista Cultura Política, em 1941.	176
Figura 17 – Índice da primeira edição da revista Cultura Política, em 1941.	177

SUMÁRIO

ROTEIRO	10
O intérprete	10
O protagonista	12
O biografema	19
O ensaio	22
Os capítulos	35
I- DAS CRÔNICAS DE GUERRA AO ENSAÍSMO HISTÓRICO	38
1.1 O lugar social	38
1.2 O filho prodígio	40
1.3 Crônicas de guerra	46
1.3.1 Aliadófilos, germanófilos e neutros	49
1.3.2 Em defesa da honra	56
1.4 Os anos vinte e a disputa pelo poder	66
II-AS RAÍZES COLONIAIS E O PASSADO EM RUÍNAS	82
2.1 O valor pragmático do passado	82
2.2 Exorcizando os males de origem	93
2.2.1 Iberismo ou parasitismo?	98
2.2.2 O Estado Político deficitário	109
2.3 A República em ruínas	116
2.4 A Brecha no tempo	129
III-O ESTADO NOVO E O PRESENTE RECONCILIADO	138
3.1 Nem fascista nem comunista, autoritário!	138
3.2 O jornal A Nação	149
3.3 A revista Novas Diretrizes	160
3.4 A Revista Cultura Política	176
3.5 Getúlio Vargas: O gênio político	181
3.6 O ideólogo da Modernização	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	199

ROTEIRO

O intérprete

Nasci em Goiânia, filho de Antônio Pereira de Oliveira e Sônia Maria Rodrigues da Silva, ambos provenientes do interior do Tocantins em busca de uma vida melhor na capital goiana. Cresci nessa cidade; na minha infância, gostava de jogar futebol, soltar pipa, andar de bicicleta e participar de todas as brincadeiras típicas de uma criança nascida no início dos anos 1990, cuja realidade era desprovida de muitos privilégios sociais.

Na adolescência, mudei os gostos, os amigos, os lugares. Nada muito diferente das problemáticas que geralmente acometiam os adolescentes do início dos anos 2000 na periferia de Goiânia: gostar de *Rock 'n' Roll*, video games e *internet*. O tempo passou, e continuo aqui, escrevendo e produzindo histórias sobre mim e sobre o outro. Tal como essas reminiscências são importantes para mim, porque dizem respeito ao que eu sou e ao que me tornei, eu não poderia começar este trabalho sem dizer um pouco de como ele começou. Digamos que ele surgiu como um "arrepio", um "estalo"! Uma pesquisa inicia-se no momento em que um corpo se propõe a pensar algo novo, a expandir os sentidos e os significados sobre o mundo e sobre a vida.

Pois bem, eu me formei no curso de Licenciatura em História no ano de 2015, na Universidade Federal de Goiás. Dois anos antes, em 2013, eu estava matriculado nas disciplinas de História do Brasil IV e Técnicas de Pesquisa Histórica, cujos queridos docentes eram, respectivamente, o professor Elio Cantalício Serpa e a professora Dulce Amarante dos Santos.

Na disciplina de Técnicas de Pesquisa Histórica, a nota final era obtida através da criação de um projeto de pesquisa. Foi com o intuito de pensar em uma fonte histórica para o projeto que acessei o site da Biblioteca Nacional e fui garimpar alguns jornais digitalizados. Nesse processo, encontrei uma edição de 1929 do jornal **O Paiz** que continha uma matéria cujo título era algo como "A plataforma de Governo de Getúlio Vargas". O autor dessa matéria era justamente o protagonista desse estudo, o jornalista Azevedo Amaral.

Nesse momento, entrei no projeto de pesquisa do professor Elio, que naquela ocasião tinha como objeto de estudo a revista do Instituto de Estudos Brasileiros da

Universidade de Coimbra, chamada **Brasília**, criada em 1942. As preocupações fundamentais da revista giravam em torno de questões relacionadas à língua, à história e à literatura, bem como realizava um intercâmbio de ideias entre intelectuais portugueses e brasileiros da época. Em uma das edições dessa revista, havia uma resenha do livro *Ensaio Brasileiro* de Azevedo Amaral, publicado em 1930. Juntei o útil ao agradável, produzi um artigo para o PIBIC – Programa Institucional de Iniciação Científica – e fiz o projeto de pesquisa da disciplina da professora Dulce.

O resultado dessa história foi a continuação da pesquisa no mestrado e no doutorado. No mestrado, tratei de pensar como, a partir do ano de 1938, Azevedo Amaral contribuiu intensamente por meio da imprensa na legitimação da ideologia autoritária do Estado Novo. No doutorado, a ideia foi apresentar os fundamentos do seu pensamento político através do estudo de um corpo documental que vai desde o início de sua carreira em 1906, até seu falecimento em 1942.

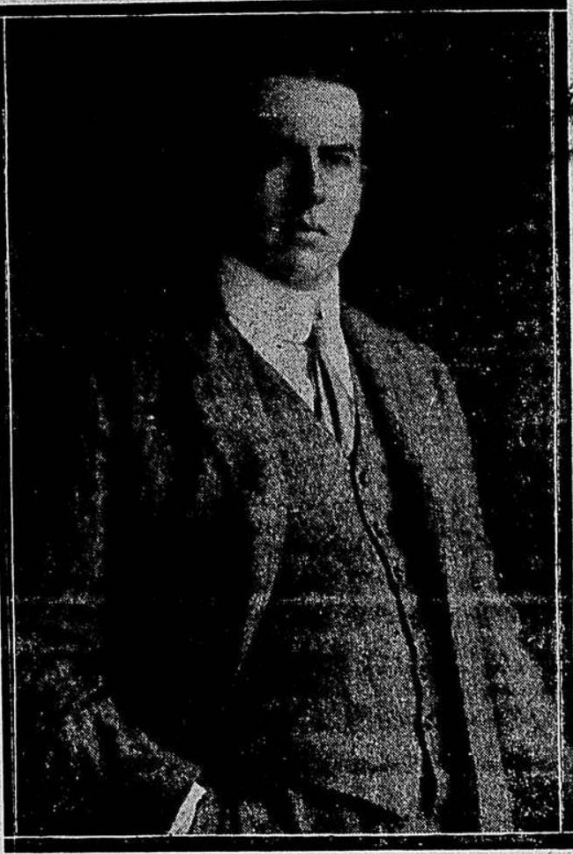
Portanto, de lá para cá, passou-se uma década de estudos sobre Azevedo Amaral. Muitos papéis foram escritos, rasgados; muitas linhas foram apagadas, muitos parágrafos foram corrigidos, deletados e recuperados da lixeira. Alguns artigos foram escritos, publicados, outros rejeitados, humilhados; muitas lágrimas foram derramadas, enxugadas, mas também muitas horas de sorriso, de conversa, muitas trocas de experiências. Enfim, muitos encontros e desencontros. Esta pesquisa é, no final das contas, fruto de muita bricolagem, de rearranjos, de errância e de improviso. Ela é tudo isso e um pouco mais. Talvez não seja o fim, mas uma passagem, uma ponte, para outros projetos, outros arrepios!

O protagonista

Figura 1 - Fotografia do jornalista Antônio José de Azevedo Amaral, em 1913.

VIDA DE IMPRENSA

*O correspondente do
"Correio da Manhã"
em Londres*



De Azevedo Amaral, o nosso correspondente epistolar em Londres, estampamos hoje a photographia, como homenagem ao seu talento e gratidão aos serviços que elle vem prestando aos nossos leitores ha muitos annos, informando-os de tudo quanto occorre no alto scenario da politica européa, e commentando os acontecimentos a ella ligados com uma agudeza de visão verdadeiramente extraordinaria.

De um modo geral, os correspondentes dos jornaes brasileiros no velho continente quasi nunca assumem attitudes de criticos perante os factos que se observam no emmaranhado da sua politica internacional, excessiva-

doza as conveniencias dos negocios d'Estado. Vae para muito que a Europa vem sendo sacudida por successos de toda a ordem. Complicações politicas, originarias a necessidade da expansão economica das grandes potencias, o renascimento do espirito militar em que se apoia ou pretende apoiar-se essa expansão, o jogo intrinseco da politica de cada qual dos grandes paizes, de que depende a paz européa, tudo isso tem exigido que haja muita segurança de criterio para ajuizar os desdobramentos da colossal trama das chancellarias.

Lateralmente com a acção dos gabinetes trabalha o problema social. Numa nação como a Inglaterra, onde

Fonte: Correio da Manhã (1913).

Essa imagem (Figura 1) é uma raridade, capturando nosso protagonista, o jornalista Antônio José de Azevedo Amaral, em um momento único, em um instante em que o corpo repousava em meio à aceleração do tempo e da vida. Ela ocupou posição de destaque na primeira página do jornal **Correio da Manhã**, datado de 3 de janeiro de 1913. A fotografia insinua que tenha sido tirada em um ambiente com luz escassa, revelando um Azevedo Amaral envolto em enigmas, um homem destinado a se tornar um "intelectual dos bastidores". Concomitantemente, essa imagem personificava uma geração de intelectuais que cruzaram o Atlântico em busca de expandir seus horizontes e contribuir para a evolução da imprensa em expansão no início do século XX.

Azevedo Amaral, como era conhecido, nasceu em 26 de março de 1881, na cidade do Rio de Janeiro. Alcançou notoriedade como um importante ideólogo do Estado Novo, sendo reconhecido como um dos principais representantes do grupo de intelectuais conhecidos como pensadores autoritários do Brasil. Embora sua obra seja de grande relevância, ele nunca recebeu a mesma atenção na historiografia em comparação com outros intelectuais autoritários do mesmo período, como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Alberto Torres.

As pesquisas dedicadas à sua obra ganharam centralidade nas décadas de 1980 e 1990, concentrando-se predominantemente em seus escritos do período de maior produção intelectual, entre os anos de 1930 e 1941. Estas análises enquadravam-no dentro do grupo dos conservadores, antiliberais e defensores do Estado centralizado, identificando pontos de convergência e divergência entre os autores.

Os primeiros estudos sobre seu pensamento político datam dos anos de 1960, com os trabalhos de Guerreiro Ramos (1961) e Aspásia Alcantara (1967). Ambos o reconheciam como um dos pioneiros das ciências sociais no Brasil. Essa percepção era, em grande parte, resultado de sua constante afirmação de que seus escritos eram norteados pelo prisma da objetividade e do realismo, uma questão de suma importância para uma parcela da intelectualidade brasileira na década de 1930. Esses intelectuais estavam profundamente empenhados em interpretar o país oferecendo soluções para seus desafios nas esferas social, política e econômica.

A partir desses trabalhos pioneiros, damos um salto até a década de 1980,

quando novas pesquisas surgiram, incluindo o estudo de Lucia Lippi (1982) intitulado **O Pensamento Político de Azevedo Amaral**. Nessa obra, a autora empenhou-se em interpretar a figura de Azevedo Amaral, destacando-o como um porta-voz da ideologia política do Estado Novo e um dos principais expoentes da matriz autoritária que caracterizava aquele contexto histórico.

Para a autora, o pensamento político de Azevedo Amaral estava estruturado em uma filosofia política que mesclava ciência, racismo e elitismo. Suas ideias tinham o propósito de compreender as “formas orgânicas” da sociedade, privilegiando aspectos geográficos, históricos, étnicos e políticos. Essa compreensão era derivada da análise de fatores psicológicos, como herança racial ou cultural, e dos fatores econômicos que eram considerados estruturais na sociedade brasileira. A autora utiliza como fonte principal os livros **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, de 1938, e Getúlio Vargas, estadista, publicado em 1941. O restante do trabalho se dedica a elucidar as principais questões que envolviam a discussão sobre a organização, estrutura e funcionamento do Estado Novo (LIPPI, 1982).

Outro trabalho de grande relevância da época foi o de Bolivar Lamounier (1985), intitulado **Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação**. Nesse trabalho, o autor, assim como Lucia Lippi, procurou compreender o pensamento político de Azevedo Amaral enquadrando-o em uma tradição de pensamento autoritário que emerge com o fim da Primeira República. Azevedo Amaral, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco Campos seriam os principais representantes dessa tradição de pensamento no Brasil.

Para Lamounier (1985), o objetivo desses intelectuais era persuadir as elites políticas e culturais da época a pensarem em um modelo alternativo de organização político-institucional, diferente da era liberal da Primeira República, tida como um reduto de problemas políticos e o principal fator de atraso para o desenvolvimento econômico e social do país.

Nos anos 1990, surgiram pouquíssimos trabalhos sobre Azevedo Amaral, porém, vale mencionar a dissertação de mestrado de Rogério Baptistini Mendes (1995), intitulada **Azevedo Amaral e o Brasil Moderno: A Via Autoritária e a Modernização** (MENDES 1995). Nesse trabalho, o autor parte das análises realizadas durante os anos 1980 ao vincular Azevedo Amaral a uma tradição de pensamento autoritário. No entanto, avança na tentativa de compreender como esse autoritarismo estava relacionado a um ideal de modernização.

O autor também inova ao analisar outras obras de Azevedo Amaral publicadas ao longo dos anos 1930, como **Ensaio Brasileiro** (1930), **O Brasil na Crise Atual** (1934), **A Aventura Política no Brasil** (1935) e **Renovação Nacional** (1936), com o intuito de entender sua “teoria do desenvolvimento histórico”, enquadrando-o como um pensador positivista e evolucionista. Sua hipótese central era que Azevedo Amaral buscava teorizar um “complexo estatal” com ampla capacidade de intervenção e regulação sobre a economia e a sociedade, o que só seria possível por meio de mecanismos autoritários-corporativistas.

Nos anos 2000, surgiram trabalhos relevantes, como o de Luiz Guilherme Piva (2000), intitulado **Ladrilheiros e Semeadores: A Modernização Brasileira no Pensamento de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. Nesse trabalho, o autor buscou estabelecer aproximações e distanciamentos entre esses intelectuais, tendo como ponto central a modernização brasileira e as linhas ideológicas que emergiam naquele contexto.

O autor avançou na discussão ao enfatizar que Azevedo Amaral foi um intelectual preocupado em pensar o sentido do Brasil. Embora o passado e o presente fossem temporalidades importantes em sua análise, o que mais lhe interessava era o futuro, no sentido de conceber uma construção do porvir nacional (PIVA, 2000).

Nessa perspectiva observou-se que, Azevedo Amaral tomou a modernização como o cerne de suas reflexões, defendendo a industrialização como fonte de determinismo econômico, riqueza e soberania. No entanto, para que essa modernização fosse concretizada, era necessário um Estado centralizado e autoritário, capaz de assegurar a unidade e a coesão nacional. Azevedo Amaral via o agrarismo como sinônimo de atraso, associado à fragilidade democrática do liberalismo implantado no Brasil durante a Primeira República (PIVA, 2000).

Segundo Piva (2000), a modernização brasileira tratada por esses autores se encaixaria na metáfora de Sérgio Buarque de Holanda, os “ladrilheiros e semeadores”. Eles serviam para designar, respectivamente, a urbanização e colonização espanhola, e a urbanização e colonização portuguesa. Os ladrilheiros propunham a empresa da razão contra a ordem vigente, diagnosticando problemas e prescrevendo caminhos alternativos. Os semeadores, por outro lado, pregavam a força das tendências naturais da realidade interna, que determinavam limites e possibilidades para a ação política. Para o autor, essas concepções eram aquelas que negavam ou afirmavam o passado histórico brasileiro, pensando as origens da

nacionalidade como fonte de seus diagnósticos e proposições.

Outro trabalho de relevância é **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**, de Mônica Velloso (2003). A autora avança na discussão ao considerar como os intelectuais da década de 1930 passaram a atuar no âmbito do Estado, identificando-o com a ideia de nação. Na sua perspectiva, os intelectuais percebiam a sociedade como um corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, e, nesse sentido, passaram a conceber o Estado a partir das ideias de ordem, unidade e organização. Para Velloso, apesar das diferentes propostas, suas análises convergiam para o mesmo ponto: a solução autoritária e a criação da identidade nacional.

Em seu trabalho, Velloso (2003) aponta como principais representantes dessa matriz de pensamento autoritário Francisco Campos, Azevedo Amaral e Jackson Figueiredo. Em relação a Azevedo Amaral, a autora analisou a importância que ele atribuiu ao papel do intelectual, visto como intérprete da vida social. Identificou-o como um dos principais defensores das elites intelectuais, vistas como uma classe social privilegiada cujo objetivo primordial era construir um espírito coletivo nas massas, dotando-as de uma consciência nacional.

Além desses trabalhos, vale citar o de João Alberto da Costa Pinto (2013), intitulado **Os Gestores na Organização do Capitalismo Brasileiro (1930-1945)**. Para o autor, as décadas de 1920 e 1930 foram caracterizadas pela ausência de uma classe hegemônica nacional na organização do Estado Brasileiro. O contexto de 1930 até 1937 teria sido marcado por disputas políticas entre as burguesias agrárias regionais e somente após a instituição do Estado Novo foi possível, por meio de um modelo autoritário, estabelecer as dimensões do capitalismo brasileiro.

Nesse momento, surgem os gestores, uma classe dominante que se expressaria fundamentalmente pela força do trabalho intelectual. Nesse sentido, para o autor, Azevedo Amaral seria um representante, na medida em que sua trajetória intelectual e sua obra representavam a expressão ideológica desses gestores, elaborando estudos que visavam servir como modelos explicativos daquele contexto histórico (PINTO, 2013).

Todos esses trabalhos citados partem da mesma lógica argumentativa, associando Azevedo Amaral a um grupo específico de intelectuais, autoritários, modernizadores e/ou gestores do capitalismo. Eles também têm como principais referências seus livros publicados durante a década de 1930, principalmente **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, que sintetiza suas análises sobre a

organização e funcionamento do Estado Novo.

O enquadramento do autor em um grupo ou classe é pertinente, pois auxilia a compreender como suas ideias circulavam no campo intelectual da época. No entanto, o enquadramento por si só não consegue explicar, por exemplo, as continuidades e, principalmente, as descontinuidades da vida e da obra do autor, uma vez que este é um sujeito histórico passível de mudanças de posicionamento e contradições.

Sua obra **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional** marca uma mudança fundamental em seu pensamento político. É a partir dessa obra que podemos falar de Azevedo Amaral como um ideólogo e propagandista do Estado Novo. Antes disso, ele era apenas um jornalista, um “divulgador de informações” como propõe (DARNTON, 2011), preocupado em influenciar a opinião pública sobre a criação de um modelo político adequado às especificidades da formação brasileira.¹

Portanto, essa historiografia construiu uma narrativa sobre Azevedo Amaral como um proeminente ideólogo, deixando de explicar o processo de formação de suas ideias. Tratou-se de pensar sua vida e sua obra, levando em consideração apenas o contexto ditatorial varguista, como se Estado Novo fosse desde sempre o cerne de todas as suas reflexões. Ela se concentrou exclusivamente em suas obras publicadas na década de 1930, negligenciando ou não considerando como fonte ou objeto de análise as fases iniciais de sua carreira jornalística, que contêm uma parcela significativa de sua produção intelectual.

A trajetória de Azevedo Amaral não teve início na década de 1930, mas sim em 1906, quando atuava como jornalista no cargo de correspondente internacional. Na época ele cobria os eventos da Primeira Guerra Mundial para o **Correio da Manhã**. A Guerra desempenhou um papel importante na construção de sua visão conservadora e autoritária.

¹ Em **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**, Darnton (2011) não define explicitamente o conceito de “jornalista” da forma como entendemos hoje, mas ele oferece uma visão relevante do papel de certos indivíduos que desempenhavam funções na divulgação de informações e notícias na França do século XVIII.

Darnton (2011) analisa o papel dos “libelos”, publicações clandestinas e frequentemente polêmicas. Esses libelos, muitas vezes, serviam para criticar a política e a sociedade da época, disseminando informações e opiniões ao público. Os autores desses libelos não podem ser considerados jornalistas, nos termos contemporâneos dessa profissão. Todavia, eram críticos sociais e políticos que operavam fora dos canais oficiais e muitas vezes enfrentavam censura e perseguições. Portanto, para Darnton, nesse contexto histórico, o autor de libelos está associado à ideia de um divulgador de informações e opiniões que desafia as normas e os poderes estabelecidos, atuando muitas vezes em um ambiente de censura e repressão. Esses indivíduos eram fundamentais para a circulação de ideias e para a formação da opinião pública, mesmo em um cenário em que a imprensa, tal como a conhecemos hoje, ainda não existia ou, pelo menos, ainda estava em formação.

Nesse sentido, um período de vinte anos em sua trajetória, que não recebeu a devida atenção da historiografia, emerge como um elemento de extrema importância para uma compreensão mais abrangente de seu pensamento político. É crucial salientar que este trabalho se baseia nessa historiografia existente, a qual trouxe contribuições significativas para o estudo do pensamento político de Azevedo Amaral. Portanto, não se trata de negar seu lugar e sua importância entre os intelectuais autoritários daquele contexto, mas de tentar adensar a análise sobre o pensamento político do autor estudado.

Meu enfoque está precisamente naqueles aspectos triviais, nos pormenores, nos detalhes que não foram totalmente explorados por essa historiografia. Assim, analiso em conjunto sua atuação na imprensa e no campo intelectual do período. Trata-se de um arranjo, de contar sua história a partir dos cacos, dos fragmentos, daquilo que passou despercebido. O que proponho é trabalhar com a ideia de impermanência, de transitoriedade e de fragmento. O que importa não é tanto o Azevedo Amaral descrito nessas páginas, literalmente, mas o Azevedo Amaral que essas linhas e parágrafos dão a ver.

Nesse sentido, eis o problema ou problemas! Sabemos que uma pesquisa é atravessada por inúmeras questões, que a aflige de todos os lados. Ora, nesse sentido, aqui vão algumas: Quais os detalhes sobre a vida e a obra de Azevedo Amaral que passaram despercebidos pela historiografia? É possível outra leitura de sua trajetória para além do “cânone autoritário”, enfocando outros aspectos como a modernização? Como sua trajetória na imprensa moldou sua perspectiva política e social? Em que consistiam os fundamentos do seu pensamento político? Qual foi sua relevância no campo intelectual dos anos de 1930? Essas são algumas perguntas que esse trabalho procurará responder. Experimentemos! Inventemos “Azevedos Amarais” ou quem quer que seja no plural! Corro o risco, mas é preciso coragem, como diria Lavrador (2006),

Arriscar é experimentar “uma vida” e criar outros modos de estar no mundo e na vida (...). Essa criação de novas possibilidades de vida ou a abertura de novos campos de possíveis envolve uma nova maneira de ser afetado e de afetar, uma nova sensibilidade da qual emerge uma mutação afetiva e perceptiva (LAVRADOR, 2006, p. 47).

O biografema

Esse estudo apresenta outra interpretação, pois tem como tese a concepção de que Azevedo Amaral não apenas foi um representante do pensamento autoritário brasileiro. Entendemos que ele também era um intelectual inserido na tradição ensaística que floresceu no início do século XX, preocupada em interpretar o país e contribuir para a invenção de um Brasil moderno.

Isso implicou na criação de um biografema sobre Azevedo Amaral. Diferentemente da abordagem de uma biografia convencional, um biografema não tem como objetivo narrar sua vida pessoal do intelectual estudado de maneira a reproduzir sua totalidade ou estabelecer uma cronologia estritamente linear da trajetória de seu pensamento. O foco deste trabalho, portanto, reside na identificação dos traços biografemáticos de Azevedo Amaral, nos detalhes frequentemente negligenciados em suas obras, que transcendem a etiqueta de ideólogo varguista.

A concepção de biografema é apresentada por Roland Barthes em **Sade, Fourier, Loyola** (2005). Ele se concentra em buscar nos elementos pelos quais cada um desses autores é geralmente reconhecido (por exemplo, pornografia para Sade, socialismo utópico para Fourier, mística da obediência para Loyola), algo que até então passava despercebido. Assim, ele identificava os pormenores, o que transforma esses autores em escritores, ou seja, o que confere às suas escritas o status de escrituras.²

Barthes (2005) argumenta, por exemplo, que Sade produz escritura porque ele inventa a linguagem do crime, o que faz com que seu texto tenha valor por si só, independente de seu conteúdo (que pode ser considerado obsceno, violento, perverso). Ao fazer isso, Barthes cria uma nova perspectiva sobre Sade, e, por essa razão, ele está produzindo um biografema. Ele não concebe Sade apenas como o autor da pornografia (não o limita a isso), mas como um escritor, um produtor de

² Para Roland Barthes (2005), o conceito de escritura refere-se a uma abordagem mais ampla e abstrata da linguagem e da produção textual, em contraposição à "escrita" tradicional, que se concentra na comunicação direta e no conteúdo declarativo. A "escritura" implica uma visão mais experimental e exploratória da linguagem, na qual o foco está na maneira como o texto é construído, nas camadas de significado, na ambiguidade e na abertura à interpretação. Para Barthes, a "escritura" é mais uma atividade criativa e desafiadora, na qual o autor busca transcender as convenções linguísticas e culturais, questionar as estruturas tradicionais de significado e envolver o leitor de forma mais ativa na construção do sentido. A escritura busca criar um espaço de jogo e ambiguidade, permitindo que múltiplos significados e interpretações coexistam.

escritura, explorando detalhes que antes eram vagos e carentes de significado, como, por exemplo, o "regalo branco" (ou, da mesma forma, os vasos de flores de Fourier ou os olhos espanhóis de Inácio).

Os traços biografemáticos, são os detalhes insignificantes, triviais, transformados em disparadores de escritura. São aqueles que instigam um texto; são casos de inflexões: aquilo que passa despercebido pelas interpretações diversas e acaba por se valorizar na nova escritura. Nas palavras de Barthes,

Se eu fosse escritor, já morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e devoto, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: 'biografemas', cuja distinção e mobilidade poderiam viajar fora de qualquer destino e vir tocar, à maneira dos átomos epicurianos, algum corpo futuro, prometido à mesma dispersão; uma vida esburacada, em suma, como Proust soube escrever a sua obra (BARTHES, 2005, p. 157).

O biografema, conforme descrito por Campos (1970), ocorre quando a vida e a obra de um autor se entrelaçam de tal forma que se tornam indistinguíveis. É o ponto de encontro entre a ficção e a realidade, entre o imaginário e a história. Nesse sentido, se trata de abordagem que busca garantir que sempre que um autor seja objeto de escrita, essa abordagem seja inédita. Ela não se apropria dos detalhes já impregnados de significado, mas sim daqueles que permanecem vazios de sentido. O biografema, como uma poética dos detalhes, reside em sua natureza afirmativa: não envolve ignorar biografias ou narrativas de vida tradicionalmente escritas; pelo contrário, implica se envolver com elas; recuperar os detalhes que podem ter escapado dessas abordagens convencionais.

Essa perspectiva tem paralelo com o conceito de Paradigma Indiciário de Ginzburg (2002), em seu estudo sobre os processos de bruxaria e heresia na Europa, onde observou que muitos aspectos da vida social e cultural eram revelados através da análise de pequenos indícios e detalhes nas fontes disponíveis. Ele o define como uma abordagem metodológica na historiografia e na pesquisa histórica que se concentra na análise de evidências indiretas e fragmentárias para reconstruir o passado. Essa abordagem se distingue da análise baseada em documentos e fontes diretas, privilegiando o estudo de pistas e sinais sutis que podem revelar aspectos ocultos ou menos evidentes da história.

Munido dessas perspectivas, esse estudo buscou reunir alguns fragmentos da trajetória jornalística de Azevedo Amaral para montar um mosaico de sua vida e obra.

Interessei-me pela forma como ele era retratado na imprensa, como lidava com seus pares, seja jornalistas ou intelectuais, seus posicionamentos políticos perante a guerra e diante das disputas pelo poder. Busquei o modo como ele dirigia e editorava os jornais, os pormenores de sua escrita ensaística, enfim, tudo aquilo que sobrava, que derramava, que ficava nas entrelinhas das fontes às quais me debrucei e que de alguma forma continha um pedaço, um detalhe da sua vida.

Lá no meio desse mosaico, temos a figura de um sujeito histórico, de carne e osso e volátil. Nesse sentido tento apresentar não um quadro de sua vida e obra, parado, congelado no tempo, mas como um “rolo de filme Kodak”, uma imagem-movimento, cheio de fotografias, eventos, momentos, que juntos formam um todo.

Experimentei pensar a figura de Azevedo Amaral para além do cânone autoritário, isto é, esse lugar social e político pré-determinado que o coloca apenas como mais um ideólogo, conservador, pensador de direita, autoritário dos anos de 1930 e que é usado como referência para julgar toda sua trajetória enquanto sujeito histórico. Busquei, através das fontes, outros traços, detalhes, ideias, teorias e conceitos que foram negligenciados pela historiografia já consolidada e que podem nos oferecer elementos para fazer outra leitura de sua vida e de sua obra. Esse foi o desafio que me propus a realizar neste trabalho.

Que Azevedo Amaral ficou conhecido como um representante do pensamento autoritário no Brasil já sabemos, mas como ele tornou-se autoritário? O que o levou a defender um Estado forte e centralizado? Em que consistia, dava substância, embasamento a esse autoritarismo? Talvez a resposta para tais questões esteja justamente em um traço biografemático que não foi devidamente explorado pela historiografia, isto é, a forma como ele interpretava o passado e a história do país em seus ensaios.

Nesse sentido, trago a seguinte leitura: O pensamento político de Azevedo Amaral pode ser entendido como uma narrativa sobre a temporalidade, mais especificamente, uma narrativa sobre o tempo da nação. Ao analisar seus ensaios, livros, artigos e crônicas, o traço biografemático que sempre aparece, principalmente em seus ensaios publicados a partir dos anos 1930, é a representação do tempo histórico e como ele deveria ser pensado para produzir outra escrita da história do Brasil. Em outras palavras, tratava-se de colocar o país no ritmo da história, superar o “atraso” e torná-lo contemporâneo de seu próprio tempo. Foi essa dimensão que me interessou fundamentalmente.

Ora, é justamente a partir da superação das raízes coloniais que emergia a possibilidade de se inventar um Brasil moderno. Era somente a partir do esquecimento dos males do passado que se poderia construir uma nova nação. Para Azevedo Amaral, o passado em ruínas não servia como base para se retirar os elementos para a criação de um novo Brasil.

Em 1938, um ano após a instauração do Estado Novo, Azevedo Amaral publica sua obra capital, **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, que era uma espécie de saudação do novo regime. Para ele, o Brasil teria reencontrado os trilhos da modernização perdidos no século XVIII. O país finalmente teria entrado no ritmo da história, se reconciliando com seu passado. A Revolução de 1930³ é vista como um processo de ação direta, uma brecha no tempo que dava início a uma longa caminhada que culminaria na criação do Estado Novo em novembro de 1937.

A partir daquele momento, o presente passou a ser pensado como a única temporalidade possível, um presente eterno que legitimaria todas as ações de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Para Azevedo Amaral se tratava do melhor tempo do país, da melhor forma de Estado e de Governo. A negação do passado dava subsídio para afirmar e legitimar sua visão de mundo conservadora e autoritária.

O Ensaio

Neste trabalho eu parto da ideia de que a produção intelectual de Azevedo Amaral, fundamentalmente os livros escritos na década de 1930, era expressa por meio do gênero literário do ensaio. Não apenas porque ele reivindicava essa forma de escrita em seus textos, mas porque o ensaio se constituiu naquele momento, sobretudo no campo intelectual, como uma importante forma narrativa para se ler e compreender história do país. Sua escrita ensaística buscava explorar não apenas o nosso passado colonial, mas também a própria história de Portugal.

³ Segundo Borges (2001) o movimento de 1930 não foi apenas uma ação de tomada de poder por meios não convencionais, mas sim um fenômeno com implicações profundas para a modernização e a reconfiguração do Estado brasileiro. Segundo a autora, o termo “revolução” estava na ordem do dia, tanto nas disputas políticas menores do dia a dia, quanto no debate mais amplo. O conceito de revolução era um elemento central nas diversas vozes envolvidas (imprensa, anais, ensaios, memórias e literatura) daquele período. Ainda segundo a autora, o conceito de “revolução” tinha duas interpretações possíveis; uma “revolução política”, que passou necessariamente por um movimento militar organizado a partir da Aliança Liberal, e uma “revolução social” que veio a partir de um amplo movimento de transformação cujo início se deu com as revoltas militares de 1922 e 1924. Nas palavras da Borges, “atrás da luta pelo poder, existia, obviamente a luta pela “legitimidade revolucionária”, pelo espólio do movimento de outubro, pela parceria da “revolução” (BORGES, 2001, p. 162).

Para se entender o Brasil, era fundamental estudar as instituições portuguesas que foram transplantadas para o solo brasileiro durante o processo de colonização. Compreender esse processo explicaria nosso presente e os desafios que enfrentávamos. Isso não era uma novidade de Azevedo Amaral, muitos ensaístas da época estudaram o processo de colonização e elaboraram sínteses explicativas sobre nossa história. A ideia aqui é justamente mostrar a especificidade de sua escritura em relação a seus contemporâneos.

Nicolazzi (2013) partindo das ideias de Macé (2006), afirma que o ensaio se constituiu de maneira multifacetada, como um gênero de escrita que se caracterizava por sua natureza exploratória, reflexiva e argumentativa. Embora o conceito de ensaio seja complexo devido à sua natureza heterogênea, o autor sugere que podemos definir o ensaio considerando seus contextos sociais e políticos específicos. Para Macé (2006), o ensaio teria surgido na França por volta de 1900 como uma forma discursiva predominantemente literária, servindo como uma afirmação dessa modalidade de escrita em relação a outros campos do conhecimento. Segundo Nicollazi (2013), Macé (2006) propõe que,

Os escritores confiaram ao ensaio o cuidado de manter o papel da literatura na evolução do conhecimento, no momento em que as ciências humanas pareciam deslocá-los, e muito depois que a prosa literária tivesse rompido com a retórica [...] nesse espaço literário autonomizado, separado, e numa relação cada vez mais difícil com os discursos acadêmicos, qual poderia ser a réplica dos escritores? Ela consistiu na afirmação de um 'estilo de pensamento' próprio à tradição literária e à ilustração do ensaio como obra-prima da história francesa. (MACÉ apud NICOLAZZI, 2013, p. 8).

Nessa perspectiva, o ensaio não é apenas uma forma de expressão, mas também um modelo de escrita que reforçava a posição da literatura em relação a outras áreas do saber. Para Nicollazi (2013), esse gênero se estabeleceu no Brasil no início do século XX, à medida que as fronteiras disciplinares foram reorganizadas e o discurso acadêmico ganhou destaque em relação a literatura, que assumia, desde então, um papel fundamental na representação da cultura brasileira. Segundo ele,

Isso implicaria, em certo sentido, uma ampliação do campo da história literária, uma expansão que já havia sido tentada no final do século XIX, ainda que de maneira limitada, especialmente por um crítico e historiador como Silvio Romero, que tentou abordar a literatura também sob uma perspectiva sociológica e etnográfica, assimilando todo o influxo conceitual proveniente de diversas áreas científicas (NICOLAZZI, 2008, p. 315).

Cândido (1997) argumenta que essa tradição ensaísta se estabeleceu através

de uma ligação entre a pesquisa científica e a criação literária, tornando-se uma característica distintiva do nosso pensamento. Ela se manifestava como um gênero de reflexão no qual a imaginação e a observação, a ciência e a arte se combinam em diferentes proporções.

O ensaísmo brasileiro daquele período apresentava características distintivas, tais como a exploração abrangente de temas e ideias, que não se limitavam a narrativas ou histórias específicas. Os ensaístas se dedicavam a investigar conceitos filosóficos, questões sociais, políticas e culturais relacionadas à história do Brasil. Eles adotavam uma perspectiva reflexiva e flexível, o que permitia a expressão de opiniões e experiências em relação a temas diversos. De modo geral, o ensaísmo brasileiro desempenhou um papel fundamental na expressão e na disseminação do pensamento e da cultura brasileira no início do século XX.⁴

A escrita ensaística de Azevedo Amaral empenhava-se em formular uma síntese explicativa do processo de formação do Brasil. Em diversos textos, destacava a importância de interpretar a história de maneira objetiva, utilizando um método que fosse apropriado à nossa realidade. A ênfase dada a esse "rigor científico" era uma característica marcante de sua abordagem, embora nem todos os intelectuais da época compartilhassem desse compromisso, já que se buscava principalmente ganhar credibilidade no campo intelectual daquele período.⁵ Em seu prefácio à obra

⁴Em contraste com outros gêneros de escrita, o ensaio também oferecia uma ampla gama de estilos de escrita, que podiam ser formais, informais, líricos ou mais acadêmicos, dependendo dos objetivos do autor e do tom desejado. A estrutura dos ensaios era variável, não seguindo uma forma rígida. Os autores também desfrutavam de uma notável autonomia, com liberdade para escolher seus temas, abordagens, estilos e tons. Além disso, eles frequentemente dialogavam com uma tradição literária ou intelectual específica, referenciando outros escritores, filósofos ou pensadores em seus ensaios.

⁵ O conceito de campo intelectual é uma ideia-chave na sociologia do conhecimento e na teoria social de Bourdieu (2003). Ele se refere a um espaço social onde ocorre a produção, distribuição e legitimação do conhecimento, especialmente nas áreas da cultura, da academia e das artes. O campo intelectual é um sistema de relações sociais no qual os agentes (intelectuais, artistas, acadêmicos, etc.) competem pelo reconhecimento, influência e poder dentro desse campo. O campo intelectual é relativamente autônomo em relação a outros campos da sociedade, como o campo econômico ou político. Isso significa que as regras e dinâmicas dentro do campo intelectual são distintas e não podem ser totalmente explicadas por fatores externos. Nele há uma competição constante entre os agentes pelo controle dos recursos simbólicos, como prestígio, reconhecimento e visibilidade. Essa competição muitas vezes se manifesta em debates intelectuais e lutas por legitimidade. O campo intelectual também é composto por diferentes "campos de forças" ou grupos de agentes que compartilham interesses, valores e orientações intelectuais semelhantes. Cada campo de forças representa uma perspectiva particular dentro do campo intelectual mais amplo. Os agentes acumulam capital simbólico no campo intelectual, que se refere ao prestígio e à autoridade intelectual que eles ganham ao longo do tempo. O capital simbólico é essencial para ganhar influência e poder no campo. Dentro do campo intelectual, surgem hierarquias de poder que determinam quem tem a capacidade de definir o que é considerado conhecimento legítimo. Essas estruturas de poder podem ser institucionais, como universidades e editoras, ou informais, como redes de relacionamentos. Além disso, o campo intelectual

Brasil na Crise Atual, ele afirmava:

Como explicação prévia ao leitor, convém assinalar o caráter essencialmente crítico destes estudos, em cuja feitura houve por certo a inspiração dos sentimentos de brasilidade do autor, mas que não obedecem a um propósito finalista de natureza específica. Fazendo o estudo dos problemas que interessam vitalmente o Brasil, a preocupação predominante de quem escreveu esses ensaios foi a análise objetiva da realidade. E como esta é sempre contraditória em consequência da própria complexidade, é possível que o leitor tenha, por vezes, a impressão, aliás falsa, de alguma inconsistência entre as afirmações contidas nestas páginas. Entretanto, se a leitura delas for feita levando-se em consideração o ponto de vista crítico e objetivista em que se colocou o autor, verificar-se-á a coerência que coordena todas as ideias e opiniões aqui expressas (AMARAL, 1934, p.1).

De uma forma geral, seus ensaios tinham como principal abordagem, a ideia de que as complexidades enfrentadas pelo Brasil tinham sua origem no passado. Ele acreditava que, ao realizar uma análise objetiva da história, seria possível identificar os fatores que contribuíram para as crises que desviaram o país do caminho em direção à modernização.

Por outro lado, cabe destacar que muitas obras desse período apresentavam em seus títulos a palavra "formação", como é o caso de **Formação do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Junior (1942), **Raízes do Brasil** de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira** de Oliveira Lima (1911), entre outras. De acordo com Arantes (1997), esses títulos refletiam uma preocupação nacional e uma ênfase constante na ideia de formação nos principais trabalhos ensaísticos daquela época.

Independentemente da perspectiva adotada, a dimensão temporal assumia um papel crucial nas diversas interpretações sobre o Brasil naquele momento. O passado, o presente e o futuro se entrelaçavam e se sobrepunham, criando um cenário complexo de explicações sobre a formação do Brasil. Buscava-se compreender a história do país através do estudo de seu espaço de experiência e seu horizonte de expectativa.

Segundo Koselleck (2006), esses conceitos são fundamentais para a compreensão de como as sociedades humanas percebem e lidam com o tempo. O espaço de experiência se refere ao conjunto de experiências individuais e coletivas que uma geração ou sociedade vivencia ao longo do tempo. É o contexto temporal no

também está sujeito a mudanças históricas e transformações. As dinâmicas e as regras do campo podem evoluir ao longo do tempo de acordo com as condições sociais, políticas e culturais.

qual as pessoas estão imersas e no qual suas vidas se desenrolam, incluindo eventos históricos, mudanças sociais, avanços tecnológicos, transformações culturais e outras experiências que moldam a compreensão de uma geração sobre o passado. Cada geração tem seu próprio espaço de experiência, que é influenciado pelo tempo em que vive e pelas experiências que compartilha com seus contemporâneos. Logo, o espaço de experiência está intimamente ligado à memória e à identidade de uma sociedade, pois é onde as pessoas encontram referências para entender quem são e de onde vêm.

O horizonte de expectativas, por outro lado, refere-se às expectativas, projeções e visões de futuro que uma sociedade ou grupo social tem em um determinado momento. É o conjunto de possibilidades e aspirações que uma geração ou sociedade enxerga em seu futuro, com base em sua experiência passada e no contexto atual. Todavia, esse horizonte de expectativas é dinâmico e pode mudar ao longo do tempo, à medida que novas experiências e eventos alteram as perspectivas de futuro. As expectativas podem ser políticas, sociais, culturais, econômicas e relacionadas a outras esferas da vida humana.

De modo geral, Koselleck (2006) argumenta que a relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas é fundamental para a compreensão da historicidade, pois as expectativas de futuro são moldadas pelas experiências passadas, e as experiências passadas são interpretadas à luz das expectativas de futuro. Esses conceitos nos ajudam a entender como se estruturavam os ensaios de Azevedo Amaral, que ora refletia sobre as experiências do passado, ora lançava perspectivas de futuro, através de um prognóstico sobre os acontecimentos políticos que atravessavam a sociedade brasileira naquele momento.

Contudo, essa sobreposição de múltiplas temporalidades no mesmo contexto gerava uma sensação de crise. Em 1924, Alceu Amoroso Lima, sob o pseudônimo de “Tristão de Athayde” já atestava que o país vivia um período de crise identitária cujo reflexo mais imediato era a percepção da uma desordem temporal.

Somos nacionalidades apressadas, onde todas as fases da civilização coexistem, desde o selvagem no último grau de decadência, até as inteligências mediterrâneas e sutis, que se isolam ou murcham nesses trópicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação do efêmero e um pressentimento contínuo de morte [...] Não há, na história, períodos e ciclos de caracterização fixa, de limites incontestáveis. A vida de um povo, como a de um espírito, é um longo tecido ao mesmo tempo contínuo e descontínuo. Tudo se liga no tempo e tudo evolui desagregadamente no espaço. Não há uma superfície de expansão homogênea, nem, por outro

lado, barreiras naturais definidas que permitam delimitar sem hesitação. Tudo é uma grande curva sem fim, onde a descontinuidade das transformações bruscas acaba se uniformizando no traçado amplo da evolução (LIMA, 1981, p. 48).

A crise na ordenação temporal coincidia com uma crise na representação política que se desenvolvia naquela conjuntura. Tanto nos debates políticos de abrangência nacional quanto nas disputas políticas mais locais e cotidianas, a noção de crise emergia como elemento central. Essa realidade era prontamente perceptível nos registros da imprensa, nos documentos acadêmicos, nos ensaios, nas narrativas de memória e na literatura da época. Borges (2001) sintetiza bem essa questão dizendo que,

Após outubro de 1930, uma frequentemente apontada situação de 'crise' sucediam-se as imagens de 'confusão', 'desordem', 'anarquia', 'erro', 'turbilhão', 'encruzilhada', 'carnaval', 'atoleiro', 'o país estar na beira do abismo', 'caos' e até 'inferno'. Por exemplo, em falas de literatos: para Humberto Campos, o Brasil 'cavalgava um corcel desenfreado'; para Afrânio Peixoto, 'só um profeta poderá dizer neste momento para onde vai o Brasil'; Gilberto Amado finaliza uma longa reflexão sobre a economia do país e sua política, atônito: 'Eu daria um prêmio àquele que me dissesse qual é o problema, qual é programa, qual a política nacional do Brasil'. Assim, como saber para onde vai nossa pátria?"; Humberto Freire diz: o país como 'uma barata num terreiro de galinhas (BORGES, 2001, p. 163).

A crise indicava, assim, uma discrepância entre a concepção e a realidade, entre as aspirações e o que se desenrolava diante dos olhos desses intelectuais. Conforme observado por Nicolazzi (2013), os ensaístas brasileiros desse período se encontravam em uma encruzilhada, entre o tempo histórico e o tempo social. Interpretar o passado assemelhava-se a uma missão de ordenamento temporal, visando instaurar uma organização no tempo por meio da narrativa histórica. Azevedo Amaral, por seu turno, buscava interpretar o passado, tentando ver os momentos de crise, as rupturas, os desvios, sociais e políticos, que marcaram a história brasileira. Para ele,

O desenvolvimento histórico não é, em última análise, mais que a correção sucessiva de erros, o reajustamento de situações desarmoniosas, uma série de mutações visando sempre a maior adaptação das formas estruturais da sociedade e do seu organismo político às condições traçadas pela inexorável pressão da realidade (AMARAL, 1938, p. 9).

Seus ensaios apontavam para um intervalo temporal que separava o país do resto do mundo considerado moderno. Nesse sentido, tornava-se imperativo reestruturar o tempo, forjando uma nova temporalidade para a nação que

estabelecesse as bases para superar a condição de "atraso" que caracterizava a sociedade brasileira. Sua intenção era demonstrar como a modernização do Brasil poderia se harmonizar com as realidades do mundo contemporâneo. Assim, tornava-se essencial sincronizar o país com o ritmo da história, permitindo-lhe ser contemporâneo de sua própria época.

Seus ensaios são considerados não apenas como uma narrativa sobre a nação, mas também como uma tentativa de abordar a dimensão temporal, por meio da construção de argumentos convincentes com o propósito de conferir um novo significado à história do país. Eles se encaixam na premissa apresentada por Ricoeur (1994), que argumenta que o mundo revelado por qualquer narrativa é sempre um mundo temporal, onde o tempo se torna humano na medida em que é articulado de forma narrativa.

Observando as crises na ordenação do tempo, Azevedo Amaral também reconhecia uma crise de representação política, em grande parte desencadeada pela ascensão de um Estado político que ele descrevia como "parasitário" durante a Primeira República. A partir desse diagnóstico, ele se esforçava para construir uma nova narrativa da história, que advogava pelo ajuste e correção dos desvios políticos perpetrados pela classe política republicana. Em outras palavras, seus ensaios apostavam em uma reconciliação do tempo, um acerto de contas do país com seu passado.

O que se quer enfatizar, é que seus ensaios tinham como principal característica, a elaboração de uma nova forma de representação histórica. Nesse aspecto, talvez resida a principal distinção entre Azevedo Amaral e seus contemporâneos. Embora reconhecesse a importância do passado como elemento explicativo dos problemas presentes, ele acreditava que não era pertinente buscar no passado os elementos para conceber um novo Brasil. Para ele, não devemos cuidar dos mortos, pois são os vivos que abrigam os problemas e as soluções da sociedade.

Nesse sentido, a diferença contida em seus ensaios está justamente na crítica a ideia de uma perspectiva teleológica e evolucionista da história, que tomava o passado como exemplo para o futuro, tal como o *topos* da História *Magistra Vitae*.⁶

⁶ A História *Magistra Vitae*, que se traduz como a história é a mestra da vida, é um conceito que encapsula a ideia de que a história desempenha um papel fundamental como fonte de aprendizado e orientação para a humanidade. Em outras palavras, a história serve como um guia ou mestra para as ações e decisões presentes e futuras das sociedades. De acordo com Koselleck (2006), a ideia de

Segundo ele,

Quem observa à distância uma cordilheira, recebe a impressão de uma continuidade na qual os acidentes orográficos se apresentam como exceções, perturbando a homogeneidade coesa da massa montanhosa. Ao aproximar-se, entretanto, e começando a galgar a encosta serrana, bem diferente é a que se depara o alpinista. O que lhe parecia de longe um desenvolvimento ininterrupto, não passa agora de uma série de volumes separados uns dos outros por traços divisores profundos, que individualizam blocos autônomos, transformando a homogeneidade aparente da serra em uma cadeia cujos elos são mais ou menos inconfundíveis (AMARAL, 1934, p. 13).

Assim como um alpinista, essa era a realidade enfrentada por qualquer historiador ao lidar com os eventos do passado. Podiam adotar uma perspectiva de continuidade, que buscava explicar a história de uma nação por meio da ideia de progresso, ou optar pela perspectiva de descontinuidade, que analisava o processo histórico à luz de suas rupturas e crises. No entanto, ele fazia um alerta importante:

O progresso, a elaboração de elementos expressivos de etapas cada vez mais adiantadas da civilização não se opera pelo encadeamento pacífico e sorridente de formas completamente entrosadas de organização econômica, social e política. Examinado por um prisma analítico, o processo histórico torna-se fragmentário [...] o que parecia homogêneo é, na realidade, heterogêneo; onde se tinha a ilusão da continuidade, há de fato uma série de etapas autônomas (AMARAL, 1934, p. 14).

Seus ensaios, em contrapartida, partiam de uma perspectiva que se opunha à ideia de formação, característica de muitos outros ensaístas da época. Ele não enxergava o processo histórico como uma mera continuação do passado, mas sim como uma sucessão de rupturas e descontinuidades. Embora outros intelectuais também tenham explorado o passado, Azevedo Amaral tentava ir além da crítica, desenvolvendo uma espécie de filosofia da história da qual ele denominou de “revolucionismo”, que tinha como base suas leituras da Teoria das mutações do botânico Hugo de Vries⁷.

História Magistra Vitae também destaca a importância da reflexão histórica e da consciência histórica. As sociedades que reconhecem a história como uma mestra da vida são mais propensas a considerar as implicações de suas ações e a tomar decisões informadas com base em exemplos e experiências do passado.

⁷ Hugo de Vries foi um botânico e geneticista holandês nascido em 1848 e falecido em 1935. Ele é mais conhecido por suas contribuições para a teoria da evolução e a genética das plantas. De Vries estudou na Universidade de Leiden e depois trabalhou como professor na Universidade de Amsterdam. Uma de suas contribuições mais importantes foi sua teoria da mutação, que ele desenvolveu enquanto estudava o comportamento das plantas, especialmente o evening primrose (*Oenothera lamarckiana*). De Vries observou variações significativas nas características das plantas que não podiam ser

De acordo com ele, o revolucionismo seria uma corrente de pensamento que teria surgido no início do século XX, em contraposição ao “evolucionismo sociológico” do século XIX, que tinha como principais representantes Charles Darwin, com sua obra capital **Origem das Espécies**, publicada em 1859, e Wilhelm Friedrich Hegel, com sua obra intitulada **Fenomenologia do Espírito**, publicada em 1807. Azevedo Amaral enxergava uma correlação entre o evolucionismo e a formação da mentalidade política ocidental, mais especificamente liberal, onde ambas seriam baseadas em um tempo teleológico. Segundo ele,

Ambos os traços dessa mentalidade liberal traduziam no terreno sociológico os princípios essenciais do puro evolucionismo darwiniano. Afirmando a noção de desenvolvimento indefinido da matéria viva por um longo processo de gradual complicação orgânica e de desdobramento funcional, o grande biologista inglês dera a consagração científica a ideia do progresso e da perfectibilidade dos seres organizados que logicamente a sociologia podia transferir para o domínio da pesquisa história [...]O Filósofo alemão, cuja mentalidade era essencialmente colorida pelo teologismo cristão, é um finalista a quem o processo evolutivo se afigura com o desdobramento da ideia divina em linha inerentes a sua própria natureza. Darwin **[por outro lado]** é objetivista, se mantém no círculo do agnosticismo científico, contentando-se em interpretar a evolução da matéria viva em termos exclusivamente determinista (AMARAL, 1930, p. 178-179. Acréscimo e grifos do autor).

Para ele, essas perspectivas teleológicas não teriam pensado na diferença, na mudança, ficando presas em uma interpretação do mundo como uma evolução lenta e gradual, valorizando a continuidade. Nesse sentido, o pensamento político ocidental da época passou a entender as instituições e as leis como simples expressões transitórias do processo histórico. Portanto, nessas condições, o progresso social e político dependeria de um grande lapso de tempo para se realizar.

Para Azevedo Amaral, somente no início do século XX que o evolucionismo sociológico começou a entrar em crise para dar lugar ao que ele chamou de perspectivas revolucionistas do processo histórico. Segundo ele, a ruptura teria se dado no seio do próprio evolucionismo, com Hugo de Vries rompendo com certos aspectos da teoria darwiniana e Karl Marx com alguns pressupostos da filosofia

explicadas pela seleção natural de Darwin. Ele propôs que essas variações eram devidas a mutações súbitas e saltacionais, em contraste com a visão gradual da evolução proposta por Darwin. Retirado parcialmente de: DNA from the Beginning. Hugo de Vries. Disponível em: <https://www.dnaftb.org>. Acesso em: 19 abr. 2024.

hegeliana. Para estes, o processo histórico seria caracterizado por um encadeamento de revoluções e não uma evolução contínua e gradual.

Em 1900, Hugo de Vries com a sua teoria das mutações ofereceu uma hipótese, que vinha dar as transformismo cunho novo, substituindo a lentidão da evolução contínua concebida por Darwin e implicada também nas ideias anteriores de Lamarck, por uma descontinuidade, sob certos aspectos oposto ao princípio do evolucionismo ortodoxo [...] De Vries denominou mutações a essas crises transformadoras, construindo uma teoria que, embora mantivesse o valor das influências acumuladas que na doutrina de Darwin bastavam para explicar o processo evolutivo, envolvia entretanto a negação da continuidade, tão fundamental na teoria clássica do evolucionismo [...] Marx, profundamente impregnado de hegelianismo, não se achava, entretanto, empolgado pelo transcendentalismo místico do genial pensador, que tanto influenciara a sua formação mental, mas de cuja religiosidade o fundador do comunismo moderno se divorciara cedo sob a pressão do materialismo de Feurbach [...] Marx desapegando-se de toda ambiência teológica, elaborou a sua teoria dialética do desenvolvimento histórico sem poder contar com a propulsão divina que, no pensamento hegeliano, impelia aquele desenvolvimento (AMARAL, 1930, p. 184).

O revolucionismo seria uma predileção por processos de ação direta com o objetivo de acelerar, através da intervenção humana, o progresso social e econômico do país. Na sua perspectiva, o conflito armado teria se tornado o ponto de partida para esses processos, resultando em acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e, posteriormente, a Revolução de 1930.⁸

A partir desse direcionamento, ele propunha uma crítica aos historiadores que se fixavam no passado, tratando-o como um "ferro-velho ancestral" onde tudo o que era antigo e empoeirado deveria ser preservado como patrimônio para as gerações futuras. Isso resultava em uma paixão excessiva pelo antigo e, conseqüentemente, na veneração do passado, o que levava os historiadores modernos a se tornarem meros colecionadores, negligenciando o novo e o que estava prestes a emergir em favor do antigo e do obsoleto.⁹

⁸ É importante destacar que Azevedo Amaral não faz um aprofundamento analítico dos autores citados. A ideia parece ser justamente passar um ar de credibilidade aos seus ensaios, comentando autores, obras e alguns conceitos, já que necessitava ganhar visibilidade no campo intelectual da época. Tanto em **Ensaio Brasileiro** como em **Brasil na Crise Atual**, Azevedo Amaral gasta várias páginas tentando explicar a falência do evolucionismo e a ascensão do revolucionismo. Todavia, não consegue demonstrar teoricamente em que momento o pensamento liberal pegou emprestado as noções do campo da biologia para formar o "evolucionismo sociológico". Além disso, ressaltava que o revolucionismo não seria uma cópia tal como a perspectiva liberal teria sido para elite política brasileira, pois esta seria uma tendência mundial.

⁹ A crítica de Azevedo Amaral aos historiadores de sua época se dava na forma como eles interpretavam o passado através da perspectiva da continuidade, em que o presente seria resultado

Assim, avançar em direção ao futuro implicava romper com certos elementos do passado e superar tudo aquilo que estava atrasando a modernização do país. A maneira como ele apresentava a história em sua obra não era apenas uma estratégia narrativa, mas também uma ação política. Sua perspectiva da história não apenas refletia uma autoconsciência, mas também albergava o anseio por uma consciência coletiva em prol da nação. Esses elementos combinados mobilizavam a experiência social e entrava em consonância com a perspectiva de Koselleck (2013), que argumenta que,

A utilização política direta da 'História', que atingia um amplo público de ouvintes e leitores, só foi possível porque a História foi entendida não apenas como ciência do passado, mas sim como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista (KOSELLECK, 2013, p. 190).

Seus ensaios coincidiram, portanto, com o desmantelamento do paradigma moderno liberal que estava em formação na virada do século XIX para o XX no Brasil, consolidando-se mais claramente durante as décadas de 1920 e 1930. Segundo Herschmann e Pereira (1994), esse paradigma moderno não deve ser entendido como um modelo inflexível, mas como um conjunto de procedimentos e hábitos internalizados que conseguiram orientar as reflexões daquele período.

Esse paradigma começou a se estabelecer no país entre 1889 e 1930, experimentando profundas e rápidas transformações sociais. No entanto, entrou em crise a partir dos anos 1920, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. A partir desse momento, não apenas uma nova ordem republicana, mas principalmente um novo modelo de Brasil começou a ser implantado.

No entanto, o ideário moderno com as ideias de novo, progresso, ruptura e revolução, começou a ganhar importância já nas últimas décadas do século XIX, principalmente no campo intelectual da época, a partir dos discursos e dos projetos de intervenção junto a sociedade (HERSCHMANN E PEREIRA, 1994). Apesar de não terem um sentido único, já que em diferentes momentos e contextos elas foram

direto das influências do passado. Sua crítica se assemelhava à discussão que Nietzsche propunha ao se opor à visão teleológica e à perspectiva positivista da história, fundamentalmente a história tradicional descrita em sua obra **Segunda Considerações Extemporâneas**: Da utilidade e desvantagem da história para a vida, publicada em 1874. Segundo Nietzsche, ao voltar às raízes de uma cultura para criar patrimônio cultural baseado em valores considerados verdadeiros para um povo, ocorreria uma anulação do indivíduo e da singularidade. O homem olha para seu povo e sua cultura e se vê como um membro ou parte dela, anulando-se enquanto indivíduo. A crítica de Nietzsche a este paradigma que venera os valores e saberes de uma cultura tradicional reside no fato de resultar em visões de mundo que rejeitam o que está em vias de nascer e o que não vai ao encontro do usual.

retomadas e redefinidas, as noções de moderno ou modernidade foram se firmando naquele momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo.

Ainda de acordo com os autores, no final do século XIX as ideias de modernização estavam ligadas a questões como democracia, liberalismo, abolição e mesmo a República. Todas elas eram discutidas por um amplo movimento de ideias cujo objetivo era civilizar o país aos moldes europeus. Entretanto, nos anos de 1920 e 1930 as ideias de modernização adquirem um teor “nativo”, fundamentado na busca de uma identidade nacional, sem no entanto impedir que continuasse a importação de pensamento das vanguardas europeias. Assim, verificou-se que no campo intelectual dos anos de 1920 e 1930, os intelectuais que se situavam ou eram situados como “modernos”. Partiam, por um lado, de uma concepção autoritária – seja no conteúdo explícito das ideias postas em discussão, seja no pressuposto iluminista de uma vanguarda que se queria fundadora da nacionalidade. Por outro lado, advogavam uma dimensão libertária e antropofágica, que valorizava a ambiguidade como constitutiva da identidade nacional (HERSCHMANN E PEREIRA 1994).

Foi, portanto, na década de 1930 que as principais sínteses explicativas sobre o Brasil foram formuladas, assim como algumas das mais importantes correntes do pensamento social brasileiro. Elas abordaram questões como a vocação agrária e as possibilidades de industrialização, o capitalismo nacional e associado, o federalismo e o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a diversidade racial e a formação do povo, e, sobretudo, a modernidade e a tradição (IANNI, 2006). Cândido (1980) sintetiza bem esse processo quando afirma que naquele momento se criou uma atmosfera nova, de ebulição cultural, política e social. A década de 1930 foi, em seu entendimento,

Um eixo catalisador: um eixo do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-lo numa configuração nova. Nesse sentido, foi um marco histórico, daquele que fazem sentir vivamente que houve um “antes” diferente de um “depois”. Em grande parte, porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação, fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e “normalizar” uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 20, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças (CANDIDO, 1980, p. 27).

A história do pensamento brasileiro nesse período pode ser compreendida,

portanto, como um esforço constante e repetido para entender e impulsionar as condições da modernização nacional. De acordo com Ianni (2006), isso implicava, em primeiro lugar, fazer com que a sociedade e o Estado se aproximassem dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas “mais desenvolvidos”, considerando suas instituições sociais, econômicas, políticas e culturais. Em segundo lugar, envolvia a tarefa de explorar, valorizar ou até mesmo esquecer as peculiaridades da formação brasileira, como os séculos de escravidão, a diversidade racial, a mestiçagem, as características tropicais, o legado ibérico e outros aspectos.

É importante destacar que o esforço de interpretação do passado e dessas questões não seguia uma única direção. Diferentes correntes de pensamento preconizavam abordagens diversas para a modernização. Algumas defendiam uma modernização democrática, enquanto outras adotavam abordagens mais conservadoras e autoritárias como é o caso de Azevedo Amaral. Além disso, havia aqueles que pleiteavam reformas sociais mais abrangentes e até mesmo uma revolução social. Portanto, as interpretações eram múltiplas e muitas vezes contraditórias, refletindo tentativas de imaginar um futuro ou um presente aprimorado para o país (IANNI, 2006).

Se durante a segunda metade do século XIX, a ênfase estava na ideia de civilizar, buscando equiparar o Brasil aos valores culturais europeus, seja no cotidiano, nas instituições ou nas ideias políticas, nos anos 1930, a questão fundamental para Azevedo Amaral, era a possibilidade de o país reconciliar-se com seu passado, através de um ajuste de contas entre as ideias modernas e a realidade institucional do Brasil.

Seu lugar teórico e político emerge, portanto, nesse contexto de turbulência de ideias que se desenvolveu ao longo dessas três décadas. Teórico porque parte dessa geração de ensaístas preocupada em interpretar o país e sua história, político porque se direcionava a ação política, sobretudo quando se torna de fato, o grande ideólogo do varguismo a partir de 1937, com instauração do Estado Novo. Seu pensamento político tratava, em última instância, da possibilidade de criar um Brasil moderno, independente dos modelos externos, vistos como ultrapassados, inadequados e anacrônicos em relação à realidade sociopolítica do país.

Diante dessas questões, emergem as seguintes questões, que adicionamos à nossa problemática central: Qual era o valor real dos princípios europeus, tais como a razão, o progresso e a civilização, que anteriormente se acreditava serem a base

para a construção da nação? Seria este o momento propício para conceber uma nova escrita da história que permitisse exorcizar os problemas fundamentais do passado brasileiro e com isso criar a ideia de Brasil moderno? Talvez a trajetória intelectual e jornalística de Azevedo Amaral ofereça algumas pistas para abordar essas questões que marcaram aquele contexto histórico.

Os capítulos

Dito isso, este estudo se estrutura da seguinte forma: a primeira parte trata do início da trajetória de Azevedo Amaral, situando seu lugar social e político, discutindo suas primeiras experiências como jornalista. O período retratado vai desde sua infância até os embates em torno da Revolução de 1930. Nesse sentido, narra suas experiências como correspondente internacional no contexto da Primeira Guerra Mundial e sua atuação nos periódicos cariocas dos anos de 1920 e 1930. Discute como ele se relacionava com esse contexto e quais as principais questões que eram objeto de suas preocupações.

A ideia é mostrar como seus escritos passaram de crônicas de guerra, para uma escrita ensaística nos anos de 1930, preocupada com os destinos da nação. Naquele momento sua preocupação fundamental era discutir por meio da imprensa os horizontes de expectativa que o Brasil tinha no pós-guerra, no intuito de influenciar a opinião pública da época a uma perspectiva cada vez mais nacionalista, interessada no futuro da Nação. As fontes que utilizo são principalmente os primeiros periódicos em que ele atuou como jornalista: o **Correio da Manhã**, **O Paiz** e **O Jornal**. Os detalhes relativos à sua infância são retirados do livro de Nelson Werneck Sodré, publicado em 1942, intitulado **Orienta es do Pensamento Brasileiro**, no qual o autor faz um resumo da vida e da obra de alguns intelectuais importantes do período, como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Graciliano Ramos, Jose Lins do Rego, Jorge Amado, além do próprio Azevedo Amaral.

O segundo capítulo discute as primeiras obras escritas por Azevedo Amaral no início da década de 1930. O primeiro, **Ensaio Brasileiro**, publicado em julho de 1930 no Rio de Janeiro pela editora Omena e Barreto, sendo seu livro de estreia no campo intelectual do período. A obra é uma reunião de ensaios que procuravam introduzir sua leitura do tempo histórico brasileiro a partir da crítica do passado. Ela foi escrita para seus pares, os intelectuais, apresentando uma série de ideias,

conceitos e citações que atestariam um “status de cientificidade” à obra.

Em 1934, vem a lume **O Brasil na Crise Atual**, pela Companhia Editora Nacional.¹⁰ O livro seguia as premissas do anterior com ensaios críticos do passado brasileiro, bem como realizava um balanço dos quatro anos do governo provisório instaurado após o golpe que deu origem à chamada Revolução de 1930. Um ano depois, em 1935, ele publica **A Aventura Política no Brasil**, pela editora José Olympio¹¹. Esse livro tratava de apresentar sua teoria de que o Estado passaria por estágios – militar, econômico e político - até chegar ao ideal de perfeição que levaria em consideração o contexto social, político e econômico de cada nação. A partir dessa teoria, ele argumenta que o Brasil saiu de um Estado Econômico no século XVIII para um Estado Político deficitário no século XIX com a chegada da Família Real. Esse teria sido o principal motivo para o atraso social, político e econômico do país. Em 1936, publica pela Imprensa Nacional, o livro **Renovação Nacional**, uma pequena reunião de ensaios que retomava uma série de ideias dos livros anteriores, em especial a questão da Revolução de 1930 e suas implicações no campo político brasileiro.¹²

¹⁰A Companhia Editora Nacional foi fundada em 1925 por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes. O criador do icônico *Sítio do Picapau Amarelo*, além de autor, também foi editor e tradutor, e responsável por variadas inovações na indústria do livro – desde a importação de novas tecnologias de impressão até uma revolução nas dinâmicas de distribuição. Retirado parcialmente de: EDITORA NACIONAL. A “Nova” Editora Nacional. Disponível em: <https://www.editoranacional.com.br>. Acesso em: 15 fev. 2024.

¹¹ A Editora José Olympio foi fundada em 1931 na cidade de São Paulo, pelo editor José Olympio (1902-1990). Inicialmente dedicada à produção literária, ganhou destaque no meio editorial com a publicação de obras de pensadores brasileiros de diferentes posicionamentos políticos e pela preocupação com os direitos autorais. Apesar da proximidade com o presidente Getúlio Vargas (1882-1954), a Editora José Olympio lançou romances de autores contrários ao Estado Novo, como Jorge Amado (1912-2001) e Graciliano Ramos (1892-1953). O extenso leque ideológico das obras também contribuiu para a editora tornar-se a maior do Brasil já no final dos anos 1930. Na década de 1940, apostou na publicação de obras consideradas clássicas na literatura mundial, lançando traduções de autores como Honoré de Balzac (1799-1850) e Fiódor Dostoiévski (1821-1881). Nos anos 1960, manteve no catálogo escritores de posições políticas diferentes, publicando obras de autores de esquerda e livros como *Geopolítica do Brasil* (1966), do general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), figura influente na ditadura militar (1964-1985). Retirado parcialmente de: ITAÚ CULTURAL. Editora José Olympio. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 15 fev. 2024.

¹²A Imprensa Nacional foi criada pelo Decreto de 13 de maio de 1808, com o objetivo de imprimir toda a legislação e papéis procedentes das repartições reais e outras obras encomendadas por instituições públicas ou particulares. Estabelecido no contexto da transferência da corte portuguesa para o Brasil, o órgão, inicialmente denominado Impressão Régia, marcou o fim da proibição do funcionamento das tipografias existentes no período colonial. Nos primeiros anos, a Impressão Régia, posteriormente denominada Real Oficina Tipográfica, Tipografia Nacional e, a partir de 1885, Imprensa Nacional, foi responsável pela impressão de documentos oficiais, obras de jurisprudência, periódicos e livros destinados aos cursos superiores fundados no Brasil após 1808. Suas atividades aumentaram nas décadas seguintes, na conjuntura inaugurada pela abolição da censura prévia em 1821 e pela regulamentação da imprensa no ano seguinte, que foram acompanhadas de melhoramentos técnicos,

A ideia é mostrar como Azevedo Amaral se torna um intelectual importante na década de 1930. O objetivo é evidenciar como seus ensaios traziam uma leitura pessimista do passado, responsabilizando o Estado português pelo atraso brasileiro. A Revolução de 1930 representava a ruptura com o paradigma evolucionista da Primeira República, alicerçado em uma leitura do liberalismo. Era uma brecha no tempo que demarcava a fronteira entre o Brasil do passado e o Brasil do futuro, em outras palavras, entre o atraso e a modernização.

Por fim, o terceiro e último capítulo traz como ideia principal o tempo reconciliado. Trata-se de demonstrar como, a partir de 1938, Azevedo Amaral postula uma nova temporalidade para a nação, o presente. O presente passa a ser legitimado como sendo um tempo em que o país teria conseguido se reconciliar com seu passado, encontrando de volta o caminho perdido da modernização. A partir desse momento, ele se torna o ideólogo do Estado Novo. O novo regime teria possibilitado ao país ser contemporâneo do seu próprio tempo.

As fontes utilizadas são: O jornal **A Nação**, criado por Azevedo Amaral em 1933, em que publicava matérias de cunho nacionalista; a revista **Novas Diretrizes**, também fundada por ele em 1938, que tinha o objetivo de ser um veículo de propaganda getulista; a revista **Cultura Política**, veículo de comunicação oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criada em 1941, na qual ele publicou alguns artigos importantes; **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, de 1938, seu livro mais conhecido que fazia uma defesa do Estado Novo e do autoritarismo, tentando diferenciá-lo das experiências totalitárias do período, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha; e a obra **Getúlio Vargas: Estadista**, seu último livro, publicado em 1941, um ano antes de seu falecimento, que era uma espécie de “relato biográfico” recheado de elogios à carreira política de Getúlio Vargas.

especialmente nos anos 1870. O órgão esteve subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em um primeiro momento e foi transferido para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda em 1821, permanecendo nesta pasta após a proclamação da República. Em 1911, ocorreu um incêndio na sede do órgão, que perdeu parte de suas instalações, equipamentos e publicações. Novas mudanças aconteceriam no governo de Getúlio Vargas, quando a Imprensa passou para a esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e teve suas funções redefinidas pelo Decreto nº 20.902-A, de 31 de dezembro de 1931, que também ampliou sua estrutura. Retirado parcialmente de: IMPRENSA NACIONAL (1889-1930). Disponível em: <https://www.impresnanacional.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DAS CRÔNICAS DE GUERRA AO ENSAÍSMO HISTÓRICO

“A imprensa é uma boca pela qual os poderosos e os fracos, os grandes e os pequenos, fazem passar suas ideias.”,
Honoré de Balzac, **Ilusões Perdidas**. Paris: 1837.

1.1 O lugar social

Azevedo Amaral pertencia à burguesia fluminense que prosperou no final do século XIX e início do século XX. Seu pai, Ângelo Tomaz do Amaral, apesar de ter estudado engenharia e iniciado uma carreira nas estradas de ferro do Brasil Imperial, acabou por ingressar no serviço público, onde se destacou como presidente das províncias do Amazonas, Pará e Alagoas. Além disso, ele também desempenhou o papel de diretor do **Jornal da Tarde** entre 1870 e 1872, demonstrando seu envolvimento no jornalismo (SODRÉ, 1942).

Do lado materno, Azevedo Amaral tinha raízes em Goiás. Sua avó materna casou-se com um membro da justiça imperial e estabeleceu residência na Bahia, lugar que ele recordava eventos de sua infância. Foi sua mãe, Maria Francisca, irmã do renomado poeta e escritor romântico Alvares de Azevedo, quem o ensinou a ler e escrever (SODRÉ, 1942).

Durante sua infância, Azevedo Amaral frequentou diversas instituições educacionais, começando pelo Colégio Franco Brasileiro e depois os externatos Andrade, Anchieta e Aquino, em Friburgo, no Rio de Janeiro. Embora tenha comparecido às aulas, sua educação foi, em grande parte, moldada no ambiente familiar, especialmente por sua mãe, Maria Francisca. No externato Aquino, ele teve contato com as aulas de história natural ministradas pelo professor Antônio José Pacheco das Neves Leão, um encontro que despertou seu interesse pelas ciências naturais, apesar da vontade de seu pai de vê-lo seguir a carreira de engenheiro

(MACHADO, 1946).¹³

Azevedo Amaral finalizou o ensino médio aos 15 anos e iniciou seus estudos na faculdade de medicina em 1897, quando tinha apenas 16 anos. Ele concluiu sua graduação em 1903, apresentando uma dissertação intitulada Patogenia do Edema. De acordo com Sodré (1942),

A carreira que abraça seduzia seu espírito e daria margem a um dos fundamentos de sua mentalidade, o gosto da biologia, a ânsia de saber os segredos humanos, que teria sempre uma importância capital nos seus estudos posteriores e que marcaria um dos alicerces mais fecundos de sua obra (SODRÉ, 1942, p. 21).

Nesse trabalho, Azevedo Amaral explorou a origem e as causas das doenças, investigando como essas enfermidades se desenvolviam no corpo humano. Sua busca por uma patologia não se limitou às ciências naturais, pois anos depois se dedicaria em compreender o processo de formação do Brasil, criticando os males de origem, isto é, as patologias que contribuíram para o atraso do país em relação à modernização e à construção da nacionalidade.

Antes disso, durante as décadas de 1910 e 1920, Azevedo Amaral dava início à sua carreira jornalística e começava a ganhar visibilidade na imprensa do Rio de Janeiro. Durante esse período, seu foco principal estava na discussão de assuntos relacionados à política internacional. Entretanto, com os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, seus escritos foram gradativamente se direcionando ao contexto brasileiro.

Naquele momento, seu pensamento era fortemente influenciado pela experiência europeia, que moldava sua perspectiva e direcionava seus interesses. Seus escritos refletiam o desejo de que o Brasil, mesmo que não pudesse ser exatamente como o Outro europeu – branco, civilizado e moderno –, deveria ao menos tomar a Europa como um exemplo a seguir. Ele acreditava que o Brasil precisava buscar uma identidade própria e singular, mas a questão central residia em onde encontrar essa identidade. Talvez a resposta estivesse no futuro.

¹³ Antônio José Pacheco das Neves Leão ministrava aulas de várias disciplinas em colégios particulares da época. Em 1912, tornou-se diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, posteriormente, foi nomeado Professor Substituto na cadeira de História Natural Médica e Parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1925. Retirado parcialmente de: PACHECO LEÃO, Antônio. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/mapa/centrais-de-conteudo/producao/biografias/1156-antonio-pacheco-leao>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Azevedo Amaral fazia parte da elite de sua época, o que lhe proporcionava tempo e recursos necessários para se dedicar aos estudos e à erudição. Por volta de 1904, logo após sua formatura, ele viajou para a Europa e permaneceu lá por 18 meses, visitando países como França, Itália, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Holanda (SODRÉ, 1942). Foi durante esse período que ele se aprofundou nos estudos de autores estrangeiros, como Hugo de Vries, Friedrich Hegel, Karl Marx, Charles Darwin, William James, Henri Bergson, Friedrich Nietzsche dentre outros. Segundo Sodré (1942), a influência desses autores deixaria uma marca permanente no pensamento do jovem médico, que passou a se interessar cada vez mais pelas questões humanas e suas relações com o tempo.

Após seu retorno ao Brasil, por volta de 1908, Azevedo Amaral trabalhou por dois anos na clínica de trabalhadores de um porto. No entanto, decidiu partir novamente e embarcar em uma nova viagem à Europa. Nesse contexto, ele abandonou definitivamente a medicina e começou a receber convites para atuar como correspondente internacional, escrevendo artigos de opinião para jornais do Rio de Janeiro, como **Correio da Manhã**, **A Notícia**, **Gazeta de Notícias** e **Jornal do Comércio** (SODRÉ, 1942).

Esses convites foram resultado de sua experiência em redigir artigos para estudantes que participavam do movimento estudantil quando cursava medicina. Outra possibilidade é que tenha recebido esses convites devido à influência de seu pai e de seu tio, que eram conhecidos no campo literário e jornalístico da época. Foi a partir desse momento que Azevedo Amaral iniciou sua carreira como jornalista, uma profissão à qual dedicou e que o consumiu ao longo das três últimas décadas de sua vida.

1.2O filho prodígio

A ascensão profissional de Azevedo Amaral estava intimamente ligada às transformações que ocorreram no campo jornalístico brasileiro no início do século XX. A chamada "grande imprensa" passava por um processo de modernização, o que resultou no surgimento de novas áreas de atuação e, conseqüentemente, de novos profissionais dedicados ao jornalismo.

De acordo com Luca (2020), o termo grande imprensa é, apesar de

amplamente utilizado, ainda vago e impreciso, uma vez que pode assumir diferentes significados dependendo do contexto em que é empregado. Em geral, refere-se a um conjunto de títulos que, em determinado contexto, representa a maior parte dos jornais em circulação.

Embora a questão política continuasse sendo um ponto crucial para esses periódicos, o crescimento das áreas urbanas trouxe à tona novas fontes de informação e entretenimento. Segundo Eleuterio (2020), a imprensa carioca passava por diversos processos de inovação tecnológica, como a introdução de uma variedade de elementos visuais, incluindo charges, caricaturas e fotografias. Além disso, houve um aumento nas tiragens, uma redução nos custos de produção e uma melhoria na qualidade de impressão, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma comunicação de massa.

Ao passo que essa imprensa se modernizava, tanto na forma como no conteúdo, a figura do jornalista começava a ganhar destaque e profissionalismo. Com novas pautas, as reportagens ganhavam agilidade e apreensão na notícia, sobretudo quando se tratava de coberturas, como por exemplo, a realizada por Euclides da Cunha pelo jornal **O Estado de São Paulo**, da Guerra de Canudos (1893 – 1897), e mais tarde, com o próprio Azevedo Amaral, com suas Cartas de Londres.

A figura do jornalista em campo ganhava uma importância fundamental, conferindo uma espécie de selo de veracidade às matérias jornalísticas. Isso se deve ao fato de que, nesse contexto, a grande imprensa frequentemente se abastecia de agências de notícias internacionais, principalmente inglesas e francesas, que muitas vezes publicavam informações sem passar por um filtro de verificação.

Nesse cenário, surgiram alguns jornais de grande relevância que representaram o processo de modernização da grande imprensa no Rio de Janeiro. Entre eles, destacam-se o **Jornal do Comércio**, o **Correio da Manhã** e a **Gazeta de Notícias**, periódicos em que Azevedo Amaral trabalhava enviando artigos de opinião sobre política internacional.

A **Gazeta de Notícias**, por exemplo, foi pioneira ao instalar uma rotativa em 1879, o que possibilitava a impressão de tiragens superiores a 40 mil exemplares, algo raro naquela época. Por volta de 1880, o jornal passou a publicar folhetins, muitos deles traduzidos de autores franceses. Além disso, a Gazeta de Notícias inovou ao ser um dos primeiros jornais a publicar retratos de políticos e personalidades daquela época (EULETÉRIO, 2020)

Figura 2 – Jornal **Gazeta de Notícias** em 1875.

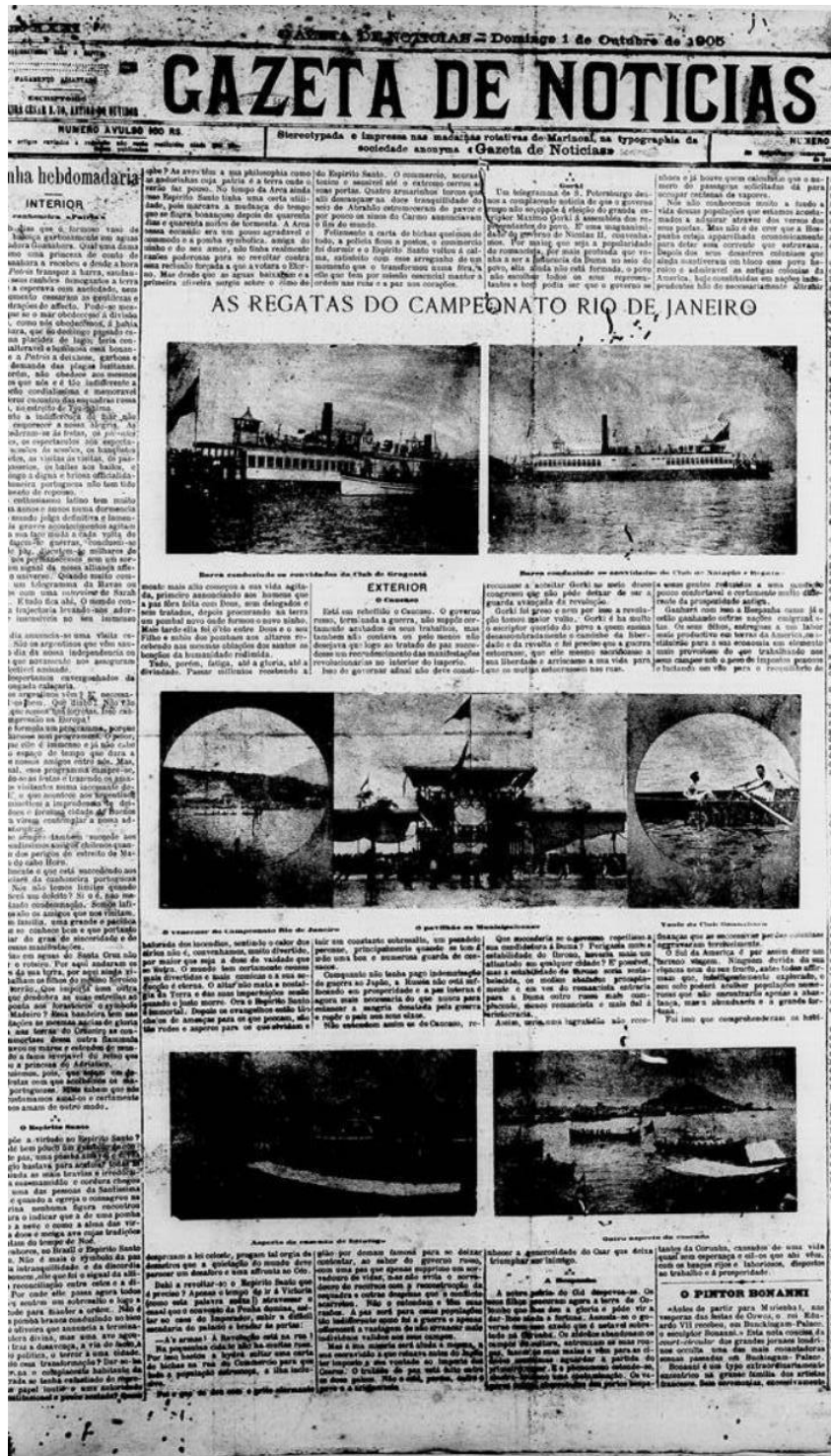
GAZETA DE NOTÍCIAS

ESCRITORIO: 70, RUA DO OUVIDOR, 70

Prospecto. Assignatura por mez: 1\$000. Prospecto.
Numero-avulso: 40 rs.

<p style="text-align: center;">TELEGRAMMAS <i>Agencia Havas-Reuter.</i></p> <p>A <i>Gazeta de Notícias</i> publicará diariamente todas as telegraphias politicas e commerciaes, tanto da parte como da estrangeira.</p> <p>De sap distincto e immediato logar, que sempre a vida na pratica da administração local.</p> <p>No proprio territorio a uma provincia, e a districtos adjacentes, em provincia especial, no aspecto allemo elle a abstracção: em termos principaes e de declarar e appellar a sua provincia, no quarto aspecto a districtos e vults a critas.</p> <p>É importante dizer quanto devese saber nos d'estes periodos, que se na sua administração se encontram politicos, e a respeito das collectas, e de dirigir que os seus a respeito de rependação e a ordem de espirito politico.</p> <p>O <i>Diario de Notícias</i>, de Lisboa, ha sido assignado de 25 mil exemplares.</p> <p>A <i>Gazeta de Notícias</i> publica, em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p> <p>Quantos exemplares ha de <i>Gazeta de Notícias</i>?</p> <p>Além d'essa <i>Gazeta</i> de Notícias, a <i>Gazeta de Notícias</i> publica, em Lisboa, Artes, litteratura, theatro, modas, acontecimentos notorios, de tudo a <i>Gazeta de Notícias</i> se propoe trazer ao conhecimento de seus leitores.</p> <p>O <i>Diario de Notícias</i> e que se publica em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p> <p>A <i>Gazeta de Notícias</i> publica, em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p> <p>O <i>Diario de Notícias</i> e que se publica em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p>	<p>... e a respeito de rependação e a ordem de espirito politico.</p> <p>O <i>Diario de Notícias</i>, de Lisboa, ha sido assignado de 25 mil exemplares.</p> <p>A <i>Gazeta de Notícias</i> publica, em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p> <p>Quantos exemplares ha de <i>Gazeta de Notícias</i>?</p> <p>Além d'essa <i>Gazeta</i> de Notícias, a <i>Gazeta de Notícias</i> publica, em Lisboa, Artes, litteratura, theatro, modas, acontecimentos notorios, de tudo a <i>Gazeta de Notícias</i> se propoe trazer ao conhecimento de seus leitores.</p> <p>O <i>Diario de Notícias</i> e que se publica em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p> <p>A <i>Gazeta de Notícias</i> publica, em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p> <p>O <i>Diario de Notícias</i> e que se publica em Paris, e de a cidade grande, segun 100 mil exemplares.</p>	<p style="text-align: center;">ANNUNCIOS</p> <h2 style="text-align: center;">O MOSQUITO</h2> <p style="text-align: center;">SEMANARIO ILLUSTRADO</p> <p style="text-align: center;">Escrptorio</p> <p style="text-align: center;">70—Rua do Ouvidor—70</p> <p style="text-align: center;">MOREIRA, MAXIMINO & C.</p> <p style="text-align: center;">Linha de papel, livro em branco e toda a serie de objectos d'escriptorio</p> <p style="text-align: center;">Agencia da REVISTA OCCIDENTAL</p> <p style="text-align: center;">Rua da Quitanda, 111, plaza.</p> <p style="text-align: center;">J. P. HILDEBRANDT</p> <p style="text-align: center;">NOVA TYPOGRAFIA</p> <p style="text-align: center;">Rua, em edificio offiça, addressado a imprensa com todos os que ha, por mais que seja.</p> <p style="text-align: center;">RUA DA ALFANDEGA 87</p> <p style="text-align: center;">Suburbio.</p> <h2 style="text-align: center;">OS FERRÕES</h2> <p style="text-align: center;">Publicação quinzenal</p> <p style="text-align: center;">Análise critica e satyrica dos acontecimentos do dia. Vendidos e assignados nas Livrarias de Moreira, Maximino & C. Rua da Quitanda n. 111, e E. G. Passalunghi, rua do Ouvidor, 71.</p> <p style="text-align: center;">J. F. L. CARNEIRO</p> <p style="text-align: center;">PHOTODUPTAS</p> <p style="text-align: center;">Successor de</p> <p style="text-align: center;">CARNEIRO & GASPAR</p> <p style="text-align: center;">Rua de Gonçalves Dias n. 54</p> <p style="text-align: center;">CONTRABAND FERRAMENTAS NA</p> <p style="text-align: center;">Rua do Ouvidor</p> <p style="text-align: center;">PRECISA-SE de bons empregadores para fazerem a distribuição da <i>Gazeta de Notícias</i>; para tratar, no escriptorio, rua do Ouvidor n. 70.</p>	<p style="text-align: center;">LITHOGRAPHY & VAPOR</p> <p style="text-align: center;">Paulo Robín.</p> <p style="text-align: center;">N. 44—Rua de Amalloy—44.</p> <p style="text-align: center;">Retratos e pinturas a lapis e a pena, cartões, planchas typographicas, gravuras, e lithographias, quadros, e todas as trabalhos concernentes ao commercio, e lithographias, quadros, e todas as trabalhos concernentes ao commercio, e lithographias, quadros, e todas as trabalhos concernentes ao commercio.</p> <p style="text-align: center;">FRANCISCO BOSSI</p> <p style="text-align: center;">ENGENHEIRO ARCHITECTO</p> <p style="text-align: center;">INSPECTOR</p> <p style="text-align: center;">Rua dos Ourives n. 45</p> <p style="text-align: center;">Suburbio.</p> <p style="text-align: center;">Medicina, Cirurgia e Partos</p> <p style="text-align: center;">CLINICA DO</p> <p style="text-align: center;">DR. JOAQUIM PEDRO</p> <p style="text-align: center;">Residência—Rua de Coimbra</p> <p style="text-align: center;">N. 25, onde funciona de consultorio das 7 ás 8 horas da manhã.</p> <p style="text-align: center;">Consultorio—Rua de Gonçalves Dias 14 das 11 ás 1 horas da tarde.</p> <p style="text-align: center;">N. 2.—Para a consulta de Arteria no Hospital em dias de estudo a qualquer hora.</p> <p style="text-align: center;">CHAPELARIA PROGRESSO</p> <p style="text-align: center;">RUA DOS OURIVES 45</p> <p style="text-align: center;">antigo n. 55</p> <p style="text-align: center;">Cardoso & Costa</p> <p style="text-align: center;">Offerecem de <i>Elizete</i>: favelas e muita variedade de favelas e de favelas para fazerem das favelas.</p> <p style="text-align: center;">Chapellaria Progresso</p> <p style="text-align: center;">RUA DO ROSARIO</p> <p style="text-align: center;">F. A. ALMEIDA</p> <p style="text-align: center;">Deposito de chapéus patentes, de castor, lrebre e outras qualidades.</p>
---	---	--	--

Figura 4 – Jornal Gazeta de Notícias em 1905.



Fonte: Gazeta de Notícias (1875; 1900; 1905).

Essas imagens ilustram respectivamente o processo de transformação desse jornal, que por volta de 1900 passa a incorporar as ilustrações feitas a partir de gravuras, e em 1905, começa a publicar em seus editoriais as primeiras fotografias.¹⁴

Conforme Eleutério (2020), a modernização da grande imprensa reduziu os custos de impressão, viabilizando o surgimento de uma multiplicidade de periódicos e abrindo novas oportunidades para aqueles que almejavam viver da escrita. A atividade de escrever para a imprensa não apenas se tornou uma fonte de renda, mas também um meio de legitimação, diferenciação e, por vezes, até mesmo de conquista de influência política. Esse cenário contribuiu para a criação de um mercado jornalístico em crescimento. Segundo dados levantados pelo autor,

O *Jornal do Commercio* pagava entre 30\$000, 50\$000 e 60\$000 a colaboração; o *Correio da Manhã* 50\$000. Em 1907, recebiam ordenados mensais Bilac na *Gazeta de Notícias* e Medeiros e Albuquerque n' *O Paiz*; nesse mesmo ano, coube a Alphonsus Guimarães a fabulosa quantia de 400\$000 na *Gazeta* em São Paulo; isso, por referência ao literato, pois se tratava de ordenado muito superior ao que se pagava em Paris. Monteiro Lobato, desde logo, viu a produção intelectual como um bem de serviço, não prescindindo de remuneração. Em sua correspondência com Godofredo Rangel, adiantava: "Já encetei a série de artigos para *A Tribuna* e já fiz jus a 40\$000. Com isso pago dois meses de aluguel da casa. Pagar a casa com artigos, que maravilha, hein?" (EULETÉRIO, 2020, p. 94).

A modernização da imprensa, juntamente com suas transformações nos processos de produção e disseminação de informações, redefiniu o panorama do mercado e da esfera intelectual e cultural no Brasil. Mesmo que esses jornais surgissem em um contexto com um público leitor limitado, o aumento constante de colaboradores tornou a publicidade uma área extremamente lucrativa. Os anúncios passaram a ocupar espaço significativo nas páginas dos jornais, impulsionando e satisfazendo as demandas de consumo de uma classe média em ascensão. Essa nova classe estava ávida por explorar as páginas dos periódicos em busca dos mais recentes produtos resultantes dos processos de industrialização e urbanização.

A publicidade, por outro lado, começava a ganhar contornos de um negócio e,

¹⁴ Utilizamos a **Gazeta de Notícias** apenas para exemplificar um pouco desse processo de modernização da imprensa. Seus editoriais variavam de 4 a 6 laudas diárias e de 12 a 16 quando se tratava de edições especiais, geralmente publicadas a cada 15 dias, sobretudo após 1905, com as primeiras publicações com fotografias. Ao lado desses periódicos, vale citar também as revistas **Kosmos** (1904 – 1909), **Tico-Tico** (1906 – 1962) e **Fon-Fon** (1907 – 1945), responsáveis por representar, através de fotografias da vida cotidiana, principalmente da urbana, um pouco da imagem que as elites e as classes médias faziam do progresso. Para mais informações sobre essas revistas, ver os trabalhos de Euletério (2020) e Luca (2020).

também, de um campo profissional. Em 1936, Azevedo Amaral chegou a publicar um livro intitulado **Publicidade Comercial**: seus métodos e seu alcance, cuja ideia era mostrar as vantagens da publicidade e da propaganda nos jornais e nas revistas daquele período.

O livro mostrava as variadas possibilidades do anúncio em jornais, revistas, rádio, cinema, cartazes, painéis, ônibus, livros, folhetos, cartas, entre outros. Havia também uma explicação sobre a história da publicidade, da atuação profissional e dos preços dessas publicações. O espaço dos jornais eram os mais procurados e se devia a influência da imprensa escrita na difusão de ideias e na formação da opinião pública¹⁵.

Consumidos primordialmente por uma elite letrada, esses novos periódicos cariocas inauguraram um segmento jornalístico inovador, fortemente centrado nas complexidades do cotidiano urbano. Eles também introduziram no Brasil um processo de aceleração temporal, caracterizado pela presença da modernidade técnica.

A multiplicidade dessas novas publicações, além de agilizar e tornar mais acessível o processo de produção, contribuiu para o gradual aumento do público leitor e, conseqüentemente, do público consumidor. Nesse contexto, fortaleceu-se a percepção de que a imprensa era um espaço relevante para a elaboração e divulgação de reflexões por parte de diversos intelectuais.

A grande imprensa, portanto, se estabeleceu como o ambiente privilegiado para a expressão de uma emergente elite intelectual que surgiu no período entre as guerras. A figura do jornalista-intelectual adquiriu crescente importância nos jornais da época, pois oferecia novas abordagens na narrativa das notícias, na produção de entretenimento e na influência sobre a opinião pública. Azevedo Amaral destacou-se como um prodígio nesse cenário da grande imprensa e, em poucos anos, tornou-se um dos jornalistas mais influentes do Rio de Janeiro.

1.3 Crônicas de guerra

A partir da década de 1910, Azevedo Amaral optou por estabelecer residência

¹⁵ Nesse livro de 1936, Azevedo Amaral também descreve outras questões técnicas vinculadas ao anúncio em jornais e revistas. Entre eles estavam o fato de poderem ser colocados em linha ou coluna, os centímetros que esse anúncio teria, se deveria figurar na primeira página ou na última, os valores atribuídos em cada caso, entre outros fatores. De maneira geral, esse livro exemplifica como o autor estava imerso nas transformações do campo jornalístico e publicitário daquele contexto histórico.

em Londres, continuando a escrever artigos sobre política internacional e economia para os jornais do Rio de Janeiro. No entanto, foi por meio do jornal **Correio da Manhã**, onde mantinha a coluna intitulada Cartas de Londres, que ele começou a ganhar notoriedade na imprensa carioca da época.

O **Correio da Manhã**, fundado em 1901, figurava como um dos principais jornais da grande imprensa no Rio de Janeiro. Ao longo de seus quase setenta anos de história, contou com a contribuição de notáveis revisores e redatores, incluindo personalidades como Ruy Barbosa, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Costa Rego, Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda, entre outros. (SODRÉ, 1999)

Desde seus primeiros editoriais, se autodenominava um jornal de opinião, ou seja, um periódico que almejava manter independência em relação aos poderes políticos estabelecidos, porém, que acabou desempenhando um relevante papel histórico na vida social brasileira durante o período em que esteve em circulação. O **Correio da Manhã**, editado no Rio de Janeiro, gozava de ampla difusão em todo o território nacional, com suas edições diárias chegando a praticamente todas as cidades do país e cobrindo uma vasta gama de temas. Foi justamente essa extensa circulação que contribuiu para a notoriedade de Azevedo Amaral na grande imprensa da época (SODRÉ, 1999)

Em janeiro de 1913, o jornal Correio da Manhã veiculou um editorial que consistia na apresentação de Azevedo Amaral. Nesse artigo, foram enfatizados os anos de sua atuação profissional e a singularidade de suas análises relacionadas ao contexto político europeu. Tal abordagem editorial era uma prática comum entre os jornais daquela época, proporcionando considerável destaque ao jornalista. A imprensa desempenhava um papel significativo como uma espécie de “trampolim” para a obtenção de reconhecimento no cenário intelectual daquele período.

De Azevedo Amaral, o nosso correspondente epistolar em Londres, estampamos hoje a fotografia, como homenagem ao seu talento e gratidão pelos serviços que ele vem prestando aos nossos leitores há muitos anos, informando-os de tudo quanto ocorre no alto cenário da política europeia, e comunicando os acontecimentos a ela ligados com uma agudeza de visão verdadeiramente extraordinária. A sua obra jornalística é a de um verdadeiro sociólogo, para o qual a política europeia não tem segredos, apesar de ele não ser um desses jornalistas de reputação afirmada pelos jornais a que pertencem, tanto pelo valor próprio, aos quais se confiam como que misteriosamente os segredos e os planos das chancelarias [...] Seria inútil acrescentar que as suas correspondências, as suas observações sobre o que se passa na Europa não são estranhas ao Brasil. Através delas, encontra-se

sempre a lição política, que devemos aproveitar e da qual os nossos dirigentes não devem prescindir quando entendam utilizar os frutos da experiência alheia. Azevedo Amaral, que conta 30 anos, formado em medicina e filho do conselheiro Thomaz do Amaral, que além de político, tendo sido deputado em mais de uma legislatura e presidente de província, foi um jornalista de valor (CORREIO DA MANHÃ, 1913, p. 1).

A coluna Cartas de Londres teve seu início cinco anos após o lançamento do jornal, o que ocorreu em 1906. Inicialmente, seu escopo estava restrito a comentários sobre acontecimentos no contexto europeu que tivessem relevância na época. Com o passar do tempo, entretanto, a abordagem da coluna foi ampliada, passando a abranger assuntos relacionados à política e ao comércio exterior.

Por volta de meados de 1914, à medida que os conflitos da Primeira Guerra Mundial se intensificavam, a frequência de publicação da coluna foi aumentada, inicialmente para quinzenal e depois para semanal. Nesse momento, os textos adotaram um formato de crônica e passaram a ocupar maior espaço nas primeiras páginas do jornal, refletindo a crescente importância que Azevedo Amaral estava conquistando no jornal.

De acordo com Ferreira (2008), as crônicas publicadas nos jornais daquele período tinham como objetivo conferir uma abordagem mais agradável aos textos. A intenção era proporcionar entretenimento e diversão, buscando suavizar a narrativa de certos eventos da semana ou do mês, de modo a cativar leitores de diferentes gostos. As crônicas elaboradas por Azevedo Amaral tinham o propósito de oferecer ao público leitor, uma análise dos acontecimentos que se destacasse em relação às matérias tradicionais, que frequentemente se concentravam apenas nos aspectos adversos da guerra.

Até meados de 1914, a maioria das elites dirigentes do Brasil optou pela neutralidade, considerando o conflito como um acontecimento exclusivamente europeu. Contudo, a partir de abril de 1917, com a intensificação da guerra submarina e a entrada dos Estados Unidos no conflito, uma divisão se estabeleceu e a possibilidade de abandonar a neutralidade surgiu. Esse período viu o surgimento de um importante conflito diplomático e uma intensa batalha na grande imprensa, onde diferentes perspectivas discutiam a eventual entrada do Brasil na guerra.

Nessa conjuntura, o Brasil mantinha relações amistosas com as principais nações beligerantes, sendo a Alemanha seu principal parceiro comercial, seguido pelo Reino Unido e, em seguida, a França. Quando o conflito eclodiu, o governo brasileiro

adotou uma posição estrita de neutralidade. No entanto, o país enfrentou uma série de restrições comerciais impostas às nações neutras.¹⁶

Naquela ocasião, o jornal **Correio da Manhã** publicou diversos editoriais abordando essas restrições comerciais e seu impacto na economia brasileira. Os artigos destacavam os danos que o Brasil estava enfrentando devido à política de restrições navais implementada pela Inglaterra, a qual prejudicava consideravelmente a importação de seu principal produto da época, o café. As queixas eram sobretudo provenientes de associações comerciais que mantinham vínculos financeiros com alemães. Exemplo disso são as empresas exportadoras de café, que haviam sido incluídas na lista de restrições. Elas, conseqüentemente, solicitavam a intervenção regular do Ministério das Relações Exteriores junto aos cônsules ingleses.

A posição do Brasil no contexto do conflito, juntamente com os desafios econômicos, desencadeou um vigoroso debate político que dividiu a opinião dos intelectuais da época. Esse debate não se limitou ao âmbito da grande imprensa, estendendo-se também a outros cenários, como conferências, associações e ligas que emergiram como resultado da guerra.

Segundo Tato (2012), os intelectuais desempenharam o papel de guias e influenciadores da opinião pública, oferecendo interpretações diversas da delicada situação internacional. Eles se baseavam nos modelos culturais que moldaram sua formação profissional. Esses discursos visavam disseminar representações do conflito no continente, que era amplamente considerado, por muitos intelectuais da época, como o berço da civilização, mas que estava sendo obscurecido e desacreditado devido às vicissitudes da guerra.

1.3.1 Aliadófilos, germanófilos e neutros

O debate intelectual sobre a guerra estava polarizado em torno de três principais posicionamentos: os aliadófilos, os neutros e os germanófilos. Os aliadófilos mostravam simpatia em relação à Tríplice Entente e argumentavam que a principal causa da guerra residia no crescimento do militarismo na Alemanha. Por outro lado,

¹⁶ Um exemplo de tal ação foi a imposição pelos países aliados da *statutory list*, uma relação de empresas em países neutros com as quais estava proibido o comércio por manterem relações com a Alemanha. A aplicação dessa lista provocou violentos protestos contra a Inglaterra, pois as conseqüências foram desastrosas para a economia brasileira.

os germanófilos demonstravam simpatia pela Alemanha e defendiam a narrativa de que ela estava sendo injustamente perseguida pelas potências tradicionais, que buscavam destruir seu poderio militar, econômico e político (PIRES, 2011).

Na perspectiva dos germanófilos, a guerra que eclodiu entre as nações europeias não passava de mais um conflito movido por interesses comerciais, com o propósito de preservar o status quo internacional e conter o avanço da Alemanha (NASCIMENTO, 2017). Por outro lado, o principal argumento dos neutros residia no fato de que a postura aliadófila significava um alinhamento automático aos Estados Unidos, o que colocava o Brasil em uma posição de dependência em relação àquele país.

Em setembro de 1914, Azevedo Amaral apresentou uma crônica intitulada A Derrocada do Cesarismo, na qual expressou suas primeiras reflexões sobre o conflito. Em sua visão, a Europa, que havia sido o berço da civilização e da modernidade, encontrava-se submersa na escuridão da barbárie. O período histórico do progresso chegava ao fim, dando lugar a uma era prolongada, caracterizada pela desconfiança e pelo medo.

Todas as possibilidades estão contidas no futuro imediato que todos procuram perscrutar, mas que ninguém consegue devassar. Em poucas semanas, a Europa estará talvez reconstruindo a civilização derrubada por estes trinta e tantos dias de barbárie. Talvez estejamos no limiar de uma longa época guerreira, da qual não emergirão nem vencedores nem vencidos, mas sim bárbaros exaustos por um conflito brutal e degradante. Tudo isso são possibilidades (AMARAL, 1914a, p. 1).

No texto, também foi lançada uma crítica à ideia disseminada pela imprensa aliadófila, que afirmava que apenas a Alemanha adotava uma política voltada à barbárie. Azevedo Amaral argumentava que o conceito de cesarismo não se limitava a um sistema político encerrado com a Revolução Russa de 1917. Em sua perspectiva, o cesarismo representava uma espécie de inconsciente coletivo presente em diversas nações, sendo um arquétipo formado por imagens e representações que evocavam uma tradição guerreira propensa à violência. Esse conceito seria posteriormente incorporado à sua noção de Estado Militar esboçado em seu livro **A Aventura Política no Brasil**. Assim, segundo sua visão, todos os países diretamente envolvidos na guerra possuíam esse tipo de comportamento, em maior ou menor grau, e não apenas a Alemanha.

Os discursos contrários à Alemanha, segundo o autor, se explicavam, em grande medida, pelo fato de que a grande imprensa carioca recebia informações das agências internacionais, como Havas e Reuters, que foram fundadas, respectivamente, em Paris, em 1835, e Londres, em 1851. Essas agências, por sua vez, eram favoráveis à causa da Tríplice Entente. Jornais como **A Noite**, **Gazeta de Notícias** e **O Imparcial** disseminaram no Rio de Janeiro notícias que enfatizavam as dificuldades e os recuos da Alemanha na guerra, bem como as "vitórias parciais" dos Aliados.

José Veríssimo foi um dos primeiros intelectuais a expressar seu apoio à causa aliada. Em um artigo intitulado A Responsabilidade pela Guerra, publicado no jornal **O Imparcial**, ele atribuiu toda a responsabilidade pelo conflito à Alemanha. "Está na consciência universal, da qual sou apenas fraquíssimo eco, qu a fomentadora consciente e prevenida, a autora premeditada dessa horrorosa guerra é a Alemanha" (VERÍSSIMO, 1914).

O fervor nacionalista resultante da guerra trouxe à tona o debate sobre a identidade nacional. Surgiram movimentos nacionalistas que propunham agendas de luta e enfatizavam a importância de organizar esforços para promover a construção da identidade nacional. Durante esse período, diversas associações foram criadas, incluindo a Liga Brasileira Pelos Aliados, a Liga Nacionalista de São Paulo, a Liga Pró-Saneamento e a Liga Brasileira contra o Analfabetismo

Uma das principais organizações desse movimento foi a Liga Brasileira pelos Aliados (LBA), fundada em março de 1915. Seu objetivo era fornecer apoio moral e caritativo às nações que combatiam a Alemanha. A liga era composta por renomados intelectuais do Rio de Janeiro, como Graça Aranha, Rui Barbosa, Antônio dos Reis Carvalho e José Veríssimo (PIRES,2011).

Antes da entrada do Brasil na guerra, a LBA trabalhou para cultivar simpatia pela causa dos Aliados na sociedade brasileira, manter os laços culturais entre o Brasil e a França e auxiliar aqueles que sofriam nos territórios em guerra na Europa. A liga arrecadou fundos para a Cruz Vermelha brasileira e francesa, organizou manifestações públicas, redigiu petições para serem apresentadas no Congresso e protestou repetidamente contra as atrocidades alemãs e a violação das leis internacionais.

Por outro lado, houve intelectuais que adotaram uma postura pró-Alemanha, como Henrique Rocha Lima, médico e correspondente internacional do **Jornal do**

Comércio. Em um artigo publicado em outubro de 1914, ele criticou a forma como as agências de notícias distorciam os eventos da guerra. Segundo ele, na Alemanha, as notícias divulgadas pelos Aliados chegavam a ser motivo de risos e, em alguns casos, indignação devido às calúnias proferidas.

A campanha de inverdades com a qual os ingleses e franceses talvez tenham conseguido iludir o mundo inteiro quanto às causas desta guerra continuou ainda mais desassombadamente depois do início das hostilidades. Assim, os jornais estrangeiros de países neutros, que são informados pelas agências telegráficas francesas e inglesas, provocam grande hilaridade quando aqui chegam, não só pelas derrotas fantásticas, como pelas dificuldades políticas, financeiras e alimentares da Alemanha neles descritas. Ou então, provocam profunda indignação pelas notícias caluniosas sobre o modo como os estrangeiros têm sido tratados na Alemanha e sobre a conduta das tropas alemãs em país inimigo, pois não há país em que se tenha mais consideração com os estrangeiros e em que o nível de civilização de seus soldados seja mais elevado do que na Alemanha (LIMA, 1914, p. ???).

O debate intelectual gerado pela guerra também se estendia ao âmbito das ideologias. Em um artigo intitulado O Socialismo e a Guerra, publicado em outubro de 1914, Azevedo Amaral abordou a questão do suposto "fim do socialismo," um debate que permeava alguns círculos intelectuais naquela época.

Muita gente que se supõe bem informada em assuntos de política europeia tem se manifestado surpresa diante da presteza com que os socialistas alemães pegaram em armas para defender a pátria, que o governo imperial dizia estar ameaçada pela coligação de potências adversas. Segundo aqueles que mostram essa surpresa, o socialismo fez 'barrocata', porque, esquecendo o lado internacional da questão social, os seus adeptos, primeiro na Alemanha e depois em outros países, cumpriram escrupulosamente o dever cívico de não desertar diante do inimigo (AMARAL, 1914b, p. 1).

Segundo Ferreira (2014), esse debate se iniciou com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, que além de haver significado um acontecimento sem precedentes para os povos europeus, também assinalou o início de uma cisão no movimento operário e socialista internacional. Sua ocorrência se deu em face a um contexto no qual percepções divergentes de previsibilidade e imprevisibilidade atingiram os representantes políticos da burguesia e do proletariado europeu.

Entre os representantes políticos, havia visões divergentes sobre como reagir diante do conflito. Para Ferreira (2014) nas definições fundamentais de Marx e Engels, os trabalhadores de diferentes nações deveriam unir-se solidariamente com base em seus interesses de classe, mantendo uma relação de conflito, disputa e estranhamento com suas respectivas burguesias. Essa abordagem representava o

princípio do internacionalismo socialista. A isso se somava outro princípio essencial da tradição socialista: o anti-militarismo, ou seja, a oposição à manutenção de forças militares permanentes e profissionais, que seriam usadas para reprimir os movimentos operários internamente e para promover guerras de agressão contra outras nações no âmbito internacional.

Essas concepções orientaram a atividade dos partidos socialistas operários até o início do século XX. No entanto, à medida que surgiram ameaças potenciais de conflitos militares entre os Estados europeus, a Internacional Socialista passou a considerar abordagens mais práticas para lidar com a possibilidade de guerra. Para Ferreira (2014), das posições iniciais de princípio adotadas nos primeiros congressos, passou-se à discussão de medidas práticas a serem implementadas. A palavra de ordem tornou-se "guerra contra a guerra", refletindo o compromisso das lideranças socialistas em mobilizar ativamente as massas trabalhadoras contra os esforços de guerra em caso de conflito (FERREIRA, 2014).

No entanto, havia correntes mais radicais que defendiam a greve geral operária e ações insurrecionais, com o objetivo de transformar o conflito armado em uma revolução. No entanto, setores influentes nas lideranças de alguns partidos, especialmente o alemão e o francês, começaram a adotar uma abordagem cada vez mais nacionalista para avaliar a natureza iminente da guerra e a possibilidade de participação no conflito (FERREIRA, 2014).

No entanto, de acordo com Azevedo Amaral, a preocupação primordial desses partidos não consistia diretamente em promover a paz universal. Em sua visão, a maioria dos pensadores socialistas acreditava que a reestruturação econômica da sociedade teria como propósito principal a eliminação das principais questões que geravam conflitos entre as nações.

Pelo seu objetivo final e pela própria natureza dos métodos de transformação econômica da sociedade que preconiza, o socialismo é pacífico, mas não pacifista. É pacífico porque funda toda a sua concepção da sociedade sobre a base do trabalho e da atividade industrial; mas não é pacifista porque, tendo como ponto de partida o seu plano de reorganização da nação e não do indivíduo, não pôde, de forma alguma, reconciliar-se com as tendências cosmopolitas do pacifismo individualista (AMARAL, 1914b, p 1).

Nessa crônica, também encontramos sua primeira crítica ao liberalismo e à sua suposição de paz, fundamentada na noção de um progresso ininterrupto das nações. A crítica de Azevedo Amaral foi direcionada a Norman Angell, considerado uma das

principais figuras das Relações Internacionais daquela época.

Norman Angell era um defensor da corrente liberal/idealista, então chamada de "pacifista", que se baseava na crença do liberalismo econômico. Essa corrente sustentava a ideia de que a competição no mercado, tanto entre produtores quanto entre consumidores, promoveria uma harmonia entre seus interesses, superando qualquer conflito temporário. Nesse contexto, os liberais não reconheciam a relação entre eventos políticos, como a guerra e o imperialismo, e o comércio, considerando que o comércio e o intercâmbio econômico constituíam uma fonte de relações pacíficas entre as nações (MELO; LIMA, 2015).

Conforme a perspectiva de Azevedo Amaral, o movimento socialista da época promovia significativas transformações, especialmente na Inglaterra, um reduto das correntes liberais. Medidas como a estatização das estradas de ferro e a redistribuição de alimentos serviam como exemplos dessas mudanças. Para ele, tais alterações, se deixadas nas mãos da iniciativa privada, demandariam meses ou até anos para se concretizarem, devido à lógica competitiva e orientada pelo lucro das empresas privadas, que frequentemente direcionavam recursos para comissões e campanhas publicitárias, em detrimento da resolução efetiva dos problemas.

Quando se vê que por toda a Europa a guerra está produzindo, em poucas semanas, reformas que requereriam anos de propaganda para serem realizadas, não só pôde deixar de rir piedosamente dos pobres de espírito, que andam a falar em "barrocata do socialismo" (AMARAL, 1914b, p. 1).

Além de abordarem as questões econômicas, políticas e ideológicas, suas crônicas também analisavam impactos da guerra no cenário brasileiro. Em uma crônica intitulada O ponto de vista americano, publicada em novembro de 1915, Azevedo Amaral proferia críticas contundentes à maneira como a guerra estava sendo percebida e debatida no Brasil, principalmente nos círculos intelectuais da época.

Para ele, a guerra era enxergada, tanto pelas lideranças do país quanto pela população em geral, como um acontecimento distante, cujos discursos eram meramente resultado de demagogia, desprovidos de qualquer ação prática.

Quem observa de longe a atitude da maioria do público brasileiro em relação à guerra europeia não pode escapar a uma sensação estranha de surpresa e quase de pasmo. Com exceção de uma ou outra nota isolada, parece haver tanto entre as nossas massas como na minoria dirigente do país a ideia vaga de que este conflito gigantesco é para o povo brasileiro e para as outras nações latino-americanas um espetáculo gratuito, que os deuses compassivos nos ofereceram como diversão à monotonia das revoluções,

das ditaduras e das moratórias que preenchem o ciclo vicioso da história das repúblicas mestiças da América do Sul tropical (AMARAL, 1915, p. 2).

Azevedo Amaral acreditava que a postura adotada pelo Brasil em relação à guerra era fundamentada na análise dos fenômenos sociais e políticos sob uma ótica predominantemente emocional. Em sua perspectiva, havia a carência de uma elite intelectual com a capacidade de influenciar tanto a opinião pública quanto as massas, direcionando-as para projetos ou perspectivas de mundo coletivas.

A guerra europeia parece ter produzido sobre a emotividade popular brasileira, esse efeito de fascinação e magia. Sob a violenta vibração estética, determinada pelo choque da conflagração e pelo intenso colorido do cenário distante, a opinião brasileira ficou com as suas faculdades de discriminação e de vontade semi-paralisadas (AMARAL, 1915, p. 2).

Para ele, as elites intelectuais desempenhavam um papel fundamental na formulação de novas abordagens políticas para a nação. Sua visão, marcada por um certo pessimismo em relação ao desenvolvimento social, político e cultural do Brasil, argumentava que o país estava intelectualmente atrasado em comparação com a Europa. Isso porque o Brasil dependia, mesmo diante do contexto da guerra, da influência da cultura, da moral e dos costumes europeus.

Toda a nossa vida espiritual veio e continuará a vir da Europa. Foi ela que nos transmitiu os deuses asiáticos que enchem os nossos templos. Foi ela que nos libertou do terror supersticioso pelo presente do fogo sagrado da razão. Sem a onda de calor e de vida espiritual, que segue destas terras meigas e temperadas, onde o homem encontra o ambiente fadado ao pensamento, a América se estilhaçaria na inanição intelectual e adormeceria para sempre em um materialismo grosseiro e embrutecedor. A América ainda não atingiu o ponto da sua evolução em que ela poderá viver uma existência espiritual autônoma (AMARAL, 1915, p. 2).

Para alcançar essa autonomia, era imperativo reexaminar a nação e sua trajetória histórica. A guerra simbolizava o encerramento de um período histórico caracterizado pela predominância do liberalismo econômico e político. Com o término desse período, um novo cenário mundial emergiria, no qual o Brasil deveria desempenhar um papel proeminente e significativo. Isso implicava em deixar de ser meramente um espectador e mero consumidor da cultura europeia, para alcançar prestígio e visibilidade internacional.

1.3.2 Em defesa da honra

As crônicas de Azevedo Amaral sobre a guerra ganhavam notoriedade no **Correio da Manhã**. Contudo, por volta de 1916, ocorreu uma reviravolta em sua carreira jornalística. Nesse período, ele escreveu duas crônicas abordando o cenário político britânico, o que desagradou o governo e levou a acusações de que estava indo contra os interesses do Reino Unido. Como resultado, ele foi expulso do país.

A primeira crônica, intitulada A crise inglesa, abordava a crise política que a Inglaterra enfrentava devido ao crescimento do movimento militarista. Azevedo Amaral argumentava que esse movimento ia de encontro aos princípios liberais que o país havia defendido historicamente. O artigo tratava, em particular, da aprovação da lei de alistamento militar obrigatório, que estava em discussão na Inglaterra e que, segundo o autor, conduzia o país a uma crise política e, por conseguinte, a um fracasso na condução da Guerra.

Conforme observado por Purseigle (2014), essa transformação ocorreu em virtude das necessárias adaptações que a Inglaterra teve de efetuar em suas estruturas militares, políticas e sociais durante o período de conflagração mundial. O exército britânico, anteriormente uma força relativamente pequena encarregada principalmente do policiamento do império, sofreu um impacto considerável com o desencadeamento da Guerra.

Na perspectiva de Azevedo Amaral, a guerra levou a uma redefinição dos fundamentos da cultura liberal prevalecente na Inglaterra, de maneira a desafiar as noções de cidadania e a dinâmica entre o Estado e a Sociedade Civil. O movimento militarista, ao promover o alistamento militar compulsório em detrimento do anterior sistema voluntário, estava, segundo ele, em total oposição às tradições liberais do país.

Azevedo Amaral via o serviço militar obrigatório como um reflexo de conservadorismo e anti-progresso civilizatório. Em sua visão, isso resultou na transformação de milhões de homens livres em escravos militares, compelidos a ingressar nas trincheiras sem sequer terem a oportunidade de questionar os rumos do conflito.

Mas se as lições do passado e a experiência atual mostram aos ingleses, as inestimáveis vantagens que eles gozam por se não acharem a posição perigosa com que o serviço militar obrigatório coloca os povos da Europa

continental, o simples bom senso basta para provar como é absurda a ideia de introduzir a conscrição neste momento. Pondo de parte as razões de ordem política que foram evidenciadas pela calamidade que assola a Europa e que bastam para mostrar como o serviço militar obrigatório coloca no dispor da casta militar um poder exagerado e perigoso, é evidente que da decretação de tal medida nenhuma vantagem militar advirá para a causa dos aliados (AMARAL, 1916a, p. 1).

Na visão de Azevedo Amaral, o desafio militar enfrentado pela Inglaterra derivava da incapacidade de expandir seu exército de forma adequada. Ele argumentava que os líderes políticos britânicos, durante períodos de paz, concentraram todos os seus recursos e esforços na esfera naval, negligenciando o desenvolvimento adequado do exército terrestre, diferentemente do que outros países, como a Alemanha, haviam feito.

A questão militar, segundo ele, estava no cerne da crise econômica que assolava a Inglaterra, refletida no déficit entre exportações e importações de produtos primários, na paralisia das indústrias devido à produção de equipamentos militares e na escassez de mão de obra disponível. O movimento militarista inglês, em última análise, conduziria a uma crise social devido à erosão das liberdades civis.

A segunda crônica, intitulada *Civilização versus militarismo*, desempenhou um papel direto em sua expulsão. Nessa crônica, Azevedo Amaral continuou a tecer comentários sobre a política inglesa, abordando a maneira pela qual o país parecia ter abandonado suas tradições políticas liberais em favor do que ele chama de "militarismo reacionário". O evento específico ao qual ele se refere, é o ataque da marinha inglesa a navios alemães disfarçados de embarcações americanas.

Em agosto do ano findo, navegava de Nova Orleans para o porto inglês de Avonmouth um vapor, o "Nicosian", trazendo um carregamento de algumas centenas de mulas destinadas ao exército inglês. Não há a mínima dúvida do que se tratava de um contrabando de guerra e, segundo o princípio estabelecido pelos alemães no meio da anarquia naval que a Inglaterra criou com o repúdio de todas as leis do direito marítimo, os submarinos germânicos tinham pleno direito de torpedear aquele transporte. Mas, segundo parece, o comandante do submarino que primeiro avistou o Nicosian era menos radical nos seus métodos do que outros dos seus camaradas; e, antes de meter a pique o vapor, deu tempo a que a respectiva tripulação passasse para os escaleres. Este ato de humanidade custou caro aos oficiais e marinheiros do submarino, porque, entretanto, apareceu à distância um vapor que arvorava a bandeira dos Estados Unidos e que tinha em ambos os bordos grandes escudos, nos quais também se achava pintada a bandeira americana. Tão perfeito era o disfarce que não podia passar pela mente dos tripulantes do submarino alemão que aquele inofensivo vapor americano fosse o "Baralong", um cruzador auxiliar da marinha de guerra inglesa. Protegido pela bandeira dos Estados Unidos, o cruzador britânico chegou até a pequena

distância do submarino. Nessa ocasião, a guarnição do "Baralong" rompeu fogo de fuzilaria sobre o submarino e, logo em seguida, os canhões, que até então estavam encobertos, secundaram vigorosamente a da mosquetaria. Somente depois de ter rompido fogo é que o "Baralong" arriou a bandeira estrelada para içar em seu lugar a insígnia branca da marinha inglesa (AMARAL, 1916b, p. 1).

Azevedo Amaral interpretava esse acontecimento como um símbolo da contradição enfrentada pela Inglaterra naquela época, marcando sua transição de um ideal civilizatório para um estado que ele considerava bárbaro. O desfecho dessa polêmica culminou com a publicação de um comunicado pelo Correio da Manhã, anunciando a expulsão de Azevedo Amaral de Londres.

A comunicação oficial do ministro do Brasil em Londres, transmitida ontem ao ministro das Relações Exteriores, anuncia que o Governo inglês intimou o jornalista brasileiro Sr. Azevedo do Amaral a deixar imediatamente aquela cidade. A intimação, acrescentava o comunicado, foi motivada pelos artigos que o referido escritor, na qualidade de nosso correspondente na Inglaterra, enviava ao Correio da Manhã, criticando a política inglesa na atual guerra europeia. (CORREIO DA MANHÃ, 2016a, p. 1).

A mencionada nota prosseguia detalhando a atividade de Azevedo Amaral como correspondente do **Correio da Manhã**, enfatizando o longo período de sua colaboração e a importância de seus artigos semanais para o jornal. Além disso, realçava suas virtudes como jornalista, destacava sua aguda capacidade de observação dos acontecimentos políticos europeus, mesmo antes do início do conflito, e enfatizava sua postura imparcial. O texto também salientava que a divulgação do caso "Baralong" na imprensa havia sido o elemento desencadeador da controvérsia, pois evidenciava ainda mais as supostas arbitrariedades cometidas pela Inglaterra durante a guerra.

A ordem de expulsão do Sr. Azevedo do Amaral mostra que a divulgação desse fato incomodou o governo inglês. Se realmente incomodou ao ponto de levar o governo a adotar a medida extrema contra o jornalista brasileiro, é porque, aos olhos da Inglaterra, o caso do Baralong pode ser legitimamente incluído na lista daqueles que ela diariamente reprova à Alemanha como provas e atestados de sua barbárie. Não há, com efeito, outra conclusão a tirar do ato do governo inglês. Se ele não julgasse que a divulgação do caso do Baralong pudesse comprometer a Inglaterra, não teria expulsado o Sr. Amaral (CORREIO DA MANHÃ, 2016a, p. 1).

Um dia após a publicação desse artigo, na edição subsequente do jornal, surgiu uma nota de destaque na primeira página abordando a expulsão de Azevedo Amaral. O aspecto notável dessa nota é que ela faz referência às correspondências recebidas

de leitores do **Correio da Manhã** que comentaram o caso.

Recebemos ontem os seguintes telegramas:

Rio de Janeiro, 11. Como brasileiro, cultor das amplas liberdades, sobretudo da liberdade de pensamento consagrada pela nossa Constituição e pelas nossas leis, apoio com veemência o magistral protesto formulado hoje por essa benemérita e patriótica redação contra a tirania britânica, expulsando do seu território o eminente publicista Azevedo do Amaral. Suas correspondências para o "Correio" e outro periódico paulista o consagraram pelo talento, critério e assombrosa erudição, tornando-o um dos maiores e mais completos jornalistas brasileiros atualmente no estrangeiro. — Elisário Tavora.

S. Paulo, 11. Bravos! A expulsão do Sr. A. Amaral da Inglaterra é o nobre prêmio dos que, como o "Correio", não sabem vender a consciência nem trocar peso de ouro pela majestade da justiça e do direito. — Ludwig Rose e Ernesto França Ferreiro, redatores do Diário Alemão (CORREIO DA MANHÃ, 2016b, p. 1).

O jornal retoma a discussão do caso na edição de 25 de maio de 1916, ao mencionar a chegada de Azevedo Amaral ao Rio de Janeiro. Conforme o **Correio da Manhã**, uma das críticas frequentes dirigidas a Azevedo Amaral era que os brasileiros não tinham interesse em assuntos de política internacional, o que tornava sua permanência no país, assim como seu trabalho como correspondente, sem relevância. O texto argumentava que,

O "Araguaya", que deve chegar hoje ao Rio, traz a seu bordo o Dr. Azevedo do Amaral, durante muitos anos nosso correspondente em Londres e recentemente expulso da Inglaterra por causa do comentário que fez em nossas colunas ao célebre caso do "Baralong". Apesar de todas as simpatias que os aliados inspiram ao nosso público, não deixou de lhe causar má impressão esse ato do governo britânico, evidentemente violento, pelo modo como foi executado. Sabe-se que foi concedido ao Dr. Amaral o prazo insignificante de vinte e quatro horas para deixar o território britânico; esse prazo depois foi prorrogado. O que, porém, parecia um ato de clemência foi apenas um pretexto para as autoridades inglesas atormentarem o nosso correspondente em longos interrogatórios, ainda não trazidos a público, nos quais ficou mais uma vez patente a opinião pouco lisonjeira que se tem na Grã-Bretanha dos países sul-americanos. Com efeito, a autoridade que dirigia os interrogatórios e falava, portanto, em nome do governo, declarou que "não era crível que, num país como o Brasil, o público se interessasse por política europeia a ponto de um jornal manter um correspondente especialmente para tratar do assunto." É clara a intenção da autoridade inglesa, mas inepta, porque o Dr. Amaral ocupava há cerca de dez anos o cargo de correspondente do Correio em Londres, tratando quase que exclusivamente de política internacional. Todas as insinuações do representante do governo britânico foram recebidas com altivez pelo Dr. Amaral, que a todas respondia com firmeza própria do seu caráter e sua culta inteligência. Percebendo, enfim, a lealdade do homem que perseguiam, as autoridades britânicas deixaram a presa, não sem cometer mais uma violência, que a intervenção trouxa do Sr. Fontoura Xavier não pode evitar. Tendo o Dr. Amaral manifestado a intenção de partir para a Holanda, o governo inglês, como se sabe, declarou que ele só sairia da Grã-Bretanha para o Brasil, e ainda num

paquete que arvorasse a Union Jack. Terminando sua viagem no Araguaya, acaba para o Dr. Amaral o período em que sentiu o inconveniente de ir de encontro às ideias apaixonadas que a guerra incutia a um povo como os ingleses. O erro do nosso correspondente foi julgar que, apesar da guerra, se conservaria o ambiente de respeito à liberdade de pensamento, característico da Grã-Bretanha. Assim, encarava os incidentes da luta com imparcialidade e elevação, criticando ora um ora outros adversários que se medem no terrível conflito. Não foram os efeitos possíveis dessa crítica que irritaram o governo inglês; foi a sua evidente justiça que lhe feriu a susceptibilidade. A expulsão do Dr. Azevedo do Amaral trouxe, entretanto, para nós, que trabalhamos nesta folha, uma grande vantagem: a de termos, de agora em diante, como nosso companheiro de todos os dias, um jornalista culto, independente e brilhante como poucos, que se têm dedicado ao serviço do Correio da Manhã

(CORREIO DA MANHÃ, 2016c, p. 3).

O **Correio da Manhã** dedicou duas edições à narrativa da expulsão de Azevedo Amaral da Inglaterra. Intituladas *O meu caso*, ele compartilhou sua experiência como correspondente e os eventos que culminaram em sua saída de Londres. Nos dois artigos, sua preocupação central era evidenciar que seu caso era de relevância pública e de interesse nacional. A intenção por trás dessa publicação era alertar o governo brasileiro para as restrições à liberdade de imprensa enfrentadas por países neutros, especialmente pelos jornalistas que desempenhavam o papel de correspondentes internacionais. No primeiro artigo, Azevedo Amaral descreve de forma concisa o interrogatório que teve com o chefe de polícia britânico.

A entrevista começou suavemente depois que o comissário liquidou a questão da minha nacionalidade, porque, segundo parece, a autoridade encarregada do Rio de Janeiro de fazer o inquérito sobre as minhas origens cometeu a inadvertência de atribuir-me um sangue teutônico, cuja presença nas minhas veias eu nunca suspeitara. Tranquilizado sobre esse ponto escabroso, o Sr. Thomson perguntou-me se eu era, de fato, o correspondente do Correio da Manhã. Diante da resposta afirmativa, indagou pressuroso quais eram as minhas opiniões sobre a guerra. Em poucas palavras, sintetizei as ideias que, durante dezoito meses, tinha exposto nestas colunas. O chefe do "Special Brandi" interveio logo que terminei a minha exposição, dizendo que eu estava escrevendo "contra a Inglaterra". E depois de confabular com o seu assistente naval, começou a discutir vários trechos de um artigo que, segundo me informou, recebera telegrafado em código do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma inocente exposição do caso do "Baralong" em que repetira a versão jurada pelas testemunhas americanas, que haviam assistido ao fato, versão esta que até hoje não foi substituída por outra capaz de merecer fé (CORREIO DA MANHÃ, 2016d, p. 1).

No segundo artigo, Azevedo Amaral emitia um alerta sobre como a restrição à liberdade de imprensa representava apenas um exemplo do que poderia ocorrer com os países neutros, especialmente aqueles na América do Sul, caso não prestassem a devida atenção à vigilância em relação ao conflito europeu. Para ele, o monitoramento

dos eventos europeus não era meramente uma questão de interesse jornalístico, mas sim uma necessidade política que demandava a atenção dos países neutros.

Seu retorno ao Rio de Janeiro marcou o início de uma nova fase em sua carreira jornalística. A partir desse momento, ele não era apenas um colaborador, mas um jornalista que escrevia diariamente. No **Correio da Manhã**, começou a publicar notas cotidianas sobre política e a guerra, e em breve assumiu o cargo de redator-chefe do jornal.

Nessa fase, as publicações de Azevedo Amaral tinham como objetivo destacar os prejuízos econômicos causados pela guerra aos países neutros, ao mesmo tempo em que procuravam antecipar o cenário político das nações envolvidas no conflito. Gradualmente, seu discurso adotou uma postura crítica em relação à ideia de neutralidade do Brasil, enfatizando a necessidade de uma ação mais vigorosa por parte do Estado brasileiro diante da crise econômica provocada pela guerra.

Em uma crônica intitulada Paz ou Catástrofe, veiculada em maio de 1916, Azevedo Amaral argumenta que a guerra se tornou uma questão de importância nacional para o país. Ele faz um apelo por uma abordagem mais pragmática por parte do governo na resolução da crise econômica, destacando que essa situação inevitavelmente levaria o Brasil a tomar uma posição definida e, conseqüentemente, abandonar sua postura de neutralidade.¹⁷

A neutralidade brasileira, admirada por aliados e germânicos, constitui um imperecível monumento, que fica definitivamente incorporado as nossas tradições diplomáticas como uma das mais notáveis manifestações do nosso gênio político na esfera internacional. Mas o brilhante resultado pela nossa chancelaria no judicioso equilíbrio dos nossos direitos e interesses com a espinhosa tarefa de manter uma neutralidade absoluta, que é essencial a futura da nossa independência política e econômica, não abrange por enquanto a solução dos tremendos problemas que enfrentam o nosso comércio e, que se a guerra prolongar indefinitivamente, como parece ser o sonho dourado dos insensatos e dos que estão batendo moeda o conflito europeu, acabarão por afogar a nossa vida econômica espalhando nesse país a ruína e a miséria (AMARAL, 1916b, p. 1).

Azevedo Amaral vislumbrava que no pós-guerra, uma nova ideologia política, a "república aristocrática", tomaria forma, na qual uma minoria intelectualmente superior lideraria as massas em busca do bem-estar coletivo da nação. Contudo, ele apontava como grande desafio a aceitação dessa nova visão por parte da maioria da

¹⁷ O principal aspecto da crise econômica que preocupava Azevedo Amaral era a questão do café. Naquele momento o Brasil tinha sua economia predominantemente agroexportadora e focada no produto. Controlava nada menos que quatro quintos da oferta mundial.

população europeia.

A lição da guerra está demonstrando as vantagens de que gozam, nas crises graves, as nações cujo regime político permite à minoria pensante exercer uma influência mais ampla e mais incondicional sobre a marcha dos acontecimentos. Mas a mentalidade das multidões europeias, que já é hoje bastante desenvolvida para poder arquitetar teorias políticas, explicará certamente a lição da guerra sem aceitar a doutrina sociológica que viria restringir o enorme poder que as massas populares adquiriram nesses últimos dois anos (AMARAL, 1916c, p. 1).

A partir desse momento, seu discurso assumiu progressivamente uma inclinação nacionalista, destacando a necessidade de elevar o país ao status de uma nação moderna e relevante no âmbito internacional. A ênfase recaía na importância das elites intelectuais e no papel do Estado em forjar uma consciência nacional capaz de retirar o país da obscuridade no cenário global.

O nacionalismo – não o nacionalismo retrógrado e agressivo de outros tempos, mas um nacionalismo inspirado pela consciência do nosso futuro e pela gravidade da atual situação internacional - é a única política que devemos seguir em face ao conflito europeu. E todos aqueles que se esforçarem para encarar a guerra sob um ponto de vista exclusivamente brasileiro contribuirão para a formação da corrente nacionalista, que nos fará sair mais fortes e mais respeitados do caos em que se está gerando o novo mundo de amanhã (AMARAL, 1916d, p. 1).

A partir de abril de 1917, a guerra assumiu um novo matiz em relação à questão nacional. A entrada dos Estados Unidos e o afundamento de navio brasileiro Paraná, por submarinos alemães, levantaram a possibilidade da entrada do Brasil no conflito. Azevedo Amaral abordou esse evento como uma violação do direito internacional e um desafio à credibilidade do país no cenário internacional. Da mesma forma que o caso Baralong, o afundamento do Paraná representava, em sua visão, a brutalidade da guerra.

Figura 5 – Noticiário do ataque ao navio Paraná no Correio da Manhã em 1917.

Director **EDUARDO BITTENCOURT** Editor-chefe **DE A. J. DE AZEVEDO ANAEL**

Correio da Manhã

ANO XVI - N. 6018 RTO DE JANEIRO - DOMINGO, 8 DE ABRIL DE 1917 REDECAÇÃO Largo da Carioca n. 13

UM MOMENTO GRAVE PARA O BRASIL

Além de torpedeado, o "Paraná" foi alvejado com cinco tiros de canhão, diz um telegramma recebido hontem! **O governo, reunido no Caffete, resolveu aguardar o inquerito oficial para agir com a energia que o facto reclama**

Succedem-se as manifestações de protesto contra o attentado

A responsabilidade do governo

O governo agarrado ao último momento tentou ao torpedeado o navio Paraná, com perdas de milhões de pesos, e a responsabilidade é do governo. Entretanto, não sendo desculpado o facto que não deveria acontecer, de modo a não permitir a mais ligeira violação da lei, de modo que a rigor brasileiro se dá o direito de ser tratado como estrangeiro, não sendo a responsabilidade do governo. O governo que se eleva, a que se refere a responsabilidade do Paraná, se limitou a não fazer nada para impedir a violação da lei, e a não fazer nada para impedir a violação da lei, e a não fazer nada para impedir a violação da lei.

"Paraná" desastrosamente

As manifestações de protesto contra o attentado ao navio Paraná, torpedeado e alvejado com cinco tiros de canhão, começaram a tomar corpo em todo o Brasil. Em São Paulo, milhares de pessoas se reuniram em praça pública para protestar contra o governo. Em Rio de Janeiro, também houve grandes manifestações, com a população exigindo uma investigação séria e a punição dos responsáveis. A imprensa também se levantou, publicando artigos e artigos de opinião que criticavam a falta de cuidado do governo com a segurança marítima do país.

O torpedeado e as classes mercantis

O torpedeado do navio Paraná, que transportava milhares de toneladas de mercadorias, causou um prejuízo enorme para as classes mercantis. Os comerciantes que dependiam do transporte marítimo ficaram muito preocupados com a segurança de suas cargas. Além disso, a interrupção do comércio marítimo afetou a economia do país como um todo. O governo precisa tomar medidas urgentes para garantir a segurança das rotas marítimas e evitar mais incidentes semelhantes.

O ministro do Exterior

O ministro do Exterior, Sr. Lauro de Castro Alencar, declarou que o governo está aguardando o inquerito oficial para tomar as devidas providências. Ele afirmou que o Brasil não se deixará intimidar por qualquer ato de violência contra seus navios e cidadãos. O ministro também mencionou que o Brasil está em contato com as autoridades internacionais para esclarecer o caso e garantir a justiça.

O ministro do Exterior chega à Praia Formosa

O ministro do Exterior, Sr. Lauro de Castro Alencar, chegou à Praia Formosa para uma breve estada. Ele foi recebido por autoridades locais e familiares. Durante sua estada, o ministro participou de algumas reuniões e se reuniu com amigos. Ele se despediu com um caloroso abraço e prometeu voltar em breve para continuar suas atividades ministeriais.

OS ACONTECIMENTOS DO DIA

A agitação política e o governo

A agitação política no Brasil continua a crescer, com manifestações populares e críticas à atuação do governo. Os cidadãos estão cada vez mais conscientes de seus direitos e exigem maior transparência e responsabilidade das autoridades. O governo precisa ouvir a voz do povo e tomar medidas concretas para resolver os problemas que afetam a população.

O inquerito diplomático em Chiborgo

O inquerito diplomático em Chiborgo está avançando, com as autoridades brasileiras trabalhando para esclarecer os fatos e identificar os responsáveis. O caso envolve questões de segurança internacional e a proteção dos interesses do Brasil. O governo está comprometido em resolver o caso de forma justa e equitativa.

O resultado do atestado

O resultado do atestado médico do Sr. Lauro de Castro Alencar é positivo, indicando que ele está em condições de continuar suas atividades. O atestado foi emitido após uma avaliação cuidadosa por médicos especialistas. O ministro agradece a preocupação das autoridades com sua saúde e se compromete a continuar trabalhando para o bem do Brasil.

O ministro do Exterior em Chiborgo

O ministro do Exterior, Sr. Lauro de Castro Alencar, esteve em Chiborgo para tratar de assuntos diplomáticos. Durante sua estada, ele se reuniu com autoridades locais e participou de reuniões importantes. O ministro destacou a importância da cooperação internacional e a necessidade de manter boas relações com todos os países.

O ministro do Exterior em Chiborgo

O ministro do Exterior, Sr. Lauro de Castro Alencar, esteve em Chiborgo para tratar de assuntos diplomáticos. Durante sua estada, ele se reuniu com autoridades locais e participou de reuniões importantes. O ministro destacou a importância da cooperação internacional e a necessidade de manter boas relações com todos os países.

A GUERRA E A ALLEMANHA

O PRESIDENTE WILSON DIRIGE UMA ENTHUSIASMÁTICA PROCLAMAÇÃO AO POVO AMERICANO

O CONGRESSO CUBANO VOTOU A DECLARAÇÃO DE GUERRA, FEDIDA PELO PRESIDENTE MENOCOL

A Turquia e a Bélgica resolveu romper relações com os Estados Unidos

os perigos de uma crise, cujo epílogo pode ser decisivo para o país” (AMARAL, 1917a, p. 1).

Alguns dias após o rompimento das relações entre o Brasil e a Alemanha, Azevedo Amaral viu nessa ação governamental um genuíno gesto de patriotismo. O ataque ao navio brasileiro teria despertado um sentimento nacionalista há muito adormecido na população brasileira. No entanto, em edições subsequentes, Azevedo Amaral argumentava que o rompimento diplomático não representava uma solução definitiva. Para ele, era imperativo que o país se preparasse militarmente e mobilizasse seu exército para uma eventual entrada na guerra. Além disso, ele instigava as elites intelectuais a aproveitarem esse momento para incutir nas massas o estímulo necessário para desenvolver uma consciência nacional sólida e coesa.

Há sete dias que, sob o golpe doloroso da agressão germânica, a ideia da guerra surgiu por todos os recantos deste país, como uma ação espontânea da dignidade nacional vilipendiada. É um movimento salutar, que nos honra e atesta a energia e o civismo de nossa gente. Mas há uma desproporção tão flagrante entre os impulsos generosos do patriotismo e as condições a que chegou o nosso aparelho militar que não é possível deixar de insistir sobre a necessidade urgente de organização desse patriotismo, a fim de que o esforço bélico que, porventura, tenhamos que fazer seja coroado de um êxito correspondente ao gesto nobre e altivo dos que agora prontificam-se a colocar a vida a serviço da nação. A condição necessária a essa coordenação consiste na liberdade de movimentos das autoridades militares, na expansão das prerrogativas e na ampliação da esfera das atividades do comando superior das forças nacionais (AMARAL, 1917b, p. 1).

À medida que seus artigos se tornavam mais enfáticos ao pedir a entrada do Brasil na guerra, Azevedo Amaral passou a divergir da posição oficial do **Correio da Manhã**, que declarava sua neutralidade em relação ao conflito. Essa discordância não foi reconciliada, e em 19 de novembro de 1917, o jornal emitiu o seguinte comunicado anunciando a saída de Azevedo Amaral.

Deixou de fazer parte da redação do Correio da Manhã o Dr. A. J. de Azevedo Amaral, que ocupava as funções de diretor redator-chefe na ausência do Dr. Edmundo Bittencourt e Leão Velloso. Durante muito tempo, esse primoroso jornalista, conhecido e admirado em todo o Brasil, prestou a esta folha o inestimável concurso de seu famosíssimo talento. A princípio, foi nosso correspondente em Londres, cargo que ocupou por cerca de dez anos. As cartas que de lá escreveu sobre a guerra são as páginas mais belas e eloquentes de que há notícia no jornalismo brasileiro. Em uma dessas cartas admiráveis, o Dr. Azevedo Amaral ocupou-se do caso Baralong, que foi discutido e comentado com a maior liberdade na imprensa e no parlamento inglês. No entanto, o governo da Inglaterra decretou sua expulsão, obrigando-o a desembarcar no Brasil, com a proibição de se comunicar com qualquer porto da Europa. Ao chegar aqui, ele entrou para a redação do Correio da

Manhã, e dentro de pouco tempo, galgou, pelo seu merecimento, a posição que ocupava e onde mais realçaram suas extraordinárias qualidades de jornalista, à par da mais perfeita qualidade. A motivação da saída do Dr. Azevedo Amaral foi o fato de estar nosso diretor em inteiro desacordo com seus artigos de primeira coluna, os quais não se harmonizam com os sentimentos nem com as tradições desta folha. Para o lugar do Dr. Azevedo Amaral, entrou nosso companheiro Raymundo Silva, que exercerá a função de redator-chefe do Correio da Manhã até o regresso do Dr. Leão Velloso, que deve partir da França nos primeiros dias de agosto (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 1).

A passagem de Azevedo Amaral pelo Correio da Manhã o estabeleceu como um destacado jornalista na grande imprensa do Rio de Janeiro. Suas Cartas de Londres foram bem recebidas pelo público leitor, frequentemente apareciam na primeira página do jornal, elemento indicativo de sua relevância para o diário e revelador de um vislumbre de suas ideias políticas no início de sua carreira. Seu papel como correspondente internacional em um jornal de ampla circulação, naquela época, lançou as bases para sua trajetória intelectual.

Muitas das ideias que ele apresentou durante esse período, como críticas aos princípios liberais, a necessidade de uma elite intelectual, a defesa da coesão nacional e a urgência de construir um novo Estado, foram progressivamente amadurecidas e reformuladas. Disso resultaram as obras publicadas ao longo da década de 1930.

A Primeira Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento das ideias nacionalistas, conservadoras e autoritárias de Azevedo Amaral. Ela serviu como um alerta para que a nação despertasse da “letargia cosmopolita” da Belle Époque e reescrevesse sua própria narrativa histórica.

Para o autor, a guerra era uma ruptura, um processo de ação direta que dava início de uma nova fase na civilização, caracterizada pelo temor de um novo conflito e pela desconfiança entre as nações. Ele acreditava que era essencial preparar as novas gerações por meio de uma educação voltada para a nacionalidade e por uma escrita da história do Brasil que refletisse esses valores.

1.4 Os anos 1920 e a disputa pelo poder

Após o término da Primeira Guerra Mundial, Azevedo Amaral se viu imerso em controvérsias que surgiram, principalmente, devido à seleção do novo presidente da República nas eleições de 1929. Durante essa década, ele contribuiu com publicações

nos jornais **O Jornal** e **O Paiz**, os quais travavam uma acirrada competição para persuadir os leitores a apoiarem seus respectivos candidatos.¹⁸ Essas publicações assumem relevância não apenas por documentarem as ideias de Azevedo Amaral, mas também por oferecerem um vislumbre das intensas disputas ideológicas que permeavam a grande imprensa daquele período.¹⁹

Nesse contexto, o Brasil enfrentava as incertezas políticas decorrentes da crise da Primeira República e das repercussões da Primeira Guerra Mundial. A predominância das antigas oligarquias estava sendo questionada, dando origem a diversos projetos radicais de modernização do Estado brasileiro, baseados em ideias de mudança e transformação.

A década de 1920 foi marcada por uma série de eventos que promoveram mudanças significativas no cenário político e cultural do Brasil. Dentre esses acontecimentos, destacam-se a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, o movimento tenentista, as eleições presidenciais e a comemoração do centenário da independência. Esses eventos representaram um marco na evolução das questões culturais e políticas que haviam caracterizado a Primeira República brasileira, apontavam para novas direções e abriam caminhos inexplorados (FERREIRA, PINTO, 2008).

Nesse momento, Azevedo Amaral é convidado por Assis Chateaubriand para redigir o boletim internacional de **O Jornal**²⁰. O convite aconteceu em meados de 1924

¹⁸ Tomando como base as definições de Darnton (1990), podemos afirmar que o processo de publicação das reportagens levava em consideração uma complexa mediação dentro do próprio corpo editorial dos jornais cariocas até chegarem às bancas e ao público leitor. Os textos publicados por Azevedo Amaral na grande imprensa passavam pelo julgamento de seus pares, geralmente colegas que trabalhavam no mesmo jornal, depois pela avaliação do corpo editorial, que aprovava ou não as matérias, em seguida passava pelos revisores que reestruturavam a narrativa e davam formato final ao texto, para só então ir para a diagramação e impressão. Vale ressaltar que esses jornais também eram atravessados pela redistribuição do poder, isto é, a alteração dos quadros funcionais, principalmente de direção e editoração, que acabavam propiciando a modificação das normas internas desses jornais, influenciando na forma como as notícias eram redigidas. Vale lembrar, por exemplo, da expulsão de Azevedo Amaral do *Correio da Manhã*, por ser contrário à pretensa neutralidade do jornal.

¹⁹ A escolha desses jornais se deve por um lado, à periodicidade que seus textos eram publicados, e, por outro, porque nos apresenta uma dimensão da sua atuação naquele período, permeado por inúmeras disputas políticas como as que aconteceram em torno da sucessão presidencial de 1929, e que deram origem à Revolução de 1930. Muitos periódicos em que ele atuava não estão disponíveis para a pesquisa, seja porque não existem exemplares catalogados, ou se existem, mas não estão digitalizados ou não estão em estado de conservação que permita a leitura.

²⁰ Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968) foi um jornalista, empresário e político brasileiro. Dono dos "Diários Associados", a maior rede de comunicação do país entre as décadas de 1930 e 1960. Em 1921, comprou o periódico *O Jornal* e, em 1924, comprou o *Diário da Noite* de São Paulo, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro e o *Diário de Pernambuco*. Em 1928, lançou a revista *O Cruzeiro*. Nos anos 1940, Chateaubriand já era dono da maior rede de comunicação do país, os "Diários Associados",

Em sua matéria de estreia no jornal, intitulada Lloyd George, o fascinador (figura 4), o objetivo de Azevedo Amaral era apresentar aos leitores o perfil do ex-ministro da Inglaterra. O que torna esse artigo interessante é a comparação que ele estabelece entre a figura de Lloyd George e o conceito de super-homem de Nietzsche. Segundo o autor, o ex-ministro britânico era um indivíduo à frente de seu tempo, que desafiou os valores morais de sua época ao propor uma série de reformas sociais na Inglaterra daquele período.

A ideia do super-homem de Nietzsche é utilizada por Azevedo Amaral para caracterizar os "grandes homens" de sua época, indivíduos dotados de personalidades únicas e genialidade política. Essa concepção se reflete, por exemplo, em sua idealização da figura de Getúlio Vargas, como podemos observar em seu último livro publicado em 1941, intitulado **Getúlio Vargas: estadista**.

Entre os anos de 1925 e meados de 1926, Azevedo Amaral permaneceu na Europa, uma viagem que revelou, por um lado, sua curiosidade em relação ao cenário pós-guerra europeu e, por outro, contribuiu para suas colaborações n' **O Jornal**, em que abordava temas de política internacional.

Um exemplo dessas análises sobre o contexto político e econômico europeu no pós-guerra é encontrado no artigo intitulado A América e a dívida da Europa, publicado em 1926. Nesse texto, Azevedo Amaral oferece *insights* sobre as condições econômicas e as relações entre os países que participaram do conflito.

Segundo sua perspectiva, uma tensão havia surgido devido às dívidas acumuladas pelos países europeus em relação aos Estados Unidos. Ele destacava que havia um discurso difundido de que os Estados Unidos se aproveitavam da crise econômica e política que afetava as nações europeias após a Primeira Guerra Mundial. Argumentava-se que, apesar da situação difícil dos países europeus, os Estados Unidos eram os mais prejudicados no pós-guerra devido à falta de pagamento de seus devedores.

Nesse momento em que a Europa, empobrecida por sua própria culpa e assoberbada por dificuldades que ela própria criou e que se obstina em não resolver, agride os Estados Unidos, invectivando a nação americana como se ela, ao exigir o pagamento suave do que lhe é devido, estivesse querendo lucrar com as calamidades europeias, parece-me justo e oportuno mostrar como, por enquanto, os Estados Unidos são a maior vítima da guerra. Tem-se falado e escrito muito sobre como os países beligerantes da Europa sofreram com o grande conflito. No entanto, é preciso analisar um pouco mais profundamente os fatos para formar uma ideia clara do valor exato dos

prejuízos que eles sofreram. Uma guerra prejudica por duas formas: a destruição de vidas e bens; e os lucros cessantes que a suspensão do trabalho industrial e agrário acarreta. Um exame desses aspectos, a meu ver, evidencia o exagero das lamentações europeias (AMARAL, 1926a, p. 1).

Alguns anos antes, em 11 de novembro de 1918, foi assinado o Armistício que pôs fim aos combates entre alemães e o bloco dos aliados ocidentais, encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial. No ano seguinte, em 1919, as forças aliadas reuniram-se na cidade de Versalhes, na França, para realizar uma Conferência de Paz com o objetivo de estabelecer estratégias para garantir a estabilidade na Europa do pós-guerra. Entretanto, ao longo do tempo, essa conferência acabou por desviar o foco da busca pela paz e revelou, em grande parte, uma reunião destinada a determinar os termos pelos quais a Alemanha deveria reparar os danos causados pela Grande Guerra. O resultado dessa Conferência foi formalizado no Tratado de Versalhes.

Em outro artigo datado de 18 de setembro de 1926, Azevedo Amaral abordou o crescente avanço do nacionalismo naquele período e faz uma crítica ao livro de Norman Angell intitulado **Must Britain Travel the Moscow Road** publicado naquele ano. Nele, o autor defendia a perspectiva de um internacionalismo econômico. Azevedo Amaral caracteriza Norman Angell como um indivíduo cético em relação às nacionalidades, já que Angell propunha a criação de uma confederação internacional no âmbito econômico que eliminaria as distinções políticas, sociais e culturais, visando, assim, assegurar a paz mundial. Entretanto, na visão de Azevedo Amaral,

As paixões, as tradições, as ideias atávicas e os interesses vinculados à existência das nacionalidades formam um conjunto de forças de resistência contra as quais se esbatem as mais lógicas considerações do pacifismo. Todos sentem que a guerra deve ser evitada, mas o poder do subconsciente nacional é demasiadamente formidável para que os povos se resignem imediatamente a oferecer, como preço da paz, o sacrifício das pátrias que se identificaram (AMARAL, 1926b, p. 1).

Nesse momento, Azevedo Amaral destaca a existência de um poder irredutível das nações, que se manifesta como uma espécie de "inconsciente coletivo". Ele enfatiza que essa dimensão nacional persiste devido à força da tradição e dos valores culturais e políticos de cada país. No entanto, após sua viagem à Europa, Azevedo Amaral, em contraste com sua crítica anterior a Norman Angell, na década de 1910, passou a concordar com o autor. O pensador brasileiro reconheceu que mesmo os países mais nacionalistas não conseguiriam resistir totalmente ao processo de

globalização econômica, mesmo que isso acarretasse desafios de ordem política e social. Segundo ele,

As nacionalidades, com suas idiossincrasias de caráter talvez irredutível, subsistem como realidades que seria inútil pôr em discussão. Mas o comércio, a indústria, a agricultura e o aparelho bancário, que vincula as formas de produção e distribuição de riqueza, perderam por completo o seu caráter nacional e tornaram-se engrenagens de uma grande máquina econômica universal (AMARAL, 1926b, p. 1).

Naquela época, Azevedo Amaral argumentava que, embora fossem conceitos aparentemente opostos, o nacionalismo e o internacionalismo econômico deveriam encontrar uma maneira de se reconciliar. Ele acreditava que era necessário buscar uma harmonia entre o patriotismo²¹ e as novas dinâmicas econômicas que surgiram no período pós-guerra. Posteriormente ele dirá que essa harmonia seria estabelecida através da criação de um Estado autoritário e corporativista.

Os artigos escritos para **O jornal** tratavam fundamentalmente sobre o contexto europeu pós-guerra e a situação de crise econômica que passava o continente, alertando para o perigo eminente de uma segunda guerra mundial.²² Dos poucos artigos que escreveu tratando especificamente do contexto brasileiro, seu discurso voltava a enfatizar o apagamento do país no cenário internacional, discutindo como o Brasil carecia de modernidade e civilização, questões que já eram apontadas nas Cartas de Londres.

Seus últimos artigos publicados n' **O Jornal** datam de meados de 1927. Após esse período, não encontramos mais contribuições de sua autoria no impresso. Em edições subsequentes, podemos identificar uma nova seção intitulada "Boletim Internacional," que veiculava notícias internacionais sem créditos de autor.

A suspeita para sua saída do periódico pode estar relacionada a questões ideológicas. Isso se deve ao fato de que **O Jornal**, sob a direção de Assis Chateaubriand, começou a apoiar a Coluna Prestes, um movimento político que criticava abertamente o governo de Arthur Bernardes.

²¹ O patriotismo para Azevedo Amaral (1926) significava o amor à terra e o compromisso com a nacionalidade. Entretanto, nesse contexto dos anos de 1920, ele observava que era necessário buscar uma harmonia entre os interesses da nação e as novas demandas do mercado internacional.

²²O pacto de Madrid (AMARAL, 1926c); A América e a dívida da Europa (AMARAL, 1926a); A paz de Thoiry (AMARAL, 1926c); A nova internacional (AMARAL, 1926d); Passaportes e consulados (AMARAL, 1926e); Confederações econômicas (AMARAL, 1926f); Vida barata a preço caro (AMARAL, 1926g); Dilema do Mar (AMARAL, 1926h); O problema municipal (AMARAL, 1926i); O problema dos Sertões (AMARAL, 1927a); A conquista asiática (AMARAL, 1927b).

Enquanto Azevedo Amaral mantinha seu foco na Europa, o Brasil vivenciava um clima político tenso após o desenrolar do processo eleitoral de 1922. Nesse período, as ameaças de subversão da ordem e possíveis intervenções militares tornaram-se cada vez mais aparentes, principalmente através do movimento tenentista (CLEBER JUNIOR, 2008).²³

O movimento tenentista, notável por suas revoltas, teve na Coluna Prestes seu episódio mais marcante. Reunindo aproximadamente 1500 homens, essa coluna percorreu cerca de 25 mil quilômetros e atravessou 13 estados brasileiros, disseminando a ideia de revolução (LANNA JUNIOR, 2008). **O Jornal** desempenhou um papel ativo nesse contexto, publicando várias matérias, entrevistas e fotografias de Luís Carlos Prestes, uma figura proeminente na Coluna. O periódico também promoveu uma extensa campanha pela anistia dos membros da Coluna Prestes, utilizando diversas matérias e artigos para abordar o assunto.

No ano de 1929, teve início um novo processo de sucessão presidencial que seguia as regras do pacto oligárquico vigente. Contudo, desta vez, a divisão ocorreu no âmago do próprio grupo dominante. O então presidente, Washington Luís, lançou a candidatura de Júlio Prestes à sua sucessão, buscando mais uma vez a eleição de um candidato paulista. Isso acabou por romper o acordo informal com Minas Gerais, que almejava ocupar a Presidência da República.

Essa disputa entre Minas Gerais e São Paulo abriu espaço para o surgimento de novos conflitos políticos. Foi nesse contexto que, em julho de 1929, com o apoio de Minas Gerais, surgiu a candidatura de Getúlio Vargas, na época governador do Rio Grande do Sul, tendo como seu vice o governador da Paraíba, João Pessoa. Assim, a Aliança Liberal foi constituída, representando uma coligação de forças políticas favoráveis a Vargas. Em 20 de setembro, durante uma convenção realizada no Rio de Janeiro, a Aliança Liberal oficializou a chapa Vargas-Pessoa e apresentou sua plataforma eleitoral, que havia sido redigida pelo republicano gaúcho Lindolfo Collor

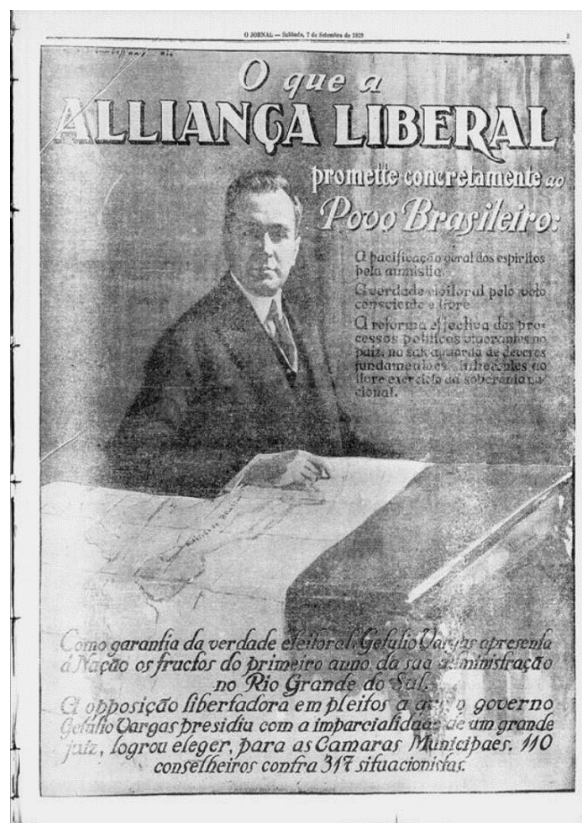
²³De acordo com Lanna Junior (2008), esse período que vai de 1922 a 1927 foi chamado da fase de conspiração do tenentismo. O tenentismo enquanto movimento, surgiu como uma alternativa aos anseios das classes médias que exigiam mudanças pelas armas, o que teria transformado os militares rebeldes (em sua maioria militares de baixa patente) em vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Entretanto, frisa o autor, o tenentismo se mantinha fiel à defesa da ordem e das instituições. Não havia uma proposta militarista no sentido de um governo militar, mas era elitista, pois propunha a moralização da política contra as oligarquias cafeeiras. Os jovens oficiais seriam responsáveis por essa moralização, através da revolução e da entrega do poder para políticos considerados por eles como “honestos”. Portanto, não havia uma perspectiva de ampliação da participação popular na política.

(MATOS, 2009).

Em 21 de julho de 1929, O Jornal veiculou uma matéria que marcou o lançamento oficial da candidatura de Getúlio Vargas. Durante o segundo semestre desse ano, o jornal empreendeu uma vigorosa campanha em apoio a Getúlio Vargas e à Aliança Liberal. Tanto Assis Chateaubriand quanto Getúlio Vargas almejavam influenciar e conquistar o controle da política nacional por meio da disseminação de informações, uma esfera de atuação que estava intrinsecamente ligada aos meios de comunicação. Eles compreendiam que o domínio sobre os meios de comunicação poderia servir como uma ferramenta poderosa para alcançar o sucesso político. Em 7 de setembro de 1929, O Jornal veiculou um panfleto (figura 5) da Aliança Liberal com as seguintes palavras:

O que a Aliança Liberal promete concretamente ao povo brasileiro: A pacificação geral dos espíritos pela anistia; a verdade eleitoral pelo voto consciente e livre; a reforma efetiva dos processos políticos vigorantes no país, a salvaguarda das questões fundamentais inerentes ao livre exercício da soberania nacional (O JORNAL, 1929, p. 3).

Figura 8 - Panfleto da Aliança Liberal n' **O Jornal**, em 1929.



Fonte: (O JORNAL, 1929, p 3).

A Aliança Liberal tinha como lema Representação e Justiça, que apontava para uma regeneração política. Isso era traduzido por uma luta pela reforma eleitoral, a criação de uma justiça eleitoral, a defesa do voto secreto, a moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. Levantando a bandeira do liberalismo, eles pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando as mesmas frações da elite não representadas na estrutura do poder. O programa também propunha, além das reformas políticas, a anistia para os revoltosos dos anos de 1920 e medidas de proteção ao trabalho, como a aplicação da lei de férias e a regulamentação de trabalho para menores e mulheres (MATOS, 2009).

No entanto, os jornais que respaldavam a candidatura de Júlio Prestes lançaram críticas contundentes à Aliança Liberal e ao seu programa governamental. Um desses jornais era **O Paiz**, que já contava com a contribuição de Azevedo Amaral, nesse período. Fundado em 1884, o jornal encerrou suas atividades de forma definitiva em 18 de novembro de 1934. Durante o governo de Artur Bernardes, **O Paiz** ofereceu apoio irrestrito ao presidente. Entretanto, à medida que o tempo passava, a credibilidade do jornal se erodiu e sua circulação sofreu uma queda significativa. Quando a Aliança Liberal foi estabelecida, **O Paiz** figurou entre os primeiros veículos de imprensa a lançar ataques à coligação (LEAL, 2009).

Em setembro de 1929, Azevedo Amaral publicou um artigo intitulado Arcaísmo Político. Nele, abordava as categorias "liberal" e "reacionário", que estavam sendo debatidas nos jornais que apoiavam a Aliança Liberal, com o objetivo de diluir as distinções entre esses termos. O editorial proclamava o seguinte:

Curioso paradoxo psicológico, resume, na nossa mentalidade, a iniciativa de pioneiros e inventores a uma tenaz fidelidade a coisas passadas, que ruminamos sem nos importarmos com a ausência do poder vitalizador nesses exaustos alimentos espirituais. Preocupados em estar sempre em dia com as últimas expressões de modernidade, caracterizamo-nos, em certos aspectos da nossa atividade coletiva, pelo acolhimento das ideias fora de moda, como se fossem novidades berrantes que pela primeira vez nos entrassem pelos portos (AMARAL, 1929, p. 1).

A crítica de Azevedo Amaral era direcionada à falta de originalidade que, segundo ele, permeava a Aliança Liberal. Ele argumentava que suas ideias careciam de inovação real e eram meras imitações de modelos políticos estrangeiros que não se adequavam à realidade sociopolítica do país:

Não se pode contemplar esse ruidoso torneio partidário sem ter a impressão de que vamos apenas comemorar o centenário de 1830 com um glorioso carnaval político, em que, transitoriamente esquecidos dos nossos próprios problemas, iremos evocar os laços sentimentais da Revolução de Julho, disfarçando-nos como vistosos partidários dos espectros dos Bourbons e entusiásticos defensores do guarda-chuva liberal de Luiz Felipe. A encenação prepara-se com todos os rigores da arte pitoresca do teatro ao ar livre. Eruditos escavadores vão despertar do sono dos léxicos o vocabulário desusado dos torneios da juventude do liberalismo. A reconstrução do passado oferece sempre o perigo de que os autores da renovação imaginária se acreditem transportados às condições de ambiente e tempo em que as coisas mortas com que lidam eram realidades palpáveis e temíveis. Dizer que no Brasil estamos divididos entre reacionários e liberais é negar a nossa história, contestar a realidade atual e evidente e, por cima de tudo, deprimir desnecessariamente nossa nacionalidade, atribuindo uma inferioridade que qualquer observador estrangeiro será o primeiro a reconhecer como injusta (AMARAL, 1929a, p. 1).

Nessa passagem, Azevedo Amaral faz referência a movimento de caráter liberal ocorrido em 1830 na França, liderado pela burguesia francesa, que derrubou do trono o rei Carlos X. Este movimento ficou conhecido como Revolução de Julho de 1830 e, também, como as Três Gloriosas (porque ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830). Sua crítica se refere a um possível saudosismo do passado que a Aliança Liberal teria em relação a esse movimento, por serem contrários a um reacionarismo de seus adversários políticos.

A crítica do autor em relação ao culto ao passado e à tendência de movimentos políticos copiarem modelos estrangeiros resultou em seu primeiro livro, intitulado **Ensaio Brasileiro**, lançado em julho de 1930. A obra foi amplamente elogiada pela crítica nacional, recebendo avaliações positivas na imprensa. Carlos Fernandes, jornalista do **O Paiz**, expressou em sua resenha:

Depois das Cartas da Inglaterra, de Ruy Barbosa, e de Os Sertões, de Euclides da Cunha, ambos vulgarizados em primeira mão pela imprensa, esta é a primeira vez que um jornalista se impõe, de chofre, à estima e admiração de todo o país, pela deslumbrante magnificência de sua projeção intelectual. Não acredito que haja no Brasil e em Portugal, onde também se repercute o rumor das nossas ideias, duas opiniões opostas sobre os peregrinos méritos e invejáveis aptidões de Azevedo Amaral. Os Ensaio Brasileiro não são frutos primaveris de uma lavra recente, em que se viesse recriar ou experimentar uma doura e enfarada operosidade, mas a sementeira mais avultosa e escrupulizada de princípios e convicções que o estudo amadureceu e a meditação consolidou (FERNANDES, 1930, p. 1).

Os jornais **O Paiz** e **O Jornal** conduziram uma extensa campanha em apoio aos seus respectivos candidatos e suas agendas políticas. Ambos os periódicos

competiam por meio de seus editoriais para estabelecer a narrativa mais persuasiva em relação aos eventos relacionados à sucessão presidencial. Seu intuito era cativar a audiência e, dessa forma, angariar votos para seus candidatos.

Em uma edição datada de 5 de setembro de 1929, o jornal **O Paiz** veiculou uma carta de apoio intitulada Ação Intelectual Brasileira. Nessa missiva, um grupo diversificado de intelectuais, representando várias áreas do conhecimento, uniu-se em apoio à candidatura de Júlio Prestes. Entre os signatários estavam personalidades como Gustavo Barroso, Basílio de Magalhães, Sertório de Castro, Heitor Villa Lobos e outros renomados nomes:

Pela primeira vez, depois da agitação nacional pela independência, a intelectualidade do Brasil se une pela força de uma coesão singular de ideias generosas e belas. Este rápido movimento de aglutinação de espíritos novos — esta é a expressão do organismo que ora nasce com a designação de Ação Intelectual Brasileira. Seu nome a revela: são intelectuais, quase dispersos, que encontram neste momento áureo uma auspiciosa harmonia para vincular-se numa laboriosa ação em que os valores da inteligência e da cultura possam ser trabalhados no sentido do desenvolvimento da mentalidade do Brasil. A Ação Intelectual Brasileira, como é lógico, desenvolverá uma ação ampla, mas, na sua providência intelectual, em favor da candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque à presidência da república (O PAIZ, 1929, p. 1).

As críticas de Azevedo Amaral persistiram ao longo do segundo semestre, acompanhadas pela publicação de outros artigos especiais no jornal **O Paiz**. Em um desses artigos, datado de 11 de setembro de 1929 e intitulado Hegemonia Quadrienal, o autor enfatizou o enfraquecimento da unidade nacional devido aos regionalismos. Sua crítica direcionou-se novamente à Aliança Liberal, que, segundo sua perspectiva, era um movimento que mascarava interesses particulares e regionais. Nesse texto, também houve uma defesa da unidade nacional por meio do fortalecimento do Estado e da figura presidencial.

Do estudo da nossa formação histórica e do exame das condições físicas e econômicas do Brasil atual, pareciam decorrer razões justificativas de conclusão muito menos tranquilizadora. Os particularismos regionalistas, gerados pelos moldes da organização inicial da nacionalidade, persistem de modo sensível nos fatos atuais. Longe de concorrer para obliterar a ação desses fatores tradicionais de exagerada individualização dos elementos componentes da nacionalidade, as circunstâncias do nosso desenvolvimento econômico tendem a acentuar, cada vez mais, os pontos de vista regionais na defesa de interesses que se opõem e cuja harmonia não parece fácil dentro da órbita exclusiva da combinação de forças produtoras do país. Os promotores da Aliança Liberal, sob o impulso de considerações táticas de ordem imediatista, colocaram uma candidatura presidencial em termos que lhe dão o caráter de reivindicação de determinado Estado ao exercício da

suprema magistratura da República (AMARAL, 1929b, p. 1).

A disputa eleitoral coincidiu com a crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929. Essa crise abalou profundamente a economia brasileira, resultou na falência de inúmeras fábricas em São Paulo e Rio de Janeiro e deixou milhões de pessoas desempregadas. O setor agrícola, especialmente a cafeicultura paulista, também foi afetado, com a queda nos preços do café. As eleições foram realizadas em março de 1930, e Júlio Prestes emergiu como vitorioso, após obter um milhão de votos em comparação com os 737 mil de Getúlio Vargas. Nesse contexto, Azevedo Amaral publicou um artigo intitulado Ressaca Eleitoral, no qual comentou os resultados das eleições e mais uma vez expressou críticas à Aliança Liberal.

A votação reunida em torno do Sr. Júlio Prestes mostra como, nos últimos anos, o interesse público pelas questões políticas aumentou ao ponto de refletir-se em um pronunciamento numérico da Nação, conferindo ao seu futuro chefe ainda maior autoridade moral para o exercício de sua alta investidura. Diante do epílogo tão satisfatório de uma luta partidária em que um dos beligerantes procurou compensar a sua minoria eleitoral pela violência dos métodos de agitação popular, parece que todas as mentalidades inclinadas às ideias de uma verdadeira democracia deveriam preocupar-se exclusivamente com o aproveitamento de inequívocas manifestações de uma consciência política mais ampla e mais viva como ponto de partida para o desenvolvimento de uma educação cívica do nosso eleitorado em linhas capazes de tornar cada vez mais perfeita e mais verídica a maquiagem do nosso sistema representativo (AMARAL, 1930a, p. 1).

Após a derrota nas eleições, alguns aliancistas aceitaram o resultado, enquanto outros optaram por planejar uma insurreição como meio de chegar ao poder. A liderança desse movimento revolucionário recaiu sobre os tenentes e um grupo de políticos civis que compartilhavam das ideias tenentistas. Nomes notáveis, como Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco e João Neves Foutora, passaram a ser chamados de "tenentes civis". A revolta eclodiu em 3 de novembro de 1930, com Getúlio Vargas assumindo o poder e a liderança do Governo Provisório da Nação.

Os jornais do Rio de Janeiro que apoiavam o governo de Júlio Prestes, como **O Paiz** e **Gazeta de Notícias**, lançaram uma extensa campanha denunciando os integrantes do movimento de Minas Gerais e Rio Grande do Sul como "traidores", "derrotistas" e "inimigos da nação". Esses jornais também veiculavam discursos de Washington Luiz, acusando o movimento e apelando pela união nacional, além de

reportagens sobre manifestações de apoio ao presidente eleito.

Azevedo Amaral contribuiu com uma nota intitulada Galeria dos Boateiros, direcionada aos jornais que promoviam o movimento revolucionário. Esse artigo foi publicado em 16 de outubro de 1930 e afirmava,

Entre as medidas adotadas para a defesa da ordem pública e repressão preventiva de movimentos de pânico sempre possíveis em circunstâncias de profunda anormalidade, nenhuma delas é mais louvável do que a campanha policial contra o boateiro. Trata-se de uma classe sempre indesejável em épocas críticas, seja qual for o movimento de atividade perturbadora do propalador de rumores falsos ou deformador pessimista de notícias verdadeiras. Dessa difusão constante de mentiras, na fonte das quais seriam talvez fáceis de encontrar interesses e ódios que se aproveitam habilmente da loquacidade de uns e da sugestionabilidade de outros para atingirem alvos visados. A caça ao boateiro deveria passar do conjunto de medidas de emergência para tornar-se uma providência normal da defesa da sociedade contra uma classe de desocupados, que não deve continuar privilegiadamente prejudicando interesses coletivos sem encontrar repressão apropriada em qualquer ação penal (AMARAL, 1930b, p. 3).

Pelo discurso da época, “os boateiros” eram veículos de informações que divulgavam notícias falsas acerca da tomada do poder pelo movimento. A **Gazeta de Notícias** também publicou, no dia 21 de outubro de 1930, uma nota intitulada Os boateiros e os comodistas, que criticava as notícias acerca da tomada de poder e da vitória do movimento. A nota terminava citando algumas ações contrarrevolucionárias que iam de encontro com a narrativa dos “boateiros”.

A população sensata deve ter em vista o seguinte: Se a décima parte das notícias alarmantes, espalhadas por aí, fosse verdadeira; se os sediciosos tivessem conquistado a vigésima parte do terreno que proclamam estar em seu poder, a estas horas tudo estaria conflagrado, não restando nada sob o domínio das autoridades legais. É absurdo. Para o boateiro, consciente de sua maldade, só aos sediciosos é permitido triunfar. Somente eles têm possibilidade de êxito (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1930, p. 1).

O Jornal, que fez uma ampla campanha em prol da Aliança Liberal, só se pronunciou abertamente acerca do movimento no dia 25 de outubro. Antes raramente noticiava os acontecimentos relativos a processo. Nessa edição, **O Jornal** estampava na sua capa o título “Capital da república viveu ontem as mais intensas horas do entusiasmo cívico na sua vida, com a esplêndida vitória da revolução brasileira” (O JORNAL, 1930a, p. 1). Na primeira página também aparecia uma nota de agradecimento, atribuindo ao povo do Rio de Janeiro a vitória do golpe.

O novo governo revolucionário, formado pela vontade do povo com a cooperação das classes armadas da República, pede à população ordeira do Rio de Janeiro que se mantenha calma e confiante no respeito intransigente da lei e da tranquilidade pública. Viva a Revolução Nacional! Viva o heroico povo do Rio de Janeiro! (O JORNAL, 1930b, p. 1).

Em 24 outubro de 1930, era publicado no jornal **Diário da Noite**, que por sinal também era dirigido por Assis Chateaubriand, um artigo intitulado “Pela fundação de um partido revolucionário”. Ele trazia algumas críticas à ala da Aliança Liberal que aceitou a derrota nas urnas e também apresentou uma proposta de criação de um partido que garantisse a unidade e a coesão do novo governo. Dizia o texto

Vitoriosa a Revolução Brasileira de 24 de outubro de 1930, presumia-se que continuasse a união de todos os elementos revoltados e revolucionários sob a bandeira da Aliança Liberal, a fim de que a reclamada reorganização do país fosse executada com mais facilidade e uma nova mentalidade amparasse com segurança os direitos e os deveres dos cidadãos. É necessário que os verdadeiros revolucionários amparem denodadamente a obra com seu grande sacrifício e patriotismo. Dessa forma, o partido revolucionário será um centro coordenador e orientador da atividade revolucionária em todo o território nacional e assegurará a uniformidade de ação de seus elementos em todos os dissídios e lutas futuras (DIÁRIO DA NOITE, 1930, p. 1).

Figura 9 – Capa do jornal **Diário da Noite**, em 1930.



Fonte: Diário da Noite (1930, p. 1).

As sedes dos jornais que eram contrários ao golpe de outubro, como **O Paíz**, foram queimadas logo após a tomada do poder. Tentou-se criar uma única versão da história, a da vitória da revolução e de Getúlio Vargas.²⁴ Não houve o dia seguinte pós-revolução para esses jornais de oposição, impossibilitando sabermos suas versões da história no processo de instauração do novo governo.

Azevedo Amaral, faria, no entanto, uma nova interpretação desse processo a partir da criação do jornal **A Nação**, em 1933 e de seu livro intitulado **O Brasil na Crise atual**, de 1934. A partir daquele momento, a Revolução de 1930 passa a ser vista como um ponto de mutação, uma transformação que daria início a uma nova etapa na história brasileira caracterizada pelo nascimento da consciência nacional. No entanto, essa mudança de posicionamento gira em torno de algumas problemáticas. Em primeiro lugar, é necessário salientar a escassez de fontes, visto que não encontramos seus escritos pós-golpe, justamente porque os jornais em que trabalhava foram saqueados e queimados.

Em segundo lugar, **O Paiz** era um jornal governista que sempre apoiava o candidato vencedor das eleições através do pacto dos governadores. Azevedo Amaral, por fazer parte do jornal, teria necessariamente que seguir as diretrizes impostas pela direção do periódico. Além disso, soma-se o fato de que a Aliança tinha em seu programa de governo o “estigma liberal”, questão que vinha sendo criticada por ele desde as Cartas de Londres, por ser carregada de passadismo. Também não há nenhum artigo defendendo abertamente a pessoa de Júlio Prestes, tanto que seu nome não aparece na carta de apoio dos intelectuais citada anteriormente.

Em terceiro lugar, suas críticas à Aliança Liberal se direcionavam ao programa de governo, mas nunca se dirigiam diretamente à figura de Getúlio Vargas. O nome do presidente provisório do país, dificilmente era citado, mas quando precisava ser mencionado, o era no sentido de mostrar como ele destoava do movimento, por conta de sua trajetória política no Rio Grande do Sul, vista como positiva e bem-sucedida. A hipótese para isso é não haver, no pensamento político de Azevedo Amaral, uma relação de total simetria entre o sujeito e o contexto político, uma vez que esse, dotado

²⁴ É importante salientar que a ideia aqui foi apresentar a interpretação de Azevedo Amaral sobre esse evento histórico. Todavia, a Revolução de 1930 tem sido estudada e revisitada ao longo dos anos por diferentes vertentes explicativas. Para um maior aprofundamento, ver os trabalhos de: Santa Rosa (1976), Sodré (1962), Fausto (1970), De Decca (1981), Martins (1980).

de genialidade, poderia estar à frente de seu tempo e ser responsável direto por movimentos de transformação histórica.

O início da Aliança Liberal como um movimento dissidente representou um desafio para as convicções de Azevedo Amaral, uma vez que ela parecia ser uma cópia de modelos políticos preexistentes. No entanto, com a quebra desse movimento por meio de um processo de ação direta, criou-se um novo horizonte político permeado por diversas possibilidades ideológicas. Nesse contexto, é possível que ele tenha vislumbrado a oportunidade de concretizar seu ideal utópico de modernizar o Estado brasileiro, e isso se tornou mais palpável com a emergência da figura emblemática de Getúlio Vargas.

Essa transformação em sua perspectiva política é importante de ser destacada, pois coloca em xeque as interpretações convencionais que retratam Azevedo Amaral como um grande ideólogo do Estado Novo, como se ele sempre tivesse sido um intelectual autoritário e admirador de Getúlio Vargas. O que procuramos evidenciar em nossa narrativa sobre sua produção intelectual nas décadas de 1910 e 1920 é que a trajetória de um intelectual é marcada por continuidades e descontinuidades, por transformações, contradições e momentos de recuo. O que se quer enfatizar, é que houve um processo de construção do pensamento político, que foi negligenciado, na medida em que foi colocado em lugares teóricos e políticos já predeterminados como o conhecido “cânone” dos pensadores autoritários do Brasil.

Continuaremos esta narrativa na sessão seguinte, discutindo como, a partir da Revolução de 1930, o foco de nossa personagem se voltou para a compreensão dos desafios enfrentados pelo Brasil e como esses desafios influenciaram a formação de uma identidade nacional brasileira e o processo de invenção de um Brasil moderno. Para isso, foi necessário a Azevedo Amaral explorar o passado brasileiro e criar uma nova perspectiva da história que tentasse explicar a realidade daquele momento.

II

O ESTADO POLÍTICO E O PASSADO EM RUÍNAS

"Esqueça-se de sua dor ao esquecer a causa; e aprenda com o passado para não ser punido por ele no futuro."

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: Companhia das Letras, 2011.

2.1 O valor pragmático do passado

No capítulo anterior, exploramos os primeiros passos da carreira jornalística de Azevedo Amaral, uma jornada marcada por conflitos ideológicos que moldaram sua visão e interpretação do mundo social e político. Partindo de suas aspirações iniciais de se tornar médico, ele emergiu como um dos jornalistas mais influentes na imprensa carioca do início do século XX.

As décadas de 1910 e 1920, que como mencionamos anteriormente, representaram o começo de sua trajetória, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento de seu pensamento político. Nesse período, Azevedo Amaral viu sua visão política ganhar forma e substância. As discussões em torno das implicações da Primeira Guerra Mundial para o Brasil, os embates políticos que ele travava na grande imprensa, especialmente suas críticas à perspectiva “passadista” da Aliança Liberal, a ausência de uma elite intelectual engajada com os destinos nacionais e a necessidade de estabelecer um Estado moderno, todos esses temas se fortaleceram e ganharam profundidade ao longo dos anos 1930.

As crônicas da guerra não apenas conquistaram a aprovação do público leitor, mas também contribuíram para sua crescente visibilidade na grande imprensa. Nesse ponto, Azevedo Amaral começava a colher os primeiros frutos de sua carreira jornalística. À medida que a década de 1930 se aproximava, ele direcionava sua atenção para as questões brasileiras e passava a publicar regularmente nos jornais do Rio de Janeiro. Entretanto, simultaneamente, ele estava iniciando sua incursão em novos horizontes ao lançar seus primeiros livros a partir de uma perspectiva

ensaística, que se direcionavam, principalmente, para os intelectuais situados no campo intelectual do período.

Seus ensaios procuravam diagnosticar os problemas que impediram o país de se constituir como nação e alcançar a tão desejada modernização. O passado, sobretudo o republicano, passou a ser revisitado, pensando e criticando a luz das novas questões políticas que estavam em voga naquele período, sobretudo ligadas ao Estado Político português, visto por ele como um reduto de corrupção e privilégios de classe.

O diagnóstico dos problemas estruturais do país, examinados de forma comparativa a uma condição patológica, demandava uma reescrita da história do Brasil. Isso implicava em uma consciência do tempo, que reinterpretava o cenário histórico da época sob a perspectiva de uma sensação de desordem temporal, na qual o presente se desvanecia rapidamente e o futuro permanecia incerto.

A presença simultânea de múltiplas temporalidades sobrepostas no mesmo contexto afastava a sociedade brasileira do panorama global moderno. Isso se manifestava como um contraste entre um ritmo temporal mais lento, que definia o desenvolvimento social e político em muitas regiões do país. Ele se opunha a um processo de aceleração temporal, perceptível em algumas áreas do Brasil, mas sobretudo em outros países que haviam alcançado a modernização.

Essa diferença temporal que separava o Brasil e o restante do mundo, tido como moderno e civilizado, colocava a necessidade do país de “colar-se no tempo do seu tempo”, como diria Ianni (2006). A Modernização do país requeria antes de tudo, um reordenamento do tempo, uma reconciliação com passado.

Assim, foram estabelecidas as bases para a formulação de um discurso que destacava a ausência, construído a partir da concepção de uma imagem da nação definida por suas lacunas, pelo que lhe faltava ou, se considerarmos isso no contexto temporal, pela ideia de um "atraso nacional". No prefácio do **Aventura Política no Brasil**, publicado em 1935, Azevedo Amaral afirmava,

Mas antes de reconstruir, convém saber alguma coisa da estrutura que ruiu. Nas configurações dos seus alicerces, os novos arquitetos poderão encontrar alguma inspiração. Entre os materiais degradados, é possível que haja coisas ainda aproveitáveis. O que não se pode tirar, entretanto, desse passado em ruínas, é o sentido do casarão demolido. O novo Estado brasileiro, que terá forçosamente de ser erguido, precisa enquadrar-se nos planos novos da civilização que desponta e na qual há um traço já perceptível como característica de futuro. O primado social das forças

produtivas e a direção do Estado pelos elementos associados ao trabalho criador são esses dois únicos postulados que, por enquanto, podem ser definidos como colunas mestras do Estado brasileiro de amanhã (AMARAL, 1935, p. 9).

O espaço de experiência é visto como um acúmulo de projetos fracassados, orquestrado pelo Estado Político português. O horizonte de expectativa dependia da reconciliação com esse passado, na medida em que os novos elementos que construiriam a modernização do Estado entrassem na cena principal.

Conforme apontam as historiadoras Velloso (2003) e Lippi (1990), muitos intelectuais estavam focados na apresentação de alternativas para a construção e desenvolvimento da nação, alicerçadas no estudo da formação brasileira. Existiam aqueles que visavam a modernização do passado, considerando-o como uma matéria-prima para moldar uma nova sociedade. Paralelamente, havia aqueles que rejeitavam o passado, especialmente o período republicano, por vê-lo como um obstáculo no caminho em direção à construção nacional. Em ambos os lados, havia a necessidade de elaborar um novo conceito de história que fosse capaz de abordar, de maneira objetiva e científica, a realidade brasileira.

Tratava-se não apenas de um novo olhar sobre o passado, mas, também, de uma nova interpretação sobre a narrativa histórica. A história centrada nas cronologias dos fatos e dos “grandes acontecimentos”, deveria ser substituída por uma que abarcasse a complexidade da vida social e cultural brasileira. É nesse sentido que afirmava Gustavo Barroso, em **História Secreta do Brasil**, de 1939²⁵,

²⁵ Gustavo Barroso foi professor, ensaísta e romancista, nasceu em Fortaleza, CE, em 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 3 de dezembro de 1959. Filho de Antônio Filinto Barroso e de Ana Dodt Barroso. Fez estudos nos externatos São José, Parthenon Cearense e Liceu do Ceará. cursou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, bacharelando-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Redator do Jornal do Ceará (1908-1909) e do Jornal do Commercio (1911-1913); secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914); diretor da revista Fon-Fon (a partir de 1916); deputado federal pelo Ceará (1915 a 1918); secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Venezuela (1918-1919); inspetor escolar do Distrito Federal (1919 a 1922); fundador e diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922); secretário geral da Junta de Juriconsultos Americanos (1927); representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações) e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941). Participou do movimento integralista. Embora não concordasse com o rumo dos acontecimentos a partir de 1937, manteve-se fiel à doutrina do integralismo. Estreou na literatura, aos 23 anos, usando o pseudônimo de João do Norte, com o livro *Terra de sol*, ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense. Além dos livros publicados, sua obra ficou dispersa em jornais e revistas de Fortaleza e do Rio de Janeiro, para os quais escreveu artigos, crônicas e contos, além de desenhos e caricaturas. A vasta obra de Gustavo Barroso, de 128 livros, abrange história, folclore, ficção, biografias, memórias, política, arqueologia, museologia, economia, crítica e ensaio, além de dicionário e poesia. Pseudônimos: João do Norte, Nautilus, Jotanne e Cláudio França. A atividade na Academia Brasileira de Letras também foi das mais relevantes. Disponível em: <http://www2.machadodeassis.org.br/academicos/gustavo-barroso/biografia>. Acesso em: 11 abr. 2024.

A investigação dos fatos, a fixação de datas, a interpretação das dúvidas, o confronto e a análise dos documentos devem certamente obedecer a princípios rigorosamente científicos. Mas a narração dos acontecimentos e sua fixação precisa, no tempo e no espaço, não são a verdadeira história, não formam completamente a história. Além disso, há algo mais importante, substancial: a projeção dos homens e dos acontecimentos no espelho das épocas, as ideias de cada século, seu espírito, seu gênio próprio. Para que a história deixe de ser uma cronologia seca, um rol de fórmulas mnemônicas, é necessário iluminá-la com o esplendor solar das ideias, com a luz maravilhosa da vida espiritual (BARROSO, 1939, p. 14-15).

A compreensão da história nacional estava em um momento de questionamento. O evolucionismo filosófico, que anteriormente havia oferecido uma narrativa aparentemente coesa para a nação, através das ideias de progresso e civilização, até o final do século XIX, agora não parecia mais adequado ou abrangente o bastante para abordar a história do Brasil, especialmente considerando o contexto pós-Primeira Guerra Mundial.

Diante de um mundo em crise, o Brasil e o restante da América Latina passaram a ser vistos como uma fonte inspiradora de cultura. Os antigos padrões científicos europeus, baseados na ideia de uma evolução universal, foram questionados. Não mais se acreditava em um modelo universal de desenvolvimento, mas sim na valorização de singularidades e expressões culturais únicas (VELLOSO, 2008).

O movimento modernista no Brasil ilustrou bem essas tendências, atuando como um catalisador de ideias. A superação do paradigma progressista estava destinada a surgir a partir de uma análise sistemática da realidade brasileira, com um foco particular na identificação dos desafios e das soluções para superar o atraso econômico, social, político e cultural do país. Conforme Salles (2004) argumentou, o modernismo representou um período de redescoberta do Brasil. Foi um movimento de renovação estética que buscava conferir um novo significado à brasilidade e à afirmação do caráter brasileiro.

O modernismo operou uma refundação crítica da tradição cultural brasileira, resgatando e reelaborando um passado soterrado, correndo verdades cristalizadas. Foi uma obra de criação e atualização; nacionalista e cosmopolita. Uma tensão imanente que não se traduzia em antagonismo, mas se harmoniza na afirmação da primazia do nacional. A assimilação do dado estrangeiro significava antes uma reinvenção, pela mescla com as raízes do "Brasil autêntico (SALLES, 2004, p. 131).

Embora tenha se inspirado nas vanguardas europeias do início do século XX,

o modernismo brasileiro apresentou distinções notáveis em sua abordagem. Essa singularidade se manifestou na maneira como os modernistas nacionais abraçaram uma visão positiva do passado e das tradições do país. Santos e Madeira (1999) também ressaltam que, ao contrário das vanguardas europeias, como o futurismo italiano, os modernistas brasileiros atribuíam grande valor aos legados culturais, buscando identificar momentos de esclarecimento e imagens que se destacassem, com o objetivo de contribuir para a construção de uma identidade brasileira.²⁶

Apesar da notável complexidade e diversidade de conceitos, visões e perspectivas que permearam o movimento modernista naquele contexto, tanto em seu aspecto político quanto cultural, havia, no entanto, um consenso fundamentado na ideia de nacionalismo. Isso se originava das transformações sociais e políticas surgidas no período pós-guerra, que resultaram em um crescente desencanto com o Ocidente como o único lócus privilegiado da modernidade. Nesse contexto, a busca por uma autêntica brasilidade conduziu a uma valorização seletiva do passado, das tradições populares e das práticas sociais brasileiras.

A obra **Martim Cererê**, de Cassiano Ricardo, publicada em 1928, é amplamente reconhecida como um dos exemplos do Movimento Modernista brasileiro, em particular, do movimento conhecido como Verde-Amarelo.²⁷ O poema épico trata de uma gama de temas relacionados à identidade nacional, à rica natureza do Brasil e às mudanças sociais e culturais que estavam ocorrendo no país naquela época. Além disso, também trazia uma celebração da cultura e da paisagem do Brasil, destacando a exuberância da natureza tropical, incorporando elementos indígenas e celebrando a diversidade cultural do país.

Ademais, Martim Cerere também aborda questões ligadas à modernização e

²⁶ São desse período os manifestos de Oswald Andrade – “Manifesto da poesia pau-brasil” (1924) e o “manifesto antropófago” (1928); o romance **Macunaíma** (1928) de Mario de Andrade; e obras clássicas do pensamento social brasileiro, tais como **Casa Grande e Senzala** (1933), de Gilberto Freyre, **Raízes do Brasil** (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), de Caio Prado Junior, dentre outras. Essas obras se baseavam em documentos históricos e pesquisas empíricas que tinham como objetivo fazer uma reinterpretação crítica das raízes coloniais para se pensar a superação daqueles entraves e colocar o país na modernidade ocidental.

²⁷ Cassiano Ricardo (1895-1974) foi um importante poeta, ensaísta e político brasileiro. Ele desempenhou um papel significativo no cenário literário e cultural do Brasil durante a década de 1930. Foi um dos poetas e escritores associados ao Modernismo brasileiro, um movimento literário e cultural que surgiu nas primeiras décadas do século XX e trouxe uma renovação na literatura e nas artes brasileiras. Além de sua carreira literária, Cassiano Ricardo também se envolveu na política. Ele ocupou cargos públicos e foi eleito deputado federal, atuando na esfera política durante parte de sua vida. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo> . Acesso em: 12 fev. 2024. Para saber mais sobre o autor, ver (Coelho, 2015)

urbanização do Brasil, explorando o conflito entre as esferas rural e urbana, bem como a batalha para preservar as raízes culturais e a identidade nacional em meio a essas transformações.

Cassiano Ricardo é um exemplo dos intelectuais que buscavam no passado os elementos fundamentais para a construção da identidade nacional. Ele via nos bandeirantes um desses elementos primordiais. Para ele, os bandeirantes eram verdadeiros heróis, desempenhando um papel crucial na expansão e desenvolvimento do território brasileiro. Eram aclamados como intrépidos desbravadores que exploraram vastas áreas do interior do país, desempenhando um papel vital na ampliação das fronteiras territoriais do Brasil durante os séculos XVI e XVII.

Ele compartilhava a visão romântica da época que reverenciava os bandeirantes como ícones de coragem, aventura e pioneirismo. Em sua poesia e escritos, frequentemente, exaltava a figura dos bandeirantes como representantes autênticos da identidade e história nacional brasileira, realçando suas jornadas e suas contribuições para a formação do país.

Desse modo, Cassiano Ricardo concebia os bandeirantes como figuras icônicas que desempenharam um papel fundamental na criação da narrativa que delineava a identidade nacional brasileira. A sociedade que eles representavam, caracterizada por sua diversidade cultural, pequenas propriedades rurais, princípios democráticos, miscigenação racial e divisão do trabalho, era vista como inerentemente revolucionária. A sociedade bandeirante era considerada uma experiência histórico-social-regional exemplar, servindo como alicerce para a formulação de um projeto político nacional. Em **A Marcha para o Oeste** de 1940, Cassiano Ricardo afirmava:

A origem da democracia está na "bandeira", e daí o motivo pelo qual me detenho mais nesse fenômeno. A ideia de governo forte para realizá-la também. Este não é, entre nós, uma invenção de última hora, mas um fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido. Desnecessário pedir emprestado aos países totalitários a estrutura de um regime que estava, sem tirar nem pôr, na origem do nosso destino. Antes de haver o "fascismo" europeu ou qualquer outro "ismo", já a bandeira havia revelado, por instinto, as linhas estruturais que hoje condicionam o Estado Moderno: comando seguro e fraterna solidariedade dos indivíduos obedientes à firme unidade de comando (RICARDO, 1940, p. 16).

Segundo Ruffato (2004), o autoritarismo em Cassiano Ricardo continha uma

coerência poucas vezes vista: da ditadura estado-novista à ditadura advinda do golpe de 1964, o poeta dedicou sua vida a legitimar suas escolhas. De acordo com o autor, não foi, como alguns colegas seus, funcionário de carreira encolhido em seu trabalho burocrático, mas ardoroso defensor de uma ideologia nacionalista, que alimentou a construção de Estados fortes e pouco afeitos ao diálogo.

Outro intelectual que abraçava uma visão otimista do passado era Oliveira Vianna. Em sua obra **Idealismo e Constituição**, de 1939, ele realizou uma análise do valor pragmático do passado, inspirado na perspectiva de José Ingenieros,²⁸ integrando-o como um idealista que, mesmo direcionando sua atenção para o futuro, reconhecia a importância do passado. Nas próprias palavras de Oliveira Vianna:

Para ele, o passado é útil, o passado é precioso: nele é que vamos encontrar o arquivo das experiências feitas pela sociedade, nele, é que vamos inquirir das diretrizes da nossa evolução futura. Sem esse retorno crítico ao passado, ficaríamos sem os elementos de referência com que nortear a nossa projeção futura (VIANNA, 1939, p. 305).

Ele sustentou que José Ingenieros não apenas promoveu uma perspectiva sobre o passado como o estudo da experiência social anterior, mas também enfatizou a relevância do entendimento do tempo presente. Inspirado por esse autor, Oliveira Vianna argumentou que a essência de um ideal residia na sua capacidade de se adaptar à realidade social. Nesse contexto, a compreensão da realidade resultava de uma análise objetiva tanto do passado quanto do presente.

Oliveira Vianna empregou esse argumento para criticar os idealistas românticos e metafísicos, os quais, segundo ele, desenvolviam concepções e leis de desenvolvimento social, imaginando a sociedade como uma substância maleável, sujeita a ser moldada de acordo com modelos criados pela imaginação. Em sua perspectiva,

Nós, os ibero-americanos, se pecamos por alguma coisa, pecamos pela exuberância de imaginação, principalmente no campo político. Estamos sempre na atitude alvoroçada de quem espera o advento próximo da idade de ouro de Saturno. Todas as utopias, as mais vagas, as mais abstratas, as

²⁸José Ingenieros (1877-1925) foi um médico, psiquiatra, psicólogo, filósofo e escritor argentino. Sua obra abrange uma variedade de campos do conhecimento, e ele é conhecido por suas contribuições tanto para a medicina quanto para a filosofia e a psicologia. José Ingenieros formou-se em medicina na Universidade de Buenos Aires e, posteriormente, especializou-se em psiquiatria e psicologia. Ele desempenhou um papel importante na introdução de novas ideias psicológicas e psiquiátricas na Argentina, particularmente influenciado pelo positivismo e pelo darwinismo social. Ele também é conhecido por suas obras filosóficas, nas quais explorou questões relacionadas à ética, à moral e à filosofia política. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com>. Acesso em: 01 dez. 2023.

mais estranhas, encontram asilo fácil e hospedagem carinhosa em nossa imaginação. Os nossos idealismos políticos, sociais ou artísticos, nós os temos formado quase sem nenhum contato com as realidades do nosso meio. Trazem-nos sempre à memória uma evocação de terras estranhas, de outros climas, de outros sóis, de outras pátrias (VIANNA, 1939, p. 311).

O ponto central da questão brasileira encontrava-se, assim, na esfera da modernização, ou seja, na lacuna entre as perspectivas e concepções de mundo, especialmente no âmbito político, e a realidade do Brasil. Neste sentido, sua análise ecoa as ideias de Azevedo Amaral, destacando a importância de internalizar nossos ideais com o objetivo de alcançar a independência em relação às influências estrangeiras. Em sua visão,

Toda a nossa atenção, todo o nosso interesse, toda a nossa inteligência se têm, até agora, como que exclusivamente voltado para o que está do outro lado do mar. Lá é que está o manancial das nossas inspirações, lá o laboratório das nossas experiências, as chaves dos nossos problemas, as diretrizes da nossa atividade (VIANNA, 1939, p. 311).

Nesse contexto, Oliveira Vianna sustenta que muitos dos nossos autênticos desafios permaneciam velados e negligenciados. A interiorização de nossos ideais poderia nos abrir para uma nova visão, instigando-nos a observar com maior atenção o nosso entorno, a reconhecer nossa singularidade e a cultivar uma cultura nacional autêntica. Para alcançar esse propósito, ele enfatiza a relevância de uma análise pragmática do passado.

Oliveira Vianna defende a ideia de que o estudo do passado e dos eventos históricos é resultado de uma ampla gama de influências. Nesse sentido, ele argumenta que os historiadores devem buscar *insights* em outras disciplinas, enriquecendo assim sua compreensão do passado. Para o autor, a compreensão completa de eventos históricos exige a incorporação de conceitos e noções de outras ciências, com destaque para a antropologia e as ciências sociais. Para ele, “Não é possível hoje realizar um trabalho de interpretação do passado sem recorrer as diversas ciências sociais, aos seus princípios, aos seus métodos, a seus dados objetivos”. (VIANNA, 1939, p. 314).

A colaboração interdisciplinar revelava-se fundamental, visto que os documentos, por si só, não eram suficientes para desvelar o conhecimento do passado. Portanto, Oliveira Vianna enfatizava que os historiadores não podiam depender exclusivamente dos documentos como a única fonte para acessar uma

representação completa do passado. Os documentos apenas ofereciam vislumbres de alguns aspectos, detalhes e fatos, mas não abrangiam a totalidade do passado.

Consequentemente, Oliveira Vianna sustenta que a História, embora baseada em conjecturas – ou seja, deduções que consideram algo provável com base em suposições e evidências incompletas –, mantinha sua característica científica. No entanto, ele estabelecia uma distinção entre dois tipos de conjecturas: uma conjectura arbitrária, que é fruto da imaginação e da metafísica, portanto, carente de contato com a realidade; e uma conjectura disciplinada, que se apoiava e se orientava pelos conhecimentos científicos. De acordo com ele,

Hoje, senhores, os historiadores estão magnificamente aparelhados como incomparáveis elementos de informação, não só para retificar as ilusões da sua visão crítica, não só para restringir os surtos da sua fantasia evocadora, mas mesmo para poder reconstituir, com o possível rigor científico, na sua estrutura e na sua vida, as velhas sociedades mortas. E vem daquela indução conjectural, mera obra de imaginação, refletindo exclusivamente as condições subjetivas de cada historiador, as idiosincrasias do seu temperamento e quase sempre as inclinações das suas simpatias ou antagonismos, o que vemos hoje, dominar crescentemente o campo das pesquisas históricas é essa outra espécie de indução conjectural, que chamaremos de objetiva (VIANNA, 1939, p. 325).

Portanto, essa nova abordagem histórica, enraizada no diálogo interdisciplinar, conferiria ao conhecimento histórico uma interpretação realista dos fatos, eventos e fenômenos históricos. O entendimento do passado não poderia ser puramente especulativo; ele deveria ser pragmático e objetivo.

Oliveira Vianna argumenta que o passado possuía utilidade ao intensificar a consciência do patriotismo. Em sua concepção, o patriotismo representava um legado de grandezas morais e materiais transmitido pelas gerações anteriores. Dessa maneira, a tarefa do historiador consistiria em evocar, por meio de uma perspectiva científica e também artística, os episódios do passado, transformando a história em uma espécie de reencarnação.

No entanto, Oliveira Vianna observava que havia indivíduos que menosprezavam o passado, seja por meio da crítica severa ou pelo completo rompimento com ele. Nesse grupo estariam nomes como Graça Aranha, Ronald Carvalho e o próprio Azevedo Amaral, descritos como patriotas destituídos de uma pátria, pois ao negarem o passado, rejeitariam todo o legado deixado pelos antecessores.

Graça Aranha tentara aqui um movimento modernista ou futurista, semelhante ao que se iniciara na França e na Itália, do qual Marinetti fora um dos líderes. Nesse grupo, figuram alguns nomes novos e ilustres das nossas letras, como Ronald Carvalho e Azevedo Amaral. O ponto central da campanha era romper com o passado, considerando, portanto, os estudos históricos como simples preocupações literárias, sem nenhum valor prático. Amaral pusera todo seu prestígio e cultura a serviço da iniciativa de Graça Aranha, e para justificar o pouco valor do passado, procurava fundamentar o movimento na teoria de De Vrier, das mutações bruscas. (VIANNA, 1939, p. 243).

Ao contrário de Oliveira Vianna, a escrita da história, para Azevedo Amaral, consistia em estabelecer, de maneira teórica, uma interpretação do passado fundamentada no conceito de ruptura e descontinuidade. Essas ideias conflitavam com a noção de formação, que advogava a relevância pragmática do passado na edificação de um Brasil moderno. Sua perspectiva crítica da história minimizava a importância do passado na construção da identidade nacional e no processo de modernização. O diagnóstico de Azevedo Amaral apontava para a presença de uma crise histórica de significado que, a seu ver, o país atravessava.

Azevedo Amaral encarava a formação histórica brasileira não apenas como uma consequência das influências ibéricas, mas sim como um processo caracterizado por rupturas e transformações políticas, sociais e culturais que conferiam ao país uma identidade própria e dinâmica. Em outras palavras, ele defendia que o Brasil não se resumia à herança da colonização portuguesa, vista de maneira negativa como exploratória e deficiente, mas sim que o país tinha uma singularidade que havia sido obscurecida ao longo do tempo devido aos inúmeros equívocos cometidos pelo governo português. Para compreender a história brasileira, era fundamental considerar os diversos ciclos históricos que atravessaram o país.

A descontinuidade das fases do desenvolvimento histórico não implica na quebra de unidade total do processo evolutivo, nem envolve negação de uma continuidade superior, que transcende e coordena como elos de uma mesma cadeia os episódios fragmentários. Esse fio unificador dos múltiplos e sucessivos ciclos de desenvolvimento de uma sociedade é a tendência orientadora de todas essas etapas. (AMARAL, 1934, p. 15).

Sua escrita da história deslocava a perspectiva do evolucionismo para o que ele referia como "revolucionismo". A realidade passava agora a ser compreendida como uma sequência de períodos, uma sucessão de eventos, cada um com sua

própria dinâmica interna, que se baseava exclusivamente em seus antecessores. Nessa linha de pensamento, a tese apresentada em **Ensaio Brasileiro e Brasil na Crise Atual** era que o processo histórico consistia essencialmente em uma série de revoluções interligadas, em oposição a uma evolução gradual. O desenvolvimento histórico não seguia um curso totalmente contínuo; ao invés disso, era caracterizado por descontinuidades e fragmentações.

A visão da história do autor se alinha com o que Reis (2007) descreve como os "redescobridores", aqueles pensadores que dão prioridade ao futuro em relação ao passado.²⁹ Para Azevedo Amaral, romper com o legado político do Brasil era um pré-requisito para a concepção de novos projetos destinados a modernizar o Estado e a sociedade, considerados essenciais para o progresso da identidade nacional.

Entretanto, um elemento crucial nesse processo era o "fator humano", identificado como o principal desencadeador das "crises de mutação histórica". Os indivíduos dotados de genialidade política, assim como as massas, desempenhariam papéis centrais nessas transformações. Com base nessa premissa, sua representação da história o conduz a uma revisitação dos acontecimentos políticos no contexto brasileiro.

Nesse cenário, a Revolução de 1930 transcende sua caracterização meramente como um processo de destituição do poder, assumindo o status de um evento determinante, um ponto de inflexão crucial no desdobramento histórico do Brasil. A partir desse marco, os projetos relacionados aos aspectos políticos, sociais e culturais do país se viram compelidos a adotar uma perspectiva fundamentalmente orientada para o futuro e voltada para a modernização. Na visão de Azevedo Amaral, embora tenha desencadeado um período de crise política, a Revolução de 1930 assinalou a distinção entre o Brasil do passado e o Brasil moderno.

²⁹ Para Reis (2007), é possível pensar uma chave interpretativa desse contexto, a partir de alguns clássicos do pensamento social brasileiro, refletindo, justamente, essa diferença na leitura do passado. De acordo com o autor, existiram os "descobridores do Brasil", e os "Redescobridores do Brasil". Os primeiros seriam autores que tiveram uma interpretação do Brasil pautada em uma valorização do passado, que privilegiam a continuidade em relação à mudança, que preferem um Brasil-português ao Brasil-brasileiro, um Brasil tradicional ao Brasil moderno, em que o futuro será igual ao passado. Para esses "descobridores", tais como Adolf Varnhagen e Gilberto Freyre, o passado resolveria os problemas, sem a necessidade de ruptura, mudança ou revolução. Por outro lado, os "redescobridores" abordados pelo autor, entre eles Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré, que priorizaram a mudança em relação à continuidade, preferindo a ruptura com o passado, o brasileiro em relação ao português, o Brasil moderno ao tradicional, colonial. O Brasil do futuro deveria continuar acelerando e aprofundando a ruptura que se desenhava desde o início da colonização.

2.2 Exorcizando os “males de origem”

Para Azevedo Amaral, a Revolução de 1930 era o alvorecer do Brasil moderno, o princípio da ruptura com os entraves que impediam a modernização. O país se lançava à busca de si mesmo, abandonando os males do passado, tece-tece de problemas políticos, sociais e culturais herdados da influência ibérica. Compreender essas questões e desenhar soluções eram pilares para traçar uma nova linha no tempo da nação.

A obra **A América Latina: Males de Origem** de Manuel Bomfim (2008) é um importante ensaio que explora as questões históricas e sociais que afetaram a América Latina desde o período colonial até o início do século XX. Esse livro dialoga diretamente com as discussões feitas por Azevedo Amaral, que inclusive cita Bomfim em um de seus ensaios.³⁰ Publicado pela primeira vez em 1905, o livro apresenta uma análise crítica e provocativa sobre as origens dos problemas econômicos e sociais que assolaram a região ao longo da sua história.

Bomfim (2008) argumentava que muitos dos problemas enfrentados pela América Latina, como a desigualdade social, a dependência econômica e a instabilidade política, têm suas raízes nas condições históricas em que a colonização europeia se deu na região. Ele sustentava que o modelo colonial implantado pelas potências europeias, que visava principalmente à extração de recursos naturais e à exploração dos povos nativos, deixou um legado de desigualdade e subdesenvolvimento que persistiu por séculos.

O autor também aborda a influência do pensamento positivista e do darwinismo social na América Latina, argumentando que essas correntes de pensamento foram usadas para justificar a dominação estrangeira e a exploração

³⁰Manuel Bomfim (1868-1932) foi um médico, ensaísta e sociólogo brasileiro que desempenhou um papel importante no cenário intelectual do Brasil na virada do século XIX para o XX. Ele foi uma figura relevante no movimento conhecido como "medicina legal positivista" e contribuiu significativamente para a discussão sobre questões raciais, sociais e políticas em sua época. Foi uma figura complexa que influenciou os debates intelectuais de seu tempo, especialmente em relação à formação da identidade brasileira e latino-americana. Retirado parcialmente de: [Conheça Manoel Bomfim, intelectual esquecido e rebelde do | Cultura \(brasildefatorj.com.br\)](#). Acesso em 12 de Abril de 2024. Azevedo Amaral citou a obra **O Brasil na História** de Manuel Bomfim, publicado em 1931, quando discutiu a influência dos jesuítas no processo de formação da consciência nacional no contexto da colonização: “A obra de recalçamento da brasilidade tentada em vão durante o período colonial pelo esforço cristianizante dos jesuítas e da qual possuímos documentação valiosa na obra de Manuel Bomfim e no recente livro de Gilberto Freyre, foi a nosso ver levada por diante com muito mais eficácia pela nossa classe dirigente a partir da organização independente da nacionalidade” (Amaral, 1934, p. 182).

econômica da região. Ele critica a elite latino-americana por adotar ideias eurocêntricas e por perpetuar um sistema que beneficiava apenas uma minoria privilegiada. A América Latina precisaria superar seus "males de origem" por meio de reformas profundas e da construção de uma identidade e autonomia próprias.

Para além dos séculos de opressão e tormento que marcaram a América Latina, Bomfim buscava decifrar a raiz desses infortúnios. Seu diagnóstico, compartilhado por Azevedo Amaral, apontava para o passado. A colonização havia lançado a América Latina, e o Brasil em particular, em uma eterna dança do atraso, descompassada do ritmo temporal do mundo tido como "civilizado" e "moderno". Em suas palavras,

Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam hoje em um estado que mal lhes dá o direito de serem considerados povos civilizados. Em quase todos eles, incluindo muitas regiões do Brasil, a situação é lastimável. Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progridem como 50; só assim lograriam alcançá-las e gozar de todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como 10, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofremos os efeitos desse retardamento (BOMFIM, 2008, p. 15).

Conforme expresso por Bomfim (2008), habitávamos em um paradoxo, imersos na civilização, mantendo um diálogo com ela, mas ainda assim, persistíamos no atraso. Nesse cenário, enfrentávamos todas as adversidades sem colher os frutos dos benefícios que a modernidade e o progresso ofereciam. Sobre a civilização, ele proclamaria,

Só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias públicas, nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene, nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos, nem riqueza, nem trabalho organizado, muitas vezes, nem mesmo a possibilidade de trabalhar, nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação, nem ideias, nem glórias, nem beleza (BOMFIM, 2009, p. 16).

A explicação para o atraso não se ocultava na volatilidade dos governos, nas revoluções infundadas, no desalinhamento da economia, nem na ausência de labor, premissas que, segundo Bomfim (2008), ecoavam desde tempos imemoriais pelas vozes dos estadistas europeus ao se referirem à América Latina. Eles, míopes, não divisavam os reais sintomas do atraso brasileiro. Urgia decifrar os eventos sociais, políticos e culturais à luz das leis universais da ciência.

Essa percepção emergiria da sinergia entre dois domínios do conhecimento:

a sociologia e a biologia. A sociedade, comparável a um organismo, estaria sujeita a leis particulares, distintas das da biologia, mas semelhantes em essência. No entanto, assim como os seres vivos, as sociedades seriam influenciadas não apenas pelo ambiente e não somente pelas condições espaciais, mas também pelo fator temporal. Uma nação se configuraria como o resultado de uma evolução, seu estado presente derivaria das ações pretéritas, entrelaçadas com as influências do momento.

Nesse contexto, assim como os organismos vivos, a sociedade dependeria não apenas do ambiente, mas também das condições e formas anteriores incorporadas pela hereditariedade. Haveria indivíduos mais adaptados do que outros, e a plena adaptação significaria que o passado não interferiria nesse processo. Uma doença, por sua vez, seria simplesmente uma falta de adaptação do organismo a certas circunstâncias particulares. É por esse motivo que o médico, quando confrontado com pacientes, não deixaria de considerar o passado como parte fundamental do diagnóstico.

O conhecimento deste passado vai instruí-lo definitivamente e dizer se o indivíduo pode ou não curar-se. A cura depende, em grande parte, da importância desse "histórico", principalmente quando as condições presentes são relativamente favoráveis e são tais que o indivíduo poderia adaptar-se facilmente, se não tivesse contra si uma herança funesta. Então, num tal caso, o empenho clínico é dirigido todo não contra o meio atual, pois este é propício, mas contra o passado, para vencê-lo e eliminá-lo (BOMFIM, 2008, p. 18).

Conforme Bomfim (2008), essa era a situação dos países sul-americanos, onde os indícios do atraso residiam nas páginas do passado. Para decifrar as anomalias, o sociólogo não poderia senão imergir na história, na busca pelos males do presente. No recôndito do passado, repousavam não apenas as raízes das identidades sul-americanas, mas também a verdadeira essência dessas perturbações.

Manuel Bomfim exerceu uma influência marcante sobre Azevedo Amaral no que concerne à investigação das origens de nossa formação, especialmente no que tange ao debate sobre a herança ibérica e os efeitos de seu parasitismo no tecido social e político. Essa temática se manifesta nas obras **Ensaio Brasileiro, Brasil na Crise Atual**, e **A Aventura Política do Brasil**, girando em torno do desafio de compreender como o país podia coexistir simultaneamente como herdeiro da

tradição ibérica e como uma nação americana, e quais eram as implicações dessa dualidade.

Azevedo Amaral, assim como Manuel Bomfim, partia da ideia que a sociedade é um corpo que busca o equilíbrio. A sociedade se estruturaria a partir de grupos humanos que constituem diversas comunidades sociais. Cada uma dessas comunidades se fundamenta em três instintos inatos que são reflexos da existência biológica do ser humano: o instinto de preservação, o instinto nutritivo e o instinto de domínio.

O instinto de preservação desempenhava um papel crucial na moldagem de uma determinada comunidade social em direção a uma inclinação militarista. Este traço teria se desenvolvido ao longo de diversas etapas evolutivas, tendo como objetivo primordial a sobrevivência. Sua eficácia se manifestava na confrontação e superação de inimigos e rivais. Segundo Azevedo Amaral, foi a partir desse instinto que a humanidade começou a se organizar socialmente em formações militares. Essas unidades, por sua vez, tinham a responsabilidade de cultivar nas pessoas habilidades marciais, refinar suas armas e aprimorar técnicas de combate. Foi dentro dessa matriz de organização social que as bases de um Estado guerreiro surgiram, evoluindo posteriormente para complexas estruturas imperialistas.

O instinto nutritivo se distinguiria pelos imperativos da conservação e sobrevivência. A busca por alimentos, combinada às atividades militares, engendrava uma economia rudimentar que progredia à medida que o poderio guerreiro da sociedade possibilitava a expansão das áreas de cultivo. Por outro lado, o instinto de domínio se manifestaria na projeção da identidade de uma comunidade sobre outra, através do exercício do controle. Azevedo Amaral acreditava que esse instinto havia passado por diversas etapas evolutivas até alcançar o que ele denominou de "gênio político". Para ele, esses três instintos formavam o fundamento de toda organização social, e, adicionalmente, estavam conectados com os órgãos e os sentidos biológicos humanos.

O instinto de conservação, gerador das aptidões militares e, portanto, mais tarde, das instituições guerreiras, vincula-se às funções dos órgãos dos sentidos e do sistema nervoso periférico, tanto sensitivo quanto motor. O determinismo do instinto de nutrição depende essencialmente da atividade do sistema nervoso simpático. Finalmente, o instinto de domínio procede do jogo das funções do cérebro, o que explica a sua maior complexidade e também o aparecimento tardio no processo de evolução biofísica da espécie humana (AMARAL, 1935, p. 13).

A questão racial emerge como o elemento central na interpretação da sociedade e sua estrutura social e também revela a perspectiva racista da história de Azevedo Amaral. A raça e seus atributos biológicos formam a base da dicotomia entre modernidade e atraso, utilizada como medida do grau de desenvolvimento de uma sociedade. A partir desses atributos biológicos, as sociedades poderiam ser categorizadas naquelas que se organizam em torno de atividades militares, constituindo centros de atividade econômica com ou sem expansão de fronteiras, e aquelas que se consolidam por meio da imposição de dominação política e cultural sobre outros povos.

Azevedo Amaral enfatizava a distinção crucial entre ação militar e domínio político, ressaltando que são assuntos distintos tanto em termos de métodos quanto de objetivos. As estruturas militares têm sua base no instinto de conservação e, nesse contexto, suas ações são primordialmente orientadas para a defesa. Novamente, Azevedo Amaral apontava para a dicotomia entre modernidade e atraso. Em suas palavras, "Se analisarmos todos os conflitos, tanto os que se processam no plano do selvagismo, como os que se travam no ambiente bárbaro e no meio civilizado, teremos de chegar à conclusão de que todas as guerras são defensivas" (AMARAL, 1935, p. 16).

Esses três tipos de sociedades – a militar, a econômica e a política – se alinhariam, respectivamente, com os instintos de conservação, nutrição e domínio. Para Azevedo Amaral, as sociedades políticas eram as mais relevantes. Elas operavam com o que ele denominava de "gênio político," cuja característica primordial era o controle humano sobre seus semelhantes. Essa dominação surgia por meio da instauração de um poder político que implicava na divisão da sociedade em uma elite governante e a massa, que acataria e executaria os planos dessa minoria dirigente, considerada intelectualmente superior. Retomando a dicotomia entre modernidade e atraso, ele afirmava,

Desde o caso de uma tribo selvagem, em que centenas e, às vezes, milhares de indivíduos são governados por um chefe secundado por um feiticeiro, até as grandes nações supercivilizadas, cujo complexo dinamismo está sob o controle de uma pequena classe dirigente, encontramos invariavelmente a mesma desproporção esmagadora entre o número diminuto de governantes e a massa vastíssima dos governados (AMARAL, 1935, p. 19).

Segundo Azevedo Amaral, o "gênio político" se diferencia das estruturas militares e econômicas, pois estas recorrem a ações diretas, fundamentadas em considerações materiais. Já o "gênio político" basearia sua dominação na colaboração voluntária daqueles que estão sujeitos à sua vontade. A partir dessa distinção entre esses tipos de sociedades que se organizavam socialmente por meio desses instintos, ele estabelecia a classificação de três tipos de Estado: o militar, o político e o econômico.³¹

Suas metáforas de natureza biológica buscavam esclarecer as razões pelas quais o Brasil não progrediu de forma natural em termos políticos, econômicos e sociais. Em **A Aventura Política no Brasil**, Azevedo Amaral identifica os elementos que obstaculizaram o avanço da sociedade brasileira, explorando o processo de formação do Estado político português, que operava sob a "lógica parasitária". Essa dinâmica, segundo ele, impedia o desenvolvimento da nacionalidade ao coibir o crescimento das forças sociais e políticas e econômicas brasileiras no século XVIII.

2.2.1 Iberismo ou parasitismo?

Manuel Bonfim e Azevedo Amaral se propunham a pensar como nosso passado histórico, político e social era simultaneamente influenciado pelas nações da península ibérica e modelada por adaptações, fusões e características intrínsecas a uma nação independente, que se abria às influências políticas do exterior ao mesmo tempo em que preservava suas próprias tradições. Suas ideias confrontavam a perspectiva ibérica de autores como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda que celebravam a positividade da herança portuguesa e suas consequências no

³¹As observações de Azevedo Amaral encontram paralelo com as teorias do Auguste Comte, sobretudo relacionadas a Lei dos Três Estados, postuladas em seu livro **Curso de Filosofia Positiva**, publicado em 1830. Comte sustentava a crença em três tipos de sociedade, conforme sua Lei dos Três Estados, que se sucediam cronologicamente e eram fundamentadas em três qualidades fundamentais: teologia, militarismo e industrialismo. As sociedades teológicas e místicas precediam as demais, mas durante o período medieval, Comte argumentava que o pensamento teológico e militar se misturaram. Ele acreditava que em sua era, os cientistas substituiriam os teólogos e sacerdotes, inaugurando uma nova sociedade - a industrial. Assim, as funções econômicas modernas, como empresários, banqueiros, proprietários e diretores de fábricas, estavam substituindo as funções militares. Comte via a história evoluindo em direção à supremacia do espírito científico e industrial, que, em sua esperança, eventualmente abrangeria toda a humanidade (LACERDA, 2004.)

passado colonial brasileiro. ³² Azevedo Amaral e Manuel Bonfim, por sua vez, enxergavam essa herança como uma carga de atraso a ser superada pelo processo de modernização.

Uma distinção essencial entre essas duas abordagens reside na interpretação do passado português. De um lado, há uma tentativa de estabelecer conexões entre esse passado e as raízes sociais e culturais da Europa e da África. Por outro lado, existe uma perspectiva que não vincula esse passado, caracterizando Portugal como uma espécie de "periferia europeia". A interpretação do passado português servia como ponto de partida para compreender o processo de colonização do Brasil e a formação da identidade nacional.

Uma das ideias centrais abordadas por Gilberto Freyre em seu livro **Casa-Grande & Senzala**, publicado originalmente em 1933, estava relacionada ao caráter plástico da cultura brasileira e sua habilidade de se adaptar. Essa característica resultaria, em grande parte, da predisposição dos portugueses para a colonização, devido às suas origens culturais e étnicas situadas entre a Europa e a África, que operavam em um equilíbrio harmonioso.

Freyre ressaltava as influências culturais provenientes de diversas fontes, como as culturas celtas, germânicas, romanas e normandas, bem como elementos estruturais como o feudalismo, o cristianismo, o direito romano e a monogamia, que moldaram o povo português. Essas influências criaram uma identidade étnica que se situava indefinidamente entre a Europa e a África, caracterizada pela "bicontinentalidade" e pelo equilíbrio entre antagonismos. Esse processo de formação étnica portuguesa teria ditado o ritmo da colonização do Brasil.

Por outro lado, Azevedo Amaral dizia que era justamente esse processo de formação de Portugal que relegou o Brasil a uma condição de atraso. Na sua perspectiva, Portugal não teria experimentado as novas manifestações culturais, sociais e políticas que deram origem a Europa Moderna advindas do período

³² O termo "iberismo" está vinculado à celebração e à apreciação da tradição ibérica. Para autores como Vianna (1991), Lima (1994) e Morse (1988) esse conceito é utilizado para representar todas as influências resultantes de nossa colonização e relação com a Península Ibérica, especialmente com Portugal. Em uma perspectiva positiva, pode ser compreendido como o reconhecimento dos aspectos tradicionais que moldaram a cultura, política e sociedade brasileiras, e que foram legados durante o processo de colonização. Isso inclui os valores morais do catolicismo e do sistema patriarcal rural, o ideal de uma sociedade baseada na colaboração entre os indivíduos, na supremacia do interesse coletivo sobre o individual – uma visão holística –, na regulação das forças sociais em direção a um objetivo compartilhado e na valorização da esfera pública.

medieval.³³

De acordo com ele, esse distanciamento de Portugal em relação à nova cultura europeia se baseou em três fatores cruciais. Primeiramente, Portugal experimentou um nacionalismo precoce, antes mesmo de a ideia de nacionalidade se desenvolver em outras partes da Europa. Além disso, a monarquia se estabeleceu precocemente sobre o sistema feudal no país. Por fim, Portugal estava envolvido em uma luta prolongada contra os sarracenos, um conflito que, segundo ele, adquiriu um caráter profundamente político e nacionalista.

A partir desses fatores, Portugal teria desenvolvido um Estado centralizado, o que possibilitou a realização de expedições marítimas e a exploração de territórios fora da Europa. No entanto, essa mesma resistência ao movimento cultural europeu impediu que a colonização do Brasil fosse influenciada por uma cultura europeia moderna, fundamentada em ideais de civilização e progresso. Para ele,

A formação brasileira inicia-se assim, como um fenômeno sociológico sem conexão imediata com as tendências predominantes da civilização europeia na época em que os navegadores portugueses abordam o continente colombiano. A incorporação das novas terras aos domínios da coroa lusitana não obedece a um plano propriamente político; nas regiões reveladas pelos descobrimentos, a metrópole vê apenas campo para uma exploração comercial primitiva, em que transparece o caráter imediatista de um economicismo rudimentar, sensivelmente mais complexo e mais atrasado que o desenvolvido nos séculos anteriores pelo imperialismo mercantil de Veneza (AMARAL, 1930, p. 130).

Na sua visão, as nações que ficaram no âmbito dessa “influência cultural europeia”, conseguiram elaborar, a partir de suas singularidades históricas e culturais, instituições e formas de governabilidade que se adequavam a sua realidade. Houve um longo processo de continuidade e aperfeiçoamento dessas instituições e formas de organização política que teriam levado esses países a um grau elevado de modernização.

Assim, o argumento de Azevedo Amaral reside na alegação de que o período colonial não se limitou a uma mera extensão da sociedade metropolitana em um novo ambiente, ou seja, a colônia brasileira não representou apenas uma continuação ou projeção de Portugal. Em vez disso, o que se desenvolveu aqui foi

³³ Azevedo Amaral cita um conjunto de influências que Europa teria recebido a partir do século VII e que tornava ela um continente moderno. Essas se dividiam em três principais: a influência das culturas nórdica a partir das invasões, o poder da igreja, o sincretismo religioso e o direito romano.

um "organismo novo" que, embora possuísse influências portuguesas, adotou formas sociais distintas.

O Brasil aparentemente pouco tem de comum com Portugal. E cada vez mais será acentuada a diferenciação entre nós e a antiga metrópole. Aliás, ainda no período colonial, a partir de meados do século XVII, esse movimento de diferenciação entre o Brasil e Portugal já era suficientemente adiantado, para imprimir ao dinamismo das diferentes coletividades constituídas em nosso território traços inconfundivelmente distintos de Portugal em quase todas as suas manifestações (AMARAL, 1935, p. 75).

Para o autor, apesar da forte influência portuguesa, o Brasil ia se "desaportuguesando" pouco a pouco. Sua crítica ia de encontro com a perspectiva iberista de Gilberto Freyre que procura mostrar através da continuidade do passado, a ascendência e o poder da colonização portuguesa nos trópicos.

A argumentação se fundamenta na ideia de que a concepção de Brasil não se encontrava presente na mentalidade dos grupos locais e da população em geral até o advento do processo de independência. A colonização promovida por Portugal teria se baseado sobretudo na noção de conquista, que ultrapassava os recursos econômicos e humanos disponíveis. O desdobramento disso teria resultado na formação de uma colônia que, ao longo de três séculos, não conseguiu se consolidar como uma entidade unificada, à exceção do compartilhamento de religião e língua.

A cultura ibérica de origem portuguesa, presumivelmente afastada da influência da modernidade, era também acometida pelos sintomas do atraso. Nas reflexões de Bomfim (2008), essa condição era equiparada à de um parasita, o "Chondracanthus", uma criatura marinha que, em sua maturidade, subsiste unicamente ao se alimentar da essência vital de outros seres vivos, num eterno ato de sucção.

Bomfim (2008) explicava que essa decadência podia ser atribuída ao princípio biológico que sustentava que a "função molda o órgão" (BOMFIM, 2008, p. 22), ou seja, o constante exercício de um órgão o aprimora, desenvolve e o adapta para funções específicas. No entanto, quando esses órgãos deixam de cumprir suas funções, eles se atrofiam e, eventualmente, desaparecem. Essa mesma lógica se aplicaria aos organismos sociais. Seguindo esse raciocínio, Bomfim (2008) argumentava que a cultura ibérica, que alcançara seu auge nos séculos XVI e XVII, começou a se deteriorar e degenerar ao adotar práticas de parasitismo social, político e econômico por meio da colonização de outras nações. Em sua perspectiva, a

cultura ibérica teria perdido sua vitalidade e se transformado em uma entidade parasitária ao explorar e colonizar outras nações.

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entravar esse progresso nos primeiros não de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Além disso, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar-se, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos provenientes da natureza, da qual retiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum e um horror crescente pelas injustiças e iniquidades. Ora, uma sociedade que vive parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente a necessidade de apurar os processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é diretamente da natureza que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho, ela pode ter tudo (BOMFIM, 2008, p. 25).

Diferentemente de Bomfim (2008) e Azevedo Amaral, Freyre (2006) salientava uma série de traços que colocavam os portugueses como únicos europeus a alcançar êxito no processo de colonização do país. Contrariando a noção de parasitismo, a cultura ibérica portuguesa se destacaria por sua flexibilidade, tendo se adaptado às condições sociais, culturais e ambientais deste lado do Atlântico.

Primeiramente, Freyre (2006) destacava a mobilidade e a adaptabilidade social e física dos portugueses. Sem essa mobilidade, Portugal não teria conseguido mesclar-se racialmente com povos e culturas tão distantes, como na Ásia, África e, posteriormente, na América. Em segundo lugar, ele enfatizava a miscibilidade, a habilidade natural dos portugueses para se multiplicar por meio do contato sexual com índios e africanos. Esse processo era fundamental para compensar a "deficiência em massa" ou a falta de um grande número de colonizadores, permitindo uma colonização de amplo alcance.

Em terceiro lugar, ressaltava-se a aclimatabilidade – o processo de adaptação dos portugueses ao clima tropical. De acordo com Freyre (2006), devido à semelhança entre o clima de Portugal, que era "próximo ao africano", a transição para as regiões mais quentes não representou grandes desafios em comparação com colonizadores oriundos de nações de clima frio, como a França. Apesar das variações climáticas irregulares e desafiadoras, os portugueses conseguiram se aclimatar, modificando substancialmente sua dieta e suas práticas agrícolas. Em

suas palavras,

No Brasil, verificaram-se necessariamente, no povoador europeu, desequilíbrios de morfologia tanto quanto de eficiência, pela falta em que se encontrou dos mesmos recursos químicos de alimentação do seu país de origem. A ausência desses recursos, assim como a diferença nas condições meteorológicas e geológicas em que teve que processar-se o trabalho agrícola realizado pelo negro, mas dirigido pelo europeu, deu à obra de colonização dos portugueses um caráter de criação original, a que não pode aspirar nem a dos ingleses na América do Norte, nem a dos espanhóis na Argentina. Embora mais adaptado o português do que qualquer colonizador da América ao clima e às condições tropicais, foi ainda assim uma rude mudança que ele sofreu ao transportar-se para o Brasil. Dentro dessas novas circunstâncias de vida física, comprometeu-se a sua vida econômica e social (FREYRE, 2006, p. 76).

Esses três elementos teriam conduzido os portugueses ao êxito, estabelecendo aqui uma sociedade precursora da modernidade nos trópicos. Num cenário marcado pelo "desajuste", os portugueses, fazendo uso das "inatas características raciais", adaptaram-se ao clima e à cultura locais, triunfaram sobre os desafios e dominaram o processo de colonização.

Holanda (1995) em **Raízes do Brasil**, publicado pela primeira vez em 1936, também enfatizava que o ponto zero da nossa formação foi marcada pelo fato de termos recebido uma herança europeia através de uma nação ibérica.³⁴ Nesse livro, ele realiza uma análise profunda e crítica da formação da sociedade brasileira, explorando as raízes culturais e históricas que moldaram o país.

A obra é dividida em vários ensaios, cada um aborda aspectos específicos da cultura e da sociedade brasileiras. Uma das principais contribuições do livro é a ideia de que as raízes da sociedade brasileira são profundamente influenciadas pelas características do colonizador português, em contraste com as culturas indígenas e africanas.

O personalismo, ou melhor, a cultura da personalidade seria o traço mais marcante da cultura ibérica que se instalou no país. O personalismo, de acordo com Holanda (1995), se refere à ênfase dada às relações pessoais e à importância das conexões individuais em detrimento das instituições formais. Em outras palavras, é

³⁴ Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foi um renomado historiador, escritor e professor brasileiro, conhecido por suas contribuições significativas para a historiografia brasileira e por suas análises sobre a formação da sociedade brasileira. Ele desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da história social no Brasil e é uma figura importante na intelectualidade do país. É autor de obras influentes, sendo uma das mais conhecidas **Raízes do Brasil**, publicada em 1936. Neste livro, ele discute a cultura, a formação social e as características da sociedade brasileira, explorando influências indígenas, africanas e europeias na construção da identidade nacional.

a tendência de se dar prioridade às relações interpessoais, às redes de favores e à confiança nas conexões pessoais em vez de depender de instituições públicas ou leis para resolver problemas ou avançar na sociedade. Segundo ele,

Precisamente, a comparação entre elas e as da Europa além dos Pireneus faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da península Ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. Pode-se dizer, realmente, que, pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, os espanhóis e portugueses devem muito de sua originalidade nacional. (HOLANDA, 1995, p. 32).

Esse conceito é profundamente enraizado na história brasileira e nas raízes culturais do país, de acordo Holanda (1995). Ele argumenta que, desde os primeiros colonizadores portugueses, os brasileiros desenvolveram uma abordagem cordial às relações sociais, onde a proximidade pessoal, a amizade e as conexões familiares têm grande importância. Essa mentalidade cordial é uma característica do personalismo, e ela se reflete em várias áreas da vida brasileira, desde a política até o cotidiano.

No contexto político, o personalismo se manifestaria na forma de clientelismo e nepotismo, em que os políticos usariam suas conexões pessoais para obter votos e recursos, em vez de se basearem em programas políticos ou partidos. Isso poderia levar à falta de instituições políticas fortes e à dependência de líderes carismáticos em vez de sistemas de governo eficazes. Seria a institucionalização da cultura da personalidade que impediria a solidariedade, formas de organização e de ordenação horizontais no país. Em suas palavras, ele afirmava que “Em terra onde todos são barões, não é possível um acordo durável” (HOLANDA, 1995, p. 32).

Portanto, enquanto para Freyre (2006) e Holanda (1995), a flexibilidade da cultura ibérica desempenhou um papel crucial na formação do país, para Azevedo Amaral, ela simbolizava a falta de um plano de colonização sistemático no Brasil. Em sua perspectiva, o início da colonização no Brasil ocorreu sob uma “lógica parasitária”, marcada pela exploração e extração de matérias-primas. Não havia intenção de estabelecer uma segunda sociedade portuguesa aqui. Segundo ele, a causa disso estava na mudança na orientação do Estado português a partir do século XV, quando deixou de ser predominantemente militar e passou a buscar interesses

comerciais ultramarinos, como a busca por metais preciosos e outras matérias-primas. Em suas próprias palavras,

Foi esse Estado organizado com objetivos inconfundivelmente econômicos e cujo dinamismo era propulsionado exclusivamente pela ideia de expansão mercantil e do enriquecimento, que veio estabelecer no Brasil a civilização do Ocidente e aqui lançar os alicerces de uma futura nacionalidade (AMARAL, 1935, p. 88).

De acordo com Azevedo Amaral, ao contrário da Espanha, que buscava construir um segundo império em suas colônias, Portugal fornecia apenas os recursos essenciais para a conquista do território. Esse desinteresse era explicado pela falta de um plano de colonização sistemática, que já se fazia presente na carta régia de D. João III em 1540. Nessa carta, os donatários das capitâneas tinham a responsabilidade de garantir a segurança da zona costeira do país. Nas capitâneas, não havia um interesse imediato em desenvolver atividades econômicas estáveis e permanentes; em vez disso, o objetivo era manter as costas livres para os navios portugueses e evitar que embarcações de outras nacionalidades atracassem ali.

A ausência de quaisquer preocupações políticas no sentido de criar um império português no continente americano patenteia-se não somente na organização dada às capitâneas, como sobretudo no fato do governo metropolitano não envolver-se nesse empreendimento a sua responsabilidade direta, nem se onerar com quaisquer encargos, inclusive o da defesa, que ficava confiada aos próprios donatários. Verificamos, portanto, que a colonização não obedeceu a nenhum propósito de ocupação efetiva dos territórios e da extensão da soberania lusitana sobre o hinterland, cuja orla marítima dividia-se em capitâneas; era tudo que interessava a Portugal (AMARAL, 1935, p. 97).

Azevedo Amaral argumenta que o desinteresse da metrópole nas primeiras décadas da colonização era resultado de vários fatores. Eles incluíam uma visão pessimista de muitos portugueses em relação às terras futuras, motivada por razões econômicas, culturais e pelos mitos difundidos na Europa sobre os perigos do continente americano. Segundo ele, essa situação só começaria a mudar com as expedições bandeirantes, que desempenharam um papel fundamental na definição do território do país.

Para Azevedo Amaral, as bandeiras representavam uma fase crucial na formação da nacionalidade brasileira, mas até a década de 1930, não haviam sido analisadas de maneira objetiva e pragmática. Ele observava que, na historiografia da época, as bandeiras eram frequentemente envolvidas em um caráter mítico, com a

idealização da figura lendária do mameluco, considerado fundamental para o êxito das expedições. Mais uma vez, ele destacava o excesso de ênfase no passado.

Mas se conhecemos o que há de essencial em relação aos episódios do bandeirismo, afigura-se-nos ainda, e hoje talvez mais que nunca, sob a influência de um conceito falso do determinismo e das finalidades daquelas épicas entradas sertanejas. Todos os povos que atingem o nível de evolução histórica a que estamos chegando, e no qual a consciência coletiva se institui instintivamente a necessidade de criar no passado remoto núcleos de formação de uma espécie de mística nacional, são induzidos a imprimir certos aspectos e significações puramente subjetivos (AMARAL, 1935, p. 101).

Para ele, essas interpretações destacavam o caráter espontâneo das bandeiras, que surgiam entre a população da colônia a enfatizar o papel representativo do mameluco, como foi proposto em **A voz do Oeste**, publicado em 1934 por Plínio Salgado. No entanto, Azevedo Amaral argumentava que as bandeiras eram orientadas pela corte portuguesa, que estabelecia as diretrizes com o objetivo de encontrar ouro e prata. Ele via a influência ameríndia nas bandeiras como secundária e não como um elemento diretivo, como propunha Plínio Salgado.

Embora tenha destacado o caráter parasitário da influência ibérica na colonização, Azevedo Amaral procurava ressaltar a relevância do homem branco português no direcionamento das ações políticas no país.³⁵ Sua abordagem buscava minimizar a importância do indígena e do africano como elementos condutores na formação da nacionalidade.

Os protagonistas das diferentes bandeiras eram, na sua maioria, homens de raça europeia. E os próprios mamelucos que nas incursões tiveram posição de destaque eram indivíduos que, embora etnicamente mestiçados, tinham pela educação e pela ambiência social em que viviam uma mentalidade inconfundivelmente afim à dos elementos portugueses da colônia. Os mamelucos que, etnicamente e socialmente, se aproximavam do ameríndio, foram nas bandeiras apenas elementos subalternos, sem dúvida de inestimável valor, mas que não representaram nenhuma ação inspiradora, organizadora ou dirigente no conjunto da epopeia bandeirista (AMARAL, 1935, p. 107).

Seu ponto central de argumentação residia na ideia de que as bandeiras, coordenadas e orientadas pela mentalidade portuguesa, não tinham como objetivo

³⁵Apesar da crítica a influência ibérica, Azevedo Amaral argumentava que o português continuava a “monopolizar a direção da nacionalidade”. Essa afirmação tinha como pano de fundo uma perspectiva racista da formação brasileira, que dizia que o homem branco europeu era superior intelectualmente ao indígena e ao africano. A mestiçagem era vista por ele como algo negativo, pois entre as raças existiriam diferenças intransponíveis.

principal a construção de um império. De acordo com ele, essa consolidação só ocorreu mais tarde, em grande parte devido à ausência de nações rivais que não dispunham da força necessária para desafiar a soberania das regiões exploradas pelas bandeiras.

Azevedo Amaral procurava demonstrar que, ao contrário da influência indígena nas bandeiras, o que predominou foi a "mentalidade semítica" do povo português, que, através do "instinto de nutrição", era mais inclinado ao nomadismo e ao mercantilismo. Ele considerava esse elemento como o principal contribuinte para a perspectiva parasitária da metrópole portuguesa.

O semita não é um conquistador. É apenas o mercador que, quando deslocado para o plano selvático, procura colher nas terras exóticas, para onde o arrasta o seu espírito de aventura, os elementos que o podem tornar mais tarde rico e poderoso. Não lhe interessa a ocupação do território atravessado na arrancada trepidante. O seu objetivo é capturar escravos, apanhar marfim e ouro, que virá em seguida mercadejar nos centros civilizados ou bárbaros, aos quais procura voltar o mais depressa possível. Se chega a constituir núcleos estáveis no meio das terras que vai explorando, isso se deve apenas às injunções das conveniências mercantis, decorrentes da ocupação efêmera de um ou outro ponto estratégico para o seu negócio. Mas jamais ocorre ao espírito aventureiro semita a ideia de fazer um instrumento de projeção política (AMARAL, 1935, p. 109).

Em sua perspectiva, esse era o propósito das bandeiras: capturar índios e integrá-los à força de trabalho da colônia em busca de mais recursos. Dessa maneira, a formação do Brasil na época das bandeiras teria ocorrido apenas como uma tentativa de explorar, como um parasita, as riquezas que eram encontradas. Não teria havido nenhum indício de um plano de estabelecimento de uma estrutura política e administrativa para uma colonização duradoura.

Ainda no século XIX, em 1861, Bastos (1939) publica **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro**. Ele argumenta que nossos problemas não eram inerentes ao sistema colonialista como um todo, mas sim decorrentes do colonialismo português. Ele acreditava que era necessário superar a história e as características desse colonialismo para atingir os padrões civilizacionais exigidos pela sociedade industrializada ocidental. Segundo ele, os problemas do presente eram resultado de uma prática política que havia se transformado em um sistema de "lealdades e fidelidades", baseado em trocas mútuas de favores, no personalismo que aludia Holanda (1995). Isso teria impedido a promoção das virtudes públicas necessárias para o desenvolvimento de uma esfera política autônoma, um elemento

crucial para o estabelecimento de instituições políticas livres.

Segundo Vicente (2023), o tema do iberismo começou a ganhar destaque no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, quando intelectuais se empenhavam em compreender as particularidades de nossa identidade cultural. Segundo o autor, eles percebiam os conflitos resultantes do choque entre a tradição, representada pelo patriarcalismo rural e pelas estruturas enraizadas nas relações de longa data entre as oligarquias rurais, e a modernidade, que avançava à medida que os centros urbanos se desenvolviam no início do século XX. Esse conflito resultava, na contestação dos fundamentos estabelecidos no ruralismo e na organização política do Segundo Império. Portanto, esses intelectuais afirmavam que a cultura brasileira encontraria inspiração para seu crescimento na consolidação e preservação de seus elementos distintivos e em sua tradição, que era de natureza ibérica e autóctone.

Por outro lado, Souza (2000), argumenta que as instituições e a estratificação social que se desenvolveram no Brasil não foram, nem mesmo em suas manifestações mais sutis, uma simples continuação das estruturas de Portugal. Elas apresentaram diferenças significativas, o que justifica reivindicar uma singularidade própria para o tipo de formação social que se estabeleceu aqui. Para Souza, autores iberistas como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda partiram da premissa de que a influência e a transferência de valores culturais podiam ser transportados pelo oceano, como quem carrega suas roupas consigo. Em suas palavras,

O fato de terem sido portugueses nossos colonizadores não predetermina o tipo de sociedade peculiar que se formaria aqui, na medida em que sabemos que os homens não escolhem as condições sociais (e naturais) que condicionam sua vida e seu comportamento. Essa frase parece trivial mas não é. Afinal, a concepção da ação humana que habita o senso comum é voluntarista. O culturalismo atávico da tese iberista e personalista imagina que o português dono de sua pequena quinta de oliveiras ou o cortesão lisboeta se transpõe para o Brasil tal qual era, como se independentemente de condições objetivas, os atores impusessem ao meio circundante seus desejos, hábitos e preferências a bel-prazer (SOUZA, 2000, p. 206).

Souza (2000) argumenta que a tese do iberismo ganhou substância no Brasil por meio de uma "sociologia da inautenticidade". Nessa perspectiva, o processo de modernização se manifestava com base na ideia de que o caráter português era plástico, permitindo a interpretação de todas as transformações do espírito lusitano no novo mundo como compromissos efêmeros e superficiais. O português interagiu com seu ambiente, mas sua essência antiga permanecia intacta, graças à sua

adaptabilidade. A tese do autor é que o iberismo, o personalismo e o patrimonialismo serviram como explicações tanto para o atraso social quanto para o "subdesenvolvimento" do Brasil. Essas ideias atravessaram o tempo e se estabeleceram como parte dominante de nossa autoimagem, influenciando tanto o pensamento quanto a prática social e política.

Claramente, o discurso modernizante de Azevedo Amaral era muito mais simplista. Ele sustentava que o Brasil precisava romper com seu passado para poder seguir o caminho da modernização. Isso implicava na crença de que a transição do país para a modernidade aconteceria sem qualquer ligação com suas tradições anteriores. Nessa perspectiva, a herança ibérica representava a rejeição do que era considerado o mundo moderno, incluindo o individualismo e o avanço tecnológico.

Para alcançar a tão almejada modernização, considerava necessário ao país se libertar dessa herança e se reconciliar com o passado, deixar para trás os problemas que vinham de suas origens. Dentro de uma sociedade civil fortemente influenciada pelo obscurantismo luso, parecia impossível implantar o projeto americanista de introduzir o liberalismo e a razão moderna sem a realização de uma modernização conservadora promovida pelo Estado.

O legado ibérico em nosso país moldava as ideias do liberalismo e das teorias políticas, de forma que a Primeira República, muitas vezes vista como uma tentativa malsucedida de adotar o liberalismo, não conseguia atingir de forma plena, como encontrado nos países europeus e nos Estados Unidos. Isso ocorria porque a classe política brasileira ainda estava profundamente influenciada pela mentalidade iberista quando se tratava de conceber o Estado e a sociedade, mantendo um forte senso de conservação e continuidade.

É justamente esse senso arraigado de conservação e continuidade, uma herança do Estado Político português e de suas classes políticas, que Azevedo Amaral incessantemente combate em seus ensaios históricos. Ele busca abrir caminho para um novo horizonte de expectativas para a Nação.

2.2.2 O Estado Político deficitário

O Estado Político português simbolizava, aos olhos de Azevedo Amaral, o auge do "parasitismo social". Sua instauração no Brasil remontava ao início do século XIX, em particular ao ano de 1808, quando a Corte portuguesa desembarcou em

terras brasileiras. Antes desse marco, o país se manifestava como um Estado Econômico cujas raízes remontavam ao "instinto de nutrição", resultado da fusão entre o sangue semítico e o português.

Apesar de sofrer sob a influência da "lógica parasitária", Azevedo Amaral afirmava que o país continuou seu desenvolvimento de forma orgânica até o século XVIII, superando as dificuldades impostas pela metrópole através do trabalho de seus habitantes. No entanto, com a chegada da corte ao Brasil, esse processo de construção nacional e modernização do Estado foi abruptamente interrompido.

Sob sua perspectiva, até o século XVIII, a colonização brasileira estava essencialmente voltada para objetivos econômicos, carecendo de qualquer intenção de estabelecer uma estrutura política organizada. Nesse contexto, o Brasil não era concebido como uma colônia verdadeira onde a cultura ibérica pudesse ser transplantada. Em vez disso, era encarado como uma vasta propriedade agrícola cujas riquezas eram continuamente drenadas por seu proprietário do outro lado do oceano Atlântico.

No entanto, para Azevedo Amaral, em paralelo ao Estado Econômico, surgiu no Brasil uma influência com caráter predominantemente político, os jesuítas. Azevedo Amaral argumentava que eles formavam uma sociedade religiosa que exibia traços de uma organização com orientações políticas específicas, alinhadas com os princípios de Ignacio de Loyola. Conseqüentemente, os primeiros missionários que chegaram ao país, logo após o estabelecimento do Governo Geral, encarnavam uma mentalidade que se assemelhava a um "psiquismo espanhol" e, conseqüentemente, entravam em conflito com os representantes do governo de Lisboa.

De acordo com a perspectiva de Azevedo Amaral, essa contradição surgia porque os missionários, como Anchieta e Nóbrega, se inseriam na mesma lógica de construção imperial que os espanhóis haviam aplicado no México e no Pacífico. Ele argumentava que o objetivo perseguido por esses missionários era viabilizar uma ocupação estável dos territórios por meio da domesticação dos indígenas e do estabelecimento de uma ordem política e administrativa que refletisse os princípios do catolicismo europeu. Para eles, o modelo ideal era o Estado espanhol.

No entanto, em contraposição a esse idealismo político dos jesuítas, os representantes da coroa portuguesa estariam concentrados unicamente no desenvolvimento de um plano estritamente econômico para a exploração das

riquezas na colônia, sem considerar a formação de um império organizado. A mentalidade mercantilista da coroa teria agido como uma força deformadora do idealismo político da Companhia de Jesus, e esse processo culminou em 1759 com o alvará emitido pelo Marquês de Pombal, resultando na expulsão da ordem da colônia. Segundo Azevedo Amaral, com essa ação desapareceu a única força que poderia ter conferido um sentido político ao Brasil.

A falta de elementos políticos fez com que o Brasil se desenvolvesse de maneira distinta das colônias espanholas. De acordo com Azevedo Amaral, nessas colônias, o progresso tinha uma origem centrífuga, com órgãos políticos que representavam o desejo de dominação do Estado Político espanhol. Por outro lado, no Brasil, o Estado Econômico não exercia influência política e sua administração estava principalmente relacionada a medidas fiscais.

O ponto central do argumento de Azevedo Amaral reside na ideia de que o Brasil, até o século XVIII, teria se desenvolvido de forma apolítica. Existia uma administração, mas ela não se configurava em um governo propriamente dito. A ausência desse governo, ao invés de ser um problema, teria sido o fator propulsor do desenvolvimento econômico da colônia. A presença holandesa no nordeste, por exemplo, teria atuado como um estímulo ao progresso econômico da nação, resultando em um aumento da produção agrícola naquelas regiões. Concomitantemente, a atividade mineradora no interior do centro-oeste abria novas perspectivas para o desenvolvimento nacional. De acordo com sua perspectiva,

Durante cerca de cento e cinquenta anos, o Brasil é uma terra de trabalho e criação de riqueza. Em todo o norte, desde a foz do Amazonas até o Recôncavo baiano, lavra-se a terra que produz uma variedade de colheitas, entre as quais avulta a cana-de-açúcar, complementada pela indústria açucareira, que confere ao nosso país a supremacia no mercado desse artigo de primeira necessidade. As mesmas lavouras continuam nas terras baixas para o sul até São Paulo. No altiplano, a mineração organiza os alicerces da independência nacional sobre as bases firmes da riqueza tirada da terra e do fundo dos rios. E mesmo no extremo sul, onde o desenvolvimento econômico começou mais tarde, prospera a lavoura do trigo, que torna as campinas gaúchas o celeiro do Brasil. Por certo, o que se explorava no potencial econômico no Brasil no nosso grande século XVIII era apenas uma fração mínima da terra vastíssima (AMARAL, 1935, p. 149).

Para Azevedo Amaral, o século XVIII marcava, assim, o ápice do progresso nacional. O Brasil estava em direção à sua independência política, seguindo as diretrizes de um Estado Econômico. Entretanto, a situação delicada de Portugal na

Europa, devido à expansão napoleônica e à influência da Inglaterra sobre o governo, especialmente no que se referia a medidas fiscais, como a abertura dos portos, teria desferido um golpe fatal na emergente economia industrial e manufatureira do Brasil. Na visão dele, a partir desse momento, o progresso da modernização do país foi abruptamente desviado do seu curso "normal". A chegada da corte ao Brasil marcou o início da perda da consciência nacional.

Esse evento, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, teve como efeito a perda do enfoque econômico que vinha se consolidando no Estado português desde o século XIV. O Estado passou a se configurar exclusivamente como uma máquina política. Contudo, Azevedo Amaral argumentou que essa transformação não se deu devido a um aumento do "gênio político" ou ao aprimoramento do "instinto de domínio" do Estado, como teria ocorrido na Inglaterra no século XVII e nos Estados Unidos no século XIX, impulsionados pelo crescimento econômico. O Estado Político estabelecido no país surgiu principalmente como resposta à necessidade de se proteger contra uma possível perda de poder para o governo espanhol.

O Estado Político português, temendo uma possível perda do trono, começou a buscar apoio em nações estrangeiras. Nesse contexto, se desenvolveu e enraizou na consciência coletiva uma mentalidade alheia aos assuntos administrativos do Estado. Isso resultou em uma completa ausência de governo em relação aos problemas nacionais. A chamada "política de intriga" e a busca por soluções de curto prazo, segundo ele, levaram os brasileiros, que já tinham uma visão depreciativa do Estado português há muito tempo, a testemunhar sua implementação em seu próprio território, permitindo que vissem de perto as engrenagens enferrujadas e ineficazes desse sistema. No entanto, ele argumentou que,

A pompa da corte, reflexo crepuscular dos dias áureos em que diplomatas de D. João V deslumbravam Viena e impressionavam o Vaticano, quando o ouro do Brasil chegava para tudo isso e sobrava para o babilonismo arquitetônico de Mafra, não podia deixar de impressionar a simples e pacata sociedade colonial. Aquele aparato novo, no qual tantos já viam sinais de decadência, afigurava-se ao povo ingênuo da colônia como grandeza autêntica. Daí uma certa fascinação que disfarça a tristeza da realidade (AMARAL, 1935, p. 146).

O progresso econômico que se consolidou no século XVIII desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência nacional e cívica no

país. No entanto, o sentido político que predominou no século XIX foi caracterizado por um excesso de "beletrismo", em que a classe política imergia na leitura de livros, muitas vezes isolada em seus gabinetes, a ignorar a realidade nacional. Nesse contexto, Azevedo Amaral argumentou que os movimentos políticos do século XVIII carregavam um forte componente nacionalista, enquanto aqueles do século XIX foram marcados por demagogia e retórica por parte das classes políticas, com pouca participação efetiva da maioria da população. Em suas palavras,

Se compararmos os movimentos emancipadores esboçados no século XVIII com as correntes políticas da época da independência, verificamos o contraste entre os imperativos sérios do civismo nacionalista de um Bernardo Vieira de Mello, em Pernambuco em 1710, ou dos Inconfidentes de Vila Rica, na penúltima década do século, e o estado mental crepuscular dos demagogos de 1822, deslocados de qualquer contato com a realidade nacional (AMARAL, 1935, p. 151).

Nesse contexto, Azevedo Amaral argumentava que a verdadeira independência nunca se concretizou e que a consciência nacional e o patriotismo foram relegados ao esquecimento. O Brasil deixou de ser uma espécie de "Estados Unidos da América do Sul" e, em vez disso, viu o surgimento de um Estado Político deficitário, cuja consolidação se deu por meio da desorganização econômica, levando à perda do sentido histórico da nação em busca da modernização.

A partir do século XIX, começou a emergir uma classe política com aspirações voltadas para a obtenção de cargos públicos na corte. Essa classe era composta, de acordo com Azevedo Amaral, por indivíduos mestiços, representando um grupo bastante heterogêneo. Em sua maioria, eram trabalhadores livres que haviam enfrentado dificuldades e fracassos na mineração e em outras atividades industriais. Essa classe política cresceu exponencialmente e não se assemelhava à classe média burguesa europeia. Azevedo Amaral observava que essa classe política,

Essa classe à parte, concentrada nas cidades e vilas, principalmente nas primeiras, mantinha-se pelo exercício de funções sociais mais ou menos parasitárias. Contava em seus quadros um número apreciável de indivíduos possuidores de boas até notáveis aptidões intelectuais. Mas os efeitos da mentalidade social criada pela mestiçagem e, sem dúvida, também a influência de outros fatores, entre os quais a inferioridade biológica, decorrente sobretudo da sub-alimentação, posta em relevo por Gilberto Freyre, predispunham os membros do grupo de que nos ocupamos a uma repugnância pelo trabalho sistemático e disciplinado (AMARAL, 1935, p. 161).

O autor argumentava que a distância entre essa classe e o trabalho manual

estava relacionada ao fato de que seus membros tendiam a preferir profissões urbanas que demandassem menos esforço físico. Eles se inclinavam a assumir cargos subalternos na administração e no sistema judiciário, mantendo-se próximos ao aparato estatal como dependentes das migalhas concedidas pelo erário público, o que, por sua vez, esgotava as energias produtivas da nação.

Com a chegada da família real e o fortalecimento do Estado Político deficitário, surgiram mais oportunidades para ocupar cargos e receber salários mais generosos, o que permitiu a rápida ascensão social dessa classe. Ela se encontrava em um ponto intermediário, não fazendo parte da elite dominante que detinha os meios de produção, nem das massas oprimidas que desempenhavam o papel do proletariado.

Sua análise partia do princípio de que o Estado Político é constituído pelo domínio de uma classe sobre outra, não por meio da força, mas por meio da ideologia, aproveitando-se das forças dos oprimidos para realizar seu plano de controle. Ele reiterava a partir de sua visão racista da história, que a classe dominante do século XVIII, ao priorizar exclusivamente interesses econômicos, não buscava exercer domínio. Portanto, a violência da escravidão era vista apenas como uma necessidade hierárquica e de autoridade, visando ao pleno desenvolvimento do país. Em suas palavras:

A disciplina, por vezes cruel, a que estas eram submetidas não decorria dos impulsos do instinto de domínio dos senhores, mas da necessidade, bem ou mal compreendida, de assegurar o funcionamento eficiente de um aparelho de produção, cujo rendimento dependia daquela disciplina e do aproveitamento máximo da capacidade de trabalho dos escravos. A nova classe política de origem plebeia, que rapidamente se organizou no Brasil a partir do segundo decênio do século XIX, era destituída de mentalidade econômica e encarava o Estado como o único instrumento através do qual não somente podia satisfazer a sua ânsia de domínio e prestígio, mas assegurar a manutenção sem o dispêndio de grandes energias de trabalho (AMARAL, 1935, p. 164).

Essa classe política que se expandiu a partir do século XIX, segundo Azevedo Amaral, dividiria-se em dois grupos principais: os liberais e os conservadores. Os liberais careceriam de aptidões econômicas e não compreenderiam o Estado como um organizador e promotor dos meios de produção. Eles seriam herdeiros e seguidores da classe parasitária, desconexos da economia e da realidade nacional, refletindo uma imitação do parlamentarismo britânico e da ideologia da Revolução Francesa. Os conservadores, por sua vez, teriam estagnado no tempo e não teriam

expandido sua produção para o nível de uma economia industrial. Sua perspectiva dos interesses nacionais estava estritamente relacionada ao agrarismo.

No entanto, Azevedo Amaral argumentava que, apesar da visão restrita dos interesses nacionais dos conservadores, eles compartilhariam, em outros aspectos, o bem comum da nação. Os fazendeiros, que predominavam no partido conservador, seriam homens de ação prática e, por esse motivo, seriam dotados de um espírito realista. Por outro lado, os liberais, mesmo quando eram eruditos, viveriam sob o peso das influências literárias, das quais retiravam inspiração para administrar o país, copiando modelos políticos que estariam desvinculados da realidade nacional. É crucial ressaltar que, por um lado, a intenção de Azevedo Amaral ao desenvolver o conceito de Estado Econômico visava uma suposta adaptação objetiva da realidade às condições do meio material e geográfico. No entanto, em nenhuma sociedade os interesses e as opções se harmonizariam de forma automática e desprovida de influências políticas. Por outro lado, em sua longa explanação, Azevedo Amaral idealizou o período colonial como uma época em que "cidadãos sadios" se dedicavam vigorosamente ao trabalho, contrastando com uma cultura de aparência, corrupção política e inércia burocrática que surgiria a partir do século XIX.

De acordo com suas análises, a independência política de 1822 não promoveu avanços na emancipação econômica e, em certa medida, pode ter atuado como um obstáculo significativo. Na arena política imperial, os liberais teriam passado a representar as camadas médias que buscavam vantagens nos cargos públicos e na burocracia, frequentemente defendendo interesses particulares. Os conservadores, com suas raízes na agricultura, tinham a vantagem do realismo e da experiência prática, mas essa vantagem era amplamente contrabalançada pelo fato de aderirem ao livre-cambismo, alinhando-se com os interesses britânicos. A instauração da República em 1889 representava para ele, o desfecho dessa situação, e só não se tornou mais grave devido à revitalização do crescimento econômico impulsionado pela indústria cafeeira.

Azevedo Amaral, em sua visão, almejava recolocar a nação em sua trajetória histórica, que, ao longo dos séculos, teria se desviado devido à negligência estatal. Era preciso reposicionar o tempo da história brasileira, que havia perdido sua orientação na mistura de temporalidades que oscilavam entre atraso e modernidade. Esse processo implicava em uma reconciliação com o passado, mediante a

purificação dos males que impediam a construção de um Brasil moderno.

2.3 A República em ruínas

Vertigem e aceleração do tempo, esse era o diagnóstico de muitos ensaístas, que como Azevedo Amaral, contemplaram a transição do século XIX para o XX no Rio de Janeiro. Nas principais cidades brasileiras, tudo parecia avançar a um ritmo alucinante, seja na política, na vida cotidiana, nas ideias ou nas práticas sociais. No entanto, essa mesma virada de século era percebida de forma contrastante por aqueles que habitavam as fazendas, vilas e sertões do país, onde o tempo fluía de forma vagarosa e marcado por uma sensação de estagnação.

Além de Azevedo Amaral, ensaístas como Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Alberto Torres e José Veríssimo, exploraram e debateram, cada um à sua maneira, essa percepção da disparidade temporal entre os sertões e as capitais. Essa discrepância era principalmente manifestada pelo abismo que separava a grande maioria da população das classes políticas da Primeira República.

O novo regime dominado por uma classe política, detentora de privilégios e desconectada da realidade, continuava a relegar o restante da população à pobreza e ao abandono. Nesse contexto, a Primeira República, de acordo com esses intelectuais, carregava consigo a marca da inautenticidade, do anseio por ser o "Outro", o europeu. Ela passou a ser encarada como uma tentativa malsucedida, caracterizada pelo desejo das elites no poder de forjar uma nação à imagem de uma cultura europeia.

A superação do atraso e da dependência em relação aos modelos europeus, entretanto, demandava um diagnóstico preciso dos desafios brasileiros, o qual só poderia emergir de uma análise objetiva e pragmática da realidade. É nessa busca por uma análise objetiva que Antônio Carneiro Leão afirmava: "Todas as nações devem buscar, em suas próprias forças, a capacidade de progredir. Para isso, é necessário estudar e conhecer sua situação com precisão." (LEÃO, 1981, p.19).³⁶

³⁶ Antônio Carneiro Leão, educador e ensaísta, nasceu em Recife, Pernambuco, em 2 de julho de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1966. Foram seus pais Antônio Carlos Carneiro

Somente ao olhar para dentro de si mesma, a nação poderia verdadeiramente encontrar sua identidade e traçar um caminho rumo ao progresso.

Essa dedicação em diagnosticar, analisar e cartografar a realidade brasileira não se limitava à geração de intelectuais do início do século XX. Os "intelectuais-mosqueteiros" da década de 1870, como sugere Sevcenko (1999), também contribuíram para a formação de uma nova visão sobre o país. Para o autor, eles se valeram do conhecimento científico emergente, que trazia consigo um "conjunto de ideias inovadoras".

Esses intelectuais partiam de uma herança cultural europeia, repleta de novas ideias e valores, que consideravam como a única saída para superar o passado sombrio e atrasado do país. Assumiram a responsabilidade de forjar um conhecimento genuíno sobre a nação, embarcando, para isso, em diversas investigações alinhadas com o novo paradigma liberal.

Euclides da Cunha, por exemplo, idealizava que a chegada do novo regime acarretaria uma transformação social de proporções monumentais, marcando o fim da sociedade estagnada sob o Império. Ele ansiava por várias mudanças, incluindo a adaptação do estilo de vida brasileiro ao europeu, a modernização das estruturas nacionais com a integração internacional e a melhoria tanto cultural quanto material da população. Contudo, para sua decepção, Euclides da Cunha logo percebeu que o que ocorreu foi uma espécie de fusão e a continuação dos antigos males do regime monárquico e imperial. Para ele, a República, inicialmente repleta de promessas, acabou se tornando um "paraíso dos mediocres". As mudanças sociais, políticas e econômicas, ao contrário das expectativas, apenas exacerbaram o egoísmo e o

Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1911. Iniciou uma longa carreira no magistério universitário como professor de Filosofia de 1911 a 1914. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu na área da educação, como professor e administrador. Foi diretor geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro (1922 a 1926); fundador da Escola Portugal, em setembro de 1924, e das 20 escolas com os nomes das 20 repúblicas americanas, entre 1923 e 1926, no Rio de Janeiro. Autor da Reforma da Educação no Estado de Pernambuco em 1928; foi Secretário de Estado do Interior, Justiça e Educação do Estado de Pernambuco (1929-1930); diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal na administração Anísio Teixeira (1934); criador e diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas da Universidade do Brasil. No magistério universitário, foi professor de Administração Escolar e Educação Comparada na Faculdade Nacional de Filosofia; professor de Administração da Escola do Instituto de Educação do Distrito Federal; professor visitante e conferencista em universidades dos Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina e professor emérito da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Na imprensa, foi colaborador de jornais de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo; fundador e diretor de *O Economista*, de 1920 a 1927; redator de *Autores e Livros*, suplemento literário de *A Manhã* e colaborador de revistas especializadas em educação e sociologia. Disponível em: <https://www.academia.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2024.

desejo de ocupar cargos públicos.

Em um artigo intitulado "Revolucionários," divulgado em 1889 pelo jornal **A Província de São Paulo**, testemunhamos o entusiasmo de Euclides da Cunha em relação à República. Naquele período, ele enxergava o novo regime como algo genuinamente revolucionário, portador das tendências mais modernas da sociologia da época.

A política do século XIX chama-se democracia; de há muito, a colaboração de todas as ciências e das tendências naturais do nosso temperamento despiu-a do frágil caráter de uma partidária, para revesti-la da fortaleza, da lógica inquebrantável de uma produção científica. Em sociologia, eu creio que, observando profundamente as energias, as ligações e o movimento do complicado sistema social, chega-se a ela tão naturalmente como na matemática Lagrange à fórmula geral da matemática. Assim, não é uma forma de governo que se adota, é um resultado filosófico que se é obrigado a adotar; forma-se um democrata como se forma um geômetra, pela observação e pelo estudo; e, nessa luta acirrada dos partidos, por fim, o republicano não vencerá – convencerá; tendo, enfim, dominado os adversários, não os enviará para a guilhotina, mas mandá-los-á para a escola (CUNHA, 1888, p. 1).

A empolgação rapidamente esfriou com a publicação de **Os Sertões**, sua obra mais reconhecida, que revelava os fracassos e desvios do novo regime. Neste livro, ele responsabilizou tanto o governo federal quanto o estadual, assim como o Exército, pelo genocídio dos habitantes de Canudos. Euclides da Cunha descreveu a guerra que ocorreu no sertão da Bahia de 1896 a 1897, eventos cujos momentos finais testemunhou pessoalmente cinco anos antes, quando atuou como correspondente para o jornal **O Estado de S. Paulo**.

Os Sertões não se limitava à narrativa da guerra, pois também explorava a atmosfera, a flora do sertão, as questões raciais, a cultura do homem sertanejo e seus costumes, a gênese de Canudos, bem como a biografia de Antônio Conselheiro. Além disso, abordava a ascensão da República, que se originou de um golpe militar, e os desafios que essa origem acarretou para o novo regime. A obra proferia críticas incisivas tanto ao militarismo dos primeiros governos quanto ao liberalismo superficial de uma Constituição frequentemente violada pelas elites civis por meio de fraudes e manipulações eleitorais. Em **Os Sertões**, a República surgia como uma herança inesperada, ostentando uma aparência de modernidade que Euclides da Cunha mesmo promovia, mas que, paradoxalmente, privava um terço da população brasileira do acesso à cidadania.

Vivendo quatrocentos anos no vastíssimo litoral, em que pelejam reflexos de uma vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa (CUNHA, 1978, p. 137).

Azevedo Amaral, ao realizar uma retrospectiva dos quarenta anos do período republicano, sustentava uma visão pessimista da República, caracterizando-a amplamente por um contexto de decadência e marcada pela persistência do atraso. Essa perspectiva era construída a partir de seu lugar social em uma cidade emblemática, o Rio de Janeiro, a capital do país, que estava imersa em um vertiginoso processo de aceleração temporal. Paralelamente, ele considerava que o interior do país, embora não fosse parte de sua experiência direta, permanecia estagnado no tempo, com mudanças e transformações sociais quase inexistentes.

Ele argumentava que essa sobreposição de tempos era mais visível nos âmbitos político e econômico. Do ponto de vista econômico, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo experimentavam uma aceleração temporal claramente perceptível, evidenciada por surtos de industrialização, urbanização e modernização. Em contraste, as regiões mais ao norte do país, de caráter predominantemente agrário, mantinham-se mais apegadas aos valores e costumes locais. Nessa perspectiva, a industrialização e a modernização eram associadas ao futuro e ao progresso, enquanto a agricultura era vista como uma manifestação do passado, portanto, do atraso.

No cenário político, ele dizia que vivenciávamos um excesso de passado que impedia mudanças rápidas, contrastando com a dinâmica econômica mais acelerada. Segundo sua análise, éramos arrastados por modelos arcaicos, representados por uma "classe política de gabinete" que se encontrava desconectada da realidade do país. "O descontentamento que pouco a pouco se generalizou contra a Primeira República e sobretudo contra os seus homens representativos, impressiona logo pela desproporção entre o seu vulto e intensidade e os aspectos da situação real do país" (AMARAL, 1934. p. 140).

Segundo Carvalho (1995), o afastamento entre a elite intelectual e o restante

da população pode ser observado na divergência de perspectivas que competiam no período que antecedeu à Proclamação da República.³⁷ Essas perspectivas, embora preconizassem uma participação popular nesse acontecimento, permaneceram, em última instância, no âmbito do discurso, restritas a círculos intelectuais pertencentes a essas elites. As disputas em torno do que seria a imagem do novo regime tinha o objetivo apenas de atingir o imaginário popular recriando dentro dele valores republicanos.

A crítica de Azevedo Amaral era dirigida ao liberalismo de figuras como Rui Barbosa, um intelectual que desempenhou papéis significativos como deputado, senador, ministro e candidato à Presidência da República em duas ocasiões. Rui Barbosa participou ativamente dos debates políticos de sua época, envolvendo-se na Campanha Abolicionista e na promoção do federalismo e da República. Ele nutria profundo apreço pela cultura francesa, à semelhança de muitos intelectuais contemporâneos, e possuía vasto conhecimento do pensamento constitucional anglo-americano, que influenciou a primeira constituição brasileira. Fundamentalmente, Rui Barbosa era um liberal, principal representante da classe política que Azevedo Amaral criticava.

No livro **Teoria Política**, que sintetizava muitas de suas concepções, Rui Barbosa explorava a configuração do sistema republicano inspirado por juristas e constitucionalistas norte-americanos. Em sua visão, a República representava uma revolução que almejava abolir as estruturas monárquicas e aristocráticas, substituindo-as por um governo que refletia a vontade do povo e promulgava leis consentâneas com o bem comum.

É sim, a condição de que, sobre existirem os três poderes constitucionais, o legislativo, o executivo e o judiciário, os dois primeiros derivem, realmente da eleição popular. Tal a verdade em que se imbuído todo o ensino dos constitucionalistas americanos, quando comentam o art. IV, cláusula 4 da constituição dos Estados Unidos, por nós imitada no art. 6, ns 1, 2 e 3 da constituição brasileira (BARBOSA, 1965, p. 47).

O projeto liberal norte-americano servia a Rui Barbosa como um espelho,

³⁷ Para Carvalho (1995) o imaginário criado acerca da República durante os anos que antecederam à proclamação apresentava diferentes ideologias que disputavam a legitimidade do novo regime. Havia o jacobinismo, que apontava para uma idealização de uma democracia direta; a vertente liberal, que idealizava uma sociedade composta por indivíduos autônomos, através de um conceito de liberdade fundamentado no distanciamento do Estado na vida dos sujeitos e na valorização de um mercado; e a positivista, que postulava uma idade de ouro onde os sujeitos se realizariam plenamente por meio de uma sociedade mitificada.

prevendo a diminuição da intervenção estatal frente ao mercado econômico. A organização do Estado obedeceria ao princípio do federalismo, reforçando o regionalismo e consolidando o poder das oligarquias regionais (FILHO, 2007). Além de intelectuais, os pressupostos liberais também eram defendidos por veículos da imprensa, como **O Democrata Federal** que mencionava em um de seus editoriais, “O nosso ideal em política é o mais puro liberalismo. Desejamos que cada vez mais se amplie na legislação pátria o círculo das liberdades do cidadão, e que cada vez mais se restrinja o poder coercitivo” (O DEMOCRATA FEDERAL, 1895, p. 1).

De acordo com Azevedo Amaral, a insaciável dedicação à leitura por parte de intelectuais como Rui Barbosa teria resultado na atrofia de suas capacidades de reflexão e observação. Eles teriam construído um universo fictício, imersos em personagens e ideias de outras nações, gradualmente se desconectando da realidade do Brasil. Os princípios reformistas da República teriam sido negligenciados em prol de uma retórica vazia revestida de um verniz modernizador.

Os liberais do primeiro reinado e da regência, assim como seus sucessores do período tinham a mania de copiar o parlamentarismo inglês, e as figuras de maior valor da campanha abolicionista e da propaganda republicana, pensavam, falavam e escreviam como se, em vez de estarem nas praias da Guanabara, tivessem o cenário de suas atividades cívicas às margens do Sena, do Tamisa ou do Hudson (AMARAL, 1934, p. 163).

Para Azevedo Amaral, o liberalismo é uma filosofia política que emergiu no final do século XVII e início do XVIII a partir do Iluminismo e que se espalha pela Europa, promovendo ideias sobre os direitos individuais, a liberdade e a limitação do poder do Estado. Sua ambiência original teria sido a Inglaterra, a partir da influência das ideias de John Locke e de outros autores. Para ele, o problema não era o liberalismo político e seus postulados, mas sim as diversas leituras e "adaptações" dessa filosofia para outros contextos sociais e políticos distintos da Inglaterra ou dos Estados Unidos, como aqui no Brasil.

Diferentemente de Azevedo Amaral, que expressava suas críticas sem citar nomes diretamente, Oliveira Vianna, em seu livro *Instituições Políticas Brasileiras*, realizou uma série de análises sobre o pensamento político de Rui Barbosa. Para ele, Rui Barbosa era um pensador de fronteira, cuja trajetória intelectual abrangia dois tempos, o do Império e o da República.

A expressão demonstrativa do "marginalismo" intelectual e jurídico de Rui é, na sua enorme biblioteca, de um lado, a copiosa abundância de livros estrangeiros (franceses, ingleses, norte-americanos e italianos - os alemães

são pouco abundantes, embora dominasse o alemão e mesmo o falasse); de outro, a relativa insignificância da sua "brasileira". Fora da literatura propriamente jurídica e parlamentar, o Brasil interessava pouco como povo - isto é, como civilização, como psicologia coletiva, como estrutura. Em boa verdade, nunca o estudou (VIANNA, 1999, p. 370).

Segundo Vianna (1999), Rui Barbosa era um intelectual de gabinete, com um olhar mais voltado para a produção estrangeira, com as definições de conceito, do que com o que se passava diante de seus olhos aqui no Brasil. Azevedo Amaral vai além, identificando causas mais profundas para o declínio do nível intelectual dos liberais da República. Em sua análise, essa situação decorreu da coexistência de duas correntes distintas na formação nacional. Uma delas tinha um viés voltado para a mobilidade e apresentava um perfil mais mercantil, concentrando-se principalmente na região de São Paulo. A outra corrente, por sua vez, era mais sedentária e inclinada ao trabalho agrícola, predominantemente nas regiões do norte, onde as fazendas de cana-de-açúcar, a estrutura das casas-grandes e senzalas, e o domínio senhorial eram proeminentes.

O "espírito nômade", impulsionado pelo "instinto de nutrição", era visto como o agente propulsor do progresso econômico e o catalisador das atividades culturais. Em contrapartida, o "sedentário" desempenhava o papel de organizador da disciplina social e política, sendo que seus membros eram considerados mais aptos para desempenhar funções políticas e governamentais, devido à sua mentalidade moldada pelos costumes e tradições locais. Nesse contexto, o desafio político da Primeira República residia no fato de que ela era liderada por uma elite inexperiente e desvinculada das práticas políticas e tradições locais, uma vez que havia sido criada em um ambiente de mobilidade, o que contribuía para sua inferioridade nesse aspecto.

O deslocamento do poder político das oligarquias nordestinas e fluminenses, melhor preparadas para o exercício das funções do Estado, para os grupos dirigentes do sul, onde as aptidões políticas não se haviam desenvolvido da mesma forma, foi o fator principal, mas não o único, da posição de inferioridade relativa que comprometeu os homens da República perante a opinião pública (AMARAL, 1934, p. 153).

Essa linha de raciocínio visa destacar que a transição do sistema centralista do Império para o sistema federalista da República promoveu uma transformação significativa nas classes políticas do Brasil. O preteso declínio intelectual dessas classes se destacaria como um sintoma evidente de uma crise de representatividade.

De acordo com Azevedo Amaral, no período do Império, as oportunidades de seguir uma carreira pública estavam principalmente ligadas ao âmbito do Estado centralizado. A corte era o grande palco onde os brasileiros poderiam almejar uma carreira no serviço público, e ali se concentravam as mentes mais brilhantes à disposição do Império brasileiro.

Com a chegada da República, essa situação sofreu uma mudança radical. Os indivíduos mais destacados nacionalmente passaram a exercer suas atividades políticas e intelectuais predominantemente no âmbito estadual, frequentemente desconectados da realidade do país como um todo e do ponto de vista nacional. Na perspectiva de Azevedo Amaral, figuras políticas como Arthur Bernardes e Getúlio Vargas ascenderam à Presidência da República com pouca experiência em cenários federais, mas conquistaram destaque devido às notáveis habilidades políticas que possuíam como grande trunfo.

Lima Barreto, por sua vez, é outro intelectual que direcionou críticas contundentes à classe política da Primeira República. Em sua obra satírica intitulada **Bruzundangas**, publicada em formato de livro em 1923, após sua morte, ele retrata de maneira mordaz o Brasil do início do século XX. Destaca as questões do cotidiano e expõe as mazelas do regime republicano. Nessa obra, Barreto (2013) desenha as práticas presentes na fictícia "República das Bruzundangas," uma nação imaginária onde os interesses particulares dominam a vida dos cidadãos. Seu trabalho tece críticas ferrenhas à política conservadora e aos valores literários da época, tudo com um humor ácido. Por meio de suas palavras, Lima Barreto comenta as características da classe dirigente da República, as quais, segundo ele,

É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. Em geral, a gente da terra que forma a sociedade só figura e aparece nos lugares do poder durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento, tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente (BARRETO, 2013, p. 81).

A visão de Barreto (2013), era de que com a chegada da República, as riquezas pessoais cresceram em detrimento do bem público da Nação. Seu foco crítico estava voltado especialmente para o corpo burocrático, pois, em sua perspectiva, a elite dirigente não tinha outra preocupação senão enriquecer por meio

de cargos públicos e favores governamentais. Ele buscava expor a profundidade da corrupção política e econômica que, em sua opinião, corroía o sistema republicano.

Azevedo Amaral, assim como Barreto (2013), não se limitava a criticar apenas a ética da classe política, mas também questionava o próprio sistema de representação da República. Para ele, havia uma distorção inerente ao sistema, uma vez que as eleições eram fraudulentas e as oligarquias que se revezavam no poder, tanto em nível federal quanto estadual, perpetuavam uma democracia falsa e deturpada. O sistema democrático da Primeira República representava, portanto, uma adaptação forçada e inadequada às realidades geográficas, econômicas e culturais do país, conforme sua análise.

Em um país de vastíssimo território, com uma população extremamente diluída e desarticulada economicamente e socialmente pelas grandes distâncias e incapaz também na sua enorme maioria de formar ideia mesmo confusa dos problemas nacionais, é evidente que o método representativo baseado no sufrágio promiscuo teria de dar forçosamente o mais caótico resultado, ainda quando o analfabetismo não constituísse obstáculo irremovível ao pronunciamento da esmagadora maioria dos cidadãos (AMARAL, 1935, p. 158).

Na ótica de Azevedo Amaral, um sistema eleitoral genuíno deveria incorporar um método que viabilizasse a representação dos diversos interesses econômicos do país. Esse modelo de representação de classes é conhecido como corporativismo, uma temática que ele aprofundou em seu livro **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, publicado em 1938.

O corporativismo, conforme defendido por Azevedo Amaral, tem raízes em sua visão sobre a organização da sociedade e da economia. Ele acreditava na necessidade de superar conflitos entre classes sociais por meio de uma abordagem cooperativa. O modelo proposto por Azevedo Amaral envolvia a criação de corpos intermediários ou grupos corporativos que representariam os diversos setores da sociedade, como trabalhadores, empresários e o Estado.

Nesse sistema, cada grupo teria responsabilidades e funções específicas, visando à busca de interesses comuns. O Estado, por sua vez, desempenharia um papel de coordenação e arbitragem, de maneira a garantir a harmonia entre os diferentes setores. A ideia central era promover a colaboração em vez da luta de classes, com o objetivo de alcançar o bem-estar geral.

Azevedo Amaral tinha como influência as ideias de Mihail Manoilescu, inclusive sendo o responsável pela tradução de seu livro intitulado **O Século do**

Corporativismo, publicado em 1938.³⁸ Ambos acreditavam em organizações sociais mais orgânicas, baseadas na interdependência e cooperação entre os vários elementos da sociedade. O século XX seria o século do corporativismo, pois as corporações deveriam ser, nesse novo tempo, uma das fontes principais do poder do Estado. Elas seriam o órgão “originário da soberania” do povo, o elemento central de uma concepção e proposta de nova democracia. Esse modelo seria uma alternativa ao liberalismo econômico e ao socialismo, pois propunha uma abordagem mais integrada para lidar com as questões sociais e econômicas.³⁹

Monteiro Lobato em 1919, à semelhança de Azevedo Amaral, Euclides da Cunha e Lima Barreto, também expressou críticas à Primeira República, por meio de sua atuação na imprensa e de seu icônico personagem, o Jeca-Tatu. Este personagem era retratado em uma posição encurvada, fumava um cigarro de palha e demonstrava um desânimo generalizado. Ele personificava a ideia do atraso, simbolizava tudo o que precisava ser superado na construção do novo homem desejado pela sociedade. O Jeca-Tatu era uma representação da negatividade, sendo uma condenação das condições sociais e políticas da época, que, na visão de Lobato, impedia o povo brasileiro de ser considerado uma verdadeira nação.

Em um artigo intitulado “O Caso Brasileiro”, publicado na **Revista do Brasil** em 1919, Monteiro Lobato apresentou a perspectiva de um estrangeiro que, ao adentrar as regiões mais carentes do país, se deparou com o abandono que a

³⁸ Mihail Manoilescu nasceu em 9 de dezembro de 1891 e faleceu em 30 de dezembro de 1950, com 59 anos. Foi jornalista, engenheiro, economista, político e memorialista. Serviu ao governo romeno em diversas situações e é lembrado também por sua importante obra econômica. Suas ideias corporativistas foram muito populares, especialmente na Península Ibérica e na América do Sul. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/um-resumo-do-pensamento-do-economista-mihail-manoilescu-a-industria-e-o-caminho-para-o-desenvolvimento-economico/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

³⁹É importante observar que, apesar de simpatizar com muitas das ideias de Manoilescu, Azevedo Amaral discordava de muitos pontos, sobretudo no que se refere à vinculação que o autor fazia entre fascismo e corporativismo, visto que era simpático ao regime de Mussolini. Para Azevedo Amaral, Manoilescu fez uma “perversão” do modelo corporativista, na medida em que teria pensado na montagem de corporações fascistas. Segundo ele, no exemplo italiano, o que se via, na verdade, era uma inversão da proposta corporativista, pois, em vez de as corporações serem as células de organização da sociedade e a origem do poder do Estado, tinham se transformado em “instrumentos mais ou menos burocráticos de um Estado absorvente e onipotente”. Como veremos a seguir, em seu livro **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, Azevedo Amaral insistia na distinção entre o que considera um Estado totalitário (absorvente e onipotente, como o italiano) e o que vai defender como característica do Estado Novo brasileiro, presente na Constituição de 1937. Esse seria um Estado autoritário, estruturado segundo o modelo corporativista. Nesse sentido, as modernas corporações – materializadas nos sindicatos de “empregados e empregadores”, nos conselhos técnicos e outros órgãos de “colaboração com o Estado” – precisavam ter margens de atuação, caso contrário, não cumpririam suas funções de representação dos interesses da sociedade a que se destinavam, não executando a mediação entre Estado e sociedade.

população enfrentava. Nesse texto, ele detalha as características desse homem brasileiro, vítima de negligência política e sujeito à violência cotidiana que enfrentava incessantemente.

Viajante recém-chegado dos sertões do nordeste, e já conhecedor daquelas paragens, conta, entristecido, a decrepitude profunda das cidades sertanejas. A miséria cada vez maior, povoados outrora prósperos em completa ruína, crianças criadas nuas até aos dez anos e semi-nus vivendo os adultos. Meninas núbil cujas únicas vestes são um frangalho de saiotê curto. A vida social transformada num violento banditismo, os grandes criminosos ligados aos governos centrais, transformados pela política em coronéis e dominando a sociedade como sobas africanos. Ao lado desse horrível aspecto social, o aspecto econômico não menos contristador. Tudo em descalabro, as fazendas em declínio, as culturas em atrofia, a criação destruída. E destruída também a terra pela vaga anual do fogo pai do deserto. A causa de tantos males? A política. A política parasitária do pervejo, as administrações flagelantes, a ausência completa de justiça, o mau governo, em suma (LOBATO, 1919, p. 1).

Em outro artigo publicado na mesma revista em 1919, ele afirmava que a mudança de regime não produzia impacto algum na vida da população, que permanecia sendo negligenciada pelo Estado. O horizonte de expectativa, ligado às mudanças sociais e políticas, logo se desvanecia "nos primeiros raios de sol do novo governo" (LOBATO, 1919, p. 289).

De quatro em quatro anos, o Brasil desperta, olha para a frente e sorri, cheio de esperanças. Um novo governo se aproxima. Plataformas, profissões de fé, discursos políticos prometem-lhe o feliz advento da administração honesta e inteligente por ele tanto anseia. Aos primeiros atos, porém, do sol nascente, mas uma desilusão cruel vem juntar-se às inúmeras de quem tem sido fértil a República entre nós. Verifica o país que houve mudanças de atores, mas a companhia permanece a mesma. Cartaz novo na parede, mas disfarce da peça sempre da máquina política, manobram as teias das injunções e fazem do novel presidente um títere a serviço da panqueca, tal qual como o anterior; e tudo continua, para os politíqueiros "conservadores" – conservadores dum estado de coisas extremamente favorável ao seu joguinho – como no melhor das repúblicas possíveis (LOBATO, 1919, p. 289).

Segundo Sandes (1992), o diálogo instaurado entre Monteiro Lobato e o Jeca-Tatu pode ser considerado um registro da percepção da identidade do Brasil como nação. Também pode ser entendido como a materialização das aspirações reformistas das nossas elites políticas que, incessantemente, procuravam regenerar o país, isto é, refazer o homem e a nação brasileira e expurgar dela qualquer indício do Jeca-Tatu.

Passado um pouco mais de trinta anos de instauração da República, o

sentimento desses intelectuais era que o novo regime político não passava de uma idealização, uma elaboração teórica e ideológica externa à realidade brasileira. Para Vicente Licínio Cardoso, em **A História a Margem da República**,⁴⁰

Examinados, serena e severamente, os acontecimentos que exigiram a instituição da República, força é convir na verdade contida na asserção humilhante: A república não trouxe nenhum idealismo congênito, o novo regime fixou apenas na carta constitucional pequenas ideologias” (CARDOSO, 1981, p. 95).

Em sua visão, a fundação da República teria sido marcada por uma aura religiosa que tinha nas figuras de Benjamin Constant e August Comte, seus artífices espirituais. A partir daquele momento, a República aparece, como uma revolução, como um novo paradigma de ideias, valores e moral. Todavia, a consolidação das novas instituições se daria através de um processo caótico que imprimia marcas nas consciências dos que as aspiravam aquele ideal imaculado.

Além desses intelectuais, não podemos deixar de mencionar Alberto Torres e sua obra clássica, **O Problema Nacional Brasileiro**. Alberto Torres reforça essa crítica, afirmando que a República sempre foi instável e incapaz de implementar efetivamente suas ideias e valores. Para ele, o regime político instaurado em 1889 surgiu como uma inovação política que se estabeleceu sobre as ruínas do Império brasileiro.

⁴⁰ Vicente Licínio Cardoso nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 3 de agosto de 1889, segundo filho de Licínio Atanásio Cardoso e Maria Cristina de Oliveira Cardoso. Seu pai era um homem com dupla formação, conseguida depois de um forte processo de ascensão social. Vindo de família pobre de Vila das Lavras, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, logrou formar-se engenheiro na Escola Militar – onde depois ensinou Matemática – e professor de Mecânica Racional na Escola Politécnica desde 1887. Licínio Atanásio também se formou em Medicina em 1889. Na ocasião, defendeu tese sobre Homeopatia, sendo um dos introdutores dessa especialidade no Brasil. Vicente Licínio formou-se como engenheiro civil em 1912, e como engenheiro geógrafo em 1916. Logo após sua primeira colação, a Congregação da Politécnica concedeu-lhe um prêmio pelo seu bom aproveitamento acadêmico, oferecendo-lhe uma viagem de estudos ao exterior. Vicente Licínio optou por uma viagem em 1916 aos Estados Unidos, à capital Washington, onde realizar-se-ia, naquele ano, o Congresso Científico Pan-Americano. O relatório dessa viagem foi apresentado à Congregação em 1916 e posteriormente publicado na reedição da primeira grande obra do autor, **Filosofia da Arte**, publicada originalmente em 1918 e relançada em 1935, pela editora José Olympio. A publicação desta obra assinalou o final da primeira fase da vida do autor, marcada pela sua formação universitária, pelos seus trabalhos profissionais no campo da engenharia e arquitetura e por seu contato com a sociedade norte-americana, que lhe deixara profundas impressões. A segunda fase iniciar-se-ia com a viagem ao rio São Francisco, realizada em 1921, estendendo-se pela primeira metade da década de 1920 até 1926, quando publicou parte significativa de sua obra ensaística. A terceira e última fase corresponde ao período de maior engajamento com a causa da educação pública, atividade interrompida com sua morte trágica, em 1931. Retirado parcialmente de: <http://brasilianadigital.com.br/brasilliana/colecao/autores/24/cardoso-vice-licinio>, Acesso em 06 de fevereiro de 2024.

Quanto à República e às suas obras, a intolerância partidária nunca permitiu nem ao adversário nem aos confrades negar os benefícios e progressos que atribui o regime. A simples observação da decadência a que descemos nos costumes eleitorais – base do sistema representativo e título de governos democráticos – bastaria para provar aos mais zelosos defensores da fama da nova “forma de governo” que vem de azedo pessimismo o desgosto com que muitos republicanos desconhecem, nas instituições dominantes, a República que haviam sonhado (TORRES, 1982, p. 15).

Para ele, os republicanos foram dominados por um sentimento nacionalista que representava apenas uma oposição à monarquia. A República não era mais do que uma imitação de modelos democráticos que a influenciavam, como o norte-americano. Tanto Alberto Torres quanto Azevedo Amaral apontavam para um Brasil fictício e inautêntico, afetado por um profundo complexo de inferioridade. A questão da inautenticidade permeava todos os aspectos da vida brasileira. Nas palavras de Torres (1982),

O espírito brasileiro ainda é um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio aos seus palácios e suas avenidas, suas bibliotecas e seus mostruários de elegâncias e vagos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de ideias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social (TORRES, 1982, p. 15).

O que se assemelha bastante quando Azevedo Amaral afirma,

Acreditamos através da nossa cultura livresca, que só é grandioso o que corresponde aos padrões éticos e estéticos das civilizações que se elaboraram em torno do Mediterrâneo e do Báltico. Nossa alma comprimida ferve em reivindicações platônicas, às quais nossa consciência empresta as formas fictícias de aspirações pueris e mesquinhas, enquanto o sentido daquelas forças subterrâneas é a libertação do nosso espírito na afirmação orgulhosa da nossa realidade psíquica e dos traços singulares da nossa personalidade nacional (AMARAL, 1934, p. 181).

A Proclamação da República trouxe à tona uma nação que divergia consideravelmente daquela sonhada por esses intelectuais, moldada por suas aspirações e utopias. Porém, em vez de realizar essas esperanças, ela se transformou em desilusão, minando as expectativas depositadas, especialmente na esperança frustrada de mudanças sociais e políticas tão ansiadas pelo país.

A crítica de Azevedo Amaral e do grupo de ensaístas mencionado aqui, tinha como alvo principal o sentimento cosmopolita que permeou certos círculos intelectuais na segunda metade do século XIX. Esse cosmopolitismo foi gradualmente percebido como uma civilização de imitação, com o predomínio da

cópia de modelos do Ocidente, principalmente o francês, marcando a chamada *belle époque* brasileira.

A modernização defendida por esses ensaístas, principalmente Azevedo Amaral não era uma aspiração sentimental ou um programa doutrinário embasado em um conceito patriótico. Era um movimento de restauração e conservação, uma necessidade elementar de um povo que nunca chegaria à “fase adulta” sem se fazer nação. A República se constituía, portanto, de um impulso inaudito que forjava uma nação alienada em si mesmo.

De acordo com autores como Skidmore (1976) e Herschman e Pereira (1994), esses escritores enfatizaram amplamente a lacuna entre o "Brasil Real" e o "Brasil Fictício". A desconfiança em relação a soluções prontas acabou por estimular um novo pensamento voltado para o nacionalismo e a modernização.

Para Azevedo Amaral, a busca por um Brasil real tornou-se uma questão fundamental. Sua perspectiva modernizante e sua crítica ao passado estavam fundamentadas na ideia de forjar uma nação que se distanciasse da imitação cega da cultura do "Velho Mundo". Enquanto para os "intelectuais mosqueteiros", a virada do século XIX para o XX enfatizava a necessidade de "civilizar" o país, ou seja, igualar-se à Europa em aspectos como o cotidiano, instituições e ideias liberais, a partir dos anos 1920, a questão crucial tornou-se a capacidade de conciliar um conjunto de ideias modernas com a realidade institucional do país.

2.4 A Brecha no tempo

A Revolução de 1930 representava, para Azevedo Amaral, o início de uma nova temporalidade para a nação, era uma brecha no tempo que separava o espaço de experiência e o horizonte de expectativa do país. Era o começo do soterramento dos males de origem causados pela herança ibérica e de seu Estado Político. Ela marcava o início de todo o processo de construção de um Brasil moderno, que só viria a se consolidar a partir de 1937, com a implantação do Estado Novo.

Para compreender a nova interpretação que o autor deu ao movimento ocorrido em outubro quando ainda era colaborador do **O Paiz**, é essencial, em primeiro lugar, compreender seu conceito de revolução. Em sua perspectiva, ela é concebida unicamente como um método, desprovido de finalidade intrínseca, capaz de servir tanto para a concretização de formas mais abrangentes de organização

democrática quanto para dar impulso a ações de caráter reacionário. Ela pode resultar na desintegração de estruturas políticas que perpetuam o domínio de uma minoria no poder, assim como pode representar a reação de uma minoria contra uma ordem estabelecida.

Na visão de Azevedo Amaral, as massas desempenham um papel fundamental nos processos revolucionários. Uma revolução, segundo ele, não pode ocorrer sem a participação das multidões, da mesma forma que um Estado não pode implementar seu plano de campanha sem contar com o apoio das massas. Sob essa ótica, a revolução emerge como um ato que surge do inconsciente coletivo de uma sociedade, buscando romper com estruturas políticas e sociais que já não se adequam à realidade vigente.

A perspectiva de Azevedo Amaral contrasta com as "teorias da revolução" que, segundo ele, tendem a concebê-la como uma espécie de anomalia. Nesse contexto, as revoluções seriam eventos imprevisíveis e escapam ao controle de uma vontade ou ideal pré-estabelecido. Em sua análise, as massas são portadoras das "energias passionais da sociedade", porém permanecem em um estado de "equilíbrio espiritual estável", aguardando os "estímulos" que as orientem à ação. Essas forças passionais, embora capazes de subverter a ordem estabelecida, requerem a influência de uma vontade de ação exercida por uma vanguarda intelectual.

Sua argumentação sustenta que a revolução é, em essência, um ato de criação, sendo que suas manifestações destrutivas servem apenas como prelúdio para o surgimento de novos arranjos sociais. Contudo, ele estabelece uma distinção entre o que ele chama de "revolução autêntica" e os denominados "movimentos insurrecionais".

Impõe-se, portanto, preliminarmente uma diferença rigorosa entre verdadeiras revoluções, que são movimentos de natureza essencialmente construtora nos quais se traduz a realização prática de uma elaboração ideológica, processada por uma minoria em geral muito pequena de indivíduos privilegiados, que traçam novos rumos ao desenvolvimento sociogênico e impõem pela ação da sua vontade de domínio às massas uma atitude de rebeldia contra a ordem existente, vindo a demoli-la por esse meio e lançar ulteriormente com a cooperação passiva e mais ou menos dócil das multidões os alicerces de uma nova estrutura política e social, e os simples movimentos insurrecionais de caráter exclusivamente popular, que em geral pouco destroem e nunca edificam novas formas de existência coletiva (AMARAL, 1934, p. 54).

Dessa forma, a revolução representa um processo de construção de um novo paradigma, uma mudança histórica fundamental, enquanto a rebelião é vista como um movimento passional, carente de ideologia e de efetivação na sociedade. A condução da revolução recai sobre o "fator humano", que engloba uma minoria intelectual colaborando com as massas na direção do processo. O "fator humano", elemento essencial nesse contexto, refere-se, no entanto, a uma minoria composta por indivíduos intelectualmente e moralmente mais capacitados, que atuariam como agentes de transformação na sociedade em que vivem. Embora as massas desempenhem um papel significativo nesse cenário, é uma reduzida parcela de "homens excepcionais" que delinea as diretrizes fundamentais da revolução.

Como vimos anteriormente, na sua perspectiva, os processos de independência nas nações da América espanhola foram conduzidos por "agentes práticos" que estavam plenamente integrados às esferas políticas e sociais dessas regiões. Nessas situações, as influências externas teriam tido um impacto relativamente limitado. No entanto, no contexto brasileiro, a Independência, por exemplo, teria sido concebida e liderada por indivíduos que se destacavam por seu nível intelectual e cultural, o qual diferia consideravelmente da grande maioria da sociedade, uma maioria mais preocupada com questões teóricas do que práticas. Azevedo Amaral argumenta que, embora tenha havido divergências e conflitos de ideias durante esse período, todos os envolvidos pensavam politicamente sob a influência da cultura e do pensamento europeus.

A Independência, de forma paradoxal, assumiu um caráter antinacionalista, uma vez que, ao conquistarmos a independência política, nos afastamos de nosso caminho histórico, ao nos iludirmos com modelos políticos estrangeiros idealizados por uma minoria instruída e semierudita (AMARAL, 1934). Esse processo de "desnacionalização", teria persistido durante a Primeira República, visto que continuamos a cometer os mesmos equívocos.

A análise dessa atitude leva-nos a encará-la como efeito de um trágico complexo de inferioridade ou o resultado de má consciência, a que Nietzsche antes de Freud já atribuía o declínio dos homens e dos povos. Habitamos a ter vergonha de nós mesmos. Aprendemos na cartilha dos jesuítas a deprimir os traços vigorosos que formaram a nobreza violenta e dominante do caráter de nossos antepassados. Acreditamos através da nossa cultura livresca que só é grandioso o que corresponde aos padrões éticos e estéticos das civilizações que se elaboraram em torno no Báltico (AMARAL, 1934, p. 181).

Na sua perspectiva, os teóricos políticos ocidentais dos séculos XVIII e XIX sustentavam a crença de que a adoção de um sistema democrático garantiria a paz e a igualdade universal entre os seres humanos. Consequentemente, a responsabilidade recaía sobre a sociedade que escolhia implementar tal regime político. Assim, se o sistema democrático não se mostrasse eficaz, a culpa era atribuída a essa coletividade, que supostamente não estaria adequadamente preparada para abraçar essa forma de governo. “Estamos todos lembrados ainda de ter ouvido dizer frequentemente entre nós que a Constituição de 1891 era excelente e que o povo brasileiro é que não prestava” (AMARAL, 1934, p. 205).

Azevedo Amaral argumentava que a Revolução de 1930, no entanto, trouxe uma inovação ao tentar dar uma abordagem realista às ações políticas, buscando adaptar as instituições às condições específicas do Brasil. Esse esforço visava iniciar o processo de reconstrução nacional. No entanto, ele via falhas nesse movimento, pois não conseguiu neutralizar completamente as influências externas e se desviou do credo nacionalista devido a inconsistências práticas e ao excesso de teorização política por parte de seus líderes.

Para ele, a modernização do Estado naquela época não se materializou como um programa político definido, mas sim como uma amalgama de ideias e intuições que ainda não haviam sido concretamente moldadas em uma consciência coletiva com uma direção política clara para a nação. Esse sentimento, segundo ele, foi sufocado e diluído pela inundação de ideias estrangeiras que permeavam o próprio movimento.

Na visão de Azevedo Amaral, a Revolução de 1930 teve caráter prematuro, isto é, foi um movimento precipitado por circunstâncias e por motivos pessoais de seus promotores, que acabou levando a um “aborto” de uma “autêntica revolução brasileira”. Ela teria adquirido um sentido conservador que não conseguiu romper com o paradigma político da Primeira República. Para ele,

A revolução apoderou-se do país e quando, passado o momento de exaltação da fácil vitória, se viu com as responsabilidades de traçar novas diretrizes ao Brasil, descobriu que nada tinha em si para inspirá-la e orientá-la. Por esta forma a nossa revolução foi anti-revolucionária. Não destruiu tanto as formas de organização pré-existentes, quanto interrompeu o curso do próprio movimento ideológico, que viria a torná-la no correr do tempo uma verdadeira mutação histórica na vida da nacionalidade (AMARAL, 1934, p. 208).

Na perspectiva de Azevedo Amaral, a Revolução de 1930 poderia ter adotado

uma ideologia genuinamente brasileira como seu princípio orientador. No entanto, o que se observou foi uma influência predominante de duas ideologias externas, o comunismo e o fascismo. Essas "ideologias extremistas" provinham da Rússia e da Itália, respectivamente, e competiam pela liderança na formação de um novo Brasil. Para ele, tanto o comunismo quanto o fascismo eram inadequados para serem transplantados no Brasil, pois haviam sido concebidos em contextos muito diferentes.

Comunismo e fascismo só tem servido para distrair os brasileiros do seu verdadeiro roteiro revolucionário e fazê-los voltar descontentes e desiludidos para o velho arraial, em que durante um século marcamos passo no nosso desenvolvimento histórico, acreditando que progredíamos por macaquear ridiculamente parlamentares ingleses e juizes norte-americanos (AMARAL, 1934, p. 210).

Desde os primórdios do regime republicano até a Revolução de 1930, tornou-se evidente um desvirtuamento no sistema representativo, com a república parecendo repetir as práticas da monarquia. A avaliação de Azevedo Amaral era de que essa situação somente se alteraria mediante uma transformação nas condições econômicas e culturais da maioria da população. No entanto, ele enxergava a Revolução de 1930 cometendo o mesmo equívoco ao importar modelos políticos estrangeiros que não se harmonizavam com a realidade brasileira.

O sistema representativo de eleições, em vigor desde 1823, refletia essa adaptação "artificial" que não considerava as vastas dimensões geográficas, as disparidades econômicas e culturais do país. Em uma nação de proporções continentais, onde a população estava amplamente dispersa e desigualmente integrada economicamente e socialmente devido às vastas distâncias, a maioria das pessoas era incapaz de desenvolver uma compreensão abrangente dos problemas nacionais. Como resultado, esse sistema de representação governamental só poderia resultar em caos e ineficiência.

Na perspectiva de Azevedo Amaral, a raiz desse desafio residia na disparidade entre uma ínfima minoria letrada e a ampla massa da população. Ele chega a mencionar que os viajantes que visitaram o país nos séculos XVIII e XIX ficaram intrigados com essa discrepância cultural da sociedade, uma diferença que, em sua visão, persistiu ao longo do tempo. Para ele,

Essa desproporção cultural entre a elite e a população foi agravada nos seus efeitos políticos pelo excesso de erudição livresca, que as nossas

tradições de formação intelectual causaram. Enraizou-se na nossa mínima classe culta, o hábito de uma voracidade de leitura, que insensivelmente foi atrofiando a faculdade de pensar e de observar. Os nossos intelectuais criaram para si um mundo fictício, em que conviviam com as figuras e com as ideias das grandes civilizações, perdendo pouco a pouco qualquer contato com a realidade ambiente. Assim, foram deixando de levar em conta nos seus planos de reforma e de progresso o fator capital, que era evidentemente a realidade brasileira (AMARAL, 1934, p. 163).

Seus ensaios postulavam que o desenvolvimento histórico do Brasil sempre esteve pontuado por descontinuidades e crises políticas, protagonizadas por uma elite intelectual que, muitas vezes, estava desconectada da realidade social brasileira. A Independência teria sido promovida por um pequeno grupo de indivíduos que, em sua maioria, não mantinha contato com o povo e seus dilemas cotidianos. A construção do Império, que se consolidou a partir da maioridade de Pedro II, ocorreu predominantemente no âmbito parlamentar. A Proclamação da República, por sua vez, teria sido apenas um levante militar, onde o povo assistiu “na atitude em que costumava comparecer às paradas e na fase lapidar de um dos mais entusiásticos protagonistas civis do acontecimento, bestializado” (AMARAL, 1934).⁴¹

Segundo Azevedo Amaral, durante o desenrolar da Revolução de 1930, o povo carioca teria demonstrado seu apoio ao movimento ao acompanhar a procissão militar, contribuindo com a incineração de jornais opositores e manifestando descontentamento contra Washington Luiz no Forte de Copacabana. No entanto, os líderes da revolução não teriam aproveitado essa atitude das massas para criar um projeto de mobilização popular com o objetivo de promover uma consciência nacional. Por outro lado, as forças policiais estaduais e as forças armadas teriam sido mobilizadas principalmente com a finalidade prática de conquistar o poder. Eles obedeceram “apenas o ritmo histórico de todas as crises revolucionárias que tem sempre o traço característico da falta de determinação prévia dos objetivos” (AMARAL, 1934, p. 167). Para ele,

Teria sido possível aproveitar essas primícias de atividade política em estado nascente para criar uma opinião pública que, na atmosfera propícia de uma crise revolucionária, poderia rapidamente atingir proporções imprevisíveis na sua capacidade de formar ambiências para grandes reformas nacionais. Mas as massas são essencialmente inertes; sem a voz de comando, elas se deixam ficar onde estão e continuam no mesmo

⁴¹ Segundo Carvalho (1987), em **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi, as relações entre povo e Estado é uma via de mão dupla onde, para além dos conflitos, há também negociações e reordenamentos de ambos os lados.

equilíbrio em que sempre estiveram. O comando das multidões em dias revolucionários é dado pela imprensa e pelos comícios. O novo regime parece não ter gostado nem de uma, nem de outra. Estabeleceu a censura rigorosa dos jornais que podiam criticar hostilmente a nova ordem e não animou também o surto de uma imprensa que imprimisse a opinião, o espírito e as tendências da corrente vencedora (AMARAL, 1934, p. 166).

A Revolução de 1930 se caracteriza mais como uma “revolução de quadros” do que de estrutura. Na ótica de Azevedo Amaral, ela poderia ter alcançado a meta de conceber um projeto de construção do novo Estado brasileiro, rompendo com os paradigmas políticos que remontam à Independência. No entanto, parece ter permitido que o país continuasse imerso na crise de representação política e institucional que sempre permeou a história brasileira. Essa turbulência política, deixada como legado pela Revolução de 1930, só seria verdadeiramente solucionada a partir de 1937, com o advento do Estado Novo e a liderança de Getúlio Vargas. A partir daquele momento o país finalmente teria se reconciliado com seu passado e com sua história.

Apesar das críticas de Azevedo Amaral ao sentido inicial do golpe que deu origem à Revolução de 1930, ela representaria um novo momento na história do Brasil. Apesar da falta de direcionamento, seria a primeira vez que começava a surgir, no país, uma “personalidade nacional” que aglutinaria todos os traços característicos de sua formação. O Brasil começaria a sair de um “estado de anomia” que o teria perseguido há séculos, para então surgir como uma verdadeira nação.

Essa reinterpretação do movimento de outubro aparece em seus livros **Ensaio Brasileiro** (1930) e **O Brasil na Crise Atual** (1934). Eles foram escritos no contexto pós-revolucionário, com o propósito de abordar as questões políticas predominantes naquela época. Eles se complementam, uma vez que ambos buscam uma interpretação inovadora do processo histórico do Brasil, adotando uma abordagem histórica que tentava ser pragmática e objetiva. Essas obras se esforçaram para analisar o Brasil com rigor científico da época, empregando conceitos e teorias que visavam desvendar a realidade brasileira.

O que as torna igualmente distintas é a abordagem que adotam em relação à formação da identidade brasileira. Enquanto parte da intelectualidade da época considerava o estudo do passado como crucial para identificar traços distintivos em nossa formação, Azevedo Amaral seguia um caminho diferente. Ele argumentava que não existia uma identidade nacional fixa, mas sim uma ideia nacional em

constante transformação e fluidez.

A descontinuidade na formação do Brasil pode ser exemplificada por meio do que ele denominava de "tipos sociológicos de civilização". Esses tipos sociológicos abrangiam tanto as rupturas nos padrões de produção econômica do país, como o extrativismo, a pecuária, a agricultura de cana-de-açúcar, a mineração e, por fim, a cafeicultura, quanto as rupturas políticas e institucionais que marcaram a história brasileira. Elas incluíam os eventos que levaram à Independência, à formação do Império, ao estabelecimento da República e, por fim, à Revolução de 1930. Essa diversidade de tipos sociológicos ilustra a descontinuidade do processo histórico brasileiro, que não se assemelhava aos padrões observados em países europeus.

O Brasil não compartilhava, portanto, na visão de Azevedo Amaral, de uma formação cultural, política e econômica homogênea, ao contrário do que ocorreu em muitos países europeus. O projeto de construção da nação no Brasil surgiu como uma tentativa de resolver o problema da falta de identidade nacional e de modernizar o Estado. No entanto, esse projeto precisava se adaptar à natureza descontínua da história brasileira, o que o tornava incompatível com uma abordagem essencialista, que busca identificar características fixas e imutáveis.

A brasilidade é movimento. Quando mergulhamos no sentido profundo do Brasil atual, temos a impressão tão certa da evanescência das formas presentes da nossa organização e da nossa vida que o novo patriotismo brasileiro não se conforma com as categorias clássicas desse sentimento em linhas históricas. Os povos que declinam e caminham para a morte vivem de memórias dos seus antepassados, das idades heróicas e das épocas de poderio e grandeza. O Brasil contemporâneo não é um reflexo histórico de acontecimentos desfeitos; é a nebulosa genetriz em que se está formando o embrião de uma grande nação, cuja órbita de desenvolvimento transcende o círculo limitado das forças que até aqui nos propulsionaram. Sem sermos ingratos com o passado que nos formou na sua complexa inconsciência, sentimos que nos caminhos e deveres nossos voltam apenas para a obra nacional que tem a realizar, partindo do presente como do primeiro dia criador da verdadeira civilização brasileira (AMARAL, 1934, p. 171).

A conclusão que Azevedo Amaral chega nessas duas obras é que, à semelhança de muitos países ocidentais que possuíam identidades distintas e conseguiram progredir em direção à modernização, o Brasil também deveria acompanhar esse processo. A modernização do Estado e da sociedade representava o ideal utópico da época, e a principal missão da intelectualidade consistia em explorar os meios para alcançá-la.

Para ele, o processo histórico, caracterizado por uma série de transformações, visava constantemente se adaptar a novas estruturas sociais. Esse esforço contínuo de adaptação permeava todas as etapas desse desenvolvimento, partindo do princípio de que havia uma harmonia intrínseca entre as formas organizacionais e a realidade em que se inseriam, com a nação sendo concebida como um organismo em constante busca de equilíbrio.

Em suma, Azevedo Amaral não estava interessado em buscar uma essência da nacionalidade no passado amplamente criticado por ele. O passado liberal republicano não oferecia elementos para a construção de uma nacionalidade. Para ele, o único aspecto positivo desse passado em ruínas era o Estado Econômico que estaria em vias de se formar através da força de trabalho dos colonos. Ele, por sua vez, daria os subsídios para a criação de uma consciência nacional e, posteriormente, lançariam as bases para a construção de um Brasil moderno. Entretanto, esse processo teria sido interrompido quando a corte chegou ao país em 1808 e se agravou com a República.

A Revolução de 1930 marcava para ele um recomeço, um ponto de partida, o momento propício para repensar um Brasil renovado, no qual a política estaria alinhada com a realidade social. Nesse cenário, o Estado deveria desenvolver um programa de governo baseado em uma análise realista da sociedade, com o propósito de atender às demandas e resolver os problemas específicos do povo brasileiro. Este seria o momento em que o país se reconciliaria com sua própria história, ajustando as contas com o passado.

Todavia, esse processo foi marcado por intensas disputas ideológicas e só teria se concretizado com o Estado Novo, um Estado “genuinamente político” que era dirigido por Getúlio Vargas, considerado por ele o “gênio político” da época, o salvador da pátria, pai de todos e organizador da nacionalidade. É sobre a constituição desse novo tempo da nação, da criação desse novo Estado, que o próximo e último capítulo desta história se deterá.

III

O ESTADO NOVO E O TEMPO RECONCILIADO

"Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado."

ORWELL, George. 1984. London, 1949.

3.1 Nem fascista, nem comunista, autoritário!

Nos capítulos anteriores, abordamos o início da trajetória jornalística de Azevedo Amaral, focalizando os anos de 1910 a 1920. Além disso, examinamos suas primeiras obras escritas a partir da década de 1930, nas quais ele buscava revisitar o passado para entender os desafios enfrentados pelo Brasil naquele momento. O tempo pretérito estaria em ruínas por conta de um "Estado Político parasita", que refletiria uma série de experiências políticas malsucedidas. Sua proposta para resolver essa questão era a ruptura com esse passado e a construção de um Estado Político genuíno, inaugurando um novo modelo de Estado e sociedade, apontado para o futuro.

Para ele, a Revolução de 1930 representou uma brecha na ordem do tempo, pois abriu uma oportunidade para a construção de um Novo Estado. Contudo, ela seguiu a tendência das rupturas institucionais anteriores, caracterizando-se por uma confusão ideológica e pela imitação de modelos políticos estrangeiros.

A Constituição de 1934 era vista como uma tentativa de reconstitucionalizar o Estado e promover a volta das práticas liberais. O modelo ideal de Estado de Azevedo Amaral só se materializaria com o golpe de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. A partir desse momento, o país teria se reconciliado com seu passado, retomado o caminho perdido no século XVIII com as forças produtivas e voltado à cena principal na busca incessante pela modernização.

A partir desse momento ele emergiu como um dos principais ideólogos do Estado Novo, ao publicar sua obra seminal, **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, em 1938. Com esse livro, seu pensamento político se ateve a uma nova perspectiva temporal, ancorada não no passado, mas no presente. O Estado Novo, com um Estado Político, simbolizava a concretização das expectativas de Azevedo

Amaral. A ditadura varguista representaria a ruptura com os "males de origem" que afligiam o país desde os tempos da colonização. O presente seria então a nova temporalidade da nação, legitimado pelas ações políticas do Estado e, em especial, por Getúlio Vargas, que era considerado não apenas o "pai da nação," mas a própria personificação da nacionalidade.

Naquela época, o livro adquiriu relevância por sua tentativa de distinguir o Estado Novo das correntes fascistas e comunistas predominantes mundialmente. Seu propósito era a formulação de uma teoria sobre o autoritarismo, destacando uma concepção de liberdade civil que se afastasse do completo cerceamento individual característico das experiências totalitárias. Todavia, suas reflexões contribuíram muito mais para o fortalecimento de uma base ideológica que legitimava as ações autoritárias, conservadoras e repressivas do Estado Novo, do que propriamente uma teorização do Estado autoritário.

O apelo de Azevedo Amaral à necessidade de promover uma consciência nacional entre as camadas populares, uma questão que, como já vimos, vinha sendo discutida desde a década de 1910 e ganhou mais destaque após a Primeira Guerra Mundial, transformou-se, a partir desse ponto, em um projeto político de Estado. As elites intelectuais assumiram a responsabilidade de desempenhar um papel fundamental na educação da população com menos instrução, abordando a história do país e, acima de tudo, as questões nacionais. Assim, definiu-se uma política de massas que reconhecia o fracasso dos princípios liberais em solucionar os novos problemas sociais que surgiam no país. Essa política resultou em uma série de medidas autoritárias e conservadoras que se justificavam por meio do discurso do "bem comum da nação", elaborado por intelectuais como Azevedo Amaral, Gustavo Capanema e Francisco Campos, dentre outros.

Nesse cenário, surgiram várias correntes políticas de diversas orientações. Todas demonstravam uma profunda preocupação com relação às questões sociais que emergiam e aos novos desafios relacionados ao controle das massas. Dentre as soluções sugeridas, encontrava-se a concepção de controle social através de um Estado forte e centralizado, sob a liderança de um dirigente carismático, com capacidade de conduzir as massas em direção à ordem. Segundo Beired (1999),

Consolidou-se entre os intelectuais a consciência da necessidade de sua intervenção no cenário nacional, o que foi levado a efeito por meio da participação em publicações e movimentos nacionalistas [...] A Revolução de

1930, por sua vez, abriu a perspectiva de grandes transformações e aprofundou a disputa ideológica, da qual participaram ativamente os intelectuais, por meio de movimentos como a Ação Integralista Brasileira, pela articulação com o aparelho do Estado – Caso de Oliveira Vianna e de setores católicos – e mediante uma produção intelectual expressamente destinada a intervir ideologicamente e politicamente. Até o Golpe do Estado Novo, intelectuais de todos os matizes lutaram, por um lado, para influenciar os destinos do movimento quadro nacional e, por outro, para adentrar no aparelho de Estado. Os intelectuais da direita nacionalista, em particular, lograram seus objetivos de influenciar o aparelho de Estado, que soube cooptá-los para sua estratégia de dominação e utilizou boa parte de suas ideias (BEIRED, 1999, p. 34).

Um grande número de intelectuais foi incorporado pelo governo de Vargas e começou a desempenhar várias funções políticas devido à crescente intervenção do Estado em uma ampla gama de atividades. Segundo Miceli (2001), isso resultou na criação de inúmeros cargos burocráticos em praticamente todos os setores do serviço público, abrangendo áreas como educação, cultura, justiça, segurança e muitas outras. Criou-se uma *intelligentzia* oficial que intervia em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico, criando entre 1930 a 1945, um “mercado de postos públicos”.

O processo de constituição do autoritarismo e de redefinição dos interesses econômicos regionais junto ao Estado, também esteve ligado à constituição de um aparato burocrático que contribuiu para a manutenção do sistema de poder vigente. Foram criados nesse período, os ministérios – Educação e Saúde pública (1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941), e uma série de organismos vinculados à Presidência da República, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), Conselho de Segurança Nacional entre outros.

Um dos principais intelectuais deste período, Gustavo Capanema, desempenhou a função de Ministro da Educação e Saúde Pública por grande parte do governo de Getúlio Vargas.⁴² Capanema destacou-se como um defensor do

⁴² Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui, estado de Minas Gerais, no dia 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de Marcelina Júlia de Freitas Capanema. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1923 e, quatro anos depois, iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930, apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal. Com a posse de Olegário Maciel no governo de Minas Gerais, foi nomeado seu oficial-de-gabinete e, logo em seguida, secretário do Interior e Justiça. Em agosto de 1931, Capanema liderou a reação a um golpe deflagrado na capital mineira para afastar Olegário Maciel do governo. O golpe, que contou com a participação de políticos

nacionalismo e da valorização da cultura brasileira. Sob sua liderança, foram implementadas políticas que enfatizavam a promoção da identidade nacional e a educação como um meio de construir uma sociedade coesa e leal ao regime. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública foi uma clara demonstração do compromisso do Estado Novo em controlar a educação e a cultura, vendo-as como instrumentos de coesão social.

Durante o seu mandato, Capanema promoveu transformações substanciais nos âmbitos da educação e da cultura brasileira. No campo educacional, ele instituiu as Leis Orgânicas do Ensino, que reestruturaram o ensino industrial e comercial, tendo dado origem ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Além disso, implementou modificações na educação secundária. Capanema também liderou um projeto de promoção da identidade nacional, visando à valorização da cultura brasileira. Ele apoiou o movimento modernista nas artes e incentivou a produção cultural nacional.

Sob sua liderança, criou-se o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que mais tarde se tornaria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa instituição foi estabelecida com o propósito de preservar e proteger o patrimônio histórico e artístico do Brasil, além de promover

mineiros descontentes com os rumos da política estadual, foi articulado pelo ministro Oswaldo Aranha e contou com a conivência do próprio presidente da República. Meses depois, Capanema atuou como intermediário no processo de reaproximação entre Vargas e Olegário. No início de 1932 participou da fundação do Partido Social Nacionalista (PSN), surgido da tentativa de pacificação da política mineira. Em julho daquele mesmo ano, porém, o chamado "acordo mineiro" foi definitivamente rompido quando elementos ligados ao PRM apoiaram o movimento constitucionalista, deflagrado em São Paulo contra o governo federal. Capanema e Olegário Maciel, que nessa ocasião mantiveram-se ao lado de Vargas e deram combate aos rebeldes paulistas, participariam, em janeiro do ano seguinte, de mais uma experiência partidária, o Partido Progressista (PP), que reunia os setores políticos mineiros alinhados aos governos estadual e federal. Em setembro de 1933, com a morte de Olegário Maciel, Capanema assumiu interinamente a interventoria federal em Minas. Pleiteando a sua efetivação no cargo, Capanema tinha como principal adversário Virgílio de Melo Franco. Vargas, porém, surpreendeu a todos ao nomear para o cargo, em dezembro, o deputado Benedito Valadares. Como compensação, Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Após o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), pelo qual elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais em dezembro de 1945. Capanema obteve, em seguida, sucessivos mandatos parlamentares. Entre 1959 e 1961, nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek, afastou-se do parlamento para ocupar o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Retomou em seguida seu mandato de deputado. Em 1964 apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart. Logo depois, com a instituição do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao regime militar. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1970. Em seguida, sempre por Minas Gerais, obteve um mandato no Senado Federal, onde permaneceu até 1979, encerrando então sua carreira política. Gustavo Capanema casou-se com Maria de Alencastro Massot, com quem teve dois filhos. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de março de 1985. Retirado de: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/gustavo-capanema>. Acesso em: 06 fev. 2024.

estudos e pesquisas sobre a cultura e a história do país. Entretanto, é relevante ressaltar que suas ações foram legitimadas sob a sombra do autoritarismo estatal, que impunha restrições à liberdade de expressão e à participação política, elementos que, segundo Azevedo Amaral, caracterizavam uma espécie de "democracia autoritária".

Outro ideólogo de destaque foi Francisco Campos, um jurista e político que desempenhou um papel fundamental na elaboração da Constituição de 1937, que marcou o início do Estado Novo.⁴³ Conhecida como "Polaca", devido à sua semelhança com a Constituição polonesa da época, essa carta magna conferiu amplos poderes ao governo central e ao presidente, de maneira a consolidar um Estado autoritário no país.

Campos defendia o autoritarismo e a centralização do poder, e sua influência na redação da Constituição resultou na criação de um sistema político altamente centralizado e na supressão das liberdades civis. O autoritarismo serviu como justificativa tanto para o fortalecimento do Estado quanto para a incorporação de novos segmentos sociais no aparato governamental, frequentemente realizada por meio da cooptação das demandas da classe trabalhadora.

Concomitantemente a esses ideólogos, existia o movimento integralista liderado por Plínio Salgado.⁴⁴ Era uma corrente de extrema-direita que advogava a

⁴³ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá, Minas Gerais, no dia 18 de novembro de 1891. Foi deputado federal pelo seu estado, de 1921 a 1925, quando afastou-se da Câmara para assumir a Secretaria do Interior de Minas, na gestão do governador Antônio Carlos de Andrada e Silva. Na sua gestão, foi criada a Universidade de Minas Gerais e renovado todo o ensino primário e normal no estado, numa experiência pioneira no país. Com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas, assumiu o Ministério da Educação e Saúde, entre 1930 e 1932, período em que adotou medidas reformistas, como a organização dos estatutos das universidades brasileiras, a reforma do ensino secundário, a reintrodução, em caráter facultativo, do ensino religioso nas escolas etc. Foi professor catedrático de Filosofia do Direito na Faculdade Nacional de Direito e consultor-geral da República, de 1933 a 1937. Retirado de: <http://www.helb.org.br/index.php/linha-do-tempo/1072-1891/13-francisco-campos>. Acesso em: 06 fev. 2024.

⁴⁴ Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (SP) no dia 22 de janeiro de 1895, filho de Francisco das Chagas Esteves Salgado e de Ana Francisca Rennó Cortez. Iniciou sua atividade na imprensa em 1916, ainda em sua cidade natal, onde também se dedicou ao magistério. Em 1918, estreou na política participando da fundação do Partido Municipalista. Ainda nesse ano perdeu a esposa, poucos dias após o nascimento de sua primeira filha. Abalado, voltou-se para a religião, dedicando-se à leitura dos pensadores católicos Raimundo Farias Brito e Jackson de Figueiredo. Dois anos depois, transferiu-se para São Paulo e empregou-se no **Correio Paulistano**, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Durante a década de 1920, dedicou-se essencialmente às atividades literárias, adquirindo renome como escritor. Em 1924, deixou o **Correio Paulistano** e empregou-se no escritório do advogado e empresário Alfredo Egídio de Sousa Aranha, com quem manteria vínculos duradouros. Publicou em 1926 seu primeiro romance – **O estrangeiro** – obra conceituada nos meios modernistas. Logo em seguida, em companhia de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho, alinhou-se ao movimento Verde-Amarelo, vertente nacionalista do modernismo. No ano seguinte,

construção de uma sociedade orgânica, fundamentada em princípios nacionalistas e autoritários. Conhecido também como Ação Integralista Brasileira (AIB), o integralismo preconizava uma visão autoritária e nacionalista, em parte inspirada pelo fascismo europeu, mas com características próprias do contexto brasileiro.

Um aspecto relevante no campo intelectual desse período foi a importância das ciências humanas, particularmente a sociologia, mas também a história, a antropologia e a geografia, no processo de compreensão e formulação de soluções para os desafios enfrentados pelo Brasil. Muitos intelectuais acreditavam que essas áreas do conhecimento poderiam desempenhar um papel crucial na revitalização da nação. Como afirmou Beired (1999):

Eles achavam-se imbuídos de uma missão de salvação nacional – o Brasil era sempre encarado como um conjunto de problemas a resolver – e, portanto, consideravam imperativo intervir no campo político. A visão elitista

novamente com del Picchia e Cassiano Ricardo, lançou o movimento da Anta, no qual exaltava o indígena, particularmente o Tupi, como portador das nossas origens nacionais mais autênticas. Também em 1927, publicou **Literatura e política**, obra em que expressava ideias nacionalistas de cunho fortemente antiliberal e agrarista, inspiradas em Alberto Torres e Oliveira Viana. Em 1928, elegeu-se deputado estadual em São Paulo pelo PRP. Em 1930, apoiou a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República, contra o candidato da oposição, Getúlio Vargas. Em seguida, sem terminar seu mandato de deputado, viajou ao Oriente Médio e à Europa como preceptor do filho de Sousa Aranha. Na Itália, impressionou-se com o fascismo e com Mussolini. Regressou ao Brasil em 4 de outubro de 1930, exatamente um dia após o início da revolução que derrubaria Washington Luís. Escreveu, então, dois artigos no **Correio Paulistano** em defesa do governo. Com a vitória dos revolucionários, porém, logo passou a apoiar Vargas. Em junho de 1931, tornou-se redator do jornal **A Razão**, recém-fundado por Sousa Aranha na capital paulista. Em suas páginas, desenvolveu intensa campanha contrária à constitucionalização do país, a ponto de a sede do jornal ser incendiada pouco antes da Revolução Constitucionalista de 1932. Em fevereiro desse ano, criou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que reunia intelectuais simpáticos ao fascismo. Meses depois, divulgou o “Manifesto de Outubro”, no qual apresentava as diretrizes básicas da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1937, lançou sua candidatura à eleição presidencial marcada para janeiro do ano seguinte. Percebendo a intenção de Vargas de cancelar a eleição e continuar no poder, resolveu apoiar a opção golpista do presidente, na esperança de fazer do integralismo a base doutrinária do novo regime. Em novembro, retirou sua candidatura a presidente e, dias depois, aplaudiu a decretação do Estado Novo. Para sua surpresa, porém, Vargas decretou o fechamento da AIB, dando a ela o mesmo tratamento dispensado às demais organizações partidárias. Em 1938, militantes integralistas tentaram, por duas vezes, nos meses de março e maio, promover levantes para depor Vargas. Essas tentativas fracassaram e, em ambas, Plínio Salgado negou ter tido qualquer participação. Em maio de 1939 foi preso e, um mês depois, enviado para um exílio de seis anos em Portugal. Voltou ao Brasil em 1945, com a redemocratização do país. Reformulou, então, a doutrina integralista e fundou o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1955, lançou-se candidato à presidência da República e obteve 714 mil votos (8% do total). Em seguida, apoiou a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, contestada pela UDN, e foi nomeado para a direção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo Paraná. Reelegeu-se em 1962, dessa vez por São Paulo. Em 1964, apoiou o golpe militar que destituiu o presidente João Goulart. Com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Nessa legenda obteve mais dois mandatos na Câmara, em 1966 e 1970. Casou-se em segundas núpcias com Cannela Patti. Faleceu em São Paulo no dia 7 de dezembro de 1975. Retirado de: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/plinio-salgado>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Ver trabalhos: Bertonha (2010), Silva (2016) e Trindade (2016).

implicava não apenas o respeito pela hierarquia social, herdada ou adquirida, mas condicionava também certa concepção da política como competência, de maneira que a arte do bom governo passava pelo saber científico. A despeito das diferentes posições intelectuais, havia o consenso sobre a necessidade de conhecer cientificamente a realidade nacional para formular alternativas adequadas ao Brasil que confrontassem os falsos modelos importados, principalmente o liberal. Em suma, os intelectuais arrogavam-se o monopólio do saber legítimo necessário para atuar na esfera pública, em detrimento de outras categorias sociais (BEIRED, 1999, p. 35).

Nesse período, surgiram debates em diversas publicações sobre o papel que o intelectual deveria desempenhar na sociedade, bem como os termos utilizados para descrevê-los, como "intelectuais", "elite dirigente", "elite intelectual" e "intelectualidade". Eles se consideravam uma classe especial que se destacava do restante da população, como destacou Pécaut (1990):

A geração dos anos 30 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a vocação para elite dirigente (PECAUT, 1990, p. 22).

Essa tradição de pensamento foi moldada para orientar a ação política, visando persuadir as elites políticas e culturais da época. Apesar das notáveis diferenças entre eles, essa construção ideológica do autoritarismo e do nacionalismo os unia em um campo ideológico comum.

A contribuição de Azevedo Amaral para a legitimação ideológica do Estado Novo ocorreu principalmente através da imprensa. Nesse momento, ele trabalhou em diversos jornais e revistas do Rio de Janeiro, como o jornal **A Nação** e as revistas **Novas Diretrizes** e **Cultura Política**, esta última sendo o periódico oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nesse sentido, Azevedo Amaral atuava como mediador cultural, difundindo ideias relacionadas à intervenção político-social de seu tempo com base em uma perspectiva conservadora e autoritária.⁴⁵

⁴⁵ De acordo com Gomes e Hansen (2016), a categoria de intelectual, pensando em termos de mediação cultural, tem como objetivo, ampliar e complexificar a figura do intelectual que foi pensado durante muito tempo como aquele sujeito pertencente a uma elite letrada, autor de obras fundamentais "pioneiras" que marcaram uma geração ou um contexto. O intelectual mediador pode ser tanto esse sujeito, autor de obras fundamentais, de amplo reconhecimento pelos seus pares, pertencente à chamada "cultura erudita" ou "alta cultura", como também um tradutor, divulgador, editor de revistas e jornais, que geralmente atua na esfera definida na contraposição da primeira, comumente designada de "cultura popular". De acordo com as autoras, o intelectual mediador, é simplesmente alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar ao outro, é o sujeito que transita entre os espaços da "alta cultura" e da "cultura popular". De acordo com as autoras, essa perspectiva de análise traz algumas implicações, uma delas é que o intelectual pode acumular diversas funções e posições

Conforme destacado por Capelato (1997), os meios de comunicação de massa, sobretudo a imprensa daquele momento, passaram a ter à disposição avançados aparatos técnicos que possibilitaram a criação e manipulação dos imaginários coletivos. Eles desempenham um papel fundamental como reguladores da vida social e como elementos cruciais no exercício do poder.

Essa era a função do DIP, que tinha a missão de buscar a dominação por meio da influência nos imaginários sociais,⁴⁶ uma vez que os meios de comunicação eram os principais instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças na sociedade. Seu objetivo era centralizar e controlar a produção de informações e propaganda no Brasil. Era responsável por criar e disseminar propaganda oficial e promover as realizações do governo e a imagem de Getúlio Vargas. Essa propaganda frequentemente enfatizava o desenvolvimento econômico e as conquistas do Estado Novo. Além disso, o DIP detinha poderes consideráveis para censurar e controlar a imprensa, o que incluía a aprovação prévia de conteúdo jornalístico, literário e artístico, bem como a repressão de qualquer informação considerada contrária aos interesses do governo (CAPELATO, 1997).

Azevedo Amaral conquistou reconhecimento principalmente devido à

ao longo de sua trajetória profissional, isto é, uma pessoa pode ser, ao mesmo tempo, um cientista renomado e a figura principal de uma série de televisão sobre o tema de suas pesquisas, que, dessa forma, podem ser divulgadas para um público mais amplo. Do mesmo modo, um autor de livros acadêmicos pode se dedicar a escrever sobre divulgação cultural ou livros escolares, que não deixam a dever rigor de sua ciência, assumindo assim, somente outros suportes e linguagens que se dirigem a outros públicos leitores. Nessa perspectiva, o intelectual pode ser “criador” e “mediador”; ser só “criador” ou só “mediador” ou ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, tendo seu valor reconhecido, quer pelo público, em geral, ou mais restrito. Nesse sentido, as autoras pontuam que o objetivo é não considerar as posições desses sujeitos, como fixas e imutáveis, do mesmo modo que as identidades pessoais ou profissionais. Tanto a figura do intelectual, como sujeito histórico, como sua função e ação política que desempenha na sociedade, devem ser historicizadas. Nessa perspectiva, Azevedo Amaral, enquanto um intelectual mediador, produziu diferentes bens culturais atuando em diversas frentes da imprensa, como na redação, editoração e direção de jornais e revistas, e, também, na publicação de livros e artigos e na tradução de textos. Ele transitava entre os diversos meios da imprensa escrita, neles, dialogava e debatia as questões políticas, econômicas e sociais que permeavam aquele contexto. Ao analisar suas ideias expressas nesses diversos meios de produção cultural, visualizamos diferentes nuances narrativas. Nos jornais e nas revistas, por exemplo, suas ideias eram apresentadas com um sentido introdutório e apologético, cujo objetivo era obter o convencimento de um público mais amplo das questões que eram discutidas. Nos livros, sua narrativa aparece munida de conceitos e teorias que tentava dar um caráter científico ao texto, pois se tratava de obras que eram destinados geralmente a um público mais restrito, os intelectuais. A ideia desses livros era apresentar um estudo objetivo e pragmático da realidade política e social brasileira.

⁴⁶O conceito de "imaginário social" refere-se ao conjunto de imagens, símbolos, mitos, narrativas e representações coletivas que circulam em uma sociedade, moldando a forma como os indivíduos compreendem e se relacionam com o mundo. Este conceito é central para a compreensão de como as sociedades constroem suas identidades, valores e práticas culturais. Segundo Castoriadis (1975) as sociedades se constituem através de significados imaginários sociais, que são criados e recriados pelos indivíduos. Ele introduz a ideia de que as instituições e normas sociais são produtos de um imaginário coletivo, e não apenas de necessidades materiais ou funcionais.

publicação de **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Esse livro marcou uma mudança em relação às suas obras anteriores que se concentravam no estudo do passado brasileiro. Seu foco estava no presente, com ênfase nas ações do Estado e de Getúlio Vargas. Azevedo Amaral o descreveu como "ensaios críticos" destinados a esclarecer o "estilo" do Estado Novo. Embora tenha afirmado no prefácio da obra que não fazia uma apologia ao novo regime, na realidade, era exatamente isso que ele realizava.

Este livro foi escrito em obediência às razões de mesma natureza que induziram o autor a produzir, desde 1930, vários ensaios sobre os problemas da atualidade brasileira. Na elaboração desses trabalhos anteriores, houve uma tentativa de interpretar as condições que ora se nos deparam no conjunto da realidade nacional, pela investigação das determinantes sociológicas do nosso desenvolvimento histórico [...] Mas o conceito que o autor forma do aproveitamento do tempo e do razoável emprego das suas energias teria inibido de escrever centenas de páginas, para dizer aquilo que poderia ser expresso em uma lacônica fórmula de aplauso. Assim, o livro que vai ser entregue ao público representa mais um ensaio crítico, tendo por finalidade prosseguir no encadeamento de estados sociológicos em torno dos problemas brasileiros, cujo poder de fascinação empolgou por tal forma o espírito do autor (AMARAL, 1938, p. 9).

Azevedo Amaral realizou uma avaliação do período do "Estado de Compromisso", que abrangeu os anos de 1930 a 1934, descrevendo-o como uma fase marcada pela confusão ideológica. Segundo sua análise, diversas ideologias e projetos estatais se sobrepuseram, obscurecendo o propósito "reconstrutivo" da Revolução de 1930. Durante esse período, ideologias como o comunismo, que tentaria um levante em 1935, e o fascismo, especialmente associado ao movimento integralista, disputaram entre si a melhor estratégia para alcançar proeminência no país. O agravamento dessa situação foi a promulgação da Constituição de 1934, que, de acordo com Azevedo Amaral, traía as aspirações antiliberais do movimento de outubro. Essa discussão já estava sendo posta nas páginas de seu primeiro jornal, **A Nação**, criado em 1933.

De acordo com a perspectiva de Azevedo Amaral, o comunismo e o fascismo eram duas faces da mesma moeda. Apesar de serem antagonistas, ele argumentava que compartilhavam afinidades profundas e tinham uma origem comum. Ao levar em conta as diferenças contextuais, Azevedo Amaral propunha a ideia de que essas duas ideologias compartilhavam um conceito similar de Estado, que se manifestava através dos interesses ditatoriais de um grupo social. Ambas seriam consideradas como

"governos de classe", sendo o proletariado predominante no contexto russo e a pequena burguesia no contexto italiano. Em ambos os casos, prevaleceria o conceito de um Estado Totalitário, que restringiria as liberdades individuais dos cidadãos por meio da força coercitiva, tornando-se, assim, a própria personificação da nacionalidade.

No contexto brasileiro, a manifestação dessas ideologias ganhou maior destaque com o levante comunista de 1935 e o movimento integralista liderado por Plínio Salgado. Entre esses dois, Azevedo Amaral dava mais ênfase ao integralismo, pois considerava que ele havia perdurado no país como movimento político por um período mais prolongado em comparação ao comunismo.

Para Azevedo Amaral, essa longevidade do integralismo se devia principalmente aos recursos financeiros do movimento, que, por meio de uma eficaz campanha de propaganda, teria criado uma impressão de poder numérico e político que, na realidade, não passava de uma ilusão. Ele argumentava que essa aparente força do integralismo havia levado a opinião pública, embora sem citar nomes específicos, a especular que o movimento se tornara uma espécie de “guarda pretoriana” de Getúlio Vargas.

Assim se veio a criar a lenda de uma ligação entre o integralismo e o presidente Getúlio Vargas, lenda que os integralistas se esforçavam por difundir propalando histórias, algumas delas inverossímeis, acerca das intimidades que diziam existir entre o governo da República e o seu movimento (AMARAL, 1938, p.157)

Esses “boatos” teriam levado a imprensa estrangeira de alguns países a associar o governo brasileiro com as tendências fascistas daquele período. No entanto, na visão de Azevedo Amaral, a carta de 1937 não apresentava qualquer semelhança com a perspectiva fascista. Em sua ótica, o totalitarismo não consistia na mera ampliação do poder estatal, mas sim na supressão da individualidade humana. Em contrapartida, o Estado autoritário estabelecia uma fronteira tênue entre a individualidade e os interesses coletivos da nação.

O estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano. Assim, enquanto o estado fascista, igualando-se nesse ponto essencial ao Estado comunista, encara os indivíduos como meras unidades a serem utilizadas na organização estatal, como elementos destituídos de iniciativa e liberdade (AMARAL, 1938, p. 166).

Na perspectiva de Azevedo Amaral, a intervenção do Estado em um regime autoritário tem como principal objetivo fortalecer o poder público, mas sem restringir ou diminuir as liberdades individuais a tal ponto que entrem em conflito com o interesse coletivo. O Estado garantiria ao indivíduo sua independência intelectual e a livre expressão nos âmbitos cultural e econômico.

No entanto, no período que abrangeu de 1937 a 1945, o Estado Novo instituiu um regime ditatorial que contrariava diretamente as considerações apresentadas por Azevedo Amaral em **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Durante essa época, ocorreram inúmeras críticas e oposições ao regime, provenientes de diversos setores da sociedade.

Nesse sentido vale citar alguns dos principais movimentos críticos ao regime do Estado Novo de Vargas. Eles incluíam a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização política de oposição que reunia diversos grupos de esquerda, como comunistas, socialistas e outros, os quais se opuseram ao autoritarismo e foram reprimidos pelo governo. Também havia a União Democrática Nacional (UDN), um partido político de oposição ao regime e defensor de princípios democráticos, o qual emergiu durante o Estado Novo (PANDOLFI 1997).

A imprensa e meios de comunicação da época também desempenharam um papel importante ao denunciarem a censura à imprensa e a falta de liberdade de expressão. Além disso, muitos intelectuais, artistas e escritores se manifestaram contra o Estado Novo. Eles argumentavam em prol da liberdade de expressão e dos direitos individuais. Figuras como Graciliano Ramos destacam-se nesse contexto. Também houve setores da Igreja Católica que se posicionaram contra o regime, particularmente após a criação do DIP, que censurava a produção cultural do país (SKIDMORE, 1967).

Portanto, nas páginas de **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, desenha-se uma narrativa que outorga a chancela ao golpe de novembro de 1937. Nesses ensaios, se reverenciava a figura de Getúlio Vargas e se ensaiava uma espécie de “teorização do autoritarismo” no Brasil. O cerne da obra repousa, em grande medida, no esforço de Azevedo Amaral em esclarecer que o regime instaurado naquela conjuntura não era totalitário e sim autoritário.

De maneiras diversas, em várias páginas com longuíssimos parágrafos, Azevedo Amaral empenhava-se em alegar que o Estado Novo permaneceu imune às

influências do fascismo italiano, do 'comunismo' russo ou do nazismo alemão. Sustentava que as liberdades individuais permaneceram intactas, mas o que se viu foi a perseguição de quaisquer manifestações contrárias ao regime, com prisões, exílios e torturas.

Azevedo Amaral, Gustavo Capanema, Francisco Campos e outros intelectuais desempenharam papéis de proeminência na sustentação e legitimação do Estado Novo. Eles urdiram uma série de políticas autoritárias e centralizadoras que reverberaram profundamente na sociedade e no manto da cultura brasileira daqueles tempos.

Ao nos debruçarmos sobre a totalidade da obra de Azevedo Amaral, constatamos que a partir de 1937, o passado era deliberadamente sepultado para abrir caminho a uma nova ordem social, fundamentada em princípios de conservadorismo e autoritarismo. Esquecer "os males de origem" era uma condição sine qua non para erguer o edifício do novo Estado. O autoritarismo e o conservadorismo eram legitimados na perspectiva do novo, do moderno, do futuro como algo superior ao que existira antes. Azevedo Amaral validava e engrandecia o presente como a única temporalidade em que se podia conceber uma ideia de Nação e de um Brasil moderno.

3.2 O jornal A Nação

Após uma trajetória destacada nos principais jornais do Rio de Janeiro durante as décadas de 1910 e 1920, Azevedo Amaral e Arthur Neiva uniram forças para criar o seu próprio veículo de imprensa em 1933, intitulado **A Nação**.⁴⁷ O último

⁴⁷ Artur Neiva Foi um jornalista que nasceu em Salvador, em 1880. Iniciou seus estudos universitários na Faculdade de Medicina da capital baiana e concluiu-os no Rio de Janeiro, em 1903. Discípulo do sanitarista Oswaldo Cruz, em 1906 passou a trabalhar com ele no Instituto Soroterápico, atualmente Fundação Instituto Oswaldo Cruz, no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Participou de campanhas de profilaxia da malária e em 1912 realizou viagem científica, percorrendo diversos estados brasileiros. Em abril de 1914, tornou-se livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1915 e 1916 prestou serviços ao governo argentino e nos dois anos seguintes dirigiu o Serviço Sanitário do estado de São Paulo. Em seguida, visitou diversos países como pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz. Foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1923 a 1927, e no ano seguinte tornou-se diretor-superintendente do recém-fundado Instituto Biológico do Estado de São Paulo. Pouco depois da vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, foi convidado pelo interventor federal em São Paulo, João Alberto Lins de Barros, a assumir a Secretaria do Interior do estado. Permaneceu pouco tempo no cargo, já que em fevereiro de 1931, também por indicação de Barros, foi nomeado por Vargas interventor federal na Bahia. No governo baiano, procurou desenvolver serviços sanitários, criou o Instituto do Cacau, mas não teve êxito na condução da política

trabalho de Azevedo Amaral tinha sido no jornal **O Paiz**, que foi alvo de um incêndio logo após o golpe que deu origem à Revolução de 1930.

O **A Nação** foi lançado três anos após esse evento, em um período de intensa agitação política e a ascensão de diversas correntes ideológicas buscando influenciar o destino do Estado. O lançamento do jornal foi antecedido por uma considerável campanha de promoção na grande imprensa do Rio de Janeiro, com inúmeros jornais e revistas expressando calorosas boas-vindas ao novo periódico carioca. Em uma de suas edições, o **Jornal do Comércio** declarou:

Foi publicado ontem o primeiro número de A NAÇÃO, novo diário da capital, que se apresenta bem aparelhado e com todos os elementos de êxito. O diretor de A NAÇÃO, o sr. Dr. Arthur Neiva, grande nome da ciência brasileira, e seu redator-chefe, o Sr.dr. Azevedo Amaral, no eminente colega e grande nome do jornalismo e na sociedade brasileira. A NAÇÃO aparece com 32 páginas e insere esclarecida colaboração, notas editoriais, vasto noticiário sobre todos os assuntos.⁴⁸

Figura 10 - Capa da primeira edição do jornal **A Nação**, em 1933.

estadual. Assim, em agosto foi substituído por Juraci Magalhães. De volta às atividades científicas, organizou vários institutos no Ministério da Agricultura. Em 1933 tornou-se diretor do jornal carioca *A Nação*, vinculado à corrente tenentista, e elegeu-se deputado federal constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. No ano seguinte renovou o mandato na Câmara e o exerceu até novembro de 1937, quando todas as casas legislativas do país foram fechadas pelo golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo. Cientista reconhecido internacionalmente, foi membro de entidades científicas no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. Morreu no Rio de Janeiro, em 1943. Trecho retirado de: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_neiva. Acesso em: 06 fev. 2024.

⁴⁸ Trecho retirado da edição n. 3, de 17 de janeiro de 1933, do jornal **A Nação**. Não encontramos a edição do **Jornal do Comércio** que faz referência a essa nota.



Fonte: **A Nação** (1933).

Diversos outros jornais também se manifestaram sobre o lançamento de **A Nação**, incluindo **A Noite**, **Diário da Manhã** e **O Jornal**. Todos eles contaram com a contribuição de Azevedo Amaral como colaborador, fornecendo artigos especiais. Além disso, a revista **Nação Brasileira** publicou em seu editorial uma nota de boas-vindas, que declarava:

A nossa capital conta com mais um órgão de grande projeção, um jornal que nasce sob extensa aureola de prestígio e de força apoiada na opinião pública. A NAÇÃO, surge com elementos de primeira ordem, e, ao lado da feição material que é excelente, traz um formoso programa de dinamismo e de progresso, pretendendo agitar de forma moderna e sugestiva todos os problemas que se entrecrocaram em nossa atualidade tão complexa e tão discutida. Tendo a sua frente a figura destacada de Arthur Neiva, que se estreia assim de forma admirável em nosso grande jornalismo, a sua redação conta com nomes reputados como Cornélio Penna, Figueiredo Pimentel, Horácio Cartier, Porto da Silveira e Povina Cavalcanti. Seria ocioso o desejar do novo grande jornal, ele já nasceu vencedor (NAÇÃO BRASILEIRA, 1933, p. 17).

O periódico **A Nação** manteve-se em circulação no período de 1933 a 1937, tendo como missão a abordagem das questões políticas sob uma ótica nacionalista e conservadora. O jornal lançava edições diárias, que oscilavam entre 16 e 24 páginas, organizadas em duas seções principais: uma dedicada à política e a outra voltada para assuntos comerciais. Na seção política, os acontecimentos eram analisados tanto em âmbito nacional como internacional.

Na sua edição inaugural em 1933, o jornal apresentou uma nota intitulada "Rumo a Seguir" , cujo propósito era introduzir aos leitores as premissas ideológicas que serviriam de base para todas as edições do periódico. Estas notas eram habitualmente destacadas e posicionadas centralmente na quarta página do jornal, sendo redigidas por Azevedo Amaral. A intenção era que essas notas refletissem a visão de mundo que **A Nação** defendia naquele momento.

Esta nota procurava contextualizar o surgimento do novo jornal carioca à luz das contendas ideológicas da época, demonstrando que a orientação do jornal era marcadamente nacionalista e comprometida com a causa da Revolução de 1930. Para Azevedo Amaral e, por extensão, para **A Nação**, o golpe de outubro era percebido como um evento que rompeu com o paradigma liberal da Primeira República e tinha o propósito de regenerar a nação através do início de um novo ciclo histórico.

As formas pensantes da nacionalidade, pouco a pouco excomungadas do círculo de onde irradiava a direção da vida nacional, em um regime no qual as leis já eram votadas sem debate e qualquer expressão de crítica inteligente considerada forma perigosa de insubordinação política, retomam, a partir de outubro de 1930, o curso natural de suas finalidades sociais, reaparecendo nas colunas da imprensa e no livro como orientadores da obra reconstrutora da revolução. O "A Nação" não traz nem precisa trazer outras credenciais além do compromisso que sua direção assume, de tudo fazer pelo bem do Brasil e opor-se à realização de tudo que possa prejudicar a marcha evolutiva e vitoriosa da grande pátria, formada a custo de sacrifícios dos nossos antepassados e que os esforços das gerações atuais deverão tornar unida, forte e próspera, para que ela venha a ser, em um futuro próximo, uma das grandes forças do progresso humano. Orientando-se por esse ideal, "A Nação" tem seu programa logicamente demarcado pela propugnação de todas as reformas e medidas que concorram para reforçar a coesão nacional, valorizar o homem brasileiro e intensificar o aproveitamento do patrimônio constituído pelas riquezas naturais da nossa terra. A defesa da unidade nacional é o dogma sobre o qual baseamos toda a ideologia política que defendemos na nossa ação jornalística (A NAÇÃO, 1933a, p. 4).

O texto enfatizava que todas as suas diretrizes tinham como objetivo primordial orientar tanto a opinião pública quanto os líderes do país na formulação de políticas econômicas alinhadas com a realidade brasileira e os desafios nacionais. Essas orientações ideológicas também foram expostas no segundo editorial por meio de uma nota intitulada "Renovação e Tradição" de 1933. O texto abordava o cenário de transição política que o país vivenciava naquele momento, destacava particularmente o embate entre ideologias que "prejudicavam" o processo de "construção da identidade nacional". Esse confronto de ideias dizia respeito ao conceito de Estado de Compromisso, período em que várias propostas para a estruturação do Estado foram

apresentadas ao Governo Provisório.

Seria impossível escaparmos, em um período de transição, o que equivale a dizer do conflito entre tendências contraditórias, a efervescências de ideias e aspirações, originadas antes nos pontos de vistas individuais ou restritos a pequenos grupos, que em uma análise objetiva das condições do meio nacional e dos problemas neles surgidos. O extremismo que se acha sujeito invariavelmente a fatalidade de não realizar os seus objetivos, tem contudo a utilidade, por vezes inestimável, de focalizar certas questões, que de outro modo não se prestariam a um exame tão fácil e tão exaustivo [...] Mas fazendo as correntes extremistas a justiça de reconhecer-lhes a utilidade, é preciso não vacilar na afirmação dos princípios cujo o abandono na obra construtora da revolução importaria em comprometer a solidez das futuras instituições, tornando-as também inadequadas a solução dos problemas da nacionalidade [...] O progresso social e político de um povo, realiza-se ele por uma crise de mutação revolucionária, ou seja, operado por lenta transformação evolutiva, constitui sempre problema polarizado em dois aspectos opostos. Reformar é criar novas formas orgânicas de ação política e social, conservando ao mesmo tempo tudo aquilo que constitui os elementos vitais da estrutura da sociedade (A NAÇÃO, 1933b, p. 4).

A nota advogava pela necessidade de uma transformação da estrutura social, alinhada com os princípios estabelecidos pela Revolução de 1930. Embora reconhecesse que o passado “estava morto”, enfatizava a importância de conservar certos aspectos da tradição, revitalizando-os. No entanto, nos textos jornalísticos de Azevedo Amaral, não havia uma definição explícita dos elementos tradicionais a serem preservados. Esses elementos, como discutido no capítulo anterior, seriam precisamente as "forças produtivas" que foram suprimidas pelo Estado Político português no século XVIII e que só foram discutidas em seu livro **A Aventura política no Brasil**, de 1935. Os elementos tradicionais e as forças produtivas, isto é, “as energias da nacionalidade” que auxiliariam na construção do novo Estado, aparecem em seus textos jornalísticos carregados de uma aura imaculada, intocável, incorruptível como se o leitor já os conhecesse de antemão.

Para conclamar todas as boas vontades e todas as energias da nacionalidade em defesa desse programa de reconstrução em linhas nacionais, sustentaremos nessa coluna o que se afigura como o combate pela causa do Brasil. O ponto de vista conservador em que nos colocamos não tem vislumbre de reacionarismo ou de passadismo. Não queremos e combatemos vigorosamente qualquer manobra, seja ela fraca ou sorradeira, no sentido de restaurar o que a revolução de 1930 destruiu. Esse passado está morto e dele não pode reviver, pois representa apenas um acúmulo de excrecências e de anomalias geradas e mantidas pela decomposição política dos últimos anos da velha República. Mas ao lado desse passado que realmente passou, há uma tradição brasileira formada pelo pensamento e pelo esforço, pelas aspirações e pelos ideais de numerosas gerações que se sucederam em quatro séculos de evolução nacional. Entre as experiências e aventuras que nos seduzem pilotos imaginosos e a obra sólida do desenvolvimento

progressivo da brasilidade, não pode haver hesitação na escolha (A NAÇÃO, 1933b, p. 4).

Dentro desse cenário, o Estado de Compromisso visava transformar o Governo Provisório em um intermediário dos interesses dos diversos grupos presentes na esfera política. A premissa central era a busca por um terreno comum que conciliasse os antagonismos de classe, priorizando os "interesses da nação". Contudo, na prática, isso resultou em acirrados conflitos ideológicos no campo político.

As notas editoriais redigidas por Azevedo Amaral frequentemente abordavam essas contendas, um exemplo disso é uma edição datada de janeiro de 1933, intitulada "Extremismo antibrasileiro". Nessa nota, Azevedo Amaral fazia um alerta sobre a ameaça do comunismo, considerando essa ideologia estrangeira inadequada para ser aplicada ao contexto político e social do Brasil. Conforme a nota, as concepções comunistas no Brasil eram vistas como mera retórica vazia promovida por demagogos cujos interesses eram egoístas e contraproducentes à pátria.

A questão que nos ocupa oferece dois aspectos, cada um dos quais patenteia o que há de justificável, de absurdo e de perigoso na propaganda extremista. O primeiro deles é a absoluta incompatibilidade da ideologia comunista com as condições do meio brasileiro; o outro é o anacronismo de semelhante apostolado, quando os resultados já apreciáveis da experiência prática do marxismo nas instituições da Rússia soviética aqui estão para demonstrar a inviabilidade de tal sistema (A NAÇÃO, 1933c, p. 5).

Para ele, o comunismo realizado na Rússia só foi possível devido a uma série de especificidades históricas e sociais daquele país. No Brasil, por conta da formação histórica e social distinta, não haveria possibilidade de implementação dessa ideologia, e, portanto, ela serviria apenas para causar caos social.

Absurda pela contradição que encerra com a realidade brasileira e anacrônica por coincidir com a involução e dissolução do comunismo no país que lhe serviu de laboratório experimental, a propaganda comunista é, entretanto, perigosa como um fator de inquietação social e de anarquia espiritual, no momento em que se torna necessário coordenar e disciplinar todas as forças nacionais para a obra urgente da construção do Brasil novo. Contra essa corrente, deve formar-se a frente única dos que se acham dispostos a trabalhar em prol da renovação nacional em linhas brasileiras (A NAÇÃO, 1933, p. 5).

A fim de conter o avanço dessas ideologias, era imperativo fomentar um sentimento nacionalista na sociedade. Essa empreitada consistia em enfrentar os regionalismos e interesses particulares que poderiam entrar em conflito com os princípios de coesão e de unidade nacional. A perspectiva nacionalista de **A Nação**

era evidente em diversos editoriais, especialmente nas notas elaboradas por Azevedo Amaral.

Em sua sexta edição, o **A Nação** publicou em sua primeira página, uma matéria cujo título era “Vésperas de organização do grande partido nacional: a terceira tentativa de coordenação de todas as forças do país para a obra de reconstrução do regime” (A NAÇÃO, 1933d, p. 1). Essa matéria dizia respeito a uma mobilização realizada pelo governo provisório para criar uma nova constituição, que só foi se concretizar em 1934.

O texto fazia menção às tentativas fracassadas de se criar uma constituição nos moldes da Revolução de 1930, principalmente no que diz respeito à criação de um partido único, que aglutinaria todas as forças revolucionárias do movimento. A primeira iniciativa, de acordo com a matéria, teria sido liderada por Oswaldo Aranha, que tentou modelar o novo governo segundo viés fascistas. No entanto, o projeto de Aranha, conforme relatado, permaneceu apenas no âmbito retórico, pois carecia de conexão com a realidade política e social do país.

A segunda tentativa, conforme descrito no texto, surgiu do Clube 3 de outubro, em fevereiro de 1932. Na ocasião, foram lançados os princípios de um movimento que abraçava a ideia de um governo central forte com intervenção estatal na economia.⁴⁹

Por fim, a terceira tentativa delineada pelo artigo envolveu a criação de dois partidos, um em Minas Gerais e outro no Rio Grande do Sul, que se alinhariam com as diretrizes gerais do Governo Provisório. Contudo, devido à semelhança com o sistema partidário da Primeira República, essa iniciativa, como apontado pelo **A Nação**, não conseguiu se consolidar. De acordo com o jornal,

O objetivo central do grande partido nacional seria a unidade de programa e de orientação geral [...] O grande partido nacional virá, estamos certos, mas rigorosamente escoimado de manobras políticas, forte e puro, como o desejam todos os brasileiros e, como estamos convencidos, o deseja o próprio chefe do Governo Provisório (A NAÇÃO, 1933d, p. 3).

⁴⁹ O Clube 3 de Outubro, ou simplesmente Clube 3, foi uma associação política e cultural fundada em 1931, no Rio de Janeiro, durante o período da Revolução de 1930, que resultou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder no Brasil. O clube era composto principalmente por jovens tenentes e oficiais militares que desempenharam papéis de destaque na Revolução de 1930. O Clube 3 de Outubro tinha como objetivo influenciar os rumos políticos do país, promovendo uma maior intervenção estatal na economia e a implementação de reformas sociais. Eles defendiam uma abordagem nacionalista e intervencionista, buscavam reduzir o poder das oligarquias regionais e combater o liberalismo econômico que prevalecia na Primeira República. Esse grupo exerceu influência significativa nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, contribuiu para a formulação de políticas econômicas e sociais mais intervencionistas, que incluíam a criação de agências governamentais e regulamentações em setores como o trabalho, indústria e agricultura (SKIDMORE, 1988).

Essa discussão começou a ganhar forma a partir de novembro de 1932, quando se iniciou um vigoroso movimento de mobilização e organização política em preparação para as eleições programadas para maio de 1933. A estratégia adotada por Getúlio Vargas visava fomentar a criação de partidos políticos liderados pelos interventores e integrá-los em um programa mínimo que coincidiria com o projeto de constituição supervisionado pela Subcomissão do Itamarati.⁵⁰

No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha liderou a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL), com o respaldo de figuras como Osvaldo Aranha e líderes políticos do interior. Em Minas Gerais, personalidades como Olegário Maciel, Antônio Carlos, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco organizaram o Partido Progressista (PP). As oligarquias que haviam sido derrotadas retomaram suas tradicionais organizações partidárias, como o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Mineiro (PRM).

Diante das discussões sobre a redação de uma nova constituição, em janeiro de 1933, **A Nação** veiculou um artigo que provocava seus leitores a refletir sobre a configuração mais adequada para a República: uma forma de governo unitária, federativa ou parlamentar.

Figura 11 - Matéria sobre o inquérito acerca da nova constituição no jornal **A Nação**, em 1933.

⁵⁰ A Subcomissão do Itamarati foi um órgão responsável por elaborar o projeto de Constituição do Brasil em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas. O nome "Itamarati" faz referência ao edifício-sede do Ministério das Relações Exteriores, que também abrigou a comissão durante parte de seus trabalhos. A comissão era composta por juristas e especialistas em direito constitucional, e tinha como objetivo redigir uma nova Constituição para o Brasil, a substituir a Constituição de 1891. O texto-base da Carta Magna de 1934, que resultou dos trabalhos da Subcomissão do Itamarati, representou uma mudança significativa na estrutura política do Brasil. Ela introduziu diversas reformas sociais e econômicas, promovendo uma maior intervenção do Estado na economia e a garantia de direitos trabalhistas, como a jornada de trabalho de oito horas e a criação da Justiça do Trabalho. Além disso, a nova Constituição ampliou os direitos políticos, estabelecendo o voto secreto e universal para os homens e o voto para as mulheres (BARRETO, 2002).



Fonte: **A Nação** (1933).

O artigo discutia a ideia de uma "reconstitucionalização" do país e alertava para os potenciais retrocessos que isso poderia acarretar. Conforme o artigo, a reconstitucionalização do país representaria uma contraposição direta ao "processo reconstrução nacional" embasado nos princípios estabelecidos pela Revolução de 1930.

Desde 1930, vem-se acentuando indiscutivelmente uma tendência de vários elementos influentes na vida nacional para o unitarismo. Quase todos os documentos da Revolução manifestam essa inclinação, que se é mais evidente nos militares, não deixa de ser sensível também nos civis. No meio do confusãoismo que se gerou sobre as ruínas do regime decaído, verificamos que, mesmo não definidas com precisão, a ideologia nova tem uma característica bem afastada das velhas tradições federativas. (A NAÇÃO, 1933e, p. 1).

Posteriormente, **A Nação** conduziu entrevistas com alguns intelectuais. Buscava conhecer suas opiniões sobre a configuração mais apropriada que o governo deveria adotar na nova Assembleia Constituinte. Virgílio Mello Franco dizia em sua

entrevista ao jornal,

O que tenho a dizer é o que penso muito e nisto se resume: sou pela república federativa e pelo regime presidencial. São os únicos que servem ao Brasil. Presidencialismo sem os abusos da velha república e com as correções que a experiência sugere (A NAÇÃO, 1933f, p. 1).

Diferente de Virgílio que se preocupava com a volta dos vícios da República Velha, Oliveira Vianna dizia que o melhor sistema de governo era aquele que mais se adaptava às especificidades da realidade brasileira. Essa questão também era apontada por Azevedo Amaral e outros intelectuais como Alberto Torres. Dizia ele,

A questão para mim, portanto, não é de uma escolha dessa ou daquela forma de sistema, e sim da determinação dos elementos mais aptos às nossas finalidades. Ora entre estas, avulta a da formação nacional, a do sentimento e compreensão da nossa unidade moral e política, a da fé nos destinos de uma pátria una e imensa, o que desde logo leva a concluir que não poderemos, sem um grave erro, que nos custará muito caro, desprezar qualquer ideia que nos facilite esses objetivos, ou aceitar qualquer princípio que comprometa a unidade política que tanto carecemos (A NAÇÃO, 1933g, p. 1).

Apesar de não escolher entre essa ou aquela forma de governabilidade, Oliveira Vianna sustentava que os estados deveriam ter sua autonomia, sem deixarem de prestar contas à União. Além disso, também afirmava que os sistemas de saúde, educação, correios e comunicação deveriam ficar sob a responsabilidade do Estado. Esse debate em torno da Constituição de 1934 gerou não apenas discussões, mas também serviu de base para a publicação do livro **O Brasil na Crise Atual** de Azevedo Amaral.

Os seis primeiros meses do jornal foram marcados por uma vigorosa campanha de promoção nacionalista, que perdurou até o mês de julho de 1933, quando Azevedo Amaral e Arthur Neiva cederam a direção do periódico a Maciel Filho.⁵¹ Na edição

⁵¹ José Soares Maciel Filho asceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1904. Na década de 1920, estudou filosofia na Itália com o pensador Benedetto Croce. Em janeiro de 1933 lançou, no Rio de Janeiro, o jornal diário **A Nação**, destinado a defender o governo de Getúlio Vargas junto às classes médias urbanas. Tendo transferido esse jornal para outros proprietários, lançou **O Imparcial** em maio de 1935. A princípio fazendo uma oposição direta ao governo, a partir de 1937 o jornal passou a dar apoio a Getúlio Vargas na campanha contra o perigo comunista. Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), de julho de 1939 a julho de 1946, e integrou o Conselho Nacional de Imprensa do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) nos anos de 1940, 1941, 1943 e 1945. Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em junho de 1952, ocupou, no mês seguinte, a superintendência do mesmo. Acumulou a função com a de diretor-executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), a partir de setembro de 1952, passando a superintendente desse órgão em 1953. Em agosto de 1954, durante a grave crise político-militar que envolveu o governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), José Soares Maciel

datada de 3 de julho desse ano, **A Nação** veiculou uma nota informando sobre a saída de Azevedo Amaral.

O Sr. Azevedo Amaral deixa hoje as funções de redator-chefe de A NAÇÃO, depois de lhe haver prestado os inestimáveis serviços de sua brilhante inteligência e de sua acatada capacidade profissional, quer como orientador da redação, quer como articulista que o público admira há vinte anos, através de uma contínua e fulgurante atividade jornalística em quase todos os órgãos da imprensa. A cooperação que nos deu o Sr. Azevedo Amaral no período mais difícil de nossa existência, qual o que agora se encerra por ser dos primeiros meses de implementação do novo jornal, foi, sem dúvida, mais uma grande prova do seu valor como jornalista e pode ser apontada como uma nova etapa de extraordinário relevo em sua já longa e gloriosa carreira. Afastando-se de A NAÇÃO após esse triunfo, o Sr. Azevedo Amaral, em quem as novas gerações de profissionais da imprensa reconhecem um dos maiores mestres do jornalismo contemporâneo, leva a confortadora certeza de que seus colegas continuam, como antes, a prestar-lhe homenagem de sua mais sincera admiração pelo companheiro que, toda a vida, deu o brilho de sua inteligência e a riqueza de sua cultura no engrandecimento do jornalismo no Brasil (A NAÇÃO, 1933h, p. 2).

Em resumo, o **A Nação** almejava ser um jornal de orientação nacionalista, originado em um período de agitação política após a Revolução de 1930. Durante os meses em que Azevedo Amaral ocupou o cargo de diretor e redator-chefe, a principal preocupação era analisar as mudanças políticas em curso no país e contribuir para a formação de uma opinião pública favorável a um projeto nacionalista de Estado. O cerne dos primeiros editoriais do jornal foi a discussão em torno da nova constituição, com uma série de artigos dedicados a essa temática. O **A Nação** encerrou suas atividades em 1937, com Pedro Vergara⁵² no cargo de diretor.

Filho, tido como conselheiro informal do presidente, teria, de acordo com John W. F. Dulles, ajudado Vargas a elaborar um documento político que serviu de base à carta-testamento deixada pelo presidente ao se suicidar (24/8/1954). Após a morte de Vargas, e já no governo de João Café Filho, deixou o cargo de superintendente da Sumoc, sendo substituído por Otávio Gouveia de Bulhões em setembro de 1954. Em fevereiro do ano seguinte deixou a superintendência do BNDE. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de janeiro de 1975. Disponível em: Acesso em: 5 Ago. 2024.

⁵² Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara nasceu em Porto Alegre no dia 18 de junho de 1895, filho do advogado e procurador da República Felisberto Fernandes Vergara e de Mercedes Espinosa Vergara. Seu irmão, Osvaldo Vergara, foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1947 a 1950 e seu primo, Luís Fernandes Vergara, foi secretário da Presidência da República de 1936 a 1945. Fez o curso primário no Ginásio Espírito Santo, em Jaguarão (RS), e o secundário no Ginásio Estadual Júlio de Castilhos, em sua cidade natal. Matriculou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, transferindo-se depois para a Faculdade de Direito de Pelotas (RS), onde se formou em ciências jurídicas e sociais em 1917. Em 1919 tornou-se promotor público em São João de Camaquã (RS), tendo sido removido no ano seguinte para Santo Antônio da Patrulha (RS). Em 1921 afastou-se provisoriamente da promotoria, passando a exercer a advocacia no município gaúcho de São Leopoldo. Aí fundou o jornal **A Época**, que apoiou a campanha da Reação Republicana — movimento em prol da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Também em 1922 foi nomeado promotor público em São Leopoldo, função que exerceu até o ano seguinte, quando voltou à advocacia. Ainda em 1923, a convite do presidente do estado do Rio

3.3 A revista **Novas Diretrizes**

Nesse contexto, além de jornais, Azevedo Amaral publicava em revistas que discutiam principalmente temáticas voltadas para a política e a economia. Depois de sair da revista **Diretrizes**, na qual fazia parceria com Samuel Wainer,⁵³ fundou a

Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, assumiu a direção do jornal republicano **Diário Popular**, de Pelotas, e passou a advogar em Porto Alegre. Em 1926 foi nomeado por Borges de Medeiros juiz de direito na capital do estado, tendo entretanto recusado o cargo. No mesmo ano foi nomeado promotor público na mesma cidade, função que exerceu até 1928, quando mais uma vez voltou à atividade forense. Ainda neste último ano transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde continuou a atuar como promotor público. Ingressou na política em fins de 1932, após a derrota em São Paulo da Revolução Constitucionalista. À época, o debate em torno da constitucionalização gerara grave crise no Rio Grande do Sul, dividindo as forças políticas do Partido Libertador (PL) e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que desde 1929 aglutinavam-se na Frente Única Gaúcha (FUG). As divergências surgidas levaram à criação, em novembro de 1932, do Partido Republicano Liberal (PRL). Solidário com o Governo Provisório — que tinha à sua frente Getúlio Vargas —, o PRL tinha por líder o interventor José Antônio Flores da Cunha. Pedro Vergara, a convite deste, passou a dirigir o diário **A Federação**, até então órgão do PRR, assumindo também a secretaria geral do PRL. Nessa legenda elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) pelo Rio Grande do Sul no pleito de maio de 1933. Em sua campanha teve o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC), associação civil de âmbito nacional fundada em 1932, no Rio de Janeiro, pelo cardeal Sebastião Leme, visando mobilizar o eleitorado católico em torno dos candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja. Iniciados os trabalhos constituintes em novembro de 1933, participou da Comissão Constitucional, encarregada de examinar o anteprojeto da Constituição e as emendas a ele apresentadas. Nesse estudo, coube-lhe a análise das partes relativas ao funcionalismo público e à organização federal. Quanto ao funcionalismo público, defendeu o governo de Washington Luís — que se preocupava em dar garantia aos funcionários — e o de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, que aperfeiçoara, em 1928, o Estatuto do Funcionalismo elaborado em 1919 por Borges de Medeiros. Foi relator das seguintes emendas apresentadas pelo PRL: acesso de todos os brasileiros aos cargos públicos federais, estaduais e municipais, estabelecimento das mesmas garantias a todos os servidores públicos, com exceção dos de cargos de confiança, e estabilidade aos funcionários, que só poderiam ser demitidos por meio de processo administrativo ou por sentença dos tribunais, garantindo-lhes a defesa. Apresentou ainda emendas defendendo o arbitramento obrigatório quando de divergências quanto aos limites internos da República e as garantias dos juízes temporários e vitalícios. Com a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935. Eleito deputado federal pelo seu estado em outubro de 1934, iniciou novo mandato em maio seguinte, permanecendo na Câmara até o dia 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 29 de julho de 1979. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-leao-fernandes-espinoza-vergara>. Acesso em: 5 ago. 2024.

⁵³ Samuel Wainer nasceu na cidade de São Paulo no dia 16 de janeiro de 1912, filho de Jaime Wainer e de Dora Wainer, imigrantes judeus de origem romena. Fez os estudos primários e secundários no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressando em seguida na Faculdade de Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro. Ainda estudante, teve suas primeiras experiências como repórter no **Diário de Notícias**. Uma vez formado como farmacêutico, não chegou a exercer a profissão. Através de Antônio Batista Pereira, genro de Rui Barbosa e editor da **Revista Brasileira**, começou a trabalhar nesse periódico, tornando-se em 1934 secretário e chefe de redação. No ano seguinte lançou, apoiado por um grupo editorial liderado por Caio Prado Júnior, a **Revista Contemporânea**, que circulou apenas por alguns meses. Sua atividade mais efetivamente profissional na imprensa só se iniciou em 1938, logo após a decretação do Estado Novo (10/11/1937), quando, juntamente com Maurício Goulart, fundou **Diretrizes**, revista mensal de “política, economia e cultura”.

revista **Novas Diretrizes**, em novembro de 1938. A revista **Diretrizes** foi fundada na cidade do Rio de Janeiro em abril de 1938, por iniciativa de Azevedo Amaral e Samuel Wainer, e, sob a responsabilidade do último, circulou ininterruptamente até junho de 1944. A revista surgiu com periodicidade mensal, sendo transformada em publicação semanal em dezembro de 1940. No total, foram editados 207 números. Fundada pouco depois da decretação do Estado Novo com o subtítulo “Política, Economia e Cultura”, **Diretrizes** iria defrontar-se com possibilidades restritas no tocante à amplitude de suas matérias. Embora a revista tivesse a preocupação de causar impacto num cenário onde o esvaziamento político era a tônica, seus primeiros números foram marcados por um caráter exclusivamente acadêmico. Tratando de assuntos literários, políticos, econômicos e sociais, **Diretrizes** pretendia atingir um público intelectualmente preparado. (FERRARI, 2008).

O lançamento da **Diretrizes** deve ser relacionado à larga experiência acumulada por Azevedo Amaral na imprensa e, principalmente, à particular interpretação que possuía acerca do papel a ser exercido pela elite intelectual diante da nova “fase histórica” instaurada pelo Estado Novo. A **Diretrizes** foi lançada como um empreendimento diretamente vinculado a sua figura. Ao longo do período em que ocupou o cargo de diretor – abril e outubro de 1938 – a revista apresentou uniformidade quanto ao formato, projeto gráfico, estruturação interna do material e tipo de conteúdo oferecido ao leitor (FERRARI, 2008).

Figura 12 - Capa da revista **Diretrizes**, em 1938.

Dedicando-se em sua primeira fase a assuntos variados, **Diretrizes** transformou-se em 1941 em jornal semanal, adotando uma linha de oposição ao regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas. O jornal teve diversas edições apreendidas pela polícia e sofreu intensa pressão por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo. Em 1944, **Diretrizes** publicou uma entrevista concedida a Francisco de Assis Barbosa por Lindolfo Collor, na qual o ex-ministro do Trabalho declarava esperar que o fim da guerra contra o nazismo na Europa fosse acompanhado pelo término da ditadura no Brasil. Em consequência dessa entrevista o DIP suspendeu o suprimento de papel ao jornal, que foi forçado a sair de circulação. Com o fechamento de **Diretrizes**, Samuel Wainer buscou asilo na embaixada do México, partindo depois para o Chile e Estados Unidos, onde, vigiado de perto por agentes do corpo diplomático brasileiro, trabalhou como correspondente do jornal **O Globo**. Com a extinção do Estado Novo em 1945, retornou ao Brasil e reabriu **Diretrizes**. Logo em seguida viajou para a Europa, onde cobriu o julgamento dos criminosos de guerra nazistas, em Nuremberg, na Alemanha. Único latino-americano dentre os 450 jornalistas credenciados, conseguiu burlar proibições e entrevistar Joachim von Ribbentrop e o almirante Karl Doenitz, integrantes da cúpula do regime nazista e importantes prisioneiros de guerra alemães. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wainer-samuel> Acesso em: 5 ago. 2024.

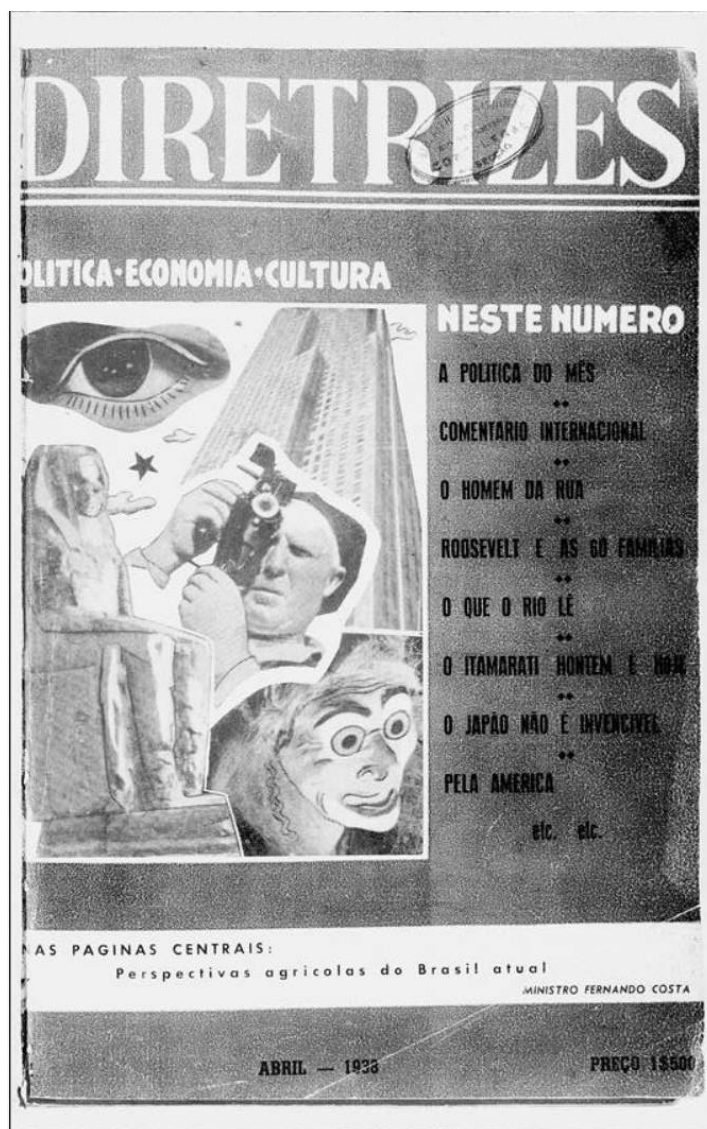


Figura 13 – Índice da revista **Diretrizes**, em 1938.

◆—AZEVEDO AMARAL analisa na "politica do mês" a afirmação da fisionomia do Estado Novo.

◆—R. B. inicia aqui as suas crônicas expondo os pensamentos do homem da rua em face dos principais acontecimentos do mês.

◆—A. A. em seu comentario internacional traça a sintese da situação mundial. Estuda as correntes em conflito na Inglaterra e respectivamente personificadas por Chamberlain-Eden. Ocupa-se da nova doutrina de Hitler sobre as pequenas patrias nazistas.

◆—DAVID ADLER estuda em seu artigo o papel da plastica na humanização da guerra.

◆—A. BOMFIM apresenta sugestões sobre o aproveitamento publicitario da radiodifusão.

◆—MINISTRO FERNANDO COSTA concede palpitante entrevista sobre problemas agricolas do pais.

◆—MAJOR ATTLEE expõe a situação militar japonesa em face de um boycott real das principais potencias.

◆—DAVID DIETZ divulga a criação de uma nova ciência auxiliar.

◆—R. HALLIBURTON demonstra como o mundo é ainda inexplorado.

◆—N. R. — A direção não se responsabilisa por conceitos emitidos em artigos accinados.

ASSINATURAS

Reservamos das primeiras edições desta revista um pequeno numero de exemplares destinados a assinantes. Avisamos, porém, que só aceitaremos assinaturas a partir do 3.º numero, em Junho.

DIRETRIZES

POLITICA ♦ ECONOMIA ♦ CULTURA

Diretor: AZEVEDO AMARAL Secretario: SAMUEL WAINER

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA MIGUEL COUTO, 32, SOF. - TEL. 23-36-04
RIO DE JANEIRO - BRASIL

INDICE

Artigos

A politica do mês	Azevedo Amaral..	Pg. 3
O homem da rua	R. B.	11
Comentario internacional A. A.	"	14
A plastica e a guerra ...	David Adler	39
Radiodifusão	Annibal Bomfim ..	41

Redação

O Itamarati hontem e hoje	"	7
O Chanceler brasileiro fala aos E. Unidos ..	"	12
Desenvolvimento industrial do Brasil	"	24
O desenvolvimento do hinterland e a eletrificação	"	27
A morte será benvinda	"	38
Pela America — notas americanas	"	42
Noticias literarias	"	46
A elite intelectual e o estado autoritario ...	"	50
Centenario de José Bonifacio	"	53
Notas	"	55

Entrevistas

Perspectivas agricolas do Brasil atual — pelo Ministro Fernando Costa	"	32
---	---------	----

Reportagens

O que o Rio lê	"	45
----------------------	---------	----

O que se diz...

O mundo continúa interessante — R. Halliburton	"	22
O Japão não é invencível—pelo Major Attlee ..	"	30
Novos rumos da psiquiatria — David Dietz..	"	48

Pelo mundo afóra

Gamelin e a França	"	20
Roosevelt e os privilegios de uma minoria ...	"	21
Palavras de Hitler	"	23
A Alemanha e os minerios da Espanha	"	26
Morreu o inventor do desenho animado ...	"	28
A City e o seu papel no mundo	"	29
A cosinha de S. M. I. Duque Romanofsky ...	"	41
Quem vive melhor?	"	48

Humour

Humour politico	"	47
-----------------------	---------	----

N.º 1 ● ABRIL ● 1938

Preço avulso: 1\$500 — :o: — Assinatura anual: 18\$000

Figura 14 – Capa da revista **Novas Diretrizes**, em 1938.

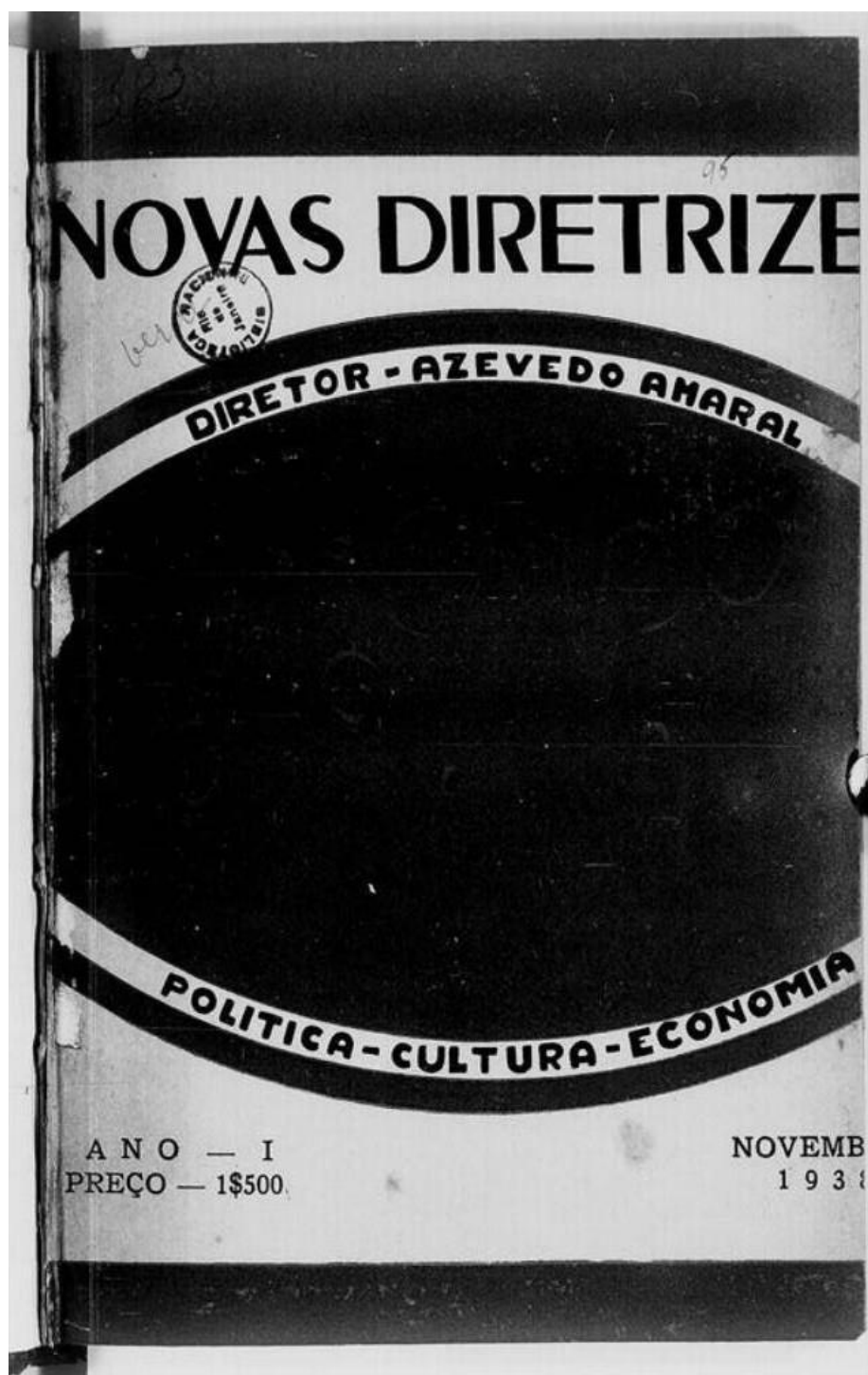


Figura 15 – Índice da revista **Novas Diretrizes** em 1938.

ANO I

N.º I

NOVAS DIRETRIZES

DIRETOR — AZEVEDO AMARAL

POLÍTICA — CULTURA — ECONOMIA

NOVAS DIRETRIZES

Expediente:

Diretor-proprietário:
AZEVEDO AMARAL

Redação e Administração:
RUA DO OUVIDOR, 58
2.º Andar

Telefone: 43-2136

Assinaturas:

Ano 18\$000

Número avulso 18\$500

PUBLICAMOS NESTE NUMERO:

Política do mês — Comentário internacional: **Azevedo Amaral.**

Mocidade portuguesa: **José Soares Franco.**

Ligeiras considerações sobre o marxismo: **Urbano C. Berquó.**

Impressões da crise europeia: **Salles Filho.**

O plano quinquenal e as realizações do Estado Novo: **João Pinheiro Filho.**

Homens e contrastes: **Humberto Ribeiro.**

Rondon: **Cel. Augusto Freire.**

Economia e prevenção da cegueira: **Dr. H. B. Conde**

A sorte dos sindicatos na Rússia e na Alemanha: **Daniel de Carvalho.**

Microondas: **Francisque Cuchet.**

Cinema: **Zenaide Andréa.**

Notas — Comentários — Informações

Novembro, 1938

Fonte: **Diretrizes** (1938) e **Novas Diretrizes** (1938).

A revista consistia de duas seções regulares, denominadas "Política do mês" e "Comentário Internacional," que eram de responsabilidade de Azevedo Amaral. O restante da revista era preenchido com artigos redigidos por diversos intelectuais, que abordavam tópicos relacionados à economia, cultura e política. Em sua edição

inaugural, Azevedo Amaral delimitou a perspectiva ideológica que a revista adotaria,

Seria supérfluo dizer que este periódico não tem ligações partidárias. Mesmo quando na ambiência realística do novo regime não fossem inadmissíveis tendências dessa natureza, o passado jornalístico de quem nunca pertenceu a outro partido senão o do Brasil bastaria para esclarecer os leitores de *Novas Diretrizes* acerca da orientação exclusivamente nacionalista de tudo que se publicava nas suas páginas. O que acabo de afirmar equivale a um programa de solidariedade incondicional com a ordem política de que o Estado Novo é a expressão orgânica e cuja direção única cabe e não pode deixar de caber ao Chefe da Nação (AMARAL, 1938a, p. 4).

A **Novas Diretrizes** surge no mesmo momento em que Azevedo Amaral publica **O Estado autoritário e a realidade nacional**, livro que marcaria sua posterior consagração pela historiografia, como um dos principais ideólogos do Estado Novo. O objetivo da revista era claro, fazer propaganda do governo.

A Pátria, o Estado e o Presidente constituem hoje no Brasil, à semelhança do que ocorre em todos os países onde se impõe vitorioso o conceito da política nova, um triângulo articulado em indissolúvel unidade estrutural e dinâmica. Eliminadas as facções, dissolvidos os partidos à luz da realidade nacional, submetidos todos os interesses privados e restritos ao ritmo supremo do bem público, unificadas as unidades federativas no todo nacional coeso, intangível e perpétuo, não se pode mais ser brasileiro, sem aceitar um posto de ação correspondente à capacidade de cada um no conjunto do Estado, que é a própria Nação feita personalidade política. E a função que cumpre a todos desempenhar nesse campo de atividade comum só pode ser fecunda em resultados benéficos para o Brasil, pela aceitação inteligentemente disciplinada da autoridade do Chefe Nacional (AMARAL, 1938a, p. 2).

A revista emergiu em um período marcado por uma significativa repressão e controle dos meios de comunicação, uma tendência que se acentuou a partir de 1939 com a criação do DIP. O DIP era encarregado de coordenar todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e instituições do governo federal, que passaram a ser executados de forma exclusiva por esse órgão. Além disso, o DIP era responsável pela organização de homenagens a Getúlio Vargas, desempenhava um papel fundamental na promoção pessoal do presidente, de sua família e das autoridades em geral. Durante o Estado Novo, o DIP se estabeleceu como a principal entidade coercitiva no que diz respeito à liberdade de pensamento e expressão, uma vez que exercia um controle rígido sobre a imprensa e os meios de comunicação.

Um dos propósitos centrais do DIP consistiu na implementação de um projeto de educação das massas que abrangia os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais; À imprensa escrita caberia desempenhar um papel fundamental nessa

iniciativa. Em uma edição datada de 1940, Azevedo Amaral defendeu o DIP, ao destacar sua relevância na regulação da imprensa. Essa defesa visava, em última instância, legitimar a perseguição e a censura dos meios de comunicação que se opunham ao autoritarismo do Estado.

Os decretos-leis relativos ao Departamento de Imprensa e Propaganda e a organização da seção especializada deste exercício do controle estatal da publicidade, oferecem ensejo alguns comentários [...]. Ao cabo de dois anos de desenvolvimento do novo regime, já começa realmente a tardar a aplicação concreta do princípio definido na Constituição de 10 de novembro, reconhecendo a imprensa um órgão do poder estatal. Esse preceito, que por seu turno se enquadra logicamente na doutrina firmada em outro texto constitucional, que atribui ao Estado como finalidade precípua a função educativa, envolve uma das questões mais fundamentais da organização política (AMARAL, 1940b, p. 2).

Nesse texto, Azevedo Amaral procurou esclarecer a distinção entre a liberdade de expressão da imprensa na Primeira República, que ele associou a questões econômicas, e a nova forma de liberdade proposta durante o Estado Novo. Segundo sua perspectiva, a imprensa no âmbito da democracia liberal era considerada uma indústria a serviço dos interesses econômicos dos grupos que a controlavam. Essa situação teria resultado em um excesso de individualismo e na perda do foco na unidade nacional, por parte da imprensa.

O controle estatal da imprensa não é, de modo algum, uma incursão do poder político na órbita em que devem ser mantidos intactos os privilégios do espírito. Longe de acarretar uma restrição da verdadeira liberdade dos intelectuais que se consagram à nobre atividade jornalística, a transformação da imprensa em órgão do poder público confere aos profissionais do jornalismo uma situação moral e social que os emancipa da subalternidade de meros instrumentos automáticos de difusão de ideias e da defesa de interesses frequentemente em contradição com o bem público. O jornalismo cotidiano e o periodismo tornam-se apenas, no novo regime, órgãos de um sistema para-estatal, cuja finalidade é guiar a opinião pública e desenvolver a consciência nacional no desempenho de uma das mais importantes funções do Estado moderno. Dentro da órbita traçada, as liberdades essenciais do jornalismo podem permanecer ilesas, e um grande campo de atividade se abre aos homens da imprensa para colaborarem livremente na obra do progresso nacional. (AMARAL, 1938a, p.3).

Segundo Azevedo Amaral, os jornalistas e intelectuais que atuavam na imprensa sob o regime da democracia liberal eram, na sua concepção, meros funcionários de um grupo capitalista que controlava o jornal. Ele argumentava que a única liberdade desses profissionais estava em apresentar ao público aquilo que seus empregadores desejavam que fosse escrito, sem espaço para qualquer forma de insubordinação. Em sua visão, teria ocorrido uma transferência na regulamentação da

liberdade de imprensa, passando do controle dos grupos econômicos para a esfera estatal.

Azevedo Amaral reforçou a perspectiva do controle estatal sobre a imprensa em outro artigo, veiculado em janeiro de 1941, sob o título "A Nacionalização da Imprensa". Sua argumentação baseava-se na ideia de que a nacionalização da imprensa seria uma medida destinada a reduzir, na medida do possível, a influência de organizações e ideologias externas sobre a opinião pública. Todavia, tratava-se muito mais de legitimar a censura dos meios de comunicação contrários ao regime.

Um dos atos de maior alcance que se integra na política nacionalista desenvolvida pelo presidente Getúlio Vargas durante o último decênio e levada às suas consequências lógicas depois do Golpe construtivo de 10 de novembro, é por certo, a nacionalização da imprensa. Definida a posição desta como órgão de poder público e exigida a qualidade de brasileiro nato para os que exercem atividade de periodismo, ficou afastado um dos aspectos mais graves de um problema de extraordinária relevância. A necessidade de nacionalizar o jornalismo de modo a dar-lhe uma fisionomia isenta dos traços da influência estrangeira, hoje universalmente aceita (AMARAL, 1941c, p. 9).

Sua inquietação residia na infiltração e disseminação de ideias antinacionalistas na mídia brasileira, especialmente por parte de estrangeiros que fugiam dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Diferentemente das notas editoriais de **A Nação**, seus textos nas **Novas Diretrizes**, quando confrontavam outras ideologias consideradas extremistas, eram marcados por um forte preconceito racial, sobretudo em relação aos refugiados que chegavam ao Brasil naquele contexto.

Essas considerações são de inexcusável oportunidade neste momento, e estamos cumprindo nosso dever de cidadão e de publicista ao chamar a atenção do Presidente da República para o fato de que sua nobre e patriótica obra de nacionalização da imprensa está sendo gravemente comprometida, em escala muito maior do que se pode pensar, por manobras tendenciosas praticadas à sombra de sentimentos de hospitalidade. Nos últimos meses, o Rio de Janeiro, como provavelmente outras cidades brasileiras, está sendo invadido por uma onda que se avoluma com a chegada de cada transatlântico, e que é formada pelo aluvião de refugiados vindos da Europa. Hospitalidade é, sem dúvida, uma bela virtude, mas na hierarquia dos traços morais característicos de um povo, ela tem forçosamente de ocupar um plano relativamente subalterno. Uma nação que considera sua maior aspiração moral ser hospitaleira implicitamente aceita, como finalidade de seu destino, tornar-se um povo de estalejadores (AMARAL, 1941c, p. 10).

Como discutimos no capítulo anterior, a questão racial desempenha um papel significativo no pensamento político de Azevedo Amaral. Sua abordagem se baseia em um determinismo biológico que procura estabelecer distinções entre grupos humanos com base em características hereditárias. Essa perspectiva racista o levou

a participar, por exemplo, de uma conferência sobre o tema durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929. Nessa ocasião, ele defendeu a restrição da entrada de imigrantes provenientes de nações africanas e asiáticas no Brasil.⁵⁴

A **Novas Diretrizes** surgiu como um produto cultural decorrente da propaganda promovida pelo governo de Getúlio Vargas. O principal propósito da revista, evidenciado ao longo das suas 61 edições publicadas entre 1938 e 1942, era legitimar as ações do Estado e promover a concepção de um programa educacional nacionalista e conservador voltado para as massas. Com o agravamento dos eventos relacionados à Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, com o avanço do nazismo na Alemanha a partir de 1940, a **Novas Diretrizes** passou a veicular uma intensa propaganda centrada na educação de caráter militar e cívico, justificada como parte da construção de uma nação fortalecida.

Em uma edição datada de junho de 1939, Azevedo Amaral já ressaltava que a questão educacional no Brasil sempre esteve intrinsecamente ligada à democracia liberal. Por conseguinte, se relacionaria à falta de intervenção estatal na formulação de políticas públicas e sociais para a educação.

Em nenhum setor da vida nacional repercutiam de modo mais acentuado os efeitos nefastos do regime liberal democrático que no campo educacional [...]. As causas que se incluem nessas categorias representam apenas o resultado do próprio conceito fundamental da missão do Estado em questões educativas, tal qual defendia a constituição de 1891, em obediência, alias, aos postulados capitais do liberalismo. Ao poder estatal não competia dentro da órbita das ideias democrático-liberais orientar a educação pública (AMARAL, 1939d, p. 2).

⁵⁴ Azevedo Amaral participou dos debates sobre a eugenia no Brasil, seja em eventos sobre a temática ou por meio da divulgação do assunto em revistas especializadas. Em 1929, ele participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro, onde proferiu uma conferência intitulada “O problema eugênico da imigração”. Nessa fala, Azevedo Amaral se colocou francamente a favor dos pressupostos poligenistas. Para ele, houve diferentes centros de origem do homem e essa diferenciação teria influenciado as formas de organização das sociedades e determinado que alguns grupos humanos se desenvolvessem mais do que outros. Para ele, não se poderia contestar que o que é chamado humanidade é tão somente a coexistência de representantes de espécies zoológicas diferentes. Para Azevedo Amaral, o problema do Brasil não são os grupos étnicos que compõem a população, mas sim a formação de uma raça nacional que passaria necessariamente pela seleção sistemática de “elementos de elites”, encontrados na própria população ou importados de outras terras. Sua tese nessa conferência era de que os elementos genéticos passados por meio da hereditariedade sobrevivem nas raças independentemente dos fatores geográficos, sociais, políticos e econômicos. Para ele, o problema da imigração é justamente o modo como criar os meios mais eficazes para realizar a seleção desses “elementos de elite” na formação da raça nacional. Esse procedimento deveria acontecer por meio da entrada de elementos considerados “superiores”, no caso da “raça branca europeia”, e do impedimento de elementos tidos como “inferiores”, que prejudicariam a construção da raça nacional. Esses “elementos superiores” teriam suas capacidades físicas, psicológicas e morais mais desenvolvidas, e ajudariam tanto na criação de um novo homem brasileiro, como no desenvolvimento econômico do país.

Segundo sua visão, durante a Primeira República, as instituições educacionais tinham como único propósito transmitir conhecimentos que habilitassem o indivíduo para o exercício de ocupações relacionadas ao mercado de trabalho. Uma educação voltada para a "formação completa do ser humano" e de sua personalidade não fazia parte do enfoque da chamada "pedagogia liberal" e, portanto, ele considerava que essa abordagem deveria ser considerada para as gerações futuras.

Os homens de Estado do século XX, ao abordar os problemas educacionais, não apenas se encontram a uma enorme distância, mas em um antagonismo radical. A educação tornou-se a função precípua do poder estatal. Toda organização política é, em última análise, encarada como um grande sistema educativo destinado a moldar as gerações novas e a modificar também os adultos, a fim de colocá-los em harmonia com determinadas diretrizes políticas e torná-los cada vez mais capazes de cooperar na realização de um ideal de organização da sociedade para o progresso humano. Hoje, é o fato político que prepondera, derivando-se dele, como corolários lógicos, tendências educacionais impostas pelos imperativos do interesse nacional, tal qual este é entendido em harmonia com as configurações orgânicas do Estado (AMARAL, 1939d, p. 3).

É relevante destacar que, desde a década de 1920, o setor educacional estava em busca de soluções para os desafios enfrentados no âmbito da educação no Brasil. Havia um clamor por uma participação mais substancial do Estado nos planos educacionais, especialmente porque o analfabetismo passou a ser percebido como a principal causa do atraso do país. A educação era considerada um elemento central para o desenvolvimento da nação e de suas potencialidades (PEREIRA, 2020).

Nesse cenário, emergiram movimentos, como o Escolanovismo, também conhecido como o Movimento dos Renovadores. Este grupo era composto por intelectuais que defendiam o acesso universal das crianças a escolas públicas de alta qualidade, enquanto questionavam o modelo educacional ligado à Igreja Católica. Durante o Império e a Primeira República, a maioria das instituições de ensino privadas era administrada pela Igreja, algo que conferia a essa instituição um papel de destaque na educação brasileira. Dentre as várias reivindicações do movimento, destacavam-se a gratuidade do ensino e a promoção de uma educação secular.

A partir da década de 1930, travou-se um acirrado conflito entre os adeptos do Escolanovismo e os representantes da Igreja Católica, um embate que também esteve presente no texto-base na Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Carta Magna de 1934, que buscou oferecer soluções para as questões educacionais do

país. O texto procurou abranger os interesses tanto dos escolanovistas como dos católicos. Do ponto de vista dos renovadores, a educação passou a ser concebida como um direito universal e uma responsabilidade do Estado, garantidor de sua gratuidade. No que diz respeito aos católicos, o ensino religioso tornou-se opcional nas instituições públicas de ensino.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, a educação foi estreitamente relacionada com o projeto de desenvolvimento econômico. Isso se traduziu na introdução de novas formas de ensino técnico profissionalizante, como o industrial e agrícola, ambos de nível médio. Nesse contexto, sob a supervisão da reforma liderada pelo ministro Gustavo Capanema, foram estabelecidos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além da criação das primeiras Escolas Técnicas Federais.

Para Azevedo Amaral, a questão educacional deveria ser abordada primordialmente como de natureza política. Seu argumento estava intimamente relacionado às influências derivadas dos eventos da Segunda Guerra Mundial. Elas levantaram novas questões no âmbito da educação, tais como a exigência de uma abordagem educacional que servisse aos interesses nacionais. O discurso de Azevedo Amaral, em última análise, defendia a implementação de um projeto educacional de natureza militar e cívica.

Essa perspectiva de Azevedo Amaral estava intrinsecamente ligada ao nacionalismo militante que surgiu no período pós-Primeira Guerra Mundial. Essa corrente ganhou notoriedade nos debates promovidos pela grande imprensa e por organizações nacionalistas, como a Liga da Defesa Nacional, fundada em 1916, e a Liga Nacionalista de São Paulo, criada em 1924, citadas anteriormente. Ambas tinham como principais lemas a promoção da educação primária e a instituição do serviço militar obrigatório, e visavam a formação do "cidadão soldado".

Todas as nações, sob a influência do pensamento que vai dominando o mundo e sob a pressão dos imperativos das realidades que se fazem sentir em todos os recantos da terra, procuram educar suas novas gerações de modo a habituá-las a arcar com o pesado fardo de assegurar a sobrevivência nacional no meio das incertezas e perigos dos tempos ásperezos pelos quais temos que atravessar. Formar cidadãos disciplinados para o trabalho e fortalecidos para as possibilidades sempre presentes do sacrifício heroico são os alvos visados pelos sistemas educacionais que se organizam por toda parte. É tempo de o Brasil cuidar de pôr sua casa em ordem. A educação complexa do homem moderno, com a multiplicidade de aspectos que apresenta, está entrosada com a questão capital da segurança nacional (AMARAL, 1939d, p. 6).

Na mesma edição de 1940 em que aborda a questão da liberdade de imprensa no contexto do Estado Novo, Azevedo Amaral apresenta um artigo intitulado "Educação Militar". Esse texto constitui uma defesa da educação de caráter militar, tendo em vista o cenário de guerra que se desenrolava na Europa. Para o autor, a educação desempenhava o papel de preparar as novas gerações para assegurar a segurança da Nação e do Estado. Ele acreditava que a educação contribuiria para o bem-estar coletivo e proporcionaria as bases necessárias para o progresso moral e social da nação.

No pensamento de Azevedo Amaral, existia a crença na inevitabilidade dos conflitos entre as nações, ele não vislumbrava, portanto, um futuro de pacifismo ou uma paz duradoura. De acordo com sua perspectiva, o vencedor em uma guerra seria aquele com mais recursos financeiros e uma população considerada biologicamente superior. Em outras palavras, o sucesso em um conflito estaria associado à superioridade econômica e racial.

As forças em ação no sentido de multiplicar as causas concretas das guerras não promanam de uma inferiorização da vida civilizada. Pelo contrário, decorrem precisamente das afirmações de vitalidade dos povos no plano biológico e da intensificação dos processos de expansão econômica. Assim a marcha ascensional da humanidade, em vez de nos prometer a paz com sonhos pacifistas, parece ter de ser forçosamente acompanhada por uma intensificação do belicismo (AMARAL, 1940d, p. 15).

Tendo em vistas essas considerações, Azevedo Amaral advogava que a finalidade última da cidadania, naquele contexto, era a defesa nacional. Para ele,

O grande problema do momento é o da educação militar das novas gerações. O espírito que agora anima o exército e a marinha precisa infiltrar-se pela Nação, refletindo-se na alma de cada cidadão. Em tempos como estes em que vivemos, não basta a um país dispor de uma oficialidade que saiba conduzir o povo à luta e a vitória. É preciso que a população em massa se converta espiritualmente em um exército, sem perder jamais de vista a perspectiva da guerra e a necessidade de estar pronto para o momento da mobilização (AMARAL, 1940d, p. 12).

Na visão de Azevedo Amaral, a gestão da educação no Brasil deveria ser de responsabilidade tanto do Estado quanto do exército, sendo orientada por princípios da pedagogia militar. Segundo seu entendimento, a educação desempenhava um papel central no âmbito estatal, sendo que, em última instância, governar consistiria em educar. A pedagogia militar, conforme sua perspectiva, cumpriria uma dupla

função: potencializar as qualidades superiores da população ao mesmo tempo em que eliminaria suas fraquezas.

Azevedo Amaral mencionava o exemplo de Duque de Caxias, destacando-o como o pioneiro no âmbito de líderes políticos que teria defendido a aplicação da pedagogia militar no Brasil.

Caxias foi um dos exemplos mais típicos dessa mentalidade pedagógica, imprescindível ao verdadeiro homem de Estado. Em todas as suas atitudes, nos gestos que se fixaram historicamente, como em tantos elos daquela cadeia de grandes serviços que foi a sua vida, revela-se de um modo ou de outro o gênio educador do marechal da vitória. As suas intervenções como pacificador e unificador da nacionalidade representam invariavelmente esplêndidas lições que foram aliás de incalculáveis vantagens no desenvolvimento da consciência cívica do país e na elevação da nossa vida pública. (AMARAL, 1940f, p. 6)

Segundo a perspectiva de Azevedo Amaral, as forças armadas e seus líderes sempre desempenharam um papel significativo na história do país, realizando uma função vital na educação da população. O quartel, visto como uma instituição educativa, era considerado o local primordial para a formação do povo, uma vez que desempenhava um papel determinante na disseminação da cultura e na promoção da assimilação das ideias nacionalistas.

Além da questão educacional, os editoriais da **Novas Diretrizes** abordavam inúmeros artigos que discutiam o nacionalismo e suas conexões com a sociedade. Um exemplo disso são as edições de número 56 e 57, publicadas em 1942, que apresentaram dois artigos escritos por Afrânio Corrêa.⁵⁵ Os títulos desses artigos são "Nacionalismo e história" e "Nacionalismo e Regionalismo".

No primeiro artigo, o autor destacou que o nacionalismo, em sua essência, representava um estudo abrangente da realidade social em todas as suas diversas manifestações, com o propósito de compreender a população e sua cultura por meio

⁵⁵ Afrânio. Afrânio Corrêa era jornalista, escritor, historiador, fotógrafo, contista, biógrafo e empresário. De tradicional família cuiabana, é filho de Caio Corrêa e Hilda Lima Corrêa, e neto de José Estêvão Corrêa, professor emérito e patrono da Cadeira nº 20 da Academia Mato-Grossense de Letras. Seu pai era médico e sua mãe foi a primeira mulher a voar nos céus cuiabanos, a convite de Hans Guzzi, na década de 1920. Iniciou-se ainda muito jovem no jornalismo empresarial, fundando o jornal **Correio da Semana**, que circulou em 1938/39. Posteriormente, Correa foi estudar no Rio de Janeiro, onde diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em Campo Grande, dirigiu o jornal **Correio do Comércio**. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e escreveu inúmeros livros sobre Cuiabá e Mato Grosso. Em 1999, publicou *Automóveis de Cuiabá*, um livro que marcou época por sua apresentação e conteúdo. Posteriormente lançou Quem Era Licínio Veneza, em 2002, e *Os Deuses Também se Coçam*, em 2003, os dois últimos títulos pela Editora Buriti, de Cuiabá. Disponível em: <https://abi-bahia.org.br/morre-em-salvador-o-jornalista-afranio-correa-diretor-da-abi/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

de uma síntese sociológica. Contudo, a compreensão da realidade nacional também demandaria uma apreciação da história do país. Desse modo, ela se tornaria o meio pelo qual se poderia adquirir conhecimento sobre o progresso de uma nação em relação às suas características e particularidades nacionais.

Conforme a visão de Afrânio Corrêa, a história desempenhou um papel crucial na promoção do nacionalismo durante o Estado Novo. De acordo com ele, o nacionalismo histórico não se restringiria apenas à simples narração de eventos e fatos; em vez disso, se deveria adotar uma abordagem mais sofisticada, priorizando sua natureza sociológica. Ele argumentava que o nacionalismo histórico assumiria predominantemente um caráter sociológico, em vez de se limitar à mera narrativa, ao analisar os eventos à luz de causas políticas e econômicas.

No Brasil onde abundam os compêndios da história da Pátria, a maioria das quais, repetindo afirmações errôneas e absurdas, copiando sempre, uma das outras – sente essa falta de realidade dos fatos. Realidade não no sentido de veracidade, mas no sentido de explicação, de ligação ao panorama sociológico da época. (CORRÊA, 1942. 30).

Segundo o autor, as vidas dos povos cujas histórias nacionais se propõem a relatar não são capítulos isolados e independentes de narrativas distintas. Em sua visão, todas essas histórias estão interligadas de forma mútua. Assim, justificava a necessidade de situar a história nacional em um contexto mais abrangente, relacionando seus eventos às suas épocas com base nas implicações políticas e econômicas que os influenciaram. Sem essa ampliação, sem a perspectiva sociológica, a história se reduziria, na visão do autor, a uma mera coleção de fatos e eventos. Nesse sentido, Correia destacava uma distinção entre uma história nacionalista e uma história sob uma ótica meramente narrativa.

A história nacionalista precisa os fatos, explicando-os em suas causas. Aprecia o desenvolvimento de uma ideia. Acompanha a sua evolução no meio brasileiro. Aponta as influências geográficas. Considera a situação étnica e social da coletividade, seu estado intelectual. Estuda sua situação econômica. Então a consequência – o fato, em si – aparece claramente, razoável e sensato, lógico ou determinista. A história, como narrativa, imprecisa os fatos, peca pela falta de fundamentos convincentes, que se por muito tempo passaram despercebidos ao povo, não acontece o mesmo atualmente, quando o gigante acorda para conhecer a sua realidade, no seu desejo de conhecer-se a si próprio (CORRÊA, 1942, p. 31).

A conclusão que o autor destaca neste texto é que o nacionalismo necessita da história como um registro dos fatos e eventos de uma sociedade. No entanto, essa história não deve se limitar apenas à narração dos acontecimentos; ela deve ser

realista, ou seja, de natureza sociológica. Como mencionado anteriormente, a perspectiva desses intelectuais autoritários era que as ciências humanas, de modo geral, deveriam se dedicar ao estudo científico e imparcial da realidade brasileira. Acreditavam que somente por meio desses estudos, conduzidos por uma elite intelectual, o Brasil seria capaz de analisar de maneira eficaz seus desafios e encontrar as melhores soluções para resolvê-los.

No texto "Nacionalismo e Regionalismo" de 1942, Afrânio Correia explora a importância da propaganda nacionalista promovida pelo Estado Novo, com seu objetivo primordial de ser um instrumento político a inculcar uma consciência nacional nas massas. A propaganda nacionalista visava difundir o conhecimento da própria realidade nacional, muitas vezes negligenciada pela sociedade. Segundo o autor, a ideia por trás da propaganda nacionalista é destacar o que é singular na cultura de uma sociedade, como é o caso da brasileira. Do ponto de vista do autor, essa propaganda busca reunir os traços distintivos da cultura a partir de um governo unificado. Nesse contexto, a questão central reside em determinar quais elementos de regionalismo realmente representariam a cultura nacional.

No Brasil, cuja formação sociológica está ainda se operando, nessa evolução de apurar a característica nacional, os seus 21 Estados têm, cada qual, o seu mito regional, típico local, não se podendo à primeira vista escolher característica provinciana para dar-lhes as cores verde-amarela. Mas, no movimento nacionalista, os regionalismos vão surgindo traduzidos pela propaganda estadual, cada qual invocando para si, as glórias de intérpretes do genuinamente nacional. Não houve ainda, da parte do governo, a escolha dentro os vários mitos brasileiros, para delegar a um ou algum deles, os poderes plenipotenciários de representação sociológica do Brasil (CORRÊA, 1942, p. 56).

O autor expressa críticas em relação à propaganda regionalista, que procura representar expressões culturais autenticamente brasileiras a partir de contextos locais. Em sua análise, ele considera que a propaganda regionalista muitas vezes recorre ao sensacionalismo e exibe um "mau gosto" ao apresentar, por exemplo, o samba e o "negro da Bahia" como elementos representativos da cultura nacional. Em sua perspectiva, o povo brasileiro tem uma ascendência direta europeia, e o componente africano é considerado de menor relevância em relação à maioria da população.

Esses regionalismos, tipicamente locais, de um Estado que pela sua formação étnica adotou costumes africanos, estão longe de ser intérpretes

nacionalistas, por quanto a baiana não é um tipo nacional e não exprime as nossas tradições, nem a nossa mentalidade (CORRÊA, 1942, p. 58).

Os artigos do autor, marcados por preconceito e racismo, não faziam menção às fontes, ou seja, não identificavam os veículos de imprensa que promoviam essa propaganda regionalista. Dava-se a impressão de que os leitores da **Novas Diretrizes** já eram familiarizados com essas fontes, ao mesmo tempo em que não se especificava quais elementos poderiam verdadeiramente representar a identidade nacional, o que resultava em uma argumentação carente de substância. Possivelmente, a omissão de fontes e fatos por parte de alguns desses intelectuais era um dos princípios fundamentais da propaganda nacionalista, indicando que não se baseava na necessidade de provas, mas sim na retórica, com o propósito de legitimar suas ações no presente.

De modo geral, a **Novas Diretrizes** desempenhou o papel de um produto cultural que promovia a propaganda nacionalista de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo DIP. Sob a liderança de Azevedo Amaral, a revista publicou inúmeros artigos com o propósito de validar as ações do Estado Novo e, principalmente, de Getúlio Vargas. A propaganda nacionalista veiculada pelos meios de comunicação vinculados ao DIP desempenhou um papel relevante na tentativa de forjar uma consciência nacional. Essa abordagem permeia grande parte dos artigos da **Novas Diretrizes**, buscando vincular o nacionalismo a diversos aspectos da cultura. Em última análise, a revista funcionava como uma defensora do projeto autoritário do Estado Novo, procurando justificá-lo de todas as maneiras possíveis.

Portanto, a preocupação de Azevedo Amaral e, por extensão, da **Novas Diretrizes** com a educação das massas está enraizada nessa perspectiva ideológica voltada para o futuro. Não se limita apenas a estabelecer um novo modelo político e educacional em busca de validação diante do passado repleto de falhas da Primeira República, mas também de reconstruir o presente e projetar o futuro com base no que deveria ocorrer e no que já aconteceu. A ideologia autoritária assumia, portanto, um papel crucial como recurso de poder no esforço de articular não apenas o que já existia, mas também tudo o que se desejava que viesse a existir. Nesse sentido, ela assumia a dimensão de um ato fundador da própria ordem política que se almejava construir e legitimar.

3.4 A Revista Cultura Política

Em 1941, Azevedo Amaral contribuiu com alguns artigos para revista **Cultura Política**, a revista oficial do DIP. Ela foi fundada em 1941 por Almir de Andrade, jornalista considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo.⁵⁶

Figura 16 – Capa da primeira edição da revista **Cultura Política**, em 1941.

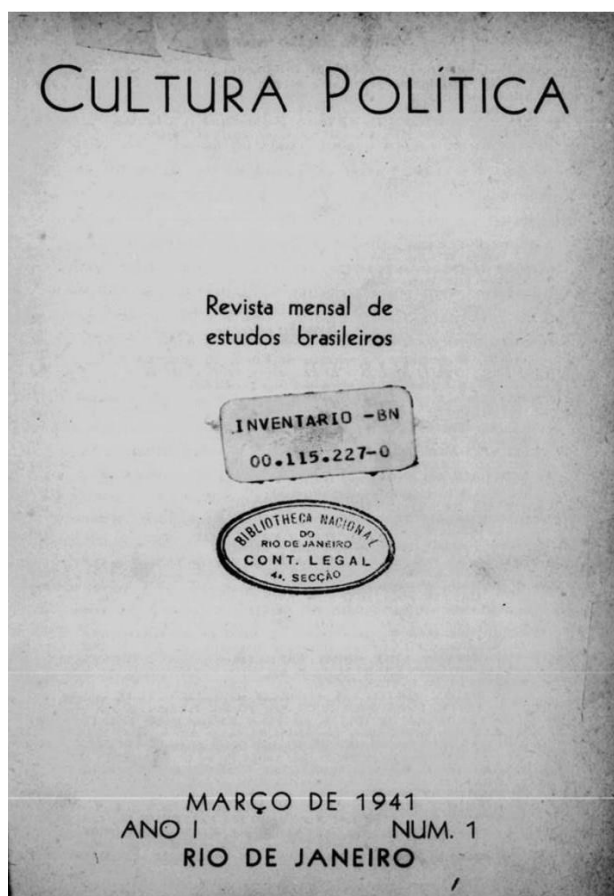


Figura 17 –Índice da primeira edição da revista **Cultura Política** em 1941.

⁵⁶ Almir de Andrade é considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo (1937-1945), ao lado de Azevedo Amaral e outros. Em março de 1941, a convite de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, da qual foi diretor até outubro de 1945 (Referência?).

Sumário deste número:		<i>Pág</i>
A EVOLUÇÃO POLITICA E SOCIAL DO BRASIL		5
1) Problemas políticos e sociais		
O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO NAS AREAS DA CAATINGA, por DJACIR MENEZES		11
O ATUAL REGIME DOS MUNICIPIOS, por MENELICK DE CARVALHO		24
A POLITICA DO BRASIL NA AMERICA, por JAIME DE BARROS		34
EVOLUÇÃO DA POLITICA IMIGRATORIA DO BRASIL, I, por ARTUR HEHL NEIVA		42
O PASSADO E O PRESENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, por FERNANDO CALLAGE		51
A INFLUENCIA DO PODER PESSOAL NA UNIDADE POLITICA DO BRASIL, I, por MONTE ARRAES		61
A SITUAÇÃO ATUAL DO ESTADO BRASILEIRO, por ULISSES RAMALHETE MAIA		76
A EXPERIENCIA DAS SUCESSOES PRESIDENCIAIS NO BRASIL, I, por SILVIO PEIXOTO		82
ALGUNS GRANDES ASPECTOS DA PRESIDENCIA RODRIGUES ALVES, por José MARIA BELO		96
O ESTADO NOVO E SEU SENTIDO BANDEIRANTE, por CASSIANO RICARDO		110
O ESTADO NOVO E O HOMEM NOVO, por PAULO AUGUSTO DE FIGUEIREDO		133
REGIOES NATURAIS DE CIRCULAÇÃO, por MÁRIO TRAVASSOS		139
O SENTIDO SOCIAL DA AMAZONIA, por FRANCISCO GALVÃO		149
2) O pensamento político do Chefe de Governo		
REALISMO POLITICO E DEMOCRACIA, por AZEVEDO AMARAL		157
3) A estrutura jurídico-política do Brasil		
A CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937: COMENTARIOS AO ART. 1.º, por ALOÍSIO MARIA TEIXEIRA		177
4) Textos e documentos históricos		
A PRIMEIRA REPUBLICA, vista por VICENTE LICÍNIO CARDOSO		191
A ELEIÇÃO INDIRETA NO BRASIL IMPERIAL: CRITICAS AO SUFRAGIO DIRETO		197
A IGUALDADE DE RAÇAS NO BRASIL: SUAS RAIZES HISTORICAS		202
5) A atividade governamental		
PANORAMA DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL		209
TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DO DIREITO, por LUIZ ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO		218
6) Brasil social, intelectual e artístico		
A INFLUENCIA POLITICA SOBRE A EVOLUÇÃO SOCIAL, INTELECTUAL E ARTISTICA DO BRASIL		227
A) EVOLUÇÃO SOCIAL		230
A ORDEM POLITICA E A EVOLUÇÃO SOCIAL, p. 230 - QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL, por MARQUES RABELO, p. 232 - QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE, por GRACILIANO RAMOS, p. 236 - O POVO BRASILEIRO ATRAVES DO FOLCLORE, por BASÍLIO DE MAGALHÃES, p. 238 - INTERPRETES DA VIDA SOCIAL BRASILEIRA, p. 242 - PAGINAS DO PASSADO BRASILEIRO, p. 245.		
B) EVOLUÇÃO INTELECTUAL		250
A ORDEM POLITICA E A EVOLUÇÃO INTELECTUAL, p. 250 - LITERATURA DE FICÇÃO, por WILSON LOUSADA, p. 252 - LITERATURA DE IDEIAS, por PEDRO DANTAS, p. 257 - LITERATURA HISTÓRICA, por HÉLIO VIANA, p. 260 - HISTÓRIA LITERÁRIA DO BRASIL, por ROSÁRIO FUSCO, p. 262 - ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS, por VIEIRA PINTO, p. 265 - EDUCAÇÃO, por F. VENÂNCIO FILHO, p. 268 - MOVIMENTO BIBLIOGRÁFICO, por ANTÔNIO SIMÕES DOS REIS, p. 272.		
C) EVOLUÇÃO ARTISTICA		277
A ORDEM POLITICA E A EVOLUÇÃO ARTISTICA, p. 277 - MÚSICA, por LUIZ HEITOR, p. 278 - ARTES PLÁSTICAS, por CARLOS CAVALCANTI, p. 283 - TEATRO, por R. MAGALHÃES JUNIOR, p. 287 - CINEMA, por Lúcio CARDOSO, p. 290 - RÁDIO, por DÉCIO PACHECO DA SILVEIRA, p. 293.		

Fonte: Revista **Cultura Política** (1941).

A revista desfrutava de uma ampla distribuição nas bancas do Rio de Janeiro e desempenhava um papel fundamental como o principal veículo de propaganda do Estado Novo. A **Cultura Política**, ao longo de sua trajetória, estabeleceu-se como uma revista dedicada aos estudos do Brasil, com a finalidade de analisar as mudanças sociais e políticas do país. Conforme apontado por Velloso (1982), o periódico abordava uma ampla gama de tópicos, abrangendo áreas como política, economia, tecnologia, arte, literatura e ciências.

A revista apresentava as seguintes seções: “Problemas políticos e sociais”, “o pensamento político do chefe do governo”, “A estrutura jurídica-política do Brasil”, “Textos e documentos históricos”, “a atividade governamental”, “Brasil social, intelectual e artístico” [...] a defesa da “unificação” da ordem política e social sob a égide do Estado adquire papel fundamental quando, com base neste argumento, se legitima a prática política instituída pelo novo regime (VELLOSO, 1982, p. 75).

O corpo editorial da revista era integrado por destacadas personalidades do cenário intelectual da época, incluindo pessoas de renome como Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Cassiano Ricardo, Basílio de Magalhães e Graciliano Ramos, entre outros. Apesar da diversidade de correntes de pensamento e posicionamentos representados, a perspectiva nacionalista era o elemento unificador. Em outras palavras, a ênfase estava na promoção de uma identidade coletiva que deveria transcender as divergências.⁵⁷

De acordo com Capelato (2007), a revista **Cultura Política** era encarregada da produção do discurso ideológico do Estado Novo e explicitava as concepções da intelectualidade oficial que colaborava ativamente nesse veículo. Segundo os editores, a cultura se integrava ao político e deveria ter um conteúdo socialmente útil e um sentido de orientação para o bem comum, coerente com a diretriz geral do Estado e da vida nacional. Ainda segundo a autora, os intelectuais eram considerados o setor “mais dinâmico da vida social”, eram vistos como intermediários entre o governo e o povo, encarregados de pensar e indicar os rumos da nova vida política bem como o processo de mudança no Brasil (CAPELATO, 2007)

O artigo inaugural de Azevedo Amaral na revista **Cultura Política** recebeu o título "Realismo Político e Democracia" de 1941 e marcou o início da seção intitulada "O Pensamento Político do Chefe de Governo". Essa seção tinha como propósito analisar, de forma geral, o pensamento político de Getúlio Vargas e destacar suas ações como exemplares de consciência nacional. Nesse artigo, Azevedo Amaral faz uma análise interpretativa da seguinte passagem do livro **A Nova Política do Brasil de Getúlio Vargas** (ano?).

Nada é imutável. A democracia, para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio dinâmico entre as concepções políticas que a negam ou querem subvertê-la. O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas, conforme os sentimentos e as exigências de cada época. Esse oportunismo

⁵⁷ Para mais detalhes sobre a **Cultura Política**, ver os trabalhos: Velloso (1982), Câmara (2010) e Gomes (2017).

superior é a suprema inteligência do homem de Estado. "Poderemos formular certas regras, como frutos da experiência do poder. Toda receita seria, porém, precária ou medíocre. "O grande político sempre poria em prática métodos originais ou soluções fora de série. Em minha ação pessoal, nunca deixo de conciliar o Poder com a justiça (VARGAS apud AMARAL, 1941a, p. 168).

O objetivo desse artigo era apresentar ao público a ideia de que as ações políticas de Getúlio Vargas eram notáveis pela sua objetividade e, portanto, estavam em consonância com a realidade nacional. A interpretação desse cenário estava centrada na crítica à democracia liberal e aos seus mecanismos de representação política. Azevedo Amaral sustentava que Getúlio Vargas havia redefinido o conceito de democracia, dotando-o de realismo político e social. Em sua perspectiva, Getúlio Vargas reformulou o significado da democracia para refletir uma abordagem nacionalista.

Podemos, pois, dizer que o primeiro esforço concreto no sentido da adaptação da democracia aos tempos novos, a que aludiu o Presidente no trecho em torno do qual tecemos essas considerações, tem de consistir no reconhecimento do imprescindível caráter nacional de toda a organização política (AMARAL, 1941a, p. 168).

Esse realinhamento da democracia e a sua concepção de representação política culminaria em um novo Estado Político, que era visto como um sistema político-econômico destinado a substituir a noção individualista da democracia liberal.

A principal causa do desvirtuamento da ideia democrática na democracia moderna foi a heresia da igualdade. Partindo da ideia arbitrária e contraditória à realidade natural e à experiência humana de que todos os homens eram iguais, valendo cada um apenas como unidade numérica no conjunto do corpo nacional, o liberalismo democrático desvirtuou e perverteu todas as instituições, colocando o erro e a ilusão em lugar das realidades, que deveriam ter servido de alicerce à construção do Estado (AMARAL, 1941a, p. 169).

Azevedo Amaral via a nova democracia como uma democracia baseada em corporações e um sistema de partido único. Para ele, o equívoco do liberalismo econômico não residia na valorização da iniciativa individual no âmbito econômico, mas sim no excesso desse princípio como base da ordem social e política do Estado. O corporativismo se configurava como uma rede de interesses organizados em núcleos representados por sindicatos, cujos membros eram profissionais de cada área. Nesse contexto, o corporativismo se apresentava como uma estrutura que representava os interesses do povo, uma vez que esses interesses estavam

integrados na máquina estatal.

Na introdução da primeira edição da **Cultura Política**, intitulada "A evolução social e política do Brasil" de 1941, Almir de Andrade sintetizou essa discussão. Para ele, as democracias passavam por uma crise naquele momento e careciam de um novo modelo estatal capaz de assegurar uma assistência social mais eficaz para a população. Em sua visão, a democracia representava o cerne da evolução da sociedade, sendo um elemento dinâmico que acompanhava as diversas transformações do mundo social. Para Almir de Andrade, o futuro das democracias estava condicionado a uma ordem social mais elevada, livre de "abstracionismos teóricos" e de "explorações políticas" que contrariassem o discurso da unidade nacional.

E o que a democracia procura não é mais do que a realização dessa forma superior de convivência e solidariedade humana. A enorme e eterna vitalidade das instituições democráticas decorre de sua missão histórica, que é garantir a expansão socialmente útil da personalidade humana, distribuir os bens sociais na medida das capacidades e necessidades de cada um, assegurar a ordem para a melhor eficiência do trabalho, fortalecer os vínculos da solidariedade econômica, afetiva e moral entre os indivíduos e as classes, disciplinar as forças econômicas e políticas para que não proliferem os individualismos e possa haver, entre os homens, maior justiça, equidade, respeito e compreensão mútua. A democracia moderna não pode se desligar da grande crise social e econômica do mundo. De um mundo que clama por novas soluções, que nos arrasta, a passos de gigante, para o limiar de uma nova era, em que novas formas de vida e organização social virão substituir as antigas, que já cumpriram sua missão. O verdadeiro ideal democrático impõe uma aproximação cada vez maior entre governo e o povo, entre o Estado e o homem comum, a fim de que ele possa servir não meramente a fins políticos, mas essencialmente à cultura, à alegria, ao bem-estar, à felicidade de todos e de cada um em particular. O Brasil de hoje procura uma solução realista e humana para esses problemas, que o tocam muito de perto (ANDRADE, 1941, p. 2).

Azevedo Amaral ainda contribuiu com mais três artigos na revista **Cultura Política**, intitulados "Evolução da política imperial" (1941a), "Evolução política republicana" (1941b) e "A revolução brasileira" (1941c). Nesses artigos, Azevedo Amaral apresenta um breve panorama histórico do processo de construção da consciência nacional no Brasil, com o propósito de elucidar os eventos que levaram à descontinuidade da nacionalidade e à emergência da democracia liberal no país. Tratava-se de um resumo do que já havia sido delineado em seus livros anteriores, discutindo como o passado brasileiro teria sido marcado por equívocos orquestrados pelo Estado Político português, que já tivemos a oportunidade de discutir no capítulo anterior.

De maneira geral, suas contribuições nos veículos **A Nação**, **Novas Diretrizes** e **Cultura Política**, durante a década de 1930, indicam, mesmo que de maneira sucinta, a atuação de Azevedo Amaral como um intelectual mediador. Através da imprensa, seu propósito era moldar uma opinião pública favorável à perspectiva autoritária, que ele via como uma solução para os desafios enfrentados pelo Brasil. Como produtos culturais, seus textos resumiam as ideias que ele desenvolveu ao longo de sua trajetória intelectual. Tais escritos capturavam várias questões que permeavam o campo intelectual da década de 1930.

O envolvimento do autor com **A Nação** demonstra como seu discurso autoritário estava principalmente ligado à formação da opinião pública. Por outro lado, nas páginas da **Novas Diretrizes** e da **Cultura Política**, esse discurso adquiriu um caráter estritamente ideológico. Nessas publicações, seu objetivo principal era legitimar as ações autoritárias do Estado Novo e de Getúlio Vargas. A **Novas Diretrizes** marcou o seu último projeto jornalístico, enquanto sua colaboração na **Cultura Política** representou a coroação de sua carreira jornalística e intelectual.

3.5 Getúlio Vargas: O Gênio Político

Em 1941, enquanto exercia a função de diretor da **Novas Diretrizes** e contribuía com a **Cultura Política**, Azevedo Amaral lançou seu último livro, com o título **Getúlio Vargas: Estadista**. O objetivo central dessa obra era fornecer uma análise da personalidade de Getúlio Vargas com base em suas ações políticas. Ele representava a consolidação de sua utopia nacionalista, autoritária e conservadora.

O livro se desdobra em duas partes distintas: na primeira, são explorados os conceitos de "gênio político" e "instinto de ordem", atributos que seriam inerentes aos grandes estadistas. Já na segunda parte, o livro examina como Getúlio Vargas, dotado dessas qualidades, teria inaugurado um novo paradigma político na história do Brasil.

Azevedo Amaral sustenta a perspectiva de que o gênio político de um grande estadista não é um atributo cultivado, mas algo inerente à sua natureza. Esse talento político excepcional se manifestaria de forma proeminente nos momentos de crise, como uma espécie de revelação, e serviria para distingui-los dos "homens comuns". O que tornaria esses estadistas notáveis é a maneira como suas ações são imbuídas de um realismo pragmático, com o intuito de atender às necessidades do povo.

Sua argumentação se fundamenta na crença de que o exercício da política é

influenciado por condições biopsíquicas intrínsecas ao sujeito, sendo o sistema nervoso o principal componente. Esse sistema, por sua vez, reflete a postura do estadista diante do "problema da ordem". A capacidade de promover a ordem na vida social não resultaria de uma análise intelectual, mas seria um reflexo de um "estado de espírito". Aqueles que possuem um instinto de ordem mais acentuado demonstrariam habilidades aprimoradas em coordenação em todas as áreas.

De acordo com a visão de Azevedo Amaral, em qualquer esfera da atividade política, a posse do instinto de ordem é uma condição primordial para alcançar o sucesso. Sem essa capacidade, o estadista não conseguiria lidar de maneira satisfatória com crises e desafios que afetam a sociedade. Isso, em sua perspectiva, ajuda a explicar porque o instinto de ordem, como um elemento psicológico moldador da moral e intelecto do estadista, tende a ser mais frequentemente associado a políticos conservadores.

Azevedo Amaral argumenta que esse instinto raramente se manifestaria em políticos de esquerda. Isso ocorre porque, segundo sua visão, o instinto de ordem e a ideologia de esquerda são frequentemente antagônicos, já que os políticos de esquerda muitas vezes adotam uma postura contrária a formas de autoridade e hierarquia, priorizando a luta contra esses princípios em prol de ideais de igualdade e justiça social.

A ausência ou pelo menos a atrofia do instinto de ordem, leva os que se acham empolgados pelas correntes esquerdistas a uma concepção radicalmente errônea do caráter das revoluções autênticas, que são por eles invariavelmente confundidas com a simples desordem (AMARAL, 1941, p. 52).

O paradoxo entre revolução e ordem, na visão de Azevedo Amaral, é apenas aparente, pois, segundo ele, todas as "revoluções autênticas" tinham a figura central de homens superiores com o instinto de ordem.

Quem não dispõe das qualidades biopsíquicas que asseguram ao indivíduo o alto desenvolvimento do instinto da ordem e, portanto, das tendências conservadoras que dele promanam como consequência imediata, é incapaz de tornar-se chefe de uma verdadeira revolução. Os que não possuem esses traços psicológicos podem, no máximo, ser heróis de levantes, sem projeção no futuro de um povo (AMARAL, 1941, p. 55).

Azevedo Amaral acreditava que foi o instinto de ordem que permitiu a Getúlio Vargas assumir um papel de destaque na Revolução de 1930 e controlar o tumulto ideológico que imperava durante o chamado Estado de Compromisso. Na visão de

Azevedo Amaral, o Brasil enfrentava uma situação de caos político, agravada pelas consequências econômicas da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929. Isso se tornou ainda mais problemático porque, segundo sua perspectiva, o governo da época, impopular e enfraquecido, não possuía a capacidade de enfrentar essas questões de maneira eficaz, principalmente devido às limitações institucionais do regime. A solução para esses problemas, de acordo com Azevedo Amaral, demandava uma espécie de revolução conservadora, na qual Getúlio Vargas desempenharia um papel central.

Foi nessa ocasião, que a personalidade de Getúlio Vargas emergiu da confusão política, revelando as forças partidárias e depois a Nação em peso, aptidões de estadista e extraordinárias qualidades de chefe e de condutor de homens, não suspeitadas pelos que, com o então presidente do Rio Grande do Sul, lidavam no cenário político (AMARAL, 1941, p. 68).

Segundo Azevedo Amaral, o conceito de ordem costumava ser entendido de maneira estática, sendo contraposto à ideia de movimento. Ele argumentava que havia uma visão generalizada de que a ordem, em qualquer contexto, era imposta por uma vontade externa que exercia uma ação repressiva e coercitiva, muitas vezes a agir em oposição aos movimentos espontâneos da sociedade e à vontade coletiva do povo, com o Estado atuando de forma contrária a essas tendências.

Contudo, de acordo com a perspectiva de Azevedo Amaral, Getúlio Vargas teria redefinido o conceito de ordem ao estabelecer um vínculo afetivo entre o Estado e a Nação. Sob essa ótica, a ordem passou a ser vista como o resultado de uma unidade política e moral que não era compatível com as instituições liberais da Primeira República. Assim, essa ordem só poderia ser alcançada dentro das configurações tidas como realistas de um regime autoritário, no qual a figura de Getúlio Vargas representava não apenas um "Chefe de Estado", mas um "Chefe da Nação".

Para Azevedo Amaral o gênio político aparece como uma revelação em alguma etapa da vida dos "grandes homens", ou seja, em um momento específico que concede ao sujeito a faculdade de escapar de "experiências fracassadas". Esse argumento é utilizado para dizer que havia uma impossibilidade de manifestação do gênio político de Getúlio Vargas no contexto da Primeira República.

A característica essencial do gênio político seria, portanto, a habilidade de se desvincular de sistemas ideológicos, uma vez que suas ações seriam imbuídas de realismo e não se submetiam estritamente aos seus preceitos teóricos. Para ele, as correntes de pensamento representam apenas interpretações momentâneas dos

eventos devido às contínuas mudanças na sociedade. No entanto, o gênio político não descarta suas ideias originárias das correntes de pensamento, mas as adapta de acordo com a situação e o contexto. Na sua perspectiva, as correntes de pensamento em um determinado momento servem como ferramentas para mobilizar as massas e direcioná-las aos objetivos estabelecidos pelo Estado. Em resumo, o gênio político governaria com base na intuição e na imaginação política e social moldadas por meio de uma mitologia nacional.

O conceito de mito político teve uma de suas primeiras tentativas de definição com George Sorel (1993) em **Reflexões sobre a Violência**. Para o autor, o mito político era eminentemente revolucionário, representando um instrumento de ação coletiva com poder de provocar emoções necessárias ao agir político, sendo capaz de guiar o proletariado à revolução. Sorel (1993) escreve sua ideia de luta política sobre o proletariado francês a partir da categoria do mito. Define este como a força motriz básica de incitação ao movimento operário. É nesse sentido que Azevedo Amaral entendia que era impossível mobilizar as massas sem a criação de uma mitologia política.

É realmente impossível mobilizar para a realização de qualquer projeto político a formação inconsciente das massas sem criar, no espírito nebuloso delas, as reações provocadas pela influência de um mito. Daí decorre a necessidade, que se tem apresentado a todos os reformadores e renovadores das nações, de fazer de um mito bem focalizado no espírito popular de sua época a base de sua obra de transformação nacional e ponto de partida de mutações históricas (AMARAL, 1941, p. 107).

Conforme Cassirer (2003) argumenta em sua obra *O Mito do Estado*, o mito é elusivo e resiste a quaisquer esforços de definição conceitual, devido à sua natureza flexível e à diversidade de significados que pode adquirir, variando de acordo com a cultura e o contexto. O cerne da questão, de acordo com o autor, é compreender a função social do mito, que se manifesta de maneira preponderante no âmbito político.

Para Cassirer (2003), o mito não se encontra em um plano distante da realidade empírica; pelo contrário, existe em certa contraposição a ela. O autor enfatiza que, apesar de ser essencialmente um elemento de natureza fantasiosa, o mito contém um aspecto "objetivo" e desempenha uma função definida. Nesse sentido, sua análise coincide com a perspectiva de Girardet (1987),

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a

compreensão do presente, constituindo uma criptografia através do qual ordena-se no caos desconcertante dos fatos e acontecimentos (GIRARDET, 1987, p. 13).

No entanto, de acordo com Cassirer (2003), os mitos políticos não se sustentam somente com imagens; estas não são meramente símbolos, mas sim verdadeiras realidades. Essa realidade não admite negação nem crítica, mas exige passiva aceitação. Por outro lado, as emoções que os mitos políticos evocam não são meramente experimentadas, mas sim "intuídas" e transformadas em imagens. Para o autor, elas se tornam "imagens genuínas", resultantes do processo linguístico mediado pelo mito político e se manifestam por meio de metáforas.

Em Azevedo Amaral, a figura de Getúlio Vargas desempenha o papel do mito nacional, caracterizado como um gênio político dotado de atributos extraordinários, encarregado da missão de revitalizar a nação a partir do contexto da "era liberal" e resgatá-la das influências ideológicas extremistas. A metáfora utilizada por Azevedo Amaral é a noção de "puberdade nacional," em que a Revolução de 1930 marca o início de uma transição da nacionalidade da "infância" para a fase "adulta," culminando com o advento do Estado Novo.

Conforme a perspectiva de Azevedo Amaral, Getúlio Vargas governou estabelecendo um equilíbrio entre autoridade e liberdade. Na qualidade de um gênio político com um forte instinto de ordem, uma das principais realizações de Getúlio Vargas foi a implementação de um projeto político que atendia às necessidades do povo, sem que isso implicasse em uma afronta às liberdades individuais e civis. Azevedo Amaral destaca que o gênio político de Getúlio Vargas se manifestou de maneira mais marcante quando ele se dedicou à abordagem das questões sociais no Brasil, implementando reformas administrativas ao longo da década de 1930. Ele argumenta que a Crise de 1929 e suas consequências nas áreas de produção de café e indústria desencadearam uma série de problemas sociais que somente foram resolvidos por meio da criação de vários ministérios, incluindo os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Estatística e, notavelmente, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

A discussão sobre as reformas administrativas da década de 1930, que foram retomadas por Getúlio Vargas em seu papel de estadista, surgiu pela primeira vez no

livro intitulado **Renovação Nacional**, publicado por Azevedo Amaral em 1936. Esse trabalho tinha como propósito fazer uma avaliação dos seis anos de governo, concentrando-se especialmente nos impactos da Revolução de 1930 no âmbito político, social e econômico daquela época.

No decorrer dessa obra, Azevedo Amaral sustentou a ideia de que o Estado deveria desempenhar o papel de coordenador das forças econômicas e orientador das mudanças sociais. Para alcançar esse objetivo de maneira satisfatória, ele argumentou que era imprescindível modernizar o Estado, o que implicava em uma renovação da estrutura política e administrativa. Essas reformas deveriam resultar na criação de novos órgãos com a finalidade de executar as ações estatais em diversos setores da sociedade.

No âmbito político e social, as reformas mais destacadas por Azevedo Amaral incluíram a instituição do Ministério do Trabalho e a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Este, posteriormente passou por modificações para se tornar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), conforme mencionado anteriormente.

Em sua perspectiva, o Ministério do Trabalho desempenhou um papel fundamental ao permitir a conciliação de interesses divergentes entre empregadores e empregados, através da promulgação de leis trabalhistas. Iniciado durante a gestão de Lindolfo Collor, o ministério passou por um período de intensa atividade legislativa, principalmente no que diz respeito à organização sindical e aos direitos trabalhistas, estabelecendo as bases para sua atuação nos anos subsequentes.⁵⁸

⁵⁸ Lindolfo Leopoldo Boekel Collor nasceu em São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, em 1890. Farmacêutico, formado em Porto Alegre, jamais exerceu a profissão, preferindo dedicar-se à imprensa. Iniciou sua carreira de jornalista em Bagé, onde residiu entre 1909 e 1911. Nesse ano, transferiu-se para o Rio de Janeiro para trabalhar no **Jornal do Comércio**, frequentando, ainda, os meios literários da cidade. Casou-se em 1914 e assumiu a direção do jornal **A Tribuna**, pertencente ao seu sogro, o deputado paranaense Bartolomeu de Souza e Silva. Em 1919, voltou a Porto Alegre para dirigir **A Federação**, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a convite de Borges de Medeiros, principal líder da agremiação. Em 1921, elegeu-se deputado estadual pelo PRR. Em seus editoriais, escritos para **A Federação**, condenou o levante tenentista de 1922 e enfatizava a necessidade de defesa da ordem. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal e voltou ao Rio de Janeiro. Ali, tornou-se o redator-chefe de **O País**. Na Câmara Federal integrou as comissões de Diplomacia e Tratados e de Finanças, ocupando ainda a liderança do PRR. Foi articulador destacado da chapa oposicionista da Aliança Liberal, que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930. Redigiu o manifesto da Aliança e dirigiu o jornal **A Pátria**, porta-voz oficial da coligação. Com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação importante nos preparativos revolucionários. Foi o encarregado de buscar o apoio militar da guarnição sediada no Distrito Federal, então localizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo obtido a promessa de neutralidade da alta cúpula militar. Participou do desencadeamento do movimento em Porto Alegre e foi a Buenos Aires adquirir

No âmbito da organização sindical, Lindolfo Collor manifestava claramente sua visão de que os sindicatos deveriam servir como um mecanismo para mitigar os conflitos entre empregados e empregadores. O seu intento era trazer as entidades sindicais sob a influência do novo ministério, de modo que passassem a ser reguladas pelo Estado. Simultaneamente, ele promovia a formação e reconhecimento de sindicatos de empregadores, com o objetivo de estabelecer uma estrutura social baseada em princípios corporativistas. Em relação às questões dos direitos trabalhistas, o regime buscava atender algumas demandas históricas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que construía um discurso ideológico baseado na ideia de que tais direitos eram concedidos pelo Estado (FAUSTO, 2015).

Do ponto de vista de Azevedo Amaral, o Ministério do Trabalho representava um exemplo concreto das ações do gênio político de Getúlio Vargas. Segundo ele, as leis trabalhistas exerceram um impacto moral significativo sobre a classe trabalhadora, uma vez que instauraram um senso de cidadania que, ao longo da história, atendia às reivindicações e aos direitos dos trabalhadores. Essas leis teriam conseguido conciliar os interesses de empregadores e empregados ao colocar o bem público acima das divergências e antagonismos de classe.

Pode-se formar uma ideia da orientação traçada pelo gênio político de Getúlio Vargas, como norma das leis trabalhistas, que vieram assegurar a paz social

armamentos. Após a deposição de Washington Luís por uma junta militar, dirigiu-se, em companhia de Oswaldo Aranha e Hercolino Cascardo, ao Rio de Janeiro para negociar a transferência do poder para as mãos dos revolucionários. Empossado o novo governo, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja chefia foi entregue a Lindolfo Collor. À frente dessa pasta, promoveu profundas alterações no tratamento dado à questão social no país, ocupando-se do reconhecimento de entidade sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados, da regulamentação da jornada diária de trabalho, da regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outros aspectos. Demitiu-se do ministério em março de 1932, pois discordava do papel nele exercido pelos setores vinculados ao tenentismo. Voltou, então, a Porto Alegre defendendo a volta do país ao regime constitucional, reassumindo a direção de **A Federação**. Envolveu-se com a Revolução Constitucionalista de 1932 e, com a derrota do movimento, exilou-se na Argentina. Em 1933, cobriu para os Diários Associados o conflito militar entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco. Anistiado, voltou ao Brasil em agosto de 1934. Em outubro disputou, sem sucesso, uma vaga na Câmara Federal. Em 1936, assumiu a Secretaria de Finanças do Rio Grande do Sul. No fim desse ano, rompeu com o PRR e fundou, junto com outros dissidentes, o Partido Republicano Castilhistas, de existência efêmera. Nessa ocasião, manifestou apoio à candidatura presidencial do governador paulista, Armando Sales de Oliveira, às eleições previstas para janeiro de 1938. Elas acabaram não se realizando em virtude do golpe de estado de Vargas, que implantou o Estado Novo. Em seguida, dedicou-se à iniciativa privada. Mesmo assim foi encarcerado entre abril e outubro de 1938, acusado de conspirar contra o governo. Exilou-se, então, na França e em Portugal. Em fins de 1941, retornou ao Brasil. Nos meses seguintes, mesmo em estado de saúde precário, foi detido algumas vezes por criticar o governo. Morreu em setembro de 1942, no Rio de Janeiro. Um dos seus netos, Fernando Collor de Melo, foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COLLOR,%20Lindolfo.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

no Brasil e que, pelo seu desenvolvimento lógico nos anos subsequentes e principalmente depois do advento do Estado Novo, conferem ao trabalho brasileiro uma situação econômica, social, política e moral, sem paralelo nas condições de vida do proletariado de qualquer outro país. Não há, portanto, motivo de surpresa em que a promulgação das leis trabalhistas, pelas quais encetou o grande reajustamento social indissolavelmente ligado aos seu nome, Getúlio Vargas tivesse firmado no país uma situação de prestígio, de influência e de força moral, como jamais desfrutara nenhum outro estadista entre nós. (AMARAL, 1941, p.120)

A visão que Azevedo Amaral apresentava – endossando às ações políticas de Getúlio Vargas, em especial a criação do Ministério do Trabalho e a promulgação das leis trabalhistas – mascarava a existência de uma ideologia trabalhista. Conforme Paranhos (2007) observa, essa ideologia ganhou espaço graças às lutas sociais travadas pelas classes trabalhadoras no período anterior a 1930 e durante a década seguinte.

Na ótica do autor, os “arquitetos” do Estado Novo forjaram o discurso trabalhista ao absorver e integrar elementos das reivindicações da classe trabalhadora. No âmbito do discurso, o objetivo era moldar a imagem de um líder benevolente bem como de um Estado dedicado ao bem de todos, com a finalidade de amortecer os conflitos sociais e neutralizar as interpelações dos trabalhadores.

O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, de acordo com Azevedo Amaral, também é citado como um reflexo das habilidades políticas de Getúlio Vargas. Ele argumenta que os governos de nações “modernas”, especificamente se referindo a países europeus como França, Inglaterra e Itália, que experimentaram um crescimento na cultura popular e na disseminação das ideias democráticas, demandavam cada vez mais o apoio da opinião pública.

Nesse contexto, Azevedo Amaral destacava a necessidade de um intercâmbio contínuo de ideias, informações, projetos e ações políticas entre o Estado e as massas. Isso levava os países “modernos” a promover reformas em suas estruturas administrativas, a fim de especializar-se em propaganda. O objetivo principal disso era difundir amplamente notícias e ideias, visando esclarecer o poder público e direcionar a opinião popular por meio de campanhas educacionais. No caso do Brasil, o serviço de propaganda estatal era agravado por circunstâncias peculiares, sendo a mais notável delas o “atraso cultural” que afetava uma parcela considerável da população.

O fato lamentável, mas inegável, do atraso cultural das massas da nossa população impõe aos poderes públicos o dever de difundir a educação entre

as massas com uma urgência maior do que a que se apresenta nos problemas educacionais de outros países mais adiantados. Sem afrouxarmos os esforços para combater o analfabetismo e ministrar ao nosso povo pelo menos uma cultura elementar por meio da escola, temos, entretanto, que reconhecer que, se fôssemos esperar pelos resultados da obra educacional escolar para desenvolver a cultura cívica da nossa gente e disseminar entre elas certos conhecimentos necessários à imediata valorização econômica do homem brasileiro, correríamos o risco de retardar perigosamente o progresso da nacionalidade e privar o Estado da colaboração imprescindível do civismo popular.

Temos de fazer, paralelamente à educação do povo pela escola, a disseminação da cultura cívica e de certos ensinamentos úteis, recorrendo a instrumentos de difusão cultural que atuem mesmo sobre aqueles ainda mergulhados no analfabetismo. Foi o reconhecimento dessa verdade que se refletiu na iniciativa do Presidente Getúlio Vargas, criando o Departamento de Propaganda de Difusão Cultural que, além de usar a imprensa como meio de estabelecer o contato entre o Governo da República e o povo, emprega em larga escala o rádio e o cinema como instrumento de educação cívica e de infiltração cultural nas massas (AMARAL, 1936, p. 56).

O livro **Getúlio Vargas**: Estadista representou uma tentativa de pintar um retrato da personalidade de Getúlio Vargas, que era considerado um símbolo da identidade nacional. Azevedo Amaral esboçava uma imagem mitológica de Getúlio Vargas, moldada com base em suas características físicas e extraordinárias qualidades psicológicas. Vargas era descrito como alguém que personificava uma fusão de razão e intuição, sendo capaz de governar o Brasil por meio de ações fundamentadas em um realismo sociológico. A construção desse mito era marcada, por um lado, pela magia, intuição, profecia e predestinação, e, por outro, pelo espírito da racionalidade e previsão. Paranhos (2007), sintetiza bem essa questão quando afirma que:

Vargas emerge, nas obras dos ideólogos do “Estado Novo”, como um artista com dons extraordinários, que o credenciaram a recolher a matéria-prima dispersa pelo “inconsciente coletivo” e retrabalha em função dos “interesses nacionais”, imprimindo-lhe forma. O “Estado Nacional” seria sua obra de arte, destinada à exposição pública tanto dentro do país como além-fronteiras (PARANHOS, 2007, p. 67).

Os órgãos de imprensa, que se associaram posteriormente ao DIP, procuravam projetar a imagem do Estado Novo como uma encarnação de Getúlio Vargas. O discurso articulado pelos intelectuais da corrente nacionalista de direita, ligados ao regime, sustentava que o Estado Novo possuía características de uma democracia genuína, e, portanto, não havia contradição com seu autoritarismo.

De acordo com Paranhos (2007), a construção dessa nova ordem, que Azevedo Amaral descreveu como uma "democracia autoritária", estava

intrinsecamente ligada à noção de pessoa. Ela havia sido transformada em uma categoria política caracterizada pela figura tangível do líder e pela suposta coesão de comando. Nesse contexto, a vontade política de Getúlio Vargas funcionava como um elemento de coesão política com o propósito de estabelecer a unidade nacional.

Getúlio Vargas: Estadista representa um produto cultural do Estado Novo que tinha a intenção de apresentar, por meio da mitificação de Getúlio Vargas, um novo modelo político que se diferenciava da era liberal da Primeira República. Como mencionado anteriormente, os livros de Azevedo Amaral eram destinados a seus pares intelectuais, tanto no cenário brasileiro como internacional. Tal fator é evidenciado, por exemplo, por uma resenha crítica publicada por Vieira (1946) na **Revista Brasília**.

Conforme Vieira (1946), **Getúlio Vargas:** Estadista era uma obra que tinha valor como testemunho e refletia as ideias e as tendências sociais daquela época. O cerne da questão destacada pelo autor residia nas afinidades políticas entre Brasil e Portugal, principalmente no que tange às questões sociais delineadas por Azevedo Amaral, como a legislação trabalhista e a política de protecionismo financeiro. Além disso, o autor apontava paralelos na construção de um sentimento nacionalista e na preservação da identidade nacional em ambos os países.

O autoritarismo do Estado Novo foi gradualmente estabelecido e legitimado por meio das ideias e discursos, sobretudo pelos intelectuais nacionalistas de direita, publicados nos veículos de imprensa ligados ao DIP. Azevedo Amaral desempenhou seu papel como um desses intelectuais, procurando, através da mídia, promover o Estado Novo por meio da mitificação de Getúlio Vargas.

A partir de 1937, Azevedo Amaral se tornou finalmente um dos grandes ideólogos do Estado Novo varguista. Sua obra o **Estado Autoritário e a Realidade Nacional** representou a glorificação do novo Estado e do novo governo. A revistas **Novas Diretrizes**, seu último projeto enquanto jornalista, era o ponto de chegada de mais de trinta anos de publicações em busca do tão sonhado “equilíbrio” entre as forças sociais e políticas da nação. Ser convidado para escrever sobre o pensamento do chefe da nação, na **Cultura Política** era a coroação de décadas de produção intelectual. Nesse sentido, Azevedo Amaral se encaixa naquilo que (MICELI apud CAPELATO, 2007) propõe como “escritores funcionários”, isto é, intelectuais de grande projeção encarregados de legitimar o projeto ideológico modernizante e autoritário do Estado Novo.

Na sua visão, o Estado Novo representava um tempo de reconciliação com passado brasileiro. As ações de Getúlio Vargas, como um “gênio político” eram para ele, a confirmação de um modelo de gestão pautado no realismo, na objetividade. O Estado Novo seria um Estado Político genuíno, onde as classes sociais juntamente com a união entrariam uma sintonia perfeita através da lógica corporativista e autoritária.

3.6 O ideólogo da modernização

Como vimos anteriormente, a atuação de Azevedo Amaral teve um grande impacto tanto no desenvolvimento da imprensa quanto no processo de modernização do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ele é reconhecido na historiografia por suas contribuições no campo do pensamento político e social, especialmente no contexto das transformações que o país atravessou durante o período varguista.

Todavia, essa mesma historiografia o colocou em um lugar político pré-determinado, que é usado para julgar toda a sua trajetória enquanto intelectual: o de pensador autoritário. Trata-se de uma perspectiva de análise histórica que estava interessada em entender a natureza dos regimes autoritários dos anos 1930 e que foi muito utilizada nos anos 1980 e 1990. Grande parte dos trabalhos desse período utilizavam como principal fonte a obra **O Estado autoritário e a Realidade Nacional**, publicada em 1938, como base para toda a interpretação do pensamento político de Azevedo Amaral. Essa obra representa, antes de tudo, uma virada em seu pensamento político; é só a partir dela que podemos pensá-lo como um ideólogo autoritário de fato, isto é, aquele intelectual encarregado de legitimar o projeto autoritário varguista.

Sua carreira não começa em 1930, e seu pensamento político não pode ser reduzido apenas à interpretação da obra **O Estado autoritário e a Realidade Nacional**. Como afirmei no início deste trabalho, não se trata de negar sua importância e seu lugar entre os pensadores autoritários no Brasil, mas sim de trazer uma nova perspectiva, um novo olhar que busca aprofundar, com base em um conjunto de fontes históricas, sua trajetória e seu pensamento político. São duas décadas de produção intelectual que não foram objeto de análise na historiografia e que contêm elementos

importantes para pensar uma nova interpretação da vida e da obra de Azevedo Amaral.

Sua passagem como correspondente do **Correio da Manhã**, as leituras que fazia sobre a Primeira Guerra Mundial, os conflitos e as polêmicas que enfrentou durante os anos 1920, e suas controvérsias em torno da Revolução de 1930, foram fundamentais para a construção de um pensamento político interessado em modernizar o país e suas instituições. Foi por meio da grande imprensa que ele desenvolveu e difundiu suas ideias políticas e sociais.

Sua formação intelectual foi influenciada pelo positivismo e pelo nacionalismo, bem como pela adoção da perspectiva do ensaísmo histórico; essas foram características marcantes do pensamento político brasileiro do início do século XX (FAUSTO, 2015). O uso da ciência, da racionalidade e do pragmatismo como base para a organização social e política tinha o objetivo de realizar um diagnóstico da nossa história e apontar soluções para os "males de origem" presentes na formação brasileira.

A solução desses males passava pela modernização do Brasil, pela adoção de uma administração pública eficiente e pela promoção do desenvolvimento científico e tecnológico (HOLANDA, 1995). Suas ideias preconizavam a necessidade de um Estado forte e centralizado, capaz de liderar o processo de modernização. Ele defendia que o Brasil deveria buscar um caminho próprio para o desenvolvimento, independente das influências estrangeiras. Essa visão nacionalista estava alinhada com o projeto de Getúlio Vargas em construir um Estado-nação forte e autônomo, capaz de conduzir seu próprio destino (CÂNDIDO, 2000).

Azevedo Amaral foi um dos principais teóricos do papel estatal na modernização do Brasil, acreditando que somente um Estado forte e intervencionista poderia conduzir o país ao desenvolvimento. No campo político, defendia uma administração que estivesse em consonância com os interesses nacionais. No campo econômico, defendia a industrialização como caminho para a modernização do Brasil. O desenvolvimento industrial era fundamental para a independência econômica e para a construção de uma sociedade moderna e próspera. Em sua visão, o Brasil precisava se libertar da dependência das exportações de produtos primários e investir na criação de uma base industrial sólida (CARDOSO, 1975).

A modernização também passaria pela reforma em setores sociais, como a educação. Apesar de ter um caráter essencialmente autoritário e conservador, a ideia

era diminuir o índice de analfabetismo no Brasil, que era muito alto na época. Portanto, mais que um pensador autoritário, ele foi, antes de tudo, um ideólogo da modernização. A busca por um Brasil moderno sempre foi o projeto de Azevedo Amaral. O autoritarismo veio como consequência, como um desdobramento desse projeto de modernização, e isso fica claro quando analisamos a totalidade de sua obra.

Apesar de suas contribuições para o pensamento social brasileiro, suas ideias não podem ser isentas de críticas, justamente porque a defesa posterior de um modelo autoritário de modernização sacrificava a democracia em nome do progresso. Suas ideias de um Estado forte e centralizado eram uma ameaça clara às liberdades individuais e aos direitos civis no Brasil, sobretudo quando tentava influenciar a opinião pública e o governo para não aceitar a entrada de imigrantes, principalmente oriundos de países asiáticos e africanos, pois colocaria em risco a unidade nacional com a possibilidade de “disseminação de ideologias contrárias ao regime” (SCHWARTZMAN, 1986).

Seu legado, portanto, é complexo e multifacetado. Suas ideias influenciaram profundamente o pensamento político e social brasileiro, especialmente no contexto das políticas implementadas durante o Estado Novo. Suas ideias, principalmente sobre o papel do Estado e a industrialização, contribuíram de alguma forma para moldar o projeto de modernização implementado por Getúlio Vargas. A análise de suas contribuições permite uma compreensão mais aprofundada das transformações que o Brasil atravessou nesse período crucial de sua história. Azevedo Amaral faleceu em 1942 acreditando, até o último instante, que o Estado Novo e Getúlio Vargas estariam resolvendo e soterrando de uma vez por todas os “males de origem” da formação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Azevedo Amaral foi um jornalista que atravessou duas guerras mundiais. Durante a primeira, trabalhou como correspondente internacional para o **Correio da Manhã**, escrevendo suas crônicas de Guerra. Na segunda, tinha se tornado um dos principais ideólogos do Estado Novo varguista. A primeira conflagração mundial serviu como um sinal de alerta para repensar o país e seu processo de formação.

Ao longo de três décadas de produção intelectual, seu pensamento político pode ser lido como uma tentativa de fundar uma nova história do Brasil, pautada na crítica do passado e na busca de um ideal de modernização. O Estado Político português que chegou ao país em 1808, com todo seu aparato burocrático e institucional, seria o responsável por desviar o país dos trilhos da modernização, vista como sinônimo de desenvolvimento e industrialização.

Na medida que um ideário moderno fosse implementado, Azevedo Amaral acreditava que o país poderia conseguir sua autonomia econômica e uma maior projeção internacional, tal qual as nações europeias tidas com desenvolvidas e modernas. Segundo ele, até o século XVIII, apesar do processo de colonização, o país estava no caminho certo. Com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro esse processo teria sido bruscamente interrompido.

Seu diagnóstico era pessimista. O Brasil do início do século XX continuava anacrônico em relação à modernidade, com uma economia predominantemente agrária, dependente de importações, com uma população analfabeta e sem uma identidade definida. Era justamente no acerto de contas com o passado que estava a chave e a solução para os problemas brasileiros.

Na sua imersão no passado, Azevedo Amaral encontra a primeira ruptura, o processo de independência em 1822. Naquele momento, o Brasil não teria conseguido entrar no ritmo da história. O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo e o absolutismo. Para ele, ao longo de grande parte do século XIX, o país permaneceu mais ou menos lusitano, fundamentado no regime monárquico. No entanto, conforme coloca Ianni (2006), essa história se rompeu em vários pontos, quando a monarquia e os interesses que ela simbolizava foram postos em causa pelos movimentos sociais locais, regionais e nacionais.

São justamente esses movimentos que Azevedo Amaral via como tentativas de romper com o Estado Político que impedia a modernização do país.

Figuras como o Barão de Mauá,⁵⁹ expressavam as inquietações contra o atraso do país. Quiseram realizar reformas institucionais e sociais de modo a jogar o país para mais perto do ritmo da história onde as nações modernas estavam.

Azevedo Amaral e outros intelectuais, refletiram sobre o século XIX brasileiro e chegavam ao diagnóstico que país estava deslocado, atrasado quando visto em um contraponto com as nações tidas como modernas e mais desenvolvidas. O ambiente intelectual do século XIX se apresentava para eles através das lentes do ecletismo, do exotismo e da cópia. Para eles, havia pouca originalidade, que se afirmava no desencontro entre as ideias desenvolvidas e a realidade social política e econômica do país naquele momento. Tudo se resumia em uma combinação de diferentes correntes de ideias e de distintas práticas sociais e políticas (IANNI, 2004).

Em 1888-1889, o Brasil teria tentado entrar novamente no ritmo da história, ao abolir a escravidão e a monarquia e proclamar a República. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, na indústria e no comércio. Favoreceu a imigração estrangeira para a lavoura que se transformava em povoadora para a colônia, através de uma tentativa de embranquecimento da população, cujo objetivo era acelerar o esquecimento de séculos de escravidão (IANNI, 2004).

Os movimentos abolicionista e republicano mobilizaram forças empenhadas em mudanças sociais, na visão de Azevedo Amaral. Seus objetivos eram, além de humanitários, quanto ao fim da escravidão, associarem-se à luta por um sistema mais democrático. Todavia, o que se viu foi a ascensão dos interesses econômicos da cafeicultura paulista alinhada à pecuária em diversas regiões do país. Todo esse movimento configurou o predomínio de uma economia agrária-exportadora. Esta era legitimada pela Política dos Governadores, cuja lógica era baseada no patrimonialismo e na violência contra os movimentos populares, a exemplo de Canudos, Contestado e na Revolta da Vacina, dentre outros tantos movimentos sociais organizados Brasil afora (IANNI, 2004).

A solução, segundo Azevedo Amaral, passava pela construção de uma

⁵⁹ Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Sousa) (1813-1889) foi um industrial e político brasileiro. Pioneiro da industrialização no Brasil, foi um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX. Foi responsável por grandes obras, como um Estaleiro, a Companhia Fluminense de Transporte e a primeira estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro à Petrópolis. Investiu, como sócio, nas ferrovias do Recife e de Salvador, que chegavam até o Rio São Francisco, entre vários outros empreendimentos. Disponível em: https://www.ebiografia.com/barao_maua/ Acesso em 7 de Ago. de 2024

nova forma de governo e de Estado que se adequasse às especificidades da realidade brasileira. Os quarenta anos de experiência republicana teriam sido, para o autor, a prova que a democracia liberal não funcionava no país. A corrupção do sistema representativo era apenas um sintoma da leitura liberal realizada no país. Evidente que nem tudo se resumia naquele momento a uma cópia de modelos políticos e teóricos do mundo europeu. A intelectualidade brasileira, de uma forma ou de outra, produziu, para além dessas influências, muita coisa original, em todos os âmbitos da cultura. Porém, para ele, tudo se resumia em cópia, não tínhamos originalidade, não tínhamos sequer uma identidade definida. Precisava-se fundar uma nova história e uma identidade brasileira a partir do zero.

Somente em 1930 o Brasil teria tentado novamente entrar no ritmo da história. A Revolução de 1930 marcava uma brecha no tempo, um recomeço, o ponto zero de uma nova história que possibilitava pensar um Brasil moderno. Todavia, esse processo só se concretizaria em 1937 com a instauração do Estado Novo. Para Azevedo Amaral, nesse momento, o país finalmente tornava-se contemporâneo do seu próprio tempo.

O Estado Novo teria reconciliado o tempo da nação, na medida em que teria resgatado o “espírito de brasilidade”, perdido em 1808, com a chegada a família real no Brasil e a fundação do seu Estado Político visto como deficitário. O novo tempo da nação não era o passado, mas o presente, que passava a ser legitimado dia após dia em seus textos, por meio da construção de uma ideologia autoritária fundada sobre um discurso da ordem e das ações do Estado e na mitificação de Getúlio Vargas.

O que se tentou fazer nestas páginas foi justamente mostrar o processo de construção do intelectual e mais ainda, do ideólogo varguista, algo que até então não tinha parâmetros na historiografia. Talvez a contribuição deste trabalho seja justamente essa, a tentativa de pensar a figura de Azevedo Amaral para além desse lugar político já bem delimitado, de pensador autoritário. Pensar sua trajetória por esse outro caminho, reivindicar seu lugar entre os ensaístas de sua época, teve como objetivo mostrar não só os fundamentos do seu pensamento político, mas também discutir através de sua trajetória, temas importantíssimos que permearam o campo intelectual dos anos de 1930. Exemplo disso seria a busca por uma identidade nacional e as novas formas de representação política.

A ideia de narrar sua trajetória foi justamente uma tentativa de retirá-lo, pelo

menos por algum momento, da “penumbra da história”. Suas ideias, por mais que saibamos hoje que estavam equivocadas, ultrapassadas, recheadas de racismo, elitismo e conservadorismo e por isso mesmo merecedoras de críticas, produziram uma narrativa de como se deveria escrever e pensar o Brasil, naquele momento.

Narrar um pouco da história de Azevedo Amaral nos ajuda a pensar também o processo de construção de uma visão autoritária, que se pautava no apagamento do passado e no discurso da ordem. Seu autoritarismo era em um conjunto de enunciados que não foram simplesmente palavras ditas ou escritas, mas um conjunto preceitos, preconceitos, ideias e teorias que objetivaram, naquele momento histórico, o controle, a hierarquia, a subordinação e a punição dos sujeitos.

Nesses termos, o autoritarismo é fundado, portanto, sobre uma estrutura rígida que permaneceu e que é parte constituinte da nossa história. Nosso processo de formação, pautado na lógica colonial, no escravismo e nos mandonismos locais não é passível de ser minimizado ou ignorado como tentou fazer Azevedo Amaral com suas teorias. O passado não pode ser apagado.

Apesar de a história não obedecer a uma linha de continuidade, muitos desdobramentos dessa lógica colonial ainda permanecem. As ideias do autor, apesar de terem sido produzidos em outro contexto, têm suas origens no passado colonial e na forma como os privilégios de classe foram perpetuados ao longo de nossa história. O Estado Novo, a Ditadura de 1964 e o atual avanço da extrema-direita no Brasil e no mundo, têm nos mostrando como essa lógica autoritária e perversa ainda permanece e é cada vez mais brutal com a classe trabalhadora e com os sujeitos minorizados.

Azevedo Amaral talvez seja um sintoma dessa estrutura autoritária presente desde sempre na história do país. Sua trajetória nos mostra como, de um modo ou de outro, o discurso de ordem sempre volta à tona, condenando o passado, para depois legitimar o presente, sempre apontando soluções a partir de um futuro idealizado e romantizado, que sempre será melhor que o tempo anterior, cuja construção deve ser feita de forma autoritária, pelo Estado, comandado por uma pequena elite dominante.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Aspasia. **A teoria política de Azevedo Amaral**, Revista Dados, ns, 2/3, 1967.

ARANTES, P. E. (Ed.). **Sentido da formação. Três estudos sobre Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BARBOSA, Rui. **Teoria Política**. Rio de Janeiro, W.M Jackson inc. 1965.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARRETO, Lima. **Os bruzundangas**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil**. São Paulo, Editora Companhia Nacional. 1939.

BASTOS, Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 1ª edição. Prefácio de Cassiano Tavares Bastos. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1939. 336 p.

BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal: FUNEP, 2010.

BOMFIM, Manuel. **A América latina: males de origem** [on line]. Rio de Janeiro: Centro edelstein de Pesquisas sociais, 2008. 291 p. ISBN: 978-85-99662-78-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

BORGES, Vavy Pacheco. Anos 30 e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 159-182 e 439-446 (notas).

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual : itinerario de un concepto**. Buenos Aires: Quadrata, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Cardoso Licínio. In **A margem da história da República**. Org. Cardoso, Vicente Licínio. 1889-1931. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem**: ensaios de teoria e crítica literária. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

Cândido, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2000.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. Novos Estudos, 1983.

CLEBER JUNIOR, Mário. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (ORG). **O tempo do liberalismo excludente**: Da Proclamação da República à Revolução de 30. 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. São Paulo: Códex, 2003.

COELHO, G. L. S. O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema “Martim Cererê” e o pensamento político de Cassiano Ricardo. 2015. 346 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

CORREIO DA MANHÃ. **A chegada do Sr. Azevedo Amaral**. Rio de Janeiro, p. 3. 25 mai. 1916c.

CORREIO DA MANHÃ. **A expulsão do correspondente do Correio em Londres**. Rio de Janeiro, p. 1. 11 fev. 1916a.

CORREIO DA MANHÃ. **A expulsão do sr. Azevedo Amaral**. Rio de Janeiro, p. 1. 12 fev. 1916a.

CORREIO DA MANHÃ. **O meu caso**. Rio de Janeiro, p. 1. 28 mai. 1916d.

CORREIO DA MANHÃ. **Um momento grave para o Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1. 19 nov. 1917.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 03 jan. 1913. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=12524. Acesso em: 18 nov. 2023.

CORRÊA, Afrânio. Nacionalismo e história. **Novas Diretrizes**, ed:56, Jun de 1942

CORRÊA, Afrânio. Nacionalismo e regionalismo. **Novas Diretrizes**, ed:57, Jul de 1942,

CUNHA, Euclides **Revolucionários**, PROVINCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, p.1 29 dez. 1888.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: F. Alves.1978

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução.Tradução: Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras. 1990

DARNTON, Robert. **Os Best-sellers Proibidos da França Pré-Revolucionária**. Tradução de Maria do Carmo G. A. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

DE DECCA, Edgar, s. 1930: **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: brasiliense, 1981.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a serviço do Progresso**. In: História da Imprensa no Brasil. Orgs: Ana Luiz Martins e Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2020.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30. História e Historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 15ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, Carlos D. Campo do Joio, Ensaio Brasileiro – Azevedo Amaral. **O Paíz**, Rio de Janeiro, 17 set. 1930.

FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. IN.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: do tempo do liberalismo excludente** – Da proclamação da República à Revolução de 1930. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387-415.

FERREIRA. Simone Cristina Salviano. **Afinal, o que é a crônica?** In: TRAVALLIA, Luiz Carlos [et al.]. Gênero de texto: Caracterização e Ensino. Uberlândia, EDUFU, 2008. p. 347-394.

FERREIRA, Muniz. O Socialismo internacional e a I guerra mundial. In: [O socialismo internacional e a I guerra mundial - marxismo 21](#), 6 de Julho de 2014. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

FILHO, Alberto Venâncio. **O liberalismo nos Pareceres de Educação de Rui Barbosa**. Estudos Avançados, 21, 61. 2007

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** – 51 edição.rev. São Paulo: Global, 2006.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Os boateiros e os comodistas**. Ed. 00249. Rio de

Janeiro, p. 1. 21 out. 1930.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O Que É um Livro?**. Tradução de Marcos Sant'Anna. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTRO, Gomes Ângela; HANSEN, Santos Patrícia. **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HERSCHMANN, M.M. PEREIRA, Carlos Alberto. O imaginário moderno no Brasil.: A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. A Idéia de Brasil Moderno. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v1i1.8645452. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452>. Acesso em: 26 nov. 2023.

IANNI. O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (Portugal). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. **Brasília**. Disponível em: http://www.ieb.uc.pt/?page_id=22. Acesso em: 18 nov. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. O conceito de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LACERDA, Gustavo Biscaia. **Elementos estáticos da teoria política de augusto comte: as pátrias e o poder temporal**. Revista de sociologia e política nº 23: 63-78 nov. 2004

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **Tenentismo e crises políticas na Primeira República**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

LAMONIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação**. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, 2 v. P. 343-374.

LAVRADOR, Maria Cristina Campello. Loucura e Vida na Contemporaneidade. Tese de doutoramento em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2006.

LEAL, Carlos Eduardo. PAÍS, O. In: (CPDOC), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (org.). **O País**. Rio de Janeiro: Fgv, 2009. p. 1-2. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PA%C3%8DS,%20O.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LEÃO, Carneiro Antônio. **Os deveres das novas gerações brasileiras**. In A margem da história da República. Org. Cardoso, Vicente Licínio. 1889-1931. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 1981.

LIMA, Rocha. Da Alemanha. **Jornal do Commercio**. Pernambuco, 18 out. 1914.

LIMA, Alceu Amoroso Lima. **Política e Letras**. In A margem da história da República. Org. Cardoso, Vicente Licínio. 1889-1931. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 1981.

LIMA, N.T. **O passado nos condena? A herança ibérica no pensamento de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda**. XVIII encontro anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1994.

LIPPI, Lucia. **O pensamento político de Azevedo Amaral**. In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro. ed: Zahar editores, 1982, Págs 71-100.

LOBATO, Monteiro. **O caso brasileiro**. Revista do Brasil, n 45 – set. de 1919

LUCA, Tânia Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. IN: História da imprensa no Brasil. Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (organizadoras), 2 ed, São Paulo: Contexto, 2020

MACÉ, Marielle (2006). Le temps de l'essai. Histoire d'un genre en France au XXe siècle. Tours: Belin.

MACHADO, Cornélia Alves. PROF. ANTÔNIO PACHECO LEÃO. **Rodriguésia**, vol. 10, no. 20, 1946, p. 133–134. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23491530?seq=1> . Acesso em: 18 mai 2023.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 30 e seu significado político. in: **A Revolução de 30**: seminário internacional, Brasília: Unb, 1980.

MATOS, Júlia Silveira. **Os intelectuais, a aliança liberal e as críticas ao personalismo: heranças da tradição do pensamento político brasileiro**. Biblos, Rio Grande, 23 (2): 207-222, 2009

MELO, Vico; LIMA, Marcos Costa. MOVENDO O CENTRO: colonialismo oculto e as contribuições teóricas críticas e pós-coloniais para as relações internacionais. **Realis**, Recife, v. 5, n. 1, p. 151-174, jun 2015. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/8835/8810>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MENDES, Rogério Baptistini. **Azevedo Amaral e o Brasil Moderno: a via autoritária da modernização. Orientador.** Renato Ortiz. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, instituto de filosofia e ciências humanas, São Paulo, 1995.

MORSE, R., 1988. **O Espelho de Próspero.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Nação Brasileira. O aparecimento de “A Nação”. Ed 00113, Rio de Janeiro, 1933a

NASCIMENTO, Diego Lima do. O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a participação de Rui Barbosa na definição do novo conceito de neutralidade. 2017. 43 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NICOLAZZI y Fernando (2013). Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil, 1870-1940. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

NICOLAZZI, Fernando. Um estilo de História: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre casa grande e senzala e a representação do passado. Tese de doutorado, UFRGS, 2008.

O DEMOCRATA FEDERAL, ed 236, 1895.

OLIVEIRA, Lippi Lúcia. **A Questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliens e, 1990.

O JORNAL. **O sr. Azevedo Amaral...** Rio de Janeiro, p. 1. 30 dez. 1924.

O JORNAL. **O que a Aliança Liberal promete concretamente ao povo brasileiro.** Rio de Janeiro, p. 3. 7 set. 1929.

O JORNAL. **Ao heróico povo do Rio de Janeiro.** Ed. 03666. Rio de Janeiro, p. 1. 25 out. 1930b.

O JORNAL. **Capital da república viveu ontem as mais intensas horas do entusiasmo cívico na sua vida, com a esplêndida vitória da revolução brasileira.** Ed. 03666. Rio de Janeiro, p. 1. 25 out. 1930a.

O PAIZ. **Ação Intelectual Brasileira.** Rio de Janeiro, p. 1. 05 set. 1929.

PARANHOS, A. **O Roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Editempo, 2007.

PINTO, João Alberto da Costa. **O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de oliveira vianna, sérgio buarque de holanda, azevedo amaral e nestor duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

PIRES, Livia Claro. **A liga brasileira pelos aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

PURSEIGLE, Pierre. Uma arte liberal da guerra: a grã-bretanha e a primeira guerra mundial. **Ler História**, [S.L.], n. 66, p. 141-159, 1 out. 2014. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/lerhistoria.765>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/765>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1961.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9.ed.ampl. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Vol. 1, Campinas: Papyrus, 1994.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o oeste**. Rio de Janeiro. José Olympio. 1940

RUFFATO, Luiz. **Um autor fatal para leitores ingênuos**. [Jornal da USP ano XIX n.681](#), acesso em 14 de janeiro de 2024.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, M. V. M.; MADEIRA, M. A. **Leituras brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SALLES, C. **Da Geração de 1870 ao modernismo: Um tempo de descoberta da nação brasileira**. *Revista Teoria e Sociedade*, número especial, maio de 2004.

SILVA, Giselda Brito. **Estudos do Integralismo no Brasil**. 2ª ed., Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1986

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p.206.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TATO, Maria Inés. **Contra la corriente. Los intelectuales germanofilos argentinos frente a la Primera Guerra Mundial. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas***, vol. 49, p.205-223, 2012.

TRINDADE, Hélio. Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930. 3ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. IN: O Tempo de nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Org: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Págs 145- 181.

VELLOSO, Mônica Pimenta, **O modernismo e a questão nacional**. In O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930, Org: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado – 3º ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Uma configuração do campo intelectual**. In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro. ed: Zahar editores, 1982.

VERÍSSIMO, José. A autoria da guerra. **O Imparcial**. Rio de Janeiro. 30 ago. 1914.

VICENTE, Marcio da Matta. **O Iberismo no pensamento político brasileiro e a mentalidade iberista da elite política nacional na Primeira República (1894-1906)**. 2023. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1939. Pág. 305

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: conselho editorial do senado federal, 1999.

VIANNA, L. W. **Americanista e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos.** Dados, 34; 145-189, 1991.

WEFORTT. Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198

FONTES

AMARAL, Azevedo. A derrota do czarismo. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 30 set. 1914a.

AMARAL, Azevedo. O Socialismo e a Guerra. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 27 out. 1914b.

AMARAL, Azevedo. O ponto de vista americano. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 2. 22 nov. 1915.

AMARAL, Azevedo. A crise inglesa. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 24 jan. 1916a.

AMARAL, Azevedo. Civilização versus militarismo. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 31 jan. 1916b

AMARAL, Azevedo. Depois da Guerra. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 11 jun. 1916c.

AMARAL, Azevedo. O ponto de vista brasileiro. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p.1. 13 jun. 1916d.

AMARAL, Azevedo. Paz ou Ruína. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 06 mai. 1916b.

AMARAL, Azevedo. A espera do governo. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 07 abr. 1917a.

AMARAL, Azevedo. Do caos para a organização. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 1. 12 abr. 1917b.

AMARAL, Azevedo. A América e a dívida da Europa. **O Jornal.** Rio de Janeiro, p. 1. 03 out. 1926a.

AMARAL, Azevedo. A nova internacional. **O Jornal.** Rio de Janeiro, p. 1. 24 out.

1926e.

AMARAL, Azevedo. A paz de Thoiry. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 20 out. 1926d.

AMARAL, Azevedo. Confederações econômicas. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 07 nov. 1926g.

AMARAL, Azevedo. Dilema do mar. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 22 dez. 1926j.

AMARAL, Azevedo. Internacionalismo econômico. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 18 set. 1926b.

AMARAL, Azevedo. O pacto de Madrid. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 25 set. 1926c.

AMARAL, Azevedo. O problema municipal. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 25 dez. 1926h.

AMARAL, Azevedo. Passaportes e consulados. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 03 nov. 1926f.

AMARAL, Azevedo. Vida barata a preço caro. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 19 dez. 1926i.

AMARAL, Azevedo. A conquista asiática. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 06 fev. 1927b.

AMARAL, Azevedo. O problema dos Sertões. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 1. 30 jan. 1927a.

AMARAL, Azevedo. Archaísmo Político. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 1. 04 set. 1929a.

AMARAL, Azevedo. Hegemonia Quadrienal. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 1. 11 set. 1929b.

AMARAL, Azevedo. Galerias dos Boateiros. **O Paiz**, Ed 16796. Rio de Janeiro, p. 3. 16 out. 1930b.

AMARAL, Azevedo. Resaca Eleitoral. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 1. 12 mar. 1930a.

AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Omena e Barreto: Rio de Janeiro, 1930.

AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1934.

AMARAL, Azevedo. **A Aventura Política no Brasil**. José Olympio, Rio de Janeiro, 1935.

AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas, estadista**. Irmãos Pongenti, Rio de Janeiro. 1941.

- AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional.** Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1981.
- AMARAL, Azevedo. **Publicidade comercial: seus métodos e seu alcance.** Artes Graficas C Mendes Junior: Rio de Janeiro. 1936
- AMARAL, Azevedo.. **Renovação Nacional**, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1936
- AMARAL, Azevedo. Política do Mês. **Novas Diretrizes**, ed:01, nov de 1938a
- AMARAL, Azevedo. Política do Mês. **Novas Diretrizes**, ed:16, Fev de 1940b
- AMARAL, Azevedo. Nacionalização da Imprensa. **Novas Diretrizes**, ed:27, Jan 1941c
- AMARAL, Azevedo. Política do Mês. **Novas Diretrizes**, ed:8, Fev de 1939d
- AMARAL, Azevedo. Educação militar. **Novas Diretrizes**, ed:16, Fev de 1940e
- AMARAL, Azevedo. Exército, O grande educador. **Novas Diretrizes**, ed:16, Fev de 1940f
- AMARAL, Azevedo. Realismo Político e democracia. **Cultura Política.** Ed: 01, Mar de 1941a
- ANDRADE, Almir de. A evolução social e política do Brasil. **Cultura Política.** Ed: 01, Mar de 1941.
- A Nação. Rumo a seguir. Ed 00001 de 15 de janeiro de 1933a
- A Nação. Renovação e tradição. Ed 00002 de 15 de janeiro de 1933.b
- A Nação. Extremismo antibrasileiro. Ed 00005 de 19 de janeiro de 1933.c
- A Nação. Ed 00006 de 20 de janeiro de 1933.d
- A Nação. Ed 00011 de 26 de janeiro de 1933e.
- A Nação. Ed 00013 de 28 de janeiro de 1933f
- A Nação. Ed 00014 de 29 de janeiro de 1933g
- A Nação. Ed 00146 de 2 de julho de 1933h.
- CORREIO DA MANHÃ. **A chegada do Sr. Azevedo Amaral.** Rio de Janeiro, p. 3. 25 mai. 1916c.
- CORREIO DA MANHÃ. **A expulsão do correspondente do Correio em Londres.** Rio de Janeiro, p. 1. 11 fev. 1916a.
- CORREIO DA MANHÃ. **A expulsão do sr. Azevedo Amaral.** Rio de Janeiro, p. 1.

12 fev. 1916a.

CORREIO DA MANHÃ. **O meu caso**. Rio de Janeiro, p. 1. 28 mai. 1916d.

CORREIO DA MANHÃ. **Um momento grave para o Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1. 19 nov. 1917.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 03 jan. 1913.

DIRETRIZES, ed. 1938.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Os boateiros e os comodistas**. Ed. 00249. Rio de Janeiro, p. 1. 21 out. 1930.

O DEMOCRATA FEDERAL, ed 236, 1895.

O JORNAL. **O sr. Azevedo Amaral...** Rio de Janeiro, p. 1. 30 dez. 1924.

O JORNAL. **O que a Aliança Liberal promete concretamente ao povo brasileiro**. Rio de Janeiro, p. 3. 7 set. 1929.

O JORNAL. **Ao heróico povo do Rio de Janeiro**. Ed. 03666. Rio de Janeiro, p. 1. 25 out. 1930b.

O JORNAL. **Capital da república viveu ontem as mais intensas horas do entusiasmo cívico na sua vida, com a esplêndida vitória da revolução brasileira**. Ed. 03666. Rio de Janeiro, p. 1. 25 out. 1930a.

O PAIZ. **Ação Intelectual Brasileira**. Rio de Janeiro, p. 1. 05 set. 1929.